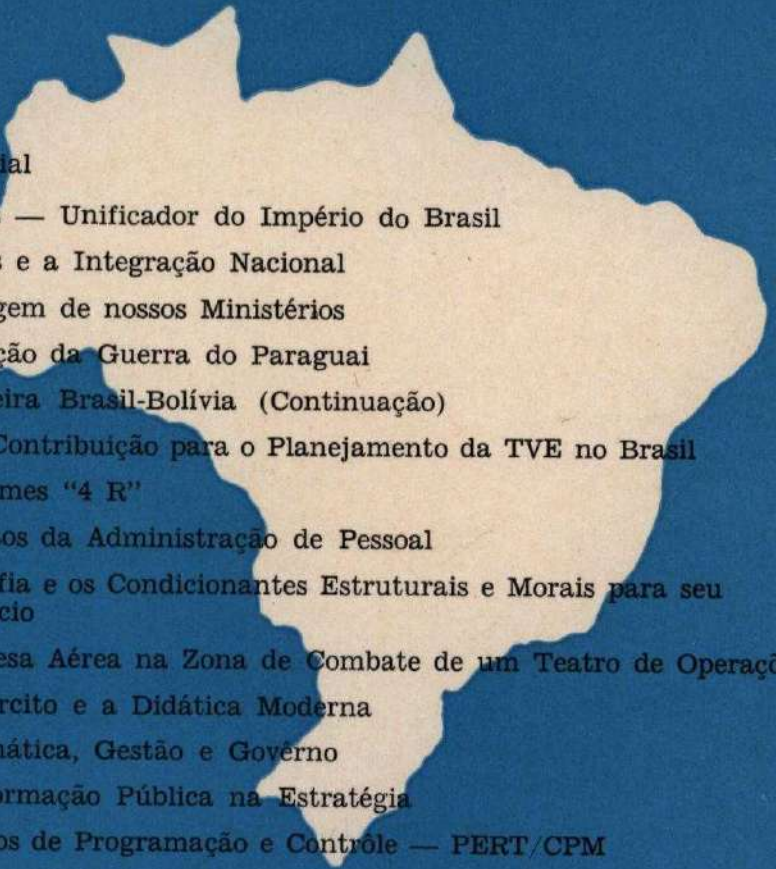


A Defesa Nacional

N.º 632

Jul/Agô 1970

- 
- Editorial
 - Caxias — Unificador do Império do Brasil
 - Caxias e a Integração Nacional
 - A Origem de nossos Ministérios
 - Evocação da Guerra do Paraguai
 - Fronteira Brasil-Bolívia (Continuação)
 - Uma Contribuição para o Planejamento da TVE no Brasil
 - Os Filmes "4 R"
 - Aspectos da Administração de Pessoal
 - A Chefia e os Condicionantes Estruturais e Morais para seu Exercício
 - A Defesa Aérea na Zona de Combate de um Teatro de Operações
 - O Exército e a Didática Moderna
 - Informática, Gestão e Governo
 - A Informação Pública na Estratégia
 - Métodos de Programação e Controle — PERT/CPM
 - Como será o Brasil no Ano 2000

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

Rio de Janeiro — Brasil

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
58º

Rio de Janeiro, GB — Jul/Agô 1970

Número
632

SUMÁRIO

	Págs.
EDITORIAL — Gen Div Moacyr Barcellos Potyguara	3
CAXIAS — UNIFICADOR DO IMPÉRIO DO BRASIL — Gen Res Frederico Rondon	5
CAXIAS E A INTEGRAÇÃO NACIONAL — Antonio Guilherme de Almeida..	23
A ORIGEM DE NOSSOS MINISTÉRIOS —	29
EVOCÇÃO DA GUERRA DO PARAGUAI — Maj Cláudio Moreira Bento	33
FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA (Continuação) — Ten Cel Childerico Fernandes de Carvalho	51
UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANEJAMENTO DA TVE NO BRASIL — Gen Ref Taunay Drummond Coelho Reis	69
OS FILMES "4 R" — Ararigbóia	75
ASPECTOS DA ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL — Cap Inf José Batista de Queiroz	95
NOTAS MILITARES	
A CHEFIA E OS CONDICIONANTES ESTRUTURAIS E MORAIS PARA O SEU EXERCÍCIO — Cel Inf Hélio Freire	101
A DEFESA AÉREA NA ZONA DE COMBATE DE UM TEATRO DE OPERAÇÕES CONTINENTAL — Maj Art Einar Walter Berg	109
O EXÉRCITO E A DIDÁTICA MODERNA — Cap Art Agenor Francisco Homem de Carvalho	117
ANTIGAS ARMAS PARA MODERNAS GUERRAS — Cap Inf Denny Augusto Ferreira da Cunha	131
LEND O REGULAMENTO	139
INFORMAÇÕES	
INFORMÁTICA, GESTÃO E GOVERNO — Philippe Marchant. Tradução de José Vicente de Souza, da Revue de Défense Nationale — Out/69	141
A INFORMAÇÃO PÚBLICA NA ESTRATÉGIA — Brig. Joaquim Franco Pinheiro, da Revista Militar de Portugal — Jan/70	159
MÉTODOS DE PROGRAMAÇÃO E CONTRÔLE — PERT/CPM	165
LOUVOR DA LÍNGUA PORTUGUESA — Prof. ^a Hilda Reis Capucci	179
AOS PAIS MOTORISTAS — Cap Eng Pedro Alexandrino de Barros Duarte	181
DE REVISTAS E JORNAIS	
DE "MILITARY REVIEW"	
O CERCO DE KHE SANH — Ten Cel John R. Galvin, do Exército dos Estados Unidos	185
DE "MANCHETE"	
COMO SERÁ O BRASIL NO ANO 2000 — Murilo de Melo Filho	193
DE "JORNAL DO COMMERIO"	
COMUNICAÇÕES NA AMAZÔNIA	203
DE "O GLOBO"	
DESEMPREGO E URBANIZAÇÃO — Robert McNamara	205
PLANEJE SUA APOSENTADORIA — Dr. Mário Filizzola	211
O HOMEM — AS VIAGENS A LUA — Carlos Drummond de Andrade	213
ASSINANTES EM DIA COM A REVISTA	215

Assim: — a ampliação, cada vez maior, da base financeira, que recebemos sólida, é um de nossos propósitos. Para tanto urge aumentar, de maneira substancial, o número de nossos assinantes. Não se justifica, pensamos nós, que com um quadro de oficiais e sargentos da ordem de 38.000 tenhamos um número de contribuintes que julgamos pequeno.

— a multiplicação do número de colaboradores, diversificando o quanto possível o nível de sua natureza e hierarquia, é outro objetivo a atingir pois, assim fazendo, estamos certos de que teremos ventilado novas idéias e com público certo para todas elas.

— o acompanhamento da evolução, sobretudo no campo profissional militar, se constitui numa diretriz que, até mesmo por coerência com o passado de nossa Revista, não poderá ser desprezada. Nesse aspecto, evidentemente, há que tomar algum cuidado. É necessário que não se fuja à noção de nossas possibilidades quando se quiser transportar para nosso uso o que de mais moderno houver.

Para a consecução dêsse pouco mais que almejamos, estamos seguros de que não nos faltará o apoio, sempre presente, das autoridades mais responsáveis do Exército, nem a cooperação de todos os companheiros de armas inclusive da Marinha e da Aeronáutica que terão, como até aqui, na Revista, a tribuna para as mais lídimas manifestações em prol do progresso da cultura militar.

CAXIAS — UNIFICADOR DO IMPÉRIO DO BRASIL

General FREDERICO RONDON

A biografia do maior dos Brasileiros já se vai tornando conhecida, para honra da cultura nacional, em seus múltiplos aspectos. Foi-nos, assim, fácil tarefa coligir, entre os doutos que a têm versado, em numerosos artigos, livros e conferências, os subsídios que balizam como marcos luminosos, a prosa desataviada que se vai seguir, disciplinando as reflexões pessoais que usamos por nossa vez aduzir.

Preocupa-nos, neste momento, um conhecimento mais preciso das operações militares conduzidas pelo inclito Marechal do Brasil, nas campanhas internas. A lógica dos acontecimentos convencer-nos-á de que a vitória estaria assegurada às Forças do Império, em qualquer daquelas campanhas. Conduzidas pelo Chefe nunca vencido e, realmente insuperável, no cenário em que atuou, para maior glória do Brasil, as mencionadas campanhas foram, entretanto, coroadas, invariavelmente, pela transigência ditada por um acendrado patriotismo, em busca da concórdia entre os brasileiros; por uma insopitável simpatia pelo adversário em armas, simpatia que desabrochava em verdadeiro afeto, ante os patrícios

vencidos e penitentes de seus erros para com a Pátria em momentâneos desvarios a que foram levados pela política partidária.

Talvez, nesta preferência pelas operações militares internas, como fundo para melhor ressaltarem as virtudes cívicas do grande vulto de Caxias, no cenário nacional, possa encontrar-se alguma originalidade.

Passemos, pois, ao tema proposto: "Caxias, o Unificador do Império do Brasil".

Coincidência feliz quão significativa, imposta pela cronologia, faz preceder ao movimento cívico-nacional do Dia da Pátria esta preparação cívico-militar da Semana de Caxias, pelo culto ao maior dos Brasileiros, ao imortal cidadão soldado, cuja vida se entrelaça de tal modo com os fatos mais relevantes da História do Brasil, no Século da Independência, que é impossível versá-la sem discorrer sobre estes mesmos fatos.

Mercê desta coincidência, nossas guarnições militares, como epicentros de salutar vibrações do solo pátrio, desperta o País inteiro para as comemorações do 7 de Setembro.

E aqui estamos, conclamados por essa alvorada cívica, para nos congratularmos, como brasileiros, por êsse glorioso passado, rememorando feitos, nos quais ficaram impressos os traços predominantes da insigne personalidade do Marechal Duque de Caxias.

Será ainda o senso cronológico das efemérides que nos há de orientar, na seleção daqueles fatos, através das páginas de nossa História Militar e Política, em rápido escôrcço, visando a deixar em evidência o homem providencial e sua projeção na vida nacional; a influência incontestável, nos destinos da Nação Brasileira, de suas atitudes, nos momentos decisivos que atravessamos, confiados em seu patriotismo e em sua genialidade.

25 de agosto de 1803. Nasce, na Fazenda São Paulo, Distrito de Tuquaru, jurisdição da Vila da Estrêla (atual Imbariê), na antiga Província do Rio de Janeiro, Luiz Alves de Lima, filho legítimo do Tenente Francisco de Lima e Silva, do 1.º Regimento de Infantaria de Linha.

Vem assim à luz, naquele ambiente de paz e serenidade, aquêlê que seria o Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias — a Espada invencível do Império do Brasil.

A serenidade fruída em seus primeiros dias, no solar paterno, ficaria impressa na fronte do infante predestinado. Luiz Alves de Lima teria sido ao depois, em toda a sua vida, principalmen-

te, o homem sereno que conhecemos, através de nossa História, nos lances mais angustiosos por que passou a Nação Brasileira; o General que, aceitando a guerra como contingência inelutável da vida dos povos, implantava com suas vitórias a justiça e a paz.

22 de novembro de 1808. Aos 5 anos, Luiz Alves de Lima assenta praça, como 1.º cadete, no mesmo Regimento de seu ilustre pai, o 1.º de Infantaria de Linha.

Não foi, em verdade, o primeiro, nem o único infante brasileiro a receber esta mercê do Príncipe Regente. Nenhum outro, porém, a justificou tão exuberantemente. Em nenhum outro, talvez, tivesse produzido tão salutares efeitos aquêlê estímulo aos arroubos marciais que assinalam a infância, nesse desabrochar do instinto de defesa das Nações que, prezando a liberdade, como bem inestimável e condição de existência, não deixam arrefecer, nos enlevos da vida pacífica, o ânimo combativo que, na devida ocasião, deve consubstanciar o sentimento patriótico latente no coração de seus filhos.

Aquêlê minúsculo cadete de 5 anos, cerra-fila do 1.º Regimento, teria sido, em toda parte, uma advertência de que a Nação Brasileira se aprestava, para merecer o glorioso destino que lhe reservara a Providência.

E que belo exemplo de modéstia aquêlê de vestir antes a farda de praça, para fazer jus ao



CAXIAS

depois às insígnias de oficial e, mais tarde, aos gloriosos bordados de general!

Muitas vezes encontraremos, através da longa e frutuosa existência do maior dos soldados do Brasil, este precioso atributo da modéstia, que lhe inspira o mais acendrado sentimento cristão.

25 de agosto de 1817. Aos 14 anos completos, após o curso de humanidades, presta o compromisso de honra, ante a bandeira de seu Regimento, o 1.º cadete Luiz Alves de Lima.

Em plena adolescência, assume, pois, o glorioso infante a plenitude do dever militar, incorporando-se definitivamente ao Exército.

7 de janeiro de 1818. A matrícula na Academia Militar da Corte abre-lhe novos horizontes. A Matemática, a Geografia, a Astronomia, a Topografia, a Física, a Química e a Mecânica assoberbam-lhe o espírito por quatro longos anos, ao mesmo tempo em que se retempera o futuro chefe, na "disciplina militar prestante" e na íntima convivência, que lhe propicia o lar paterno, com os mais abalizados e cultos generais, entre os quais haveria de sobressair, por seu valor e serviços à nova Nacionalidade Brasileira, seu ilustre pai, o Coronel Francisco de Lima e Silva, ao depois General e Regente do Império.

12 de outubro de 1818. Ainda aluno da Academia Militar, foi o cadete Luiz Alves de Lima promovido a alferes para o 1.º Batalhão de Fuzileiros. O tempo

incumbir-se-lia de mostrar que jamais o prestígio paterno e a munificência ministerial foram melhor justificados.

Promovido a tenente, ainda no Batalhão de Fuzileiros da Corte, assiste Luiz Alves de Lima aos acontecimentos que preludiam a emancipação política e a instituição do Novo Império do Brasil.

Após o glorioso 7 de Setembro de 1822, constituído o Batalhão do Imperador, é o Tenente Luiz Alves de Lima transferido para a nova unidade, à qual estava reservado o mais relevante papel, na consolidação e defesa das novas instituições brasileiras.

É diante das fileiras desta gloriosa unidade que pela primeira vez se desdobra, sôta às carícias da brisa, a Bandeira do Brasil, segura pelo pulso firme do Tenente Luiz Alves de Lima. É a predestinação que mais uma vez se evidencia, na vida do imortal brasileiro, identificando-a, por assim dizer, com a do Brasil soberano.

24 de março de 1823. Segue para a Bahia o Batalhão do Imperador, a fim de se reunir às Forças do General Labatut, que têm a missão de expulsar do território nacional as tropas portuguesas que, naquela Província, pretendiam prolongar o poderio da Metrópole.

Na Guerra da Independência, então desencadeada, recebe o Tenente Luiz Alves de Lima seu batismo de fogo, fazendo jus aos primeiros elogios à bravura e ao sangue frio.

No combate de 3 de junho, sobressal ainda pela bravura e habilidade, "muito concorrendo para o bom êxito das operações". Seu nome figura entre os primeiros recomendados à consideração do Imperador.

Após a vitória de 2 de julho, regressa o Tenente Luiz Alves de Lima, com seu Batalhão, ao Rio de Janeiro.

A revolta da Província Cisplatina leva ao Sul o Batalhão do Imperador, incorporado à guarnição de Montevideú. Em todos os recontros e surtidas, salienta-se o Capitão Luiz Alves de Lima. Nos combates de 7 de fevereiro, 5 e 7 de junho, 14 de julho, 5 e 7 de agosto, merece especial menção, por sua intrepidez e sangue frio. E só retorna à Corte, com seu Batalhão, após a convenção de paz de 27 de agosto de 1828.

A promoção a major acarretalhe a classificação no 1.º Regimento de Infantaria de Linha. Decreto de 27 de março de 1829 transfere-o novamente para o Batalhão do Imperador.

7 de abril de 1831. Durante o movimento militar de 7 de abril, que determinou a abdicação do primeiro Imperador, conserva-se pronto em seu quartel de São Cristóvão o Major Luiz Alves de Lima, "até que por ordem de seu Comandante veio para o Campo de Sant'Ana, com seu Batalhão, ocupar o lugar que lhe havia sido designado".

7 de outubro de 1831. Como segundo comandante do famoso Batalhão de Officiais-soldados,

por aclamação de seus camaradas, entre os quais alguns de patente mais elevada, dirige a segunda coluna de ataque aos amotinados da Ilha das Cobras, desembarcando nessa ilha à frente de sua tropa e completando o cerco do qual resultou a rendição daqueles.

18 de outubro de 1831. Por Decreto desta data, é o Major Luiz Alves de Lima investido do Comando-Geral do Corpo de Guardas Municipais Permanentes da Corte, por êle organizado segundo as ordens do Ministro da Justiça, Padre Diogo Antônio Feijó.

2 de abril de 1832. Com o Corpo de seu comando, domina prontamente a revolta chefiada pelo Major Miguel de Frias e Vasconcelos que, por suas idéias republicanas, achava-se prêso na ilha de Villegaignon e lograra sublevar as guarnições desta ilha e da Fortaleza de Santa Cruz e desembarcar em Botafogo, donde marchou para o Campo de Sant'Ana, onde, prestigiado pela massa popular, proclamara pela primeira vez a República.

Dispersos a baloneta os amotinados, sai o Major Luiz Alves de Lima em perseguição ao chefe rebelde que procurou asilo numa casa da Rua do Areal.

Diz a tradição que o Comandante das Forças legais, fazendo cercar a casa, entrou para revisita-la pessoalmente e, avançando da sala para um corredor, viu uma porta trancada; deu volta à fechadura, abriu a porta e olhou. Em pé, no meio do quarto, estava o Major Miguel de Frias, lívido, perplexo.

O Major Luiz Alves de Lima não quis ver... a generosidade cegou-o. Fechou de nôvo a porta e salu, fazendo retirar a fôrça e suspender a perseguição aos rebeldes fugitivos, cujo chefe pôde assim escapar à prisão e embarcar para o estrangeiro.

Miguel de Frias e Vasconcelos, Major do Imperial Corpo de Engenheiros, de 24 anos apenas, era conhecido pelo nobre e fervente espírito de nacionalismo e pelas idéias liberais que ralavam pelo ideal republicano. Como deputado do ajudante-general do Comando das Armas da Côrte toma parte no movimento de 7 de abril, cabendo-lhe receber das mãos de Dom Pedro I o Decreto de abdicção. A política interrompe a carreira militar de Miguel de Frias, tão auspiciosamente iniciada. Vamos encontrá-lo mais tarde, reintegrado no Exército, sob o comando do mesmo vencedor da refrega do Campo de Sant'Ana, que não hesita em manifestar-lhe a confiança no patriotismo e na proficiência militar jamais desmentidos.

12 de setembro de 1837. Promovido a tenente-coronel, continua Luiz Alves de Lima no Comando-Geral da Polícia Militar da Côrte, que deixa em março de 1839, para acompanhar o Ministro da Guerra ao Sul, a fim de inspecionar as Fôrças legais que faziam face aos republicanos de Piratini. Reassume aquêlê comando, de regresso à Côrte, em maio.

2 de dezembro de 1839. Promovido a coronel e nomeado para

os cargos de Presidente da Província e Comandante em Chefe das Fôrças em Operações no Maranhão, deixa Luiz Alves de Lima, definitivamente, a Polícia Militar da Côrte, da qual havia sido organizador e comandante, como vimos, desde 18 de outubro de 1831.

A grande Província do Nordeste Ocidental vivia, desde o ano anterior, em constantes sobressaltos criados pela revolta sertaneja que passou à História com o título de Balaiada — sucessão de crimes comuns e políticos impunes em cuja repressão haviam sido mal sucedidas autoridades civis e militares.

7 de fevereiro de 1840. Tornado posse de seus altos cargos, na Cidade de São Luís, lançou o Coronel Luiz Alves de Lima proclamação em cujos termos transluzem os atributos de chefe militar que tanto enobrecem sua personalidade: o espírito de sacrifício, o amor à concórdia, a energia serena e inflexível.

— “Maranhenses! Nomeado o Presidente e Comandante das Armas desta Província, venho partilhar das vossas fadigas e concorrer, quanto em mim couber, para a inteira e completa pacificação desta bela parte do Império.

“Um punhado de facciosos, ávidos de pilhagem, pôde encher de consternação, de luto e de sangue, vossas cidades e vilas! O terror que necessariamente deviam infundir-vos êsses bandidos, concorreu para que se engrossassem suas honras; contudo, graças

à Providência e às vitórias até hoje alcançadas pelos nossos bravos, seu número começa a diminuir, diante das nossas armas.

Mais um esforço e a desejada paz virá curar os males da guerra civil.

“Qualquer que seja o estado em que se achem hoje os rebelados, eu espero, com os socorros que o Governo-Geral nos envia e com a força que me acompanha, fortalecer nossas fileiras, e não abandonar-vos enquanto os não houver debelado.

“Maranhenses! Mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre nós existem. Deveis conhecer a necessidade e as vantagens da paz, condição de riqueza e prosperidade dos povos, e, confiando na Divina Providência, que tantas vezes nos tem salvado, espero achar em vós o que fôr mister para nossa santa causa”.

Era chegado o momento de pôr em prática, em maior escala social, os mesmos princípios de justiça e fraternidade que até então lhe haviam norteado a ação de chefe militar:

— “Venho partilhar de vossa fadiga e concorrer para a pacificação desta pela parte do Império... Mais um esforço e a desejada paz virá curar os males da guerra civil... Mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos... Confiando na Divina Providência... espero achar em vós tudo o que fôr mister para a nossa santa causa”,

a causa da paz, da ordem e da lei, da justiça e da fraternidade brasileira, a causa da Pátria una e indivisível, a causa do Brasil!

A Divisão Pacificadora do Norte — sugestiva denominação dada às Forças de seu comando — foi constituída, inicialmente, por três Brigadas que seriam decompostas, oportunamente, em colunas volantes, dotadas da necessária flexibilidade, para arrostar os rebeldes em armas, muitas vezes superiores em número.

“Não tinham acampamentos fixos estes rebeldes; suas colunas fugiam do Exército e caíam de súbito sobre as fazendas e povoações inermes ou mal guarnecidas”.

Iniciam-se as operações, sob o novo comando em chefe, com a derrota dos rebeldes na Comarca do Brejo.

Guarnecida e fortificada Caxias, as Forças Imperiais acampadas nesta cidade lançam-se em perseguição aos rebeldes do Brejo, colocando-os entre dois fogos.

“Mais militar que político”, o Presidente Luiz Alves de Lima, ordenadas as cousas do governo da Província, marcha a 7 de março para a campanha, passando a dirigir pessoalmente as operações.

Com um exército de 6.000 homens, entre os quais se contavam 2.000 doentes e muitos suspeitos de rebeldia; na necessidade de guarnecer muitos pontos distantes do interior das duas Províncias que se avizinham no vale do Paraíba, e de manter colunas volantes em continuas ex-

plorações e freqüentes combates; lutando com as maiores dificuldades financeiras em que o abandona o Governo Central, assoberbado ao mesmo tempo com os encargos da guerra civil no Sul, vai o Coronel Luiz Alves de Lima dominando a situação, tomando posse dos pontos mais importantes, infligindo aos rebeldes severas perdas, implantando a ordem e a lei.

27 de agosto de 1840. A proclamação da maioridade do Imperador Pedro II enseja-lhe nôvo manifesto aos maranhenses, em prol da concórdia e da legalidade:

— “Um sublime pensamento deve agora inflamar o coração brasileiro. Aspérrima foi a longa experiência; aproveitai-a, maranhenses! Amor ao Imperador, respeito às leis e esquecimento de vergonhosas intrigas que só têm servido para enfraquecer-vos. Um só partido, enfim, o do Imperador!”

22 de outubro de 1840. Batidos em Vargem Grande, Viana, Pastos Bons onde quer que se apresentassem em armas, nos povoados do interior ou em seus próprios quilombos, no recesso das matas, os rebeldes acorrem, finalmente, de tôda parte, atraídos pela notícia do Decreto de anistia, que circulou célere.

Em Caxias, é o Presidente da Província e Comandante em chefe do Exército Pacificador recebido com demonstrações de gozijo público. Ainda cobertos de luto, os habitantes da cidade festejam, com três noites de luminárias, a primeira visita de um presidente àquele sertão, teatro

um ano antes de inaudito vandalismo da Balaiada.

11 de janeiro de 1841. Depois da rendição dos rebeldes de São Francisco, em número de 900, restavam os de Icatu, que ainda em janeiro de 1841 recusavam-se a depor as armas, antes de falarem com o Presidente e sômente em sua presença se submetem à lei.

Pacificada a Província do Maranhão, normalizada sua vida econômica, por sábia medida que consubstanciaram o programa de governo realizado em meio às maiores dificuldades criadas pela guerra civil, solicitou o Coronel Luiz Alves de Lima sua demissão de Presidente e Comandante das Armas, que lhe foi concedida por despacho de 2 de abril.

18 de julho de 1841. De regresso à Côrte, é o Coronel Luiz Alves de Lima promovido a brigadeiro e agraciado com o título de Barão de Caxias, que tanto haveria de enobrecer em quase meio século de serviços à Pátria, recordando a pequena cidade sertaneja que assistiu ao seu primeiro triunfo sôbre os inimigos da ordem e da lei.

21 de março de 1842. É o Brigadeiro Barão de Caxias investido no Comando das Armas da Côrte e, nesse pôsto, recebe, a 18 de maio, a nomeação para comandar as Forças em operações contra os revolucionários da Província de São Paulo.

Continuava a lavrar a guerra civil. Brasileiros desavindos pela política partidária punham em risco a unidade da Pátria, pos-

tergando os sadios princípios da ordem e da lei, comprometendo o progresso, levando aos lares a inquietação, a miséria e o luto.

Cumpria restaurar o império da lei, nas Províncias atingidas pelas comoções internas. A Espada do Império ainda não podia embainhar-se.

Vinte e quatro horas depois da nomeação embarcava para Santos o novo Comandante em Chefe das Forças legais, levando também a carta imperial que o investia no cargo de vice-presidente da Província rebelde.

Desembarcando em Santos, marcha em seguida para São Paulo o Barão de Caxias, à frente de uma coluna de 400 homens, na maior parte formada por antigos rebeldes do Maranhão — “400 cadáveres ambulantes”, no dizer escarninho do Conselheiro Antônio Carlos. E com êle deveria o novo Comandante em Chefe submeter os paulistas em armas, que a essa altura dos acontecimentos já numeravam 3.000 homens.

Porém, ao chegar ao porto de Santos, o Comando legal requisiou rações para 3.000 homens, fazendo assim constar que marchava apenas com a sua vanguarda. A notícia corre ligeira, sobe ao Planalto, precedendo a coluna do Chefe invicto. O estrategema surte o desejado efeito. Os revolucionários, que se achavam prestes a tomar a capital, acampados pouco além da ponte de Pinheiros, hesitam.

25 de maio de 1842. Tomando a iniciativa das operações, o Ba-

rão de Caxias faz ocupar, com elementos de sua famosa “Vanguarda”, as pontes de Pinheiros e Anastácio e destruir as de Santo Amaro e do Ó. O contacto é estabelecido com as forças do chefe rebelde, Rafael Tobias de Aguiar. A rapidez das operações salva a capital da Província. A 28 de maio, o Barão de Caxias transpõe, com o 12º Batalhão de Caçadores, a ponte de Pinheiros e ataca a força de Rafael Tobias, três vezes superior em número. A inferioridade numérica impede o Barão de explorar o êxito alcançado. Novo ataque é levado a efeito, a 1º de junho, com maior vigor e ousadia. Retiram-se, porém, os rebeldes, evitando as ações decisivas.

A presteza e o espírito ofensivo das Forças legais iam aos poucos desmoralizando os rebeldes, cujo comando perdia prestígio em suas constantes retiradas em face do inimigo. Surgem desavenças e dissensões que o Comando legal sabe aproveitar em favor de sua causa.

Desbaratados nas proximidades de Campinas, expulsos da fazenda de Caracapiuva e do corte, onde, a 13 de junho, Caxias tenta cercá-los, os revolucionários de Rafael Tobias retiram-se em debandada, aproveitando a proteção da noite, e procuram acolher-se em Sorocaba, que era considerada a cidadela da revolução mas, que, de fato, seria, conforme a predição de Caxias, “o túmulo da rebelião”.

Ocupado Itararé pelas Forças legais, com o fim de impedir a retirada dos rebeldes para o Rio

Grande do Sul, Caxias faz convergirem sobre Sorocaba as colunas Leite Pacheco e Amorim Bezerra e avança para aquela cidade, à frente da terceira coluna legal.

Tenta ainda o chefe rebelde, Rafael Tobias, levantar o ânimo de seus comandados, com uma proclamação cheia de insultos aos mesmos revolucionários.

Estava extinta a insurreição de São Paulo.

20 de junho de 1842. Restava às Forças legais desfechar o tiro de misericórdia contra a resistência de Sorocaba. A 20 de junho, entram na cidade as Forças do Barão de Caxias. Em ordem do dia, mais uma vez fazia q glorioso Chefe aos seus soldados a recomendação de respeito à vida e aos direitos dos habitantes.

Partem colunas de Sorocaba sobre Taubaté, Pindamonhangaba, Lorena e Silveira, onde remanescentes da revolta ainda constituíam ameaça à ordem pública e são vencidos e aprisionados.

10 de julho de 1842. Regressa à Corte o Barão de Caxias, após sua vitória de Sorocaba, e é investido, sem demora, no Comando em Chefe das Forças imperiais em operações na Província de Minas Gerais. Não poderia ter repouso o grande Soldado do Brasil, quando estavam em perigo as instituições e a unidade nacional.

A 30 de julho, já se encontrava no Bromado o Comandante em Chefe e lançava seu primeiro edital aos habitantes da Província,

assegurando a anistia ampla, a volta tranqüila aos domicílios, a continuação da vida doméstica aos revoltosos que, dentro de dez dias, depusessem as armas, à exceção dos chefes da rebelião.

No mesmo dia, assume o Barão de Caxias o Comando do Exército, no Rio do Peixe. Informado de que os rebeldes, encorajados pelos sucessos de Queluz, tinham deixado São João e avançavam sobre a capital para lá se dirige a marchas forçadas e consegue entrar, sem que os adversários ousassem impedi-lo.

Renunciando seu primeiro objetivo, a coluna rebelde, forte de 2.000 homens, retira-se precipitadamente para a cidade de Sabará, da qual se apodera, a 11 de agosto, indo depois acampar no arraial de Santa Luzia. É neste arraial que tem lugar, a 18 de agosto, o combate decisivo da campanha de Minas Gerais entre duas colunas do Exército Pacificador e todo o exército rebelde, num efetivo aproximado de 4.000 homens.

Devidamente informado a respeito dos efetivos e disposição inicial das forças imperiais, o comando rebelde toma a iniciativa e colhe vantagens, em vigorosa surtida, na primeira parte da jornada.

Mais uma vez se revela o Barão de Caxias, como chefe manobreiro e hábil. Com os 800 bravos da 2ª Coluna, simula uma retirada, resistindo aos 3.000 homens que contra aqueles investem, e contramarcha sobre os rebeldes, numa carga de balonetas

que pessoalmente dirige, logo que exposto o flanco inimigo ao ataque da 3ª Coluna legal, conduzida pelo Coronel Lima e Silva, que acorre ao campo da luta, atraída pelo estrépito do renhido combate.

Trezentos prisioneiros, inclusive dez dos principais chefes da revolta, e todo o armamento e munição de guerra e de boca foram os troféus da jornada de 18 de agosto. Dispersos, sem chefes, desprovidos de munição, vagando em diferentes direções, os restantes rebeldes não mais ousariam enfrentar o Exército Libertador. Estava extinta a revolta da Província de Minas Gerais.

Graduado ao posto de Marechal-de-Campo, regressa à Corte o Barão de Caxias, para ser novamente investido, por Decreto de 24 de setembro do mesmo ano de 1842, nos espinhosos cargos de Comandante em Chefe do Exército em Operações e Presidente da Província do Rio Grande do Sul.

9 de novembro de 1842. O Marechal Barão de Caxias empossa-se em seus novos cargos e se transporta para o Rincão dos Touros, donde irradiava providências no sentido de aparelhar o Exército com os necessários elementos de remonta e assim poder executar o plano de operações que tem em vista.

11 de janeiro de 1843. Protegida a linha de navegação, desde a Lagoa Mirim até o Jacuí, com lanchões e canhoneiras da Esquadra de Greenfeld; guarnecidas a capital e a cidade do Rio

Grande; ocupado pelo grosso do Exército Imperial, contando perto de 7.000 homens, o Passo de São Lourenço, no Rio Jacuí, têm início as operações com a travessia do São Gonçalo.

Depois de simular que passaria este rio nos Canudos e tomaria a direção de Piratini, o Barão de Caxias de fato o transpõe, com uma coluna ligeira, composta de 1.800 homens de Infantaria e Cavalaria, no Passo da Barra, e alcança o Camaquã, sem que o pressentisse o inimigo, quando este poderia atacá-lo com vantagem.

Do Rio Camaquã prossegue a coluna coberta agora à esquerda pela Serra do Erval e à direita pela Lagoa dos Patos e, após um percurso de 80 léguas, com um mês de marcha, atinge o Passo de São Lourenço.

Estava consumada a surpresa. Neto o esperava em Piratini e Canabarro continuava, no Passo da Juliana, a observar o grosso do Exército Imperial.

"O inimigo não tem um plano fixo"... "e apenas mostra disposição de emigrar para o Estado Oriental, logo que o Exército o persiga". E, nesta convicção, assenta o Marechal Barão de Caxias seu plano de operações, visando a "aproximar-se da Fronteira com o Exército, tentando um golpe violento sobre o grosso dos rebeldes", de acordo com Bento Manuel, cujos partidários atuavam no Município de Alegrete.

28 de fevereiro de 1843. Após acionar as Forças navais e as

terrestres da guarnição do Rio Grande, prevenindo a irrupção de Frutuoso Rivera, na Fronteira do Chuí, e limpar o Município de Cruz Alta dos bandos rebeldes que o infestavam, põe-se em marcha o Barão de Caxias, com o grosso de seu Exército, do Passo de São Lourenço em direção ao Vacacaí e ao Passo do Rosário, no Rio Santa Maria.

Neto e Canabarro mantêm a cavalaria rebelde, no Passo do Salso, e a infantaria, no Passo do Rosário, em prudente expectativa, reunindo neste passo um efetivo de 3.000 homens.

Ao atingir São Gabriel com o grosso do Exército Imperial, é o Barão de Caxias ciente de que os rebeldes se haviam retirado em direção à fronteira do Alegrete.

Deixando, em São Gabriel, o Coronel Jacinto de Araujo Correia, com 2.000 homens e toda a bagagem pesada, Caxias transpõe o Santa Maria, com 4.000 homens, e se dirige para a Capela do Livramento, que atinge ao cair da tarde de 30 de março.

Aproveitando a proteção da noite, evadem-se os rebeldes, transpõem a fronteira, na altura de Cunhapiru, e se internam no território oriental, donde contra-marcham, em rápido movimento, passando pelo Itaquiatiá, em direção a São Gabriel, que põem em sítio, apoderando-se do gado e da cavalaria das Forças Imperiais, que se encontravam nos arredores da cidade. A aproximação da coluna do Barão de Caxias, que pressuroso acudiu a

praça, levantam os rebeldes, o cerco de São Gabriel e se retiraram para Bagé, buscando novamente asilo no território estrangeiro.

Na impossibilidade de perseguir e obrigar ao combate, com tropas numerosas, um inimigo que se reunia e dispersava em colunas ligeiras, resolveu Caxias dividir seu Exército em duas colunas, deixando uma sob seu imediato comando e confiando a outra ao Brigadeiro Bento Manuel.

26 de maio de 1843. A divisão das Forças Imperiais produziu o desejado efeito. Convencidos de que seria fácil a vitória contra a coluna de Bento Manuel, de 1.200 infantes, 1.000 cavaleiros e apenas duas bocas de fogo, os rebeldes atacam-na com 2.500 homens, no Arroio Ponche Verde. Saem vitoriosos os legais de Bento Manuel. Bento Gonçalves, medindo-se com seu valente adversário, sai derrotado pela segunda vez.

O ardil de David Canabarro, que à frente de 1.000 rebeldes põe cerco a Alegrete, a 5 de junho, falando em fictícias vitórias sobre as Forças Imperiais ao experimentado comandante da praça, Coronel Arruda Câmara, a quem propõe capitulação, sob pena de "deixar perecer a ferro e fogo os brasileiros confiados ao seu comando", recebe daquele condigna resposta. O recurso às armas não é melhor sucedido. Após 6 dias de sucessivos ataques, David Canabarro abandona o intento, deixando livre o campo.

Informado da vitória de Ponche Verde, o Marechal Ba-

rão de Caxias, que marchava com o grosso do Exército na direção de Bagé, vai reunir-se à coluna de Bento Manuel, nas pontas do Santa Maria Chica. Daí orienta esta coluna para Alegrete, em perseguição de Canabarro, e procura atacar Bento Gonçalves e Neto, em Opacarái.

Nas pontas do Santa Maria Chica fere-se ainda, a 7 de junho, "um dos combates em que mais bravura e denôdo desprezaram os nossos bravos", entre a coluna de Abreu e as forças rebeldes de João Antônio, que são destroçadas e postas em fuga.

3 de julho de 1843. Ante a mobilidade do inimigo, cujas colunas continuam a evitar o contacto com as Forças Imperiais, procurando asilo no país vizinho, sempre que se viam acossadas, o Barão de Caxias resolve estacionar num ponto central da Campanha, que melhores condições apresente para ser fortificado. A Estância do Carmo, no Rio Jaguarí, foi o ponto escolhido. A 2ª Divisão conserva-se na margem direita do Ibirapuitã.

18 de julho de 1843. Em face dos sucessivos reveses, manifesta-se a discórdia entre os revolucionários. Souza Neto é destituído do comando em chefe e substituído por David Canabarro, que já não obedecia ordens de Bento Gonçalves. Este fala em deixar a presidência do Estado e retirar-se da política, em consequência das desfeitas sofridas. Continuam a apresentar-se às Forças imperiais indivíduos cansados de sofrer os efeitos da prolongada guerra, an-

siando pelo descanso, procurando os títulos de anistia, de conformidade com o Decreto de 29 de março de 1841, "que de muita utilidade tem sido e ainda pode ser, para a pacificação da Província". Com estes elementos é organizado um corpo, com a denominação de Esquadrão de Cavalaria Ligeira do Município de Alegrete, que se coloca a serviço da legalidade.

3 de agosto de 1843. Novas refregas, porém, se verificam na Fronteira de Alegrete. Neto perde toda a cavallhada, tomada por João Propício Mena Barreto, e se encosta ao Quarai. David, das pontas de Ponche Verde, desvia-se para o Estado Oriental, perseguido por Bento Manuel. O grosso do Exército Imperial se desloca para Caçapava, a fim de facilitar a própria remonta. Os rebeldes de João Antônio passam o Jaguarão, muito desfalcados pela deserção. A aproximação da Brigada de Marques de Souza, os revolucionários abandonam Piratini e se internam no Uruguai. David Canabarro, agora presidente e comandante em chefe, dirige-se para Cêrro Largo, com o grosso do exército republicano.

17 de agosto. Sumariando os acontecimentos, o Barão de Caxias pode proclamar:

"Não há uma só povoação dominada pelos rebeldes, não há mesmo na Província nenhuma força deles, à exceção de pequenas partidas que têm mais o caráter de salteadores. Se a nossa fronteira com o Estado Oriental não fôsse tão longa e fácil de ser atravessada impunemente em qual-

quer lugar; se os rebeldes não pudessem naquele Estado receber os socorros de que necessitam, principalmente cavalhadas, poder-se-ia afirmar que a revolta estava concluída."

Desiludidos, porém, do apoio do General Frutuoso Rivera, cuja situação se agrava na República Oriental, com as últimas derrotas que lhe infligem as forças de Oribe, os rebeldes não encontrariam outra solução, senão aquela prevista pelo Barão de Caxias — contramarchar para o Rio Grande, com o fim de emigrar, pelo Passo de São Borja, para Corrientes.

24 de agosto. Entretanto, volta Neto para Piratini. Propício vai ao seu encontro com 300 cavaleiros, forçando-lhe a fuga para o Pantanoso. João Antônio ressurge em Santa Maria Chica, com 400 rebeldes, ameaçando as comunicações com São Lourenço, donde marcham comboios do Exército Imperial. David reaparece no Passo da Armada, no Ibicul, e no Passo do Rosário, provocando novas medidas de repressão do Marechal Barão de Caxias, com o grosso nas pontas do Jaguarí.

2 de outubro. Cresce, contudo, o número de rebeldes apresentados à procura dos benefícios da anistia. Mas um contratempo sobrevém a este movimento de pacificação, com o Decreto Imperial de 7 de maio, revogando o de 29 de março de 1841, que autorizava o Presidente da Província a conceder anistia aos rebeldes apresentados. O Marechal lamenta-o, justamente magoad,

pela demora com que lhe chega às mãos o referido diploma, depois que os revolucionários o haviam publicado em seu jornal de Piratini.

O resultado previsto pelo Barão de Caxias, ante essa atitude inesperada do Governo Central, não se fez esperar. Recrudescem as atividades dos rebeldes, com as novas adesões dos elementos já desesperançados da anistia. João Antônio e Canabarro fazem junção, nas pontas do Ibirapuitã, e marcham em direção a Sant'Ana do Livramento, em procura de ligação com Bento Gonçalves, que faz frente à coluna da esquerda, na Fronteira do Jaguarão, com Neto e outros chefes republicanos.

Terminada a estação invernos, resolve o Barão de Caxias intensificar as operações. Cria uma nova Divisão, cujo comando confia ao Coronel Francisco Pedro de Abreu. Movimentam-se as três colunas do Exército Imperial. De Bagé, segue o Comandante em Chefe para São Gabriel; Bento Manuel para Alegrete. A Abreu é atribuído o setor do Jaguarão, onde surpreende e bate os republicanos, em Canguçu, a 6 de novembro.

12 de novembro. David rearticula-se em torno de Bagé. Neto em Piratini. Portinho e Carvalho tomam rumo incerto. "Todos os movimentos deles", observa o Barão de Caxias, "consistem em furtarem-se ao combate, conservando-se distantes de nossas forças..."

Todavia, do lado republicano, lavra o descontentamento e a inquietação. Bento Gonçalves,

demitido da presidência, é substituído por Jardim. A Neto acontece outro tanto, substituído por Canabarro no Comando em chefe das forças rebeldes, as quais não passam de 2.000 homens, faltos de todos os recursos. O governo rebelde não tem pouso certo. Bento Gonçalves e Neto, desgostosos, tratam de criar um novo partido, para suplantar o de Canabarro.

28 de dezembro. Depois de esboçar um movimento em direção a Caçapava, David refugia-se mais uma vez na Fronteira do Quaraí, perseguido pela Divisão de Bento Manuel. João Antônio, tendo-se destacado da coluna de David, em Dom Pedrito, rumo com Portinho, à frente de 500 homens, para o Passo de São Simão, e transpõe o Ibicuí no Passo da Catarina, perseguido por João Propício Mena Barreto, e é batido por Demétrio Ribeiro, nas pontas do Butuí nas Missões, e toma o rumo de Encruzilhada.

A estas derrotas vieram ainda acrescentar-se, neste penoso fim de ano, as de Batovi e São Martinho, comprometendo seriamente o moral dos revolucionários. Na perseguição desencadeada, por 38 léguas, sem os perder de vista, a vanguarda de Caxias não consegue que o adversário aceite o combate.

O novo ano de 1844 ainda haveria, porém, de escoar-se, antes de alcançarmos a desejada paz.

No mês de janeiro, David ressurgiu em Bagé, reagrupa os republicanos, num efetivo de 1600 homens, e marcha sobre Alegrete,

seguido de perto pela Divisão de Bento Manuel. O grosso do Exército Imperial se desloca em direção ao Passo do Rosário, observando os movimentos do inimigo que precipita sua retirada na direção da linha divisória com o Estado Oriental.

7 de março. Reunidos nas pontas do Arroio Arapendi, mais uma vez refugiados no vizinho Estado, os chefes republicanos recebem do General Frutuoso Rivera as primeiras sugestões para um entendimento com o Império, ao que teriam assentido. Procurado pelo Major Caballero, ajudante-de-ordens de Rivera, a pretexto de reclamar o armamento do Regimento Santa Fé, desarmado pelas Forças Imperiais ao entrar em nosso território, tem o Barão de Caxias ciência daqueles entendimentos, os quais considera prematuros, achando-se ainda em armas os revolucionários, de um lado e de outro da Fronteira.

Nova concentração de forças republicanas, em Bagé, faz convergirem para esta cidade a Divisão do Centro e elementos da Divisão da Esquerda. Batido pelos revolucionários de Amaral, que teve de enfrentar junto ao Arroio Candirotinha, antes de poder reunir-se à coluna do Centro, Abreu retira-se para Canguçu, cedendo à desproporção numérica. A chegada do Barão de Caxias, com a Divisão do Centro, David retira-se novamente para o Estado Oriental. Novas tentativas de rearticulação, tanto na região de Bagé, como nas Fronteiras de

Quaraí e Jaguarão, e novas retiradas para o território oriental se verificam nos meses subseqüentes, enquanto piora, cada dia, o moral das forças republicanas. A intriga política repercute nas fileiras rebeldes, aumentando as deserções.

Novas propostas de pacificação da Província, por meios conciliatórios, são rejeitados pelo Barão de Caxias, como injuriosos aos direitos de Sua Majestade, o Imperador.

Reconhecendo a impossibilidade de se conservarem reunidos, os revolucionários se dividem em pequenos grupos e se espalham pela Campanha, obrigando Caxias a dividir, com as devidas cautelas, as Forças Imperiais, para continuar a persegui-los em todas as direções:

"A ocupação de maior número de pontos da Campanha, a continuada perseguição ativa aos grupos armados e a faculdade de anistiar a todos os que depuserem as armas" são os meios que parecem ao Marechal "mais próprios de levar a efeito a completa pacificação da Província".

2 de outubro. David Canabarro continua a estar sobre a Fronteira de Jaguarão, com o grosso de suas forças, em número de 800 homens. A 1ª Divisão Imperial ocupa a Fronteira de Bagé. Em seu acampamento, nas pontas do Taquarembó, o Barão de Caxias faz entrega ao chefe republicano anistiado, Ismael Soares, dos salvo-condutos solicitados por Bento Gonçalves e Antônio de Souza Neto, que deixam o serviço republicano.

"É o último golpe desferido contra a revolução", pensa o Marechal. "Canabarro, ainda com suas forças para o lado de Pedras Altas, em poucos dias terá de abandonar a Província, se não depuser também as armas". Com efeito, o chefe republicano passa o Jaguarão e marcha costeando nossa linha divisória, em direção à linha do Taquarembó. Caxias segue-o do nosso território, observando-lhe os movimentos.

10 de novembro. O chefe rebelde Bernardino é completamente batido, na margem esquerda do Quaraí, pelo Coronel Fernandes Lima, da 1ª Divisão Imperial. Propício surpreende e destroça o rebelde Jacinto Guedes, nas pontas do Arroio Sarandi. O Exército Imperial continua a aproximar-se da Fronteira do Estado Oriental, dividido em três colunas. David retorna ao Jaguarão.

Abreu recebe de Caxias a missão de atacar as forças de Canabarro, que devem estar a 14 de novembro no Cêrro dos Porongos; e faz recomendações confidenciais ao Comandante da Divisão da Esquerda, convencido de que a ação "nos levará em poucos dias ao fim da revolta desta Província..."

Deixando-se surpreender por Abreu no acampamento do Cêrro dos Porongos, David concorre para a desmoralização dos remanescentes rebeldes em armas. Bento Gonçalves tenta arrebatá-lo, porém, à evidência da dispersão de sua gente; volta, ainda mais desanimado, para o lugar donde partiu, e continua à espera do

regresso de Fontoura, que fôra à Côte pedir novamente anistia.

Era a ocasião azada para a pacificação. Em novembro, de acôrdo com o Barão de Caxias, os revolucionários haviam expedido emissários com o fim de obter do Governo Imperial certas condições de paz, que atenuassem os efeitos da uma derrota militar. De posse das definitivas resoluções do Governo Imperial, Caxias entra em negociações com os chefes republicanos e, em fevereiro de 1845, assenta definitivamente, as condições de paz, baseadas na "anistia geral e plena para todas as pessoas envolvidas na rebelião."

De seu acampamento de Ponche Verde, a 28 de fevereiro de 1845, David Canabarro anuncia aos revolucionários a pacificação, em termos de candente patriotismo:

"Concidadãos! ... a guerra civil que por mais de nove anos devastava este belo país, está acabada. A cadeia de sucesos por que passam tôdas as revoluções tem transviado o fim político a que nos dirigimos; e hoje a continuação de uma guerra tal seria o *ultimatum* da destruição e do aniquilamento da nossa terra."

"Um poder estranho ameaça a integridade do Império; e tão estólida ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será teatro de suas iniquidades e nós partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos ao bem

geral do Brasil..." "União, fraternidade, respeito às leis e eterna gratidão ao inclito Presidente da Província, o ilustríssimo e excelentíssimo Sr. Barão de Caxias, pelos afanosos serviços que há feito, na pacificação da Província".

A 1º de março, faz-se ouvir também a palavra do Marechal Barão de Caxias, proclamando a paz entre os brasileiros:

"Rio-grandenses! É sem dúvida para mim de inexplicável prazer o ter de anunciar-vos que a guerra civil, que por mais de nove anos devastou esta bela Província, está terminada. Os irmãos contra quem combatíamos estão hoje congratulados conosco e já obedecem ao legítimo Governo do Império do Brasil..."

Promovido a Marechal de Campo e elevado a Conde, por Decretos de 23 de março de 1845, Caxias permanece na Presidência da Província do Rio Grande do Sul, consolidando a obra de pacificação, e dêsse pôsto vem tirá-lo a eleição para Senador da mesma Província, a 1º de setembro do mesmo ano.

Em 1851, voltaria ainda o Marechal Conde de Caxias ao Rio Grande do Sul, como Presidente da Província e Comandante das Armas, quando urgentes motivos de uma guerra em perspectiva, com as Repúblicas do Prata, impunham novamente ao Governo Imperial o apêlo aos serviços do General insigne.

Como sempre, Caxias parte cêlere para seu pôsto. Nomeado por Decretos de 15 e 16 de junho, em-

barca dois dias depois e, na madrugada de 24 de julho, já se encontra em marcha com sua tropa, de Orqueta para Sant'Ana do Livramento.

A 1.º de agosto, dá organização a suas Forças, em plena Fronteira, tendo em vista a invasão necessária do território talado pelo inimigo. Colhe, então, os frutos opimos da concórdia que soube implantar, em 1845, podendo contar, entre seus comandados imediatos, Antônio de Souza Neto que, solicitado por emissário de Oribe a que lhes prestasse concurso, reúne seus bravos farroupilhas, brasileiros e orientais, e com eles se apresenta ao Marechal Conde de Caxias, para a defesa do Império; e David Canabarro, a quem confia uma de suas Divisões. Graças ao empolgante prestígio do Comandante em Chefe, João Antônio da Silveira e José Gomes Portinho, antigos caudilhos farrapos, servem agora nas fileiras imperiais, ombreando-se com Andrade Neves e Jacuí,

ardorosos adversários da causa republicana. E, a Miguel de Frias e Vasconcelos, o republicano de 1832, o Conde de Caxias entrega confiante a chefia de seu Estado-Maior.

Assim aureolado pelas glórias de suas magistrais campanhas internas, Luiz Alves de Lima, Marechal Conde de Caxias, o mago da unificação e da concórdia brasileira, empunhando a espada magnífica que, tal como a lança mitológica, fazia sarar as feridas que produzia, abre um novo ciclo, em sua longa e brilhante fé de ofício de serviços ao Brasil. Sagrando-se, como pacificador do Continente, quem antes fizera a unidade de sua Pátria e nela implantara a paz e a concórdia, cumpre Caxias mais uma vez uma predestinação, como precursor de "Ordem e Progresso", o lema que há de conduzir a Nação Brasileira aos seus gloriosos destinos.

(De uma palestra para o "Dia do Soldado").

A GUERRA REVOLUCIONARIA leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão.

CAXIAS E A INTEGRAÇÃO NACIONAL

ANTONIO GUILHERME DE ALMEIDA

"Passam-se os homens, os tempos, mas nem tudo passa. Há no presente um pouco do passado e do futuro". Se nos homens do presente se renovam os homens do passado, a marcha da humanidade poderá não ser a mesma no futuro, porque tudo caminha e se transforma, mas nada se perde, pelo que hão de sempre perdurar nos homens de hoje e de amanhã as virtudes dos homens de ontem na eterna beleza dos grandes sonhos humanos. Os nossos protótipos não desaparecem com a morte, antes revivem na consciência coletiva, resistindo ao tempo que é o "nunc fluens" pela grandeza das suas virtudes que não morrem, de seus exemplos que edificam, de suas atitudes que dignificam, pindarizando-lhes a vida, que se não extinguirá jamais, porque a vida é eterna, imperecível, na sua ininterrupta renovação...

O tempo, que é o ponto móvel, foge — a personalidade permanece; os dias passam, o espírito se reafirma imortal entre o efêmero das horas e o mistério da eternidade.

Somos sempre o pó de muitas gerações. Carrel nos projeta na vida como uma sucessão de sombras do que fomos e somos... O gráfico de cada existência humana é cheio de curvas vertiginosas, mas nem por isso deixamos de ser, nesse complexo de linhas, reduzindo-se tudo a uma simples fórmula geométrica,

um movimento continuado de um ponto fixo, embora de existência esotérica como o é o ponto geométrico e que, convencionalmente, se move para outro ponto invisível que, por sua vez, não deve parar nunca... Entre êsses pontos está a vida. Os extremos são os impulsos dessa estranha força que sacode a massa e o indivíduo pelos caminhos dramáticos de seus destinos.

Acredito que a maior virtude dos que, embora mortos, permanecem vivos na consciência das gerações, é a de terem êles sido em vida, homens de ação na responsabilidade de um dever — ser útil à família humana.

Aí está por que Luiz Alves de Lima e Silva, soldado e cidadão, se impôs ao respeito dos homens de seu tempo e ao culto dos nossos dias. Ele soube ser profundamente humano. Poderia possuir defeitos e imperfeições, porque sobre a face da terra não há ninguém perfeito, nenhum sequer. Mas, o que é expressivo, é que Caxias soube viver, dando à vida um sentido humaníssimo, não só arvorando em dogma de sua ética a severidade estoica do filósofo Köenisberg que dizia: "Dormi e sonhei que a vida era beleza, despertei e adverti que ela era dever"; mas, sobretudo, afirmando de modo eloquente um novo padrão étnico ou "tipo de raça cósmica da América, novo tipo de humanidade,

oriundo do homem transplantado, sentimentalmente nobre e avesso às injustiças e intelectualmente livre”.

Neste estudo, não quero projetar a figura de CAXIAS com os transflôres de sua brilhante carreira de Militar.

A sua espada, sempre a serviço da Pátria, tem o brilho de uma legenda espartana, podendo dizer como Hanf: “Sou um homem e trago uma espada”.

Este trabalho objetiva um ângulo quase desconhecido da vida pública de CAXIAS: o seu governo civil no Maranhão.

Foi aí nesse pôsto que lhe confiou o Regente, que o então Coronel Luiz Alves de Lima e Silva se manifestou tão grande quanto maior já se mostrara à frente de sua tropa como valoroso cabo de guerra.

Nessa árdua tarefa civil revelou-se mais uma vez “humano”, com uma perfeita consciência do poder público e poderosa força de utilidade social.

Esse capítulo inédito da vida do Condestabre do Império, põe em relêvo as palavras que a seu respeito escreveu Pandiá Calógeras: “foi um homem cuja carreira cheia de glória só ostentava o sucesso e a vitória”.

Quando pronunciamos o nome do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, em nosso pensamento ocorre toda a história do Brasil, num largo espaço de tempo.

Marechal Lima e Silva, o Duque de Caxias, quer dizer a história do Brasil Imperial. Foi a figura singular daquela época, participando ativa e destacadamente em todos os acontecimentos militares, políticos e

sociais, que influíram decisivamente na formação e consolidação da estrutura patrimonial de nossa Pátria.

Como militar, CAXIAS foi insuperável, percorrendo todos os postos da hierarquia militar e conquistando as mais elevadas condecorações, pelos seus méritos pessoais e pelo seu acrisolado amor à carreira das armas.

Como cidadão, foi um padrão de honestidade, dando exemplos de seu devotamento à causa pública.

Em repetidas vezes que foi solicitado para servir ao governo do Império, deixou traços marcantes de seu consagrado espírito de justiça e de sua honra inatacável.

É difícil, para quem fala sobre este eminente brasileiro, sintetizar e focalizar seus gloriosos feitos em um curto espaço de tempo. Sua história é muito longa e representa um trabalho intenso e profícuo, de muitos anos, sem descanso e sem interrupção.

CAXIAS foi um grande chefe que nunca conheceu o amargor de uma derrota. Sua espada invicta escreveu uma das páginas mais brilhantes de nossa História. Não permitiu que o nosso Brasil se dividisse em pequenos pedaços de terra que mais tarde seriam nações independentes e inimigas de nossa gente.

Devemos à sua coragem, sua bravura e ao invulgar devotamento à causa do Brasil, a conservação total do solo brasileiro, como o temos até os dias em que vivemos.

Sua carreira militar começou muito cedo e só mesmo uma pessoa predestinada e protegida pela

graça Divina, poderia encontrar uma estrada larga e iluminada que o conduzisse ao encontro de seu glorioso destino. CAXIAS, ainda criança, aos cinco anos de idade, vestiu a farda de soldado do Brasil.

Sim, CAXIAS verificou praça aos cinco anos de idade, por uma deferência especial de D. João VI, Rei de Portugal — atendendo a sua descendência de militares ilustres e que formavam sua distinta família, em cujo seio contava nada menos de onze Generais.

O menino Luiz Alves de Lima e Silva revelara de berço sua grande vocação para a carreira militar.

Aos quinze anos era promovido a alferes, e aos dezoito, já era Tenente.

Promovido sucessivamente aos demais postos, alcançou o posto de General aos trinta e oito, e Marechal aos trinta e nove anos de idade. Mas não foi somente na carreira militar que CAXIAS obteve tão brilhante êxito. Como cidadão, foi distinguido para altos cargos da administração do País, tendo exercido com rara eficiência as funções de Ministro da Guerra, Senador, Conselheiro do Império e Governador de províncias.

CAXIAS, com seu admirável gênio de administrador, com sua sagacidade de político, e com sua bravura pessoal de soldado, contornava com sabedoria as dificuldades que se lhe antepunham e resolvia com segurança e firmeza as graves situações que, a cada passo surgiam na época atribulada e difícil de nossa história.

Recebeu ainda honrosos títulos de nobreza, por distinção e merecimento aos inumeráveis serviços

que prestou à causa pública, sendo o único brasileiro agraciado com o título de Duque que o consagrou definitivamente na História Pátria e na consciência universal de todos os povos.

Luiz Alves de Lima, Duque de Caxias, governou o Maranhão do dia sete de fevereiro de 1840 a treze de maio de 1841. Ao assumir o governo, logo traçou o seu programa de ação administrativa, em uma proclamação que dizia: "Maranhenses, mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre vós existam".

Como Presidente da Província, ia governar; como militar, comandar. Duque de Caxias, que se dizia "mais militar do que político", pairando acima dos partidos, cujos nomes queria ignorar, soube de tal maneira imprimir rumos novos aos negócios do Estado, que o seu governo foi uma página a mais de relevantes serviços ao País, podendo o ilustre varão, ao terminar a sua tarefa, declarar ao seu sucessor: "fui sempre respeitado e obedecido, não tive oposição de partido algum, todos os empregados e chefes de repartições desvelaram-se em cumprir os seus deveres durante o tempo do meu governo".

Estudada a obra administrativa de CAXIAS à frente do governo maranhense, mesmo assim, como fiz, a largos traços, será interessante uma crítica do comportamento do Presidente nessa tarefa, que não foi das menores de quantas lhe dera já o Império.

Qual seria então o aspecto do seu governo?

Pelos poderes que lhe foram conferidos, quando de sua nomeação à Regência deu-lhe forças para realizar, na velha província nordestina, o que hoje chamaríamos um governo autoritário.

Militar e Chefe de governo, com uma soma enorme de poderes, estava CAXIAS aparelhado para agir não só no Maranhão, mas também no Ceará e Piauí. Ora, é de clareza meridiana que um Chefe de Província, assim prestigiado, o poder que lhe conferiram foi de máxima autoridade. Não lhe deveriam, em qualquer daquelas regiões, estorvar a sua ação. Parecerá a muitos, talvez que, somente o seu raio de ação militar é que se deveria estender para além dos limites maranhenses. De qualquer forma, não poderemos delimitar o prestígio de CAXIAS, no seu governo, pois, mesmo que somente como militar é que pudesse ter atuação no Ceará e Piauí, só esse privilégio lhe dava ao governo um relêvo especialíssimo, e porque não dizer? um caráter excepcional de autoridade fortalecida com uma soma de poderes bem amplos para se constituir, se o quisesse, em governo genuinamente autoritário.

Instalando o seu governo, não oferece nêle aspectos militaristas; antes se despe como administrador, de tão altos encargos, revelando-se o mais apegado possível ao fetichismo das leis, fazendo questão de governar dentro das leis do Estado, submetendo à aprovação da Assembléia todos os seus atos administrativos, não executando uma tarefa de governo fora das leis, nem realizando uma das suas grandes obras, sem fortalecê-las, primeiramente com o amparo de uma lei. Em seu Relatório êle mes-

mo confessa êsse apêgo às leis, apêgo a que classificou como sendo "regra de seu procedimento", "cumprir e fazer cumprir sem discrepância as leis do Estado".

Essa facêta do caráter de Luiz Alves de Lima, é, sem dúvida, um dos mais impressionantes relevos de sua formação. O respeito ao princípio de autoridade era nêle virtude essencial.

"Sou militar, dizia, e como tal sempre obedeci às autoridades legalmente constituídas".

Uma singular predestinação veio completar a educação de CAXIAS recebida em uma austera família de servidores. A primeira bandeira do Brasil, dada ao Exército, foi recebida por CAXIAS, então Tenente-Ajudante do Batalhão do Imperador. Tal foi o ponto de partida de uma carreira brilhante e utilíssima ao Brasil.

E depois, quando as contingências históricas lhe prepararam o papel de pacificador, CAXIAS revelou-se um organizador modelar, um político sincero, um grande soldado e, acima de tudo, um espírito superior.

Em tôdas as situações embaraçadas de sua vida, ao receber missão de pacificar um zona conflagrada, o grande soldado, de relance, apanhava o aspecto geral das causas, lendo com rigorosa exatidão o segredo de tôdas as almas e decifrava o mistério de todos os acontecimentos.

Temos muitos artigos e biografias sobre CAXIAS, mas ainda não se citou nenhuma anedota, capaz de provocar riso.

Entretanto êsse homem taciturno, que falava pouco, escondia uma grande bondade dentro em si, talvez maior que a sua seriedade. É que o glorioso soldado era profundamente religioso, sem exagero ou ostentação.

O estilo familiar de suas cartas primava pela simplicidade e clareza. Mesmo quando se dirigia aos íntimos, apesar do tratamento afetuosos era muito sisudo.

Uma carta de CAXIAS podia falar estilo literário ou arroubos de imaginação, mas nunca equilíbrio nos pontos de vista. A simplicidade com que expunha um assunto permite a qualquer colegial compreender.

Encerrando êste trabalho literário, como palavras finais direi: CAXIAS foi o criador de mística da disciplina e a sua vida pública e particular são cheias de nobres exemplos de trabalho, honradez e devotamento ao Brasil.

CAXIAS nasceu a 25 de agosto de 1803, e faleceu na propriedade de família, no dia 8 de maio de 1880. A serenidade dos seus últimos momentos nos leva a crer que possuía uma consciência livre de remorsos. Infelizmente, as testemunhas do desenlace não guardaram suas últimas palavras.

Ao rememorar tão brilhante página de nossa história, neste trabalho tão significativo, confio na Providência Divina, em que o nosso querido Brasil, quer queiram quer não queiram, os seus dispostos patriotas, marchará para o seu progresso insofismável dentro da lei e da justiça, da ordem e da disciplina, da religião e do direito, do respeito e da moralidade, na mais ampla e elevada concepção da dignidade humana e pública, seguindo de maneira irrestrita os exemplos veneráveis do DUQUE DE CAXIAS.



“O Chefe deve ter a capacidade de criar alguma coisa nova quando a ocasião se oferecer. Nenhum homem destacou-se em sua profissão sem ter feito isto. Se o recurso inventivo rápido, pronto e necessário é desejável em qualquer profissão, certamente o será também e sobretudo na arte da guerra.”

MAQUIAVEL

SOLICITAÇÃO

VOCÊ, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e remeta-as para esta Redação. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

ORDENAÇÕES
E LEYS
DO REYNO DE PORTUGAL,
Confirmadas, e estabelecidas
PELO SENHOR REY
D. JOÃO IV.

NOVAMENTE IMPRESSAS,

*Accrescentadas com tres Collecções; a primeira, de Leys Extraordinarias;
a segunda, de Decretos, e Cartas; e a terceira, de Assentos
da Casa da Supplicação, e Relação do Porto,*

Por Mandado
DO MUITO ALTO E PODEROSO REY

D. JOÃO V.
NOSSO SENHOR.
LIVRO QUINTO.



LISBOA, MDCCXLVII.

de S. Vice de Fóra, C...

que se exerce o presidio; e que delles resulta ao meu serviço, e ao bem commum dos meus Vassallos, sou servido ordenar que todas as tres Secretarias sobreditas tenham o Titulo de Secretarias de Estado, e na mesma forma os Ministros, que nellas me servirem, terão tambem todos o Titulo de Secretarios de Estado das repartições, que respectivamente lhes tocarem, as quaes serão as seguintes: huma dos negocios interiores do Reyno: outra dos que pertencem á Marinha, e Dominios Ultramarinos; e outra dos negocios Estrangeiros, e da Guerra. Nesta conformidade pertencerão á Secretaria dos negocios do Reyno as creações, e provimentos de Titulos, e dos Officiaes mayores da Casa Real; as Doações de Senhorios de Terras, Alcaidarias mdores, Jurisdições, Privilegios, e Rendas; os pleitos, e homenagens de qualquer Governo, Fortaleza, ou Capitania das meus Dominios; e todas as mais mercês, que eu for servido fazer, ou por graça, ou em remuneração dos serviços, se despacharão pela dita Secretaria; e para ella passarão os livros das dias mercês, e os das homenagens, e Titulos; e o Secretario da dita repartição terá em seu poder os Sellos Reaes. Outro-si se expedirão pela mesma Secretaria as nomeações de todos os Prelados, assi do Reyno, como dos Dominios Ultramarinos; os provimentos de Presidentes, e Ministros para todos os Tribunaes, Relações, e lugares de Letras do mesmo Reyno, e Dominios; as eleições de Reformador, Reitor, ou Governador da Universidade de Coimbra, e Lentes d'ella; as apresentações dos Canonicos da dita Universidade; e de todos os Beneficios das Ordens Militares, pelo que respeita somente ás Igrejas do Reyno; e os mais provimentos de quaisquer Officiaes, e cargos do mesmo Reyno, que forem da minha nomeação, excepto os que abaixo se declarão. Todos os mais negocios pertencentes assi ás ditas Ordens Militares, e Universidade, como ao Governo interior do Reyno, administração da Justiça, e da minha Real Fazenda, Policia, bem commum dos Povos, ou interesse particular dos Vassallos do mesmo Reyno, que se me hãoverem de fazer por Carta, ou seja por Consultas dos Tri-

bunaes, ou por Cartas de conta, ou por partições das partes se encaminharão pela dita Secretaria de Estado dos negocios do Reyno, declarando-se assi nos sobrefeitos das Cartas, e maços das Consultas, e pela mesma se expedirão as Resoluções, que eu for servido tomar, e quaisquer outras Ordens, que não tocarem ao Expediente particular das outras Secretarias abaixo declarado. A Secretaria de Estado da Marinha, e Conquistas pertencerão todos os despachos concernentes á Expedição das Armadas, e Frotas, e administração da Fazenda dos seus Armazens, os provimentos de todos os Postos Militares da mesma Marinha, e os Officios d'ella: o Expediente dos Passaportes dos Navios, que sahirem deste porto, as Ordens sobre os que entrarem, todas as mais dependencias da mesma Marinha, e as Consultas, avisos, e requerimentos, que respeitarem ás materias referidas, se remetterão á dita Secretaria com a formalidade acima declarada. Igualmente pertencerão a ella as nomeações de Vice-Reys, Governadores, e Capitães Generaes dos Eslandos da India, Brasil, Maranhão, Reyno de Angola, Ilhas da Madeira, Açores, e Cabo-Verde, e Presidios de Africa, os provimentos de todos os postos Militares, e Officios de Justiça, e Fazenda das mesmas Conquistas, e das Dignidades, Canonicatos, Parochias, e mais Beneficios das suas Igrejas; os negocios das Missões, e todos os mais pertencentes á administração da Justiça, Fazenda Real, Commercio, e Governo dos referidos Dominios; e as Cartas, que me escreverem os Vice-Reys, Governadores, Prelados, e quaisquer outras pessoas, não sendo dirigidas a algum Tribunal, se remetterão á dita Secretaria, e por ella se expedirão as respostas. Pela Secretaria dos negocios Estrangeiros, e da Guerra correrão todas as negociações com qualquer outra Corte; as nomeações dos Ministros, que hãoverem de servir nas ditas Cortes; as instruções, avisos, ordens, e respostas das cartas dos mesmos Ministros; os despachos sobre a sua assistência; os Tratados da Paz, Guerra, Casamentos, Alianças, Commercio, e quaisquer outros, que se celebrarem; as Cartas para os Reys, Princeses, e quaisquer outras

Do Livro quinto das Ordenações, Tit. 142.

outras pessoas de fóra dos meus Domínios; e as conferências com os Ministros Estrangeiros, que assistirem na minha Corte, excepto quando eu for servido nomear a algum delles conferente particular. Outro-li pertencerá á dita Secretaria todas as dependencias da Guerra, e dos meus Exercitos, e as que respeitão, ainda em tempo de paz ao corpo Militar das Tropas destes Reynos, e á administração da Contadoria Géral de Guerra, Védorias, Hospitais, Fortificações, Assentos, e Armazens das munições de Guerra: os provimentos de todos os póstos Militares das mesmas Tropas, e Officios das sobreditas repartições: as Ordenanças Militares, e Regimentos, que eu for servido mandar observar, e todas as mais Ordens, que se expedirem respectivas ás materias referidas. E as Consultas, que sobre ellas se me fizerem, se remetterão todas á dita Secretaria na forma acima expressada; e o mesmo praticará os Generaes nas suas Cartas, e os Ministros, que forem encarregados de qualquer diligencia pertencente ás ditas materias. **Rey** por bem, e ordeno, q' fallando-se, e escrevendo-se aos sobreditos tres Secretarios de Estado se lhes dê sempre o tratamento, que pela Ley de 16. de Setembro de 1597. se manda dar ao Regedor da Justiça, e Casa da Supplicação, e Governador da Relação do Porto, Vé-

dores da Fazenda, e Presidentes nos Tribunaes; e mando que todas as pessoas de meus Reynos, e Domínios sejam obrigadas a dar aos mesmos tres Secretarios do Estado sem limitação de tempo, e lugar, o referido tratamento. Os Officiaes, que atégora servião nas Secretarias de Estado, e das Mercês, se dividirão pelas tres repartições sobreditas, de sorte que cada huma fique com o seu Official mayor separado, e os mais que forem necessarios para o seu expediente. E para que não haja confusão a respeito dos Archivos, se dividirão tambem os livros, e papeis, que nellas se acharem, segundo as suas materias, e se entregarão nas Secretarias, a que tocarem. E este Alvará quero que valha, e tenha força, e vigor, como se fosse Carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada pela Chancellaria, sem embargo da Ordenação em contrario: mandando se registre nos livros dos Tribunaes, Casas da Supplicação, e do Porto, e se imprima, e envie aos Generaes das Provincias, Ministros das Comarcas, e mais pessoas do Reyno, a que parecer necessario; e aos Vice-Reys, Capitães Generaes, Governadores, Chancelleres das Relações, e Ministros das Comarcas de todos os Domínios Ultramarinos, para que venha á noticia de todos. Feito em Lisboa Occidental aos 28. de Julho de 1736. **REY.**

R E G I M E N T O*Do Juizo das Confisgações.*

O Bispo D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor Géral nas Reynos, e Senhorios de Portugal, do Conselho de Estado de Sua Magestade &c. Fazemos saber que com parecer de pessoas de boa consciencia, Letrados, e de experiencia dos negocios do Santo Officio, ordenou Sua Magestade novo Regimento do Juizo das Confisgações pelo crime de Heresia, e Apostasia, e declarou nelle algumas cousas que se continhão no Regimento, que atégora servia, e acrescentando, e reformando, e emendando-nos por suas

aos traslados delle assignados por nous do Conselho Géral da Inquisição se desse muita fé, e credito, como ao proprio original, que está no Secreto do mesmo Conselho, por elle assignado; e sendo visto por nós o dito Regimento, e a obrigação, que temos de o fazer cumprir, e guardar, o fizemos logo imprimir, para que imprito, e assignado por nous do Conselho Géral do Santo Officio se cumpra, e mantenha nos Juizes do Fisco, Officiaes de Lei, e das mais pessoas, a que toca, o guardar, e cumprir inteiramente, tal como nelle se contém, e Sua Magestade mandou o em **Rey.**

Cham. Bento Raynoso, Melguita.
Momonho, Lacerda, Anacleto, D.^o Val-
lo, Vogado. D.^o Carneiro, Franco.

ASSENTO,

*Em qua se declarou qua, por não poderem
ser degradadas as mulheres para Afri-
ca, foram degradadas para o Brasil, se
não cumprirem a primeira, e segunda de-
gradação, pelo tempo, que patecer nos Ju-
izes, ainda que seja menor de cinco an-
nos.*

Luz Verde, Alvará da Supplicação, fol. 146.

N. 3. Os 30 dias do mez de Agosto do
anno de 1614, em Mesa grande de-
sta Casa da Supplicação, em presença do
seu Regedor Manoel de Vasconcellos, e
Defembargadores abaixo assignados, se
pôs em duvida, se quando huma mulher
era degradada para o Couto de Castro-
Marim, ou outro do Reyno, com degedo

quello para o Brasil, se não se podia
poder dar para Africa, como a Ordenação
dispoz nos homens degradados. Con-
cou-se q, quando a mulher degradada não
cumprisse o primeiro degedo, e elle se por-
tasse do modo para o mesmo Couto, ou de-
do para elle, por não cumprir o de
Villa, e Termos, e também o não cum-
prisse, elle foi segunda vez degradado, e de-
bem não cumprir este, passando a terceira
vez, se degradasse para o Brasil pelos an-
nos, que parecerem aos Juizes do caso, a
seu arbitrio; e que poderam neste caso ar-
bitrar os annos, que lhes parecer, posto
que sejam de cinco para tras, como tin-
ham já se fez por vezes, e se achou posto
em pratica. O Regedor Luis de Cam-
Pereira. Pedro Alvares Saques. Fian-
cisco de Brito. Diniz de Mello. Jacome
Ribeiro de Leyva. Jeronymo Pimenta
de Abreu. Alvaro Velho.

ALVARÁ,

*Pelo qual Sua Magestade foi servido crear tres Secretarias
de Estado.*

EU El-Rey faço saber aos que este
Alvará virem, que, havendo-se
estabelecido por outro Alvará de
29. de Novembro de 1643. a repartição
das duas Secretarias de Estado, e das Mer-
cês, e Expediente, a que depois se acre-
scentou a da Assignatura, com o fim de fa-
cilitar a expedição dos negocios, q consti-
tuão subir á minha Real presença para se-
rem despachados, tem mostrado a expe-
riencia, q desta providencia não resulta a
utilidade, que se considerou no dito Al-
vará, antes pelo contrario se encontrão na
sua pratica alguns inconvenientes graves,
e mayor dilacão, e embaraço no despa-
cho das ditas Secretarias, não só por não
constar com toda a clareza necessaria das
materias, que pertencem a cada huma,
mas por separar o dito Alvará algumas,
que devião andar unidas, e muito mais
por passarem os negocios depois de resolu-
tos em qualquer das duas principas Se-
cretarias para o expediente da terceira da

Assignatura; fazendo-se preciso, que o
Secretario della os torne a examinar de
novo, e as resoluções, que sobre elles fui
servido tomar a fim de conferi-las com as
Ordens, quando he mais natural, que cada
huma das ditas Secretarias tenha o seu
expediente separado de tudo, o que diz
respeito ás materias da sua repartição; e
que na mesma, por onde baixão as resolu-
ções, se examine, se estão conformes a el-
las as Ordens, que em sua execução se
expedem pelos Tribunaes, e sobem á As-
signatura; evitando-se por esse modo mu-
ltas demoras, e o que he mais, occupar-
se neste emprego hum Secretario, que
com mais util applicação pode ter o de
outra repartição, a qual se faz preciso crear
de novo em atençaõ dos muitos nego-
cios, que com o tempo tem acrescido,
para que, dividido o trabalho, seja mais
prompta a expedição. Pelo que tendo
consideração ao referido, e desejando dar
remedio aos ditos inconvenientes, com

qua

EVOCAÇÃO DA GUERRA DO PARAGUAI

Por ocasião do Centenário do seu término em 1.º de março de 1870

Palestra pronunciada em 13-3-70 no CPOR do Recife
pelo Major Cláudio Moreira Bento, do QG IV Ex —
Apresentação pelo Coronel Carlindo Rodrigues Simão.

INTRODUÇÃO

CUMPRIMENTOS:

Convidado pelo Sr. Coronel Carlindo Rodrigues Simão, para cooperar em parte da palestra a seu cargo, acedi prazerosamente tratar da parte referente à Guerra do Paraguai, na qualidade de estudioso dos problemas históricos de nossas fronteiras meridionais e como descendente de alguns participantes desta guerra, cujos exemplos e memória muito respeito e venero.

Minha participação não tem por fim reavivar velhas feridas com o Paraguai, com quem mantemos as melhores relações diplomáticas e de amizade, e atualmente, nosso destacado aliado, no combate à subversão no continente, honrando suas tradições de ser o berço do sentimento nativista sul-americano.

Num esforço de síntese, no curto espaço de tempo de que disponho, procurarei, através de uma palestra apresentada de maneira um pouco diferente, atingir, entre outros, os seguintes objetivos:

- 1 — Recordação de preciosos ensinamentos colhidos nesta guerra, ainda de grande atualidade, em que pôse haver decorrido 100 anos de seu término, conforme referiu o Sr. Cel Carlindo.
- 2 — Ressaltar as grandes dificuldades encontradas pelo Brasil, ao conduzir esta guerra longe de seu Centro do Poder.
- 3 — Evocação dos feitos de nossos maiores líderes nesta guerra, bem como exemplos imortais de amor à pátria dados, por diversos brasileiros, tudo isto, formando e enformando um conjunto de tradições, que vem alicerçando e inspirando o passado de nosso Exército.
- 4 — Evocar, homenagear e reverenciar, a memória de nossos mortos nesta guerra, bem como a de todos quantos, dela participaram, atendendo o chamamento da pátria ultrajada.

- 5 — Como integrantes do IV Ex — referir a participação do NE.
- 6 — Referir a participação pernambucana, através dos célebres VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, os quais, naquela época, guardadas as devidas proporções, desempenharam papéis semelhantes aos que vos destina a pátria/Srs alunos do CPOR de RECIFE.
- 7 — Agradecer a PERNAMBUCO, na pessoa do professor JORDÃO EMERENCIANO, o fato de ter comemorado patrioticamente todo o CENTENÁRIO da Guerra do Paraguai, atendendo a sugestão do saudoso Marechal Arthur da Costa e Silva.

1.ª FASE DA GUERRA (Duração 10 meses)

Caracterizada pela efêmera ofensiva estratégica de Lopes, aproveitando-se da surpresa, tendo o seu epílogo na Batalha Naval do RIACHUELO.

INVASÃO DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

Hordas guaranis conquistadoras!

Em quatro colunas devastadoras!

Levam a morte destruição, a indefesa Mato Grosso.

Reação heróica do Forte de Coimbra!

Participação épica da esposa militar brasileira.

— preparando munições —

— para aumentar o número de bravos nos bastiões.

E o Cel Porto Carreiro à frente!

Dourados — Heroísmo de Antônio João!

E seu patriótico protesto imortal!

‘Sei que morro — mas o meu sangue e de meus camaradas, servirão de protesto solene — contra a invasão do solo da minha Pátria!

Cumpriu com glória — o seu juramento de Soldado.

E com o supremo sacrifício — o da própria vida!

Rosário de atrocidades inimigas!

Atuação desassombrada de Oliveira Melo!

Mato Grosso resiste bravamente!

Mas é obrigado a ceder.

A desproporção é muito grande!

E por fim... a evacuação para Cuiabá

— para a posição defensiva de MELGAÇO

Retirada da Laguna — a Dunquerque brasileira.

Pagina épica de nossa história!

Forja de heróis — Guia Lopes — Camisão e tantos outros.

Rosário de sofrimentos e privações.

Marchas e contramarchas intermináveis!

Incêndio nos cerrados — CÓLERA — FOME

— e para completar — um inimigo impiedoso!

Sucessão de marcos humanos — aqui e acolá.

— perdidos nos cerrados mato-grossenses.

Gloriosas testemunhas — de bravos brasileiros

— que tudo — mas tudo fizeram!

— para responderem a um ultraje nacional.

Exulta o tirano com a invasão!

A humilhação do gigante brasileiro

— serviu-lhe para exaltar a MORAL de seus soldados.

Ocupou território brasileiro em litígio.

— tomou 80.000 cabeças de gado como prêsas de guerra.

Mas isto não lhe era bastante!

E a destruição de seu povo — segue a sua fatídica fortuna

Invade Corrientes na Argentina.

E sua grande — e a amarga decepção.

Corrientes e Entre-Rios — não ADESÃO!

Reação Argentina

1.º de maio de 1965 — Tratado da Tríplíce Aliança

Brasil — Argentina e Uruguai

Decidem fazer guerra contra Lopes.

— mas nunca contra o PARAGUAI.

Em suas principais cláusulas

— assim ficaria acordado:

Arrasamento definitivo de Humaitá.

Livre navegação na Bacia do Prata.

Estabelecimento definitivo de limites.

É o que é muito edificante!

Atendem os prezados ouvintes.

Proteção da integridade e soberania do Paraguai.

E prossegue — a reação Argentina!
Força de cobertura — Paunero à frente!
E era retardada a avalanche guarani.

Invasão do Rio Grande do Sul!
Pela coluna de Estigarribia.

Iniciativa heróica do 1.º de Voluntários da Pátria
Cel Manoel Mena Barreto à frente!

“Que fez tudo — mas tudo quanto podia —
sua fraca — mas obstinada tropa — para impedir
o desembarque do invasor — em solo brasileiro”

Prosseguem os paraguaios — com fraca reação
— deixando a sua esteira — a morte e a devastação!

E a reação por que não veio?
Eis a explicação!

Descasos pelo nosso preparo militar.
Ausência de planos de Segurança Nacional.
Questões pessoais entre comandantes.
— sobrepondo-se aos supremos interesses nacionais
E acima de tudo — ausência de informações!

E qual o resultado a esperar?

A confusão — a indecisão — a improvisação
— a humilhação nacional.

Tomada de Uruguaiana
Após uma série de indecisões
O clamor do bravo povo gaúcho!
— acorda a corte de seu profundo sonho.
A presença do Imperador no Teatro de Guerra
— catalisa a reação.

Atuação inspirada do Ten FLORIANO PEIXOTO!
“O improvisado Almirante”
Que embarcando a sua artilharia numa flotilha

Impede a ligação — no Rio Uruguai
— de duas colunas paraguaias
levando a destruição aos seus bogavantes.

Cêrco de Uruguaiana
Rendição de Estigarribia
Pedro II à frente!

Estava lavada a honra nacional.
Exulta o povo brasileiro!

11 de junho de 1965

Batalha do Riachuelo!

A maior batalha naval da América do Sul.

Almirante Barroso — à frente!

Histórica mensagem do líder

Hasteada na fragata Amazonas — ao ter início a ação.

"O Brasil espera — que cada um cumpra com o seu dever"

Mensagem inspiradora de feitos épicos e romanescos.

Atuação heróica de — Greenhalgh — Marcílio Dias e tantos outros.

A fragata capitânia foi usada como ARÍETE

— colocando três barcos inimigos fora de combate

— decidindo a BATALHA

Seria frustrado — para sempre — o sonho ofensivo Del Supremo
— e teria início a sua *débâcle* —

É dominado o rio Paraná — a chave para a invasão.

Nossa marinha — salvou a causa da Aliança.

Cumpriu o seu dever!

E brindou o Brasil — com uma eterna glória.

2.^a FASE DA GUERRA (Duração 4 anos)

Caracterizada pela ofensiva aliada em que a guerra é quase
tôda conduzida em território inimigo.

Marcha para Corrientes!

Concentração para a invasão do Paraguai.

Enormes sacrifícios — Mas Osório à frente.

Ausência de Comunicações!

Inexistente infra-estrutura de transportes!

Deficiências logísticas e de apoio de Engenharia!

Improvisação generalizada!

Estação invernosa — dificuldades sem fim!

O minuano — castigando — ferindo — matando.

Retardos nas travessias dos rios transbordantes.

Bivaches ao invés de acampamentos.

Alimentação da tropa — churrasco e chimarrão!

— e pasto para a cavallhada.

E o resultado?

14.000 cavalos imprestáveis — por fraqueza.

E por fim a esperada Mercedes.
455 quilômetros — em cinco longos e sofridos meses.

E o indômito Osório — sempre à frente.

INVASÃO DO PARAGUAI

Planejamentos difíceis!
Ausência de cartas — esboços e de informações.

Dificuldades à vista — pois iríamos enfrentar —
Os dois maiores generais paraguaios:

O general TERRENO! — Difícil por natureza!
E mais agora — agravado por fortificações.

O general DISTÂNCIA!
CENTRO DO PODER do Brasil — ao TEATRO DE GUERRA.
— sòmente ligados — por via aquática!
por milhares de quilômetros de separação.

Se não dispuséssemos da^a marinha?
Como seria — a INVASÃO!

Três longos meses de preparo da operação.

Planejamento combinado,
— da maior OPERAÇÃO ANFÍBIA da América.
E Tamandaré na liderança.

Longos e detalhados reconhecimentos
Período da Guerra das Chatas.

E por fim — o local de DESEMBARQUE.
— Barranca do Atajo!

Ação preliminar na ilha da Redenção
Entrechoque violento — desembarque — reação.

Batalhão de Engenheiros!
Voluntários e Provisórios!
Voluntários do nordeste também.
É até morrer herôicamente!
— quando redigia a parte da vitória.
O bravo Vilagran Cabrita à frente!

Desembarque no Paraguai.
Osório — o primeiro a pisar em solo inimigo.

Justifica sua liderança — e sua célebre proclamação
— da véspera da invasão —

É fácil “a missão de comandar homens livres
— basta mostrar-lhes o caminho do dever —”
Camaradas! Vosso caminho está ali na frente!

E todos os soldados brasileiros — acharam o caminho
— que seu intrépido líder — lhes mostrara.

Alargamento da Cabeça de Ponte.
Tomada de Itapiru
Ocupação do Passo da Pátria
Lopes contra-ataca em Estero Belaco

E os paraguaios! Levados de roldão!
Estava concretizada a INVASÃO.

Estacionamento em TUIUTI.
Outro terrível general inimigo.
O rio Paraná!
Separando nossas tropas — da base de operações.

Em plena ofensiva estratégica!
Adotamos a defensiva no campo tático.

Era impositivo planejar
— a ação contra HUMAITÁ.
O penúltimo triunfo estratégico de Lopes.

E qual a situação de Lopes?
Frustrada sua ofensiva estratégica
— adota-a no campo tático.
Combinando-a com defensiva estratégica
— apoiada em intransponíveis fortificações.

24 de maio de 1866!
Batalha de Tuiuti!
Maior batalha campal da América Latina!

Batalha dos Patronos!
Artilharia revólver de Mallet!
E suas célebres palavras.

“Por aqui eles não passam!
Era um obstinado — cumpriu o que afirmou.”

Divisão couraçada de Sampaio.
“O Bravo dos Bravos”
Um fator decisivo em Tuiuti.

Mortas quatro de suas montarias
Continuou lutando de pé!
Até ser ferido gravemente pela terceira vez.

Morte e glória de um bravo!
Com justa razão — da "Rainha das Armas"
— O PATRONO —

Batalha de Osório!
"Osório é TUIUTI e TUIUTI é Osório"
"Mais uma carga camaradas!"

9 foram dadas — tantas quantas o líder pediu.

Anulado o duplo envolvimento
— armadilhado por Lopes —

Epílogo de sua capacidade ofensiva tática.

E o Brasil — colhe mais uma eterna glória!

Grandes perdas aliadas.
Dificuldades logísticas.

Cavalaria quase desmontada.
Artilharia sem reboque!

Crise de suprimentos!
É adiada a ofensiva.

E uma nova feição teria a guerra — até agora LENTIDÃO.
A de longa ESTABILIDADE DA FRENTE.

Surgem mais dois grandes generais paraguaios.
— a CÓLERA e o TIFO — 10.000 baixas.

Rosário de sofrimentos e de privações.
E para completar — trabalhos de fortificações.

Crises de comando na Aliança.
— e entre brasileiros também!

Tamandaré — Porto Alegre — Polidoro
Três comandos distintos!

Processo decisório
Complexo — retardado e inoportuno.

E eis — um grande ensinamento:
Ferido — o PRINCÍPIO DE GUERRA
— da Unidade de Comando.

Desembarque na Guarda do Palmar!
Queda de Curuzu — Gen Pôrto Alegre à frente!
E-o inimigo bate em retirada.

Indignado o tirano!
Volta-se contra seus próprios bravos
Mandando fuzilar no seu 10.º Batalhão!
Os soldados sorteados com o número 10.

Foi a sua reação constante na guerra.
Punir o seu bravo e sofrido povo.
— pelos seus próprios fracassos.

Fintas de Lopes em Curupaiti.
Apela a parlamentação!
— visando ganhar tempo —

Desconfianças na Aliança.
Mitre é autorizado por seu país
A paz — em separado negociar.

Mas, a aliança não é desfeita
— e segue a sua fortuna —

Ataque a Curupaiti!
Ataque impetuoso e avassalador!

Caí a primeira linha de trincheiras!
Os aliados sob mortífero fogo.

E o espaço até a segunda?
O próprio inferno terrestre!

Abatises — Bôcas-de-Lôbo
Mar de lama e fogo!
Tempestade de chumbo!
E um fôssô intransponível!

E por fim — nosso recuo

Eis os preciosos ensinamentos de CURUPAITI
Pagos com pesado tributo — 4.000 baixas!

Ataque frontal — a posição fortificada.
— Sem proceder-se completos reconhecimentos.

Descoordenação dos ataques
De flanco — fixação e frontal.

E por fim — falta de UNIDADE de COMANDO

Curupaiti repercute na cõrte.
É impositivo o COMANDO ÚNICO
— Exército — Marinha!

Caxias é nomeado para a função
E convida Osório a retornar.

E duas grandes esperanças!
Passariam a embalar — os corações dos soldados brasileiros

Formado por fim o BINÔMIO!
Fulminante e avassalador!

Caxias! "O INVENCÍVEL!"
"O PACIFICADOR!"
"A ESPADA DO IMPÉRIO."

O estrategista — o tático
O administrador — o diplomata.
O planejador emérito
Enfim — o arquiteto da vitória!

E Osório?
Nome que é legenda, que é glória.
Líder sem igual no combate.
"A estrêla guia em negros horizontes
— no caminho da luta e da vitória" —

Formado na Academia Militar das coxilhas
— na fronteira de vaivém!

Nos constantes — combates
Refregas — escaramuças — entreveros.

Entre "para tatás" de centauros —
Pontões de lanças —
Tlintlins de arma branca —
Troar de canhões —
Quadrados de Infantaria —
E cargas de Cavalaria!

Na belicosa sinfonia!
Da arte militar do Pampa.

Caxias — alicerça suas vitórias
Reorganiza — disciplina e instrui o Exército.

Melhora a instrução — e a assistência médica.
Preocupa-se com a LOGÍSTICA e com o MORAL.

Restaura a disciplina e a hierarquia —
e introduz o serviço de ESTADO-MAIOR.

E por fim...

Arranca o Exército da passividade!

E como comentaria um gaúcho:

O nosso Exército virou gente!

— foi “peleando” como gente,

— num nunca findar de vencer e vencer.

Retira-se Mitre do Teatro de Guerra.

Caxias no COMANDO ÚNICO!

Reconhecimentos racionais.

Utilização de balões — dirigidos por oficiais engenheiros

— os precursores de nossa FÔRÇA AÉREA.

E por fim — o Plano de Campanha — a célebre MARCHA DE

[FLANCO!

“Flanquear HUMAITÁ e atacá-la pela retaguarda.”

Esquadra força CURUPAITI — “Inhaúma à frente!

Queda de HUMAITÁ — pela manobra de flanco de CAXIAS.

Lopes retrai intato — para a posição de PIQUICIRI.

São cortadas as correntes que barravam o rio,

HUMAITÁ — “a SEBASTOPOL” americana.

— é arrasada para sempre — pelo BATALHÃO DE PONTONEIROS!

Dois longos e sofridos anos!

Entre TUIUTI e HUMAITÁ!

A chave para Assunção!

MANOBRAS DO PIQUICIRI OU DEZEMBRADA

Manobra genial de Caxias —

— em concepção e execução.

“De características napoleônicas!

Previsão e provisão.

Audácia aliada à Segurança”

Como diria o ilustre historiador Gen TASSO FRAGOSO

Sinfonia dos Princípios de Guerra!

Objetivo — Nassa.

Manobra — Surpresa.

E Segurança pelas informações

E na coluna principal?

Caxias à frente!

Executando o que planejou

"Sinal evidente e essencial — de um grande chefe"
No dizer do saudoso Marechal Castello Branco.

Estrada construída sôbre o Chaco
Consumindo 30.000 palmeiras como estava.
Argôlo — à frente!

A escrever — páginas épicas!
— de nossa ENGENHARIA MILITAR.

A história não fêz justiça a êste bravo baiano!

Desembarque em Santo Antônio
É obtida a SURPRESA ESTRATÉGICA!

Encontro de ITORORÓ!
Impasse — grande resistência de Cabalero.

Tomadas e retomadas da ponte
Atraso de Osório — periga a VITÓRIA.

Ação de "LÍDER DE COMBATE" de Caxias.
E suas palavras e atitude imortais.

"Sigam-me os que forem brasileiros"
E todo o Exército o seguiu.

Ponte conquistada a viva força.
Pesados sacrifícios — 400 baixas.
Comandantes mortos:
GURJÃO — SOUZA GUEDES — MACHADO DE SOUZA
— EMILIANO FONSECA — LOPES DE BARROS
— FERNANDO MACHADO

Comandantes feridos:
ARGÔLO — HERMES DA FONSECA — DEODORO DA FONSECA
— BARRETO LEITE — RIBEIRO LIMA e ENÉIAS GALVÃO.

Batalha do Avaí!

Batalha decisiva — Caxias à frente!

Destruição estratégica do inimigo.
Lopes foge ao cerco — Cabalero resiste.

Batalha da Cavalaria!

Osório — gravemente ferido!
E em final de combate — ainda ordena!
"Coragem camaradas — acabem com êste resto.

Épicas cargas de Cavalaria!
Ao comando de seus maiores mestres.
Osório — Andrade Neves "O Vanguardeiro"
E o Cel Câmara — o mais nôvo e destacado astro.

Dia 21 — Lomas Valentinas

Caxias ainda à frente!

Renhidos e cruentos combates

— prolongam-se noite adentro!

Loma ACOSTA e Loma ITA IVATE!

Dois baluartes de Lopes.

Pesado tributo em sangue!

Participação maiúscula dos filhos do NORDESTE.

— uma constante desta guerra!

DIAS 22 E 23 — LOMA ITA IVATÉ

Em recruzados vaivéns!

Caxias passa a noite montado em seu corcel.

Animando — prestigiando — prevendo e provendo.

Machado Bittencourt — o Leão de Loma Acosta!

Repele violentos contra-ataques inimigos.

Queda da linha de PIQUICIRI!

Junção com as forças de fixação.

Angostura — cai pela manobra —

E sua única saída — A RENDIÇÃO.

Parlamentação!

Lopes intimado a render-se!

Prefere a destruição.

Embate violento e destruidor!

Desmantelado — o Exército inimigo.

Lopes — evade-se para Cerro León

E por fim...

É aberto o caminho para Assunção.

Nosso objetivo estratégico final.

6 de janeiro de 1869!

Entrada triunfal — na arrasada capital.

E o Coronel Deodoro da Fonseca à frente!

CAMPANHA DA CORDILHEIRA

Agora o Conde d'Eu — à frente!

PERIBEBUÍ — a capital do desespero do tirano.

Fase de reconhecimento e limpeza

Era preciso — definir do inimigo a posição.

Manobra de Peribebuí
13.000 paraguaios — Lopes à frente!

Manobra de ala — com envolvimento total.
Êxito — completo — em terreno difficilimo!

Batalha de Campo Grande!
O inimigo é cercado!
Entre os arroios — Jejuí e Peribebuí.

Velocidade de Vitorino — surpreende Cabalero!
O intrépido general paraguaio.
Comandante da retaguarda de Lopes.

“Fôra obtida a surpresa táctica!”
Combate cruento em campo aberto.
E o exército paraguaio — outrora orgulho Del Supremo
Seria reduzido a um bando.

E por fim a perseguição!
Lopes entra no Brasil
Retorna ao Paraguai
E Gen Câmara sempre em seu encalço.

Seis longos meses êle consegue esconder-se
— no bravio e inóspito sertão paraguaio.

1º DE MARÇO DE 1870

Cêrco de Lopes em Cerro Corá!

Intimidado à rendição.
Prefere morrer pela sua pátria.

Morre de espada em punho como um bravo
Coerente com o seu utópico ideal.

E côm êle sua pátria “como se referiu no arquivo
público estadual o Cel Carlindo Simões”.

E assim — tem seu fim esta cruenta guerra.

Guerra que não provocamos
Guerra para a qual não estávamos preparados.
Pois pacifistas, jamais alimentamos sonhos de conquistas.

Pesados sacrificios para o Brasil e Paraguai
— com negativos reflexos até o presente.

Para o Paraguai!

Destruição de quase tôda a sua população masculina
Condenação definitiva — como país mediterrâneo.

Destino que o velho inimigo de ontem
— procura minorar
Através do livre trânsito até Paranaguá.

33.000 mortos brasileiros!
Hoje heróis anônimos — na maioria olvidados.
Heróis que orgulhosa e respeitosamente

Evocamos e festejamos neste CENTENÁRIO
Apontando seus belos exemplos às atuais gerações.

Pelos heróicos e por vêzes épicos
— exemplos de BRASILIDADE.

Pelo sangue generoso que derramaram
Nos longínquos e funéreos campos do Paraguai.

Longe da pátria estremecida!
— e do carinho dos seus entes queridos.

Em defesa do auriverde pendão.
— e integridade da Pátria Brasileira!

DEUS SABE O NOME DESTES BRAVOS!

Como integrantes do IV Exército
— não poderíamos deixar de evocar
— a participação nesta guerra
— dos bravos filhos do NORDESTE!

Que atendendo o chamamento da Pátria ultrajada
— embarcaram para o longínquo Paraguai.

Nas fileiras da Marinha — do Exército
— dos Voluntários da Pátria
— e da Guarda Nacional.

O cearense SAMPAIO — "O Leão de Tamboril"
— à frente de seus bravos conterrâneos
Formando couraçados — quadrados de infantaria
— arrasadores da cavalaria inimiga.

Argôlo — o balano
E sua épica estrada pelo Chaco
Flanqueando Piquiciri

Deodoro e Floriano dois heróis alagoanos!
Cel Albuquerque Maranhão — o bravo paraibano
Que encontraria a morte em Lomas Valentinas
A frente da 10ª Brigada de Infantaria.

E para finalizar:

Resgatando uma dívida com PERNAMBUCO
Que em gesto tão patriótico — evocou todo o CENTENARIO
— JORDÃO EMERENCIANO à frente!

Atendendo a uma sugestão

Do Marechal Arthur da Costa e Silva

Então Ministro do Exército.

Cumpre-nos referir a participação nesta Guerra
Dos filhos da CÉLULA MATER de nossa nacionalidade

“OS BRAVOS GAÚCHOS A PÉ”

Heróis anônimos!

Do 1.º — 4.º — 7.º — 42 e 53

Corpos de Voluntários da Pátria de PERNAMBUCO

4158 ao todo — e seus bravos chefes

DANTAS BARRETO — LÓBO LACERDA

FELICÍSSIMO AZEVEDO — PAULA MAFFRA

MACHADO DIAS — FELIPE COELHO

BARROS ALBUQUERQUE — ALBUQUERQUE CAVALCANTI

E BATISTA VASCONCELOS — “O General Cabeleira!”

Nossa eterna e imorredoura gratidão.

Por vossos inesquecíveis sacrifícios

— defendendo o AURIVERDE PENDÃO.

E que o vosso suor — vosso sangue!

E vosso heróico exemplo!

Continuem a inspirar e alicerçar

— O PRESENTE e o FUTURO

Do heróico PERNAMBUCO

Berço dos heróis nacionais.

JOÃO FERNANDES VIEIRA — FELIPE CAMARÃO

HENRIQUE DIAS e de tantos outros bravos

Que inspiraram e alicerçaram no PASSADO

— o nascimento deste GIGANTE sul-americano.

O nosso amado BRASIL!

CAUSAS DO CONFLITO

Sonho utópico de Solano Lopes, dirigente paraguaio, que educado na Europa, aderiu à TEORIA do EQUILÍBRIO dos ESTADOS e em aqui chegando, através de uma errônea avaliação da conjuntura sul-americana, pretendeu pela força concretizar velhas aspirações de sua pátria, consistentes numa saída para o mar e na de reconstituir sobre sua égide o antigo IMPÉRIO TEOCRÁTICO DOS JESUÍTAS, abrangendo vastos territórios do Brasil e Argentina.

PRETEXTO DA GUERRA

Pretextando nossa interferência no URUGUAI, Lopes fêz aprisionar em ASSUNÇÃO, o navio brasileiro Marquês de Olinda, que transportava para a Província de MATO GROSSO o seu presidente.

ANEXO A CONFERÊNCIA

Esfôrço Civil do Nordeste na Guerra do Paraguai através dos Voluntários da Pátria

Brasil	—	37.928	Voluntários	—	100%
Nordeste	—	19.569	"	—	52%

ESTADOS	CONTRIBUIÇÃO	OBSERVAÇÕES
BAHIA	7.764	A maior contribuição do Brasil
PERNAMBUCO	4.158	A 3ª contribuição após o Rio de Janeiro.
MARANHÃO	1.509	
CEARÁ	1.412	
SERGIPE	1.099	A maior contribuição relativa à Área e População
ALAGOAS	1.141	
PARAÍBA	984	
PIAUI	960	
RIO G. NORTE	542	

- VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA — Criados pelo Decreto Imperial n.º 3.371, de 7 de Jan de 1865, composto de civis que se destinavam a reforçar o Exército brasileiro no Paraguai.
- Os Voluntários da Pátria do NE representaram 17% de todo efetivo mobilizado pelo Império durante a GUERRA DO PARAGUAI.

SOLICITAÇÃO

VOCÊ, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e remeta-as para esta Redação. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fez algo nôvo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

(Continuação do número anterior)

Ten Cel

CHILDERICO FERNANDES DE CARVALHO

5. A Capitania de Mato Grosso e a formação da Fronteira Brasil-Bolívia

a. O Ciclo do Ouro Mato-grossense e a Criação da Nova Capitania

"A atração das minas de Coxipó, descobertas pela bandeira de Pascoal Moreira Cabral Leme, deve-se a fundação de Cuiabá, em 1719, que veio a ser o centro fixador da civilização naqueles longínquos rincões e o baluarte da conquista do Oeste."

"O ouro ali encontrado era de aluvião, à flor da terra, ao alcance de quem primeiro fôsse buscá-lo." E assim que as notícias da existência de semelhantes riquezas naquelas paragens chegaram aos ouvidos dos habitantes da Colônia, logo para ali afluíram forasteiros de toda parte, que depressa vão povoando a região.

Cuiabá passou a ser "a terra da promessa". De lá eram enviadas para Portugal arrôbas e mais arrôbas de ouro que abarrotavam as arcas do Rei, "cuja Côrte passou a viver na voragem do luxo". "Não só Lisboa, mas todo o reino português foi reconstruído com o ouro do Brasil."

"E quanto mais ouro se achava maior era a ganância do Real Erário lusitano."

Mas quando a capacidade das lavras cuiabanas começou a esgotar-se e a dureza do fisco português tornou insustentável a situação dos mineradores, tiveram eles de embrenhar-se no sertão, atrás de novas pepitas ou procurando fugir ao pagamento dos dízimos, dos donativos, dos impostos de toda sorte.

A busca do ouro prossegue para Oeste e, já na terceira década do século, outra bandeira paulista, depois de percorrer o planalto dos Parecis, atinge a chapada entre os rios Galera e Sararé, onde o precioso metal é encontrado em abundância.

Na esteira dos bandeirantes, atraídos pelas notícias correntes, bandos e mais bandos de mineradores descontentes e de aventu-

reiros balanos, reinós e até castelhanos, seguem “atrás do ouro de Paes de Barros”, e logo surgem os arraiais de Santana, o de São Francisco Xavier e o de Nossa Senhora do Pilar, todos naquela mesma chapada.

“E pelo Sararé, chegam ao Guaporé, cuja grande bacia passaria a desempenhar importante papel na história da formação dos lindes ocidentais do Brasil.”

* * *

Quando os luso-brasileiros atingiram a região do baixo-Guaporé, em seus tributários e no Mamoré, já se achavam estabelecidas inúmeras “missões” castelhanas que se apresentavam em franco progresso.

Em 1743, em viagem de reconhecimento e de busca de informes, o cronista Barbosa de Sá percorre a região chiquitana, visita tôdas as “reduções” jesuíticas ali existentes e, no regresso, apresenta à Côrte de Lisboa minucioso relato de suas observações, que vêm confirmar a necessidade da presença de uma alta autoridade portuguesa naquelas terras longínquas de além-Paraná, não só com o fim de lhes prover a administração, mas, sobretudo, para, assegurando direitos às fronteiras ocidentais da Colônia — que se achavam pendentes de negociações entre as duas Côrtes — garantir o domínio das ricas jazidas auríferas do Oeste brasileiro, em face da expansão espanhola que descia dos Andes para Este.

Em Carta-Régia, de 9 de maio de 1748, era criada a Capitania de Mato Grosso, desmembrada da de São Paulo e desta separada pelo rio Paraná.

“E assim, naqueles sertões, voltavam a defrontar-se as duas raças colonizadoras, ambas impelidas por análogo determinismo histórico, e movidas pelas mesmas ambições de fortuna e glória de conquista.”

Ia ter início mais um período de lutas entre os velhos rivais, agora pela posse do vale guaporeano, onde os portugueses precisavam manter-se para assegurar as ligações fluviais com Belém, via Amazonas.

b. O Tratado de Madri e os Lindes Mato-grossenses

Em 1750, a espôsa do Rei de Espanha era filha de Monarca português. Era a oportunidade para que as duas Coroas firmassem um tratado de limites que, em definitivo, pusesse têrmo às continuadas disputas de fronteiras entre portugueses e espanhóis, na América,

“Não fará pequeno serviço a ambas as monarquias — escrevia Alexandre de Gusmão — todo ministro que cooperar para que os

limites da América se determinem por um tratado que corte a raiz às pretensões e contendias de parte a parte, pois enquanto assim não fôr, sempre os espanhóis se queixarão de que excedemos a linha e sempre os portugueses entenderão que, por muito que a excedam, não ficarão compensados dos excessos e prejuízos que receberam dos castelhanos no mar da Asia."

Das negociações encetadas pelas duas metrópoles, leal e competentemente conduzidas pelos Plenipotenciários de ambas as nações, resultou o TRATADO DE MADRI, de 13 de janeiro de 1750, segundo o qual a fronteira, "desde a bôca do Igureí continuará pelo álveo acima até encontrar sua origem principal; e dali buscará em linha reta, pelo mais alto do terreno, a cabeceira principal do rio mais vizinho, que deságua no Paraguai por sua margem oriental, que talvez seja o que chamam Corrientes, e baixará pelo álveo dêste rio até sua entrada no Paraguai, desde a qual bôca subirá pelo canal principal que deixa o Paraguai em tempo sêco; e pelo seu álveo até encontrar os pântanos que formam êsse rio, chamados a lagoa dos Xaraiés, e atravessando esta lagoa até a bôca do rio Jauru".

"Desde a bôca do Jauru pela parte ocidental prosseguirá a fronteira em linha reta até a margem austral do rio Guaporé, defronte da bôca do rio Sararé, que entra no dito Guaporé, por sua margem setentrional; com declaração de que se os Comissários que se hão de despachar para o regulamento dos confins nesta parte da face do país acharem entre os rios Jauru e Guaporé outros rios ou balizas naturais, por onde mais cômodamente e com maior certeza se possa assinalar a raia naquela paragem, salvando sempre a navegação do Jauru, que deve ser privativa dos portugueses, e o caminho que êles costumam fazer do Cuiabá para o Mato Grosso; os dois Altos Contraentes consentem e aprovam que assim se estabeleça, sem atender a alguma porção mais ou menos de terreno, que possa ficar a uma ou outra parte. Desde o lugar, que na margem austral do rio Guaporé fôr assinalado para têrmo da raia, como fica explicado, baixará a fronteira por todo o curso do rio Guaporé até mais abaixo de sua união com o rio Mamoré, que nasce na província de Santa Cruz de la Sierra e atravessa a missão dos Moxos, e formam juntos o rio chamado da Madeira, que entra no rio das Amazonas ou Marañon por sua margem austral."

Dai por diante a fronteira desceria pelo Madeira "e neste, determinando um ponto médio entre a junção dos dois rios anteriores e a foz do último, no Amazonas, começaria a linha Este-Oeste até o Javari..." (Fig. 1)

Assim, pelo mencionado tratado, caberia a Espanha:

- tôda a região que, hoje em dia, constitui a área territorial do Estado do Acre;
- parte do território pertencente ao Estado do Amazonas;

- a região de Casalvasco e serra do Aguapeí, fato que tornaria impraticável para os portugueses a manutenção do caminho que ligava Vila Bela e Cuiabá;
- e a região de Corumbá, onde se encontram as serras de Urucum e Jacadigo, ricas em minérios de ferro e manganês de alto teor metálico.

Em troca, Portugal ficaria com a maior parte da banda oriental do território pertencente atualmente à República do Paraguai.

Os acontecimentos posteriores, no entanto, viriam mostrar que se os portugueses de Mato Grosso se houvessem conformado com a raia estabelecida naquele diploma, provavelmente não teriam podido manter-se em Vila Bela, e mesmo em Cuiabá, assim perdendo o Guaporé; e sem um ponto de apoio na margem direita do rio Paraguai, talvez tivessem ficado sem condições para assegurar a navegação no grande caudal, o que os faria baldos dos meios e dos recursos de que iriam necessitar para conter o avanço espanhol na linha do Apa.

c. O Governo de Rolim de Moura e os Lindes Mato-grossenses

Quando Rolim de Moura assumiu, em Cuiabá, em janeiro de 1751, o exercício de suas funções, já trazia consigo as Instruções reais, baixadas em 1749, segundo as quais, “atendendo a que no Mato Grosso se requer a maior vigilância, por causa da vizinhança que tem”, devia o Capitão-General fazer daquele Distrito sua “mais costumeira residência”.

Por isso, em novembro daquele mesmo ano, partiu o ilustre Oficial para o Guaporé, visitou as povoações da chapada aurífera do Sararé e mais garimpos existentes na área, e depois de alguns meses de explorações e estudos da região, selecionou um pôrto à margem direita do dito Guaporé, onde fundou, em março de 1752, a Vila Bela da Santíssima Trindade que viria a ser, por mais de meio século, a sede da novel capitania.

Que havia de português, nesse tempo, nas remotíssimas paragens de Mato Grosso? Além de Cuiabá, dos arraiais da chapada e de alguns garimpos, muitos deles de existência efêmera, nada mais praticamente existia. As águas do Paraguai, abaixo do Jauru, eram sulcadas pelas igaras ligeiras dos temíveis palaguás que, nêle, mantinham contínua insegurança; ninguém podia transitar por ali sem se armar fortemente. A leste do grande rio, desde suas margens até as fraldas das serras, estendia-se o imenso Pantanal, úmido e quente e pleno de endemias, que não oferecia condições nem atrativos para sua ocupação. No Sul da Capitania, em terras antes exploradas pelos castelhanos — que as colonizaram durante quase um século e de onde foram repelidos pelos bandeirantes que palmilharam a região

à caça do aborígene — naquelas extensões de ninguém, então, viviam errantes os gualcurus; e depois que as expedições paulistas deslocaram, pelo Camapuã e por Golás, o antigo itinerário para Cuiabá, voltaram a dominar os rios da bacia os ferozes “piratas dos Xaraiés”, que tantas devastações levaram às monções que se aventuravam naquelas paragens. Nada, absolutamente nada havia de português abaixo da linha do Miranda e do Pardo; como, também, nada de espanhol existia acima do paralelo do Jejuí.

Já para as bandas do Guaporé a situação era outra. Nas proximidades daquele curso de água, na extensa planície de Moxos, abundantemente irrigada por vários rios navegáveis que permitem saída para o Atlântico, via Madeira e Amazonas, ali, desde a última década dos Seiscentos, vinham os jesuitas espanhóis dedicando-se à ingente tarefa de evangelizar os índios da região que, em meados do século XVIII, dispunham de numerosas e prósperas “missões” estabelecidas ao longo do Mamoré, do Itonamas e do Baúres.

É natural, pois, que o Governo de Lisboa não visse com bons olhos aquela vizinhança incômoda que tentava dominar o vale guaporeano, inclusive estabelecendo-se à margem oriental do importante rio, cuja navegação era, agora, vital para os portugueses; tendo reconhecido a exclusividade da posse castelhana no Prata, precisavam eles, por isso, manter a do Amazonas. Esta a razão por que, ao invés de em Cuiabá, que dispunha de maiores recursos e oferecia melhores condições de conforto e segurança e um clima mais ameno e saudável, preferiu Rolim de Moura estabelecer-se em Vila Bela, assim avançando, em decisão temerária mas feliz nos resultados, a sede de seu governo para a linha de frente dos acontecimentos, de onde efetivamente pudesse controlar os movimentos e observar as intenções do eterno rival de mais uma disputa.

Para atrair moradores e povoá-la depressa, o arguto Capitão-General “concedeu privilégios e ampliou concessões aos que ali quisessem estabelecer-se; promoveu melhoramentos e incrementou a exploração mineral, medidas que fizeram de Vila Bela o foco da irradiação lusitana no vale guaporeano”. E decidido a fazer valer naquela região a letra do Tratado, cuidou de completar sua ação política com atos de domínio, rio abaixo: “explorou ao máximo o princípio do “uti-possidetis”; livrou da fiscalização dos missionários vizinhos a estrada fluvial, via Madeira, até Belém; expulsou jesuítas e colonos das terras da Capitania e, mais de uma vez, resistiu às armas castelhanas em defesa dos interesses da Coroa portuguesa”.

Em 1760, na qualidade de Comissário para os trabalhos de demarcação da fronteira, desceu Rolim de Moura o Guaporé e, a jusante da barra do Itonamas, estabeleceu a Guarda de Santa Rosa como advertência aos castelhanos que, ali, teimavam em não abandonar território português. Intimado a desistir da empresa,

respondeu ao Padre Sarmiento: "Sua Reverendíssima há de ter conhecimento pela História, que nunca os grandes oficiais espanhóis não causado temor aos portugueses."

Em 1761, chegam a Vila Bela emissários do Governador de Santa Cruz de la Sierra com a informação de que o tratado de limites fôra anulado razão por que pedia aquela autoridade que os portugueses se afastassem do Guaporé, "região nitidamente castelhana". Em resposta, Rolim de Moura transformou a Guarda de Santa Rosa no Forte de Nossa Senhora da Conceição e criou uma esquadilha fluvial armada para a "defesa e segurança dos direitos iuso-brasileiros na região contestada". E quando os espanhóis tentaram submeter a guarnição do Forte pelo bloqueio, o valoroso capitão-general, em revide, investiu contra o território inimigo e foi destruir a missão jesuítica de São Miguel, situada "a um dia de viagem da barra do rio Baúres".

Conclui-se, dêste breve relato, que durante os longos anos do Governo de Rolim Moura, as atenções dos portugueses de Mato Grosso estavam voltadas para o vale guaporeano, até onde os Vice-Reis do Peru queriam levar seus domínios. Os problemas atinentes ao restante da fronteira oeste estavam relegados a plano de importância secundária, já que o esforço maior de ambos os povos se concentrava no Prata, onde os espanhóis tentavam levar a raia até o Ibicuí. Houvera, também, luta pela posse da margem oriental do rio Uruguai, dada aos portugueses em troca da Colônia do Sacramento.

* * *

Pelo Tratado de Madri, a região situada a oeste da reta que tinha por extremidades, de um lado a boca do Jauru e do outro um ponto na margem esquerda do Guaporé, defronte da barra do Sararé, era uma área que deveria ficar sob domínio de Espanha. Mas para evitar que tal fato ocorresse bem como "que assim no Mato Grosso como no Cuiabá ficassem os vassallos dêste Reino lusitano, convivendo quase em comum com os castelhanos", baixara o futuro Marquês de Pombal, desde 1753, as seguintes Instruções, destinadas a orientar Mendonça Furtado na execução do ajuste firmado pelos soberanos amigos e parentes afins, Fernando VI, de Espanha, e D. João V, de Portugal:

"Primo, que do rio Madeira se não podia passar à boca do Jauru...

Secundo, que para subir o Guaporé ou Aporé não poderíamos depois encontrar o Jauru, senão perto de suas cabeceiras.

Tercio, que assim perderíamos o triângulo do país, desde a foz do Sararé até o Jauru.

Quarto, que com a perda dessa região nos ficaria inteliramente cortado pelos castelhanos o caminho que vai de Cuiabá ao Mato Grosso."

Depois de três anos de exaustivos reconhecimentos e de pormenorizado estudo da área, apresentou o Comissário demarcador ao Governo português, a seguinte proposta para fixação da raia naquela região:

"Do marco que se encontra à bôca do Jauru e a pouca distância dêle principiãam umas serras a que se dá o nome de serras do Paraguai; e pelo cume delas correndo para o norte se devem buscar outras serras que pegam nestas e vêm parar defronte da Vila Bela da Santissima Trindade, onde são conhecidas como serras do Pará; e pelo cume delas se deve vir buscar o rio Capivari, que está dia e meio de distância da dita vila porque desta forma ficam divididos os dois domínios por uma baliza tal como as sobredita, no que os castelhanos não perdem muito e nós avançamos e ficamos assim cobrindo as fazendas e parte do Jauru e as mais importantes quais são as do Mato Grosso, cuja subsistência depende das fazendas que se acham estabelecidas defronte da vila, entre a serra do Grão-Pará e o Guaporé."

"Na forma sobredita ficamos avançando os dois importantes rios Aguapeí e Alegre, para por êles fazermos com mais facilidade o caminho de Mato Grosso para Cuiabá. Será utilíssimo se pudermos estender a demarcação até Casa Redonda ou, ao menos, até o rio Verde."

Hoje, mais de dois séculos distantes dêsses acontecimentos, os que conhecem as abandonadas regiões do Noroeste mato-grossense e puderem observar, no local, as condições adversas que aquelas populações miseráveis têm de enfrentar para sobreviver, sem dúvida alguma saberão apreciar a fibra, a obstinação, o desprendimento e o patriotismo daqueles admiráveis portugueses que, com tanta intuição e discernimento, souberam conduzir-se na solução dos litígios de fronteiras com os espanhóis; e, num misto de gratidão e orgulho, louvar-lhes a dedicação extremada, a pertinácia sem limites, a absoluta lealdade com que defendiam os legítimos interesses da Coroa lusitana.

d. Os Acôrdos de 1761 e as Repercussões que Tiveram nas Colônias Sul-Americanas

O falecimento dos soberanos signatários do tratado de 1750; as dificuldades encontradas pelas comissões demarcadoras na delimitação das fronteiras; o descontentamento que, em ambos os países, provocaram algumas das cláusulas do ajuste firmado em Madri,

além de várias outras razões ainda não devidamente apuradas, são as causas que determinaram a assinatura do ato de 12 de fevereiro de 1761, pelo qual tôdas as questões de limites na América e na Ásia, pendentes entre Portugal e Espanha, voltavam "aos termos dos Tratados, Pactos e Convenções que haviam sido celebrados entre as duas coroas contratantes, antes do referido ano de 1750."

Voltava-se, assim, ao já célebre meridiano das Tordesilhas, para trás do qual teriam os portugueses de recuar suas linhas de ocupação, cedendo aos espanhóis o Amazonas e a bacia do Paraná-Paraguai, na América do Sul; ao passo que receberiam dos castelhanos, na Ásia, as Filipinas e as Molucas.

As estipulações contidas no Tratado de El Pardo não tinham, porém, nenhum sentido prático de execução, pois, nem os súditos de Carlos III estavam dispostos a abrir mão das ilhas do Sudeste asiático, nem os de D. José I poderiam conformar-se com a perda pura e simples da Amazônia "e das mais terras palmilhadas e conquistadas pelos bandeirantes em quase duas centúrias de arremetidas para o Oeste." Era, portanto, um acôrdo de aplicação no papel, tão-sòmente, conforme viriam comprovar os acontecimentos futuros.

De fato, alguns meses depois, em agôsto dêsse mesmo ano, a coligação dos Bourbons colocava, mais um vez, na longa série das contendidas européias, Espanha e Portugal em campos opostos. E a luta armada entre velhos rivais, conseqüente ao célebre "Pacto de Família", imediatamente repercutiu na América do Sul, com as hostilidades abertas por Ceballos contra os portugueses da Colônia do Sacramento, que se renderam praticamente sem luta, em outubro de 1762. A seguir, investiu o Governador de Buenos Aires para o norte; de passagem, apossou-se dos fortes de Santa Teresa e São Miguel, no Chui, e, em maio de 1763, entrava vitorioso na villa de S. Pedro, de onde passaria para a margem setentrional do canal do Rio Grande.

Na Amazônia, os portugueses anteciparam-se aos espanhóis em São Joaquim, no rio Branco e em Maribatanas, abaixo do Cucuí, e avançaram do Japurá para Tabatinga, onde levantaram um forte, na foz do Javari; no rio Negro os castelhanos chegaram primeiro, ficando de posse da bôca do Caciquiare.

Em Mato Grosso, continuaram os capitães-generais a manter a firme política portuguesa de ocupação das terras conquistadas, tranqüilizados pelas condições existentes no Paraguai, de onde não apareciam sinais de tendências expansionistas das autoridades de Assunção, as quais, de há muito, vinham lutando para remediar a pobreza do povo e corrigir a decadência em que caíra a Província, conseqüência das agitações e da desordem all reinantes desde os tempos de Antequera. Ademais, depois das ocorrências havidas no Rio Grande — onde os espanhóis, contrariando os termos do armis-

tício assinado em Paris, retiveram os territórios conquistados por Ceballos — em razão de tais fatos e a fim de evitar surpresas, resolvera o Governo de São Paulo cuidar da vigilância e da colonização do Iguatemi, com a criação, em 1766, da Praça de Nossa Senhora dos Prazeres, na margem norte desse rio, providência que também influiu para acalmar as apreensões dos sucessores de Rolim de Moura quanto ao problema da segurança no sul da Capitania. Assim, puderam João Pedro da Câmara e Luís Pinto seguir a política preconizada, de atenção prioritária para o vale guaporiano, onde a proximidade das guarnições militares da Província de Moxos, cujos efetivos foram aumentados a partir de 1761, dava aos espanhóis a possibilidade de empreenderem ações contra o baixo-Guaporé, ameaçando o Madeira e tornando vulnerável o Solimões. E sem a posse do Guaporé-Mamoré, não poderiam os portugueses estender seus domínios até o Javari, nem assegurar a dominação do Amazonas, caminho fluvial de importância então vital para o comércio de Vila Bela, e por onde os governadores de Mato Grosso se ligavam mais diretamente com a Metrópole.

A exclusividade da navegação portuguesa no Guaporé e a manutenção da rota fluvial, via Madeira, até Belém, problemas que monopolizaram as atenções dos três primeiros governadores de Vila Bela, ainda por alguns anos, mesmo depois da decadência em que veio a mergulhar a Província de Moxos, em consequência da expulsão dos jesuítas espanhóis, em 1767, continuariam a merecer, para sua consolidação definitiva, as preocupações e cuidados daquele que a História consagra como o mais ilustre dos capitães-gerais de Mato Grosso, cuja obra, em rápida passagem, veremos a seguir.

e. O Governo de Luís de Albuquerque e os Lindes Mato-grossenses

O novo Capitão-General de Mato Grosso, Luís de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, então Coronel de Infantaria do Exército português, “homem dinâmico, enérgico e tenaz”, assumiu o governo, em Vila Bela, em dezembro de 1772. Depois de acurado exame da situação geral da Capitania, concluiu que seu plano de ação deveria constituir-se em, primeiramente, consolidar a posição portuguesa no Guaporé, para depois, então, voltar-se para o rio Paraguai e extremidades meridionais do território sob sua jurisdição. Como seus antecessores, Luís de Albuquerque visava à consecução de um objetivo que ele perseguiria com determinação inabalável e desusada energia — e também com perspicácia e notável visão política — conduta que lhe permitiria firmar as bases da obra admirável que hoje responde por que Corumbá, Coimbra e mais sítios históricos localizados à margem direita do rio Paraguai, se inscreveram em nossos lindes, ao invés de serem atualmente território paraguaio ou boliviano. Mas, para que possamos apreciar o trabalho do hábil governante, em seus 18 anos de permanência em Vila Bela, acompanhemos suas realiza-

ções, passo a passo com os principais acontecimentos presentes no cenário sul-americano das competições luso-espanholas.

• • •

O tratado de paz que pôs fim ao conflito conseqüente ao chamado "Pacto de Família", determinava que as posses territoriais dos contendores voltassem aos respectivos donos "no mesmo pé em que estavam, e na mesma conformidade dos Tratados precedentes, que subsistiam entre as côrtes de Espanha, de França e de Portugal antes da presente guerra". Aqui, na América, os espanhóis restituíram apenas a Colônia do Sacramento; retiveram Martim Garcia, Dos Hermanos e o Rio Grande. Em vez de fazer reclamações pueris, preferiu Portugal simular resignação e dar o fato por consumado, enquanto, secretamente, determinava aos governantes, no Brasil, que procurassem reconquistar, o mais depressa possível, as posições perdidas aos espanhóis, quando da investida de Ceballos. O primeiro passo nesse sentido foi dado com a expulsão dos espanhóis da margem norte do canal de São Pedro, em 1767. Em novembro de 1773, a fim de reagir contra as sucessivas hostilidades dos portugueses, Vertiz y Salcedo, Governador de Buenos Aires, investe o interior gaúcho, funda o Forte de Santa Tecla e chega até as proximidades de Rio Pardo, de onde regressa a Montevideu, em meados do ano seguinte.

Em Mato Grosso, ao tomar Luís de Albuquerque conhecimento destes fatos e informado de que, no ano anterior (1773), os espanhóis de D. Agostinho Pinedo, Governador de Assunção, "foram formar uma praça na margem oriental do rio Paraguai, junto a donde deságua o rio Aguareí ou Ipané e se aplicam muito em catequizar os índios e irem ganhando terreno para o Norte", embora assoberbado com os problemas atinentes ao Guaporé, mesmo assim tratou de pôr em execução o plano de colonização da fronteira oeste da Capitania, abaixo do Jauru. Em 1775, valendo-se da proposta que o Padre Rodovalho fizera a Rolim de Moura, determinou a fundação do Forte de Coimbra, no Fecho dos Morros, tendo em vista "prevenir que os espanhóis se não apoderassem, não só do sobredito pôrto, como também nêle fortificados e ao abrigo dos estabelecimentos que têm no rio Paraguai, se fizessem senhores das pantanosas bôcas dos rios Miranda e Taquari, privando a Capitania da indispensável navegação e comércio com São Paulo e Rio de Janeiro, pela via dos outros rios Culabá e Jauru, que tão útil e precisamente se frequenta, o que seria um golpe fatalíssimo."

Em abril de 1776, com a tomada do Forte de Santa Tecla, estava praticamente concluída para os portugueses a recuperação do Rio Grande. Imediatamente reagiu Espanha com a criação do Vice-Reinado do Prata e o envio de poderosa expedição à América, ao Comandante de Ceballos, agora na condição de Vice-Rei da nova organização

política, para "vingar os atropelos dos portugueses." O antigo governador de Buenos Aires apossou-se de Santa Catarina, em fevereiro de 1777; a seguir rumou para Colônia do Sacramento que, depois de capitular incondicionalmente, foi evacuada e totalmente destruída pelos espanhóis; quando se preparava para reforçar os tropas de Vertiz que marchavam para o Norte, recebeu ordens terminantes da Metrópole para suspender as hostilidades.

Enquanto tais fatos se passavam ao Sul, em Vila Bela continuava Luís de Albuquerque empenhado no problema de defesa do Guaporé, onde, em 1776, depois da tentativa inconseqüente do Coronel Pestana, Governador de Santa Cruz de la Sierra, de se apossar do Forte de Nossa Senhora da Conceição, resolveu o diligente Capitão-General substituir a velha estacada por um baluarte de primeira ordem, que servisse de sustentação à dominação portuguesa naquele rio. Em 20 de junho de 1776, presente Luís de Albuquerque, realizava-se a solelidade de fundação do Real Forte do Príncipe da Beira, "eloqüente padrão do poderio lusitano que lá se conservou, daí em diante, de tal modo sobranceiro e respeitado, que jamais teve de disparar um só tiro nem sofrer contestação ou ameaça de vizinhos castelhanos ou seus descendentes." Entre as realizações de Albuquerque no vale guaporeano, contam-se mais as guarnições de Pedras e Quinze Casas, na margem direita do rio; no lado oposto, Tôrres, abaixo da foz do Cabixi; Viseu, em frente à barra do Corumbiara e, a jusante da bôca do Paraguá, Pôrto dos Guarajus. A criação dessas posições fortificadas, convenientemente distribuídas ao longo do Guaporé, garantiu a inviolabilidade do território da Capitania nessa frente, e, estendendo para oeste a cobertura da fronteira, permitiu a Luís de Albuquerque, anos depois, estabelecer novos postos em Casalvasco e nas abas da serra do Grão-Pará, providência com que pôde avançar a segurança de Vila Bela para além da raia estabelecida no convênio de 1750, assegurar as indispensáveis ligações da sede do Governo com o rio Paraguai e Cuiabá e ocupar para o Brasil a bacia do Jauru e dos Barbados.

Em fevereiro de 1777, enquanto Ceballos conquistava, no Brasil, a ilha de Santa Catarina, em Portugal falecia D. José e assumia o trono sua filha, D. Maria, sobrinha de Carlos III, de Espanha. A queda de Pombal e a ida a Madri da Rainha-viúva, mãe de D. Maria e irmã do Monarca espanhol, propiciaram a reaproximação das duas Coroas, de que resultou a ordem de suspensão das hostilidades na América enquanto se negociava novo tratado de limites. Não obstante isto é, em 27 de outubro de 1777, D. Agostinho Pinedo que, em fevereiro desse ano, mandara construir o Forte de São Carlos, na margem sul do Iguatemi, daí partindo com enorme superioridade de meios, acomete e facilmente destrói a Praça de Nossa Senhora dos Prazeres.

Vimos que os acontecimentos no Sul, em 1773/74, levaram Luís de Albuquerque a decidir-se pela imediata ocupação de um ponto no médio-Paraguai, onde os portugueses pudessem barrar o caminho do rio e impedir que os espanhóis avançassem além da raia estabelecida no tratado de 1750. Ciente de que o Forte de Coimbra fôra fundado cêrca de 300 km ao norte de Fecho dos Morros, no local hoje conhecido por estreito de São Francisco Xavier, o inflexível Governador imediatamente substituiu o Capitão Matias Ribeiro de seu cargo e nomeou para substituí-lo no comando do Presídio, o Sargento-mor Marcelino Camponês, a quem determinou averiguasse as razões do erro e dissesse da conveniência de transferir-se para outro local a construção daquele pôsto militar. E preocupado com a cobertura da frente sul da Capitania, encarregou Leme do Prado de explorar o vale do Miranda, em busca de sítios favoráveis ao estabelecimento de guardas que servissem de incentivo à colonização portuguesa da região e que, em ligação com o Presídio de Coimbra, se prestassem apoio mútuo na vigilância e defesa da fronteira. Desconhecemos as razões por que deixou Luís de Albuquerque de levar avante a idéia de ocupação do vale do Miranda; mas depois das ações de Cevallos contra Santa Catarina e Colônia do Sacramento, e de Pinedo, no Sul de Mato Grosso, quando foi destruída a Praça do Iguaçu, resolveu o diligente Capitão-General retomar a seqüência de seu plano concernente ao rio Paraguai, de que resultou, em 1778, a fundação de Albuquerque, no morro das Pitãs, imediatamente a jusante do canal de Tamengos, atual cidade de Corumbá; a ocupação de Ladário por Leme do Prado, e na estrada que ligava Cuiabá a Vila Bela, a Vila Maria, hoje São Luís de Cáceres. Cinco anos mais tarde, em 1783, ao perceber que os espanhóis intentavam avançar a missão de Santana para mais de dez léguas na direção de Vila Bela, responde o atilado Governador com a instalação de Casalvasco, na margem direita do rio Barbados, assim completando "um sistema sábio e eficiente de fortalezas e povoações pelos pontos estratégicos da Capitania, que nem as sutilezas da diplomacia nem o poder das armas puderam deixar de reconhecer como o "uti-possidetis" de iniciativa luso-brasileira."

1. *O Tratado de Santo Ildefonso e os Lîndes Mato-grossenses*

Em outubro de 1777, em Santo Ildefonso, firmaram os plenipotenciários das duas Coroas ibéricas nôvo tratado de limites, cujos termos, segundo Varnhagen, "foram ditados por Espanha, quase de armas na mão, e os pactos não podem deixar de parecer-nos aos do leão com a ovelha timorata". Continuavam, porém, as mesmas disposições quanto às fronteiras de Mato Grosso, apenas se persistindo no erro de enunciá-las em termos vagos e imprecisos, razão por que os trabalhos de demarcação da linha divisória nunca puderam concluir-se.

As instruções para as comissões demarcadoras foram expedidas em junho de 1778, e logo no trecho confiado à Segunda Divisão ocorreram divergências que deram ao Comissário espanhol motivo para que tentasse levar a fronteira do Paraguai pelo rio Apa. Resumamos os fatos: Ambos os tratados, tanto o de 1750 como o de 1777, estabeleciam que, desde a barra do Iguaçu, a fronteira continuaria pelo álveo do Paraná, até a boca do Igureí; seguiria por este último rio até sua origem principal, de onde buscaria, em linha reta e pelo mais alto do terreno, a cabeceira principal do mais vizinho curso de água existente, que talvez fôsse o chamado Corrientes, afluente do rio Paraguai. Sá Faria, súdito português a serviço de Castela, argumentava que o Igureí, abaixo das Sete Quedas, não era próprio para servir de fronteira entre as colônias, e que no Paraguai não se conhecia rio algum chamado Corrientes. Inexplicavelmente aceitaram os comissários portugueses as alegações os castelhanos e concordaram com a proposta por estes apresentada: a raia prosseguiria pelo Iguatemi, primeiro afluente do Paraná, acima das Sete Quedas. Mais tarde, no entanto, comprovada a existência do Igureí, bem como a de seu correspondente, o Jejui, escreveu o Vice-Rei do Brasil ao do Prata, esclarecendo que a convenção fôra firmada em caráter condicional, para o caso de não existir aquêle rio; comprovada sua existência, nêle e no Jejui devia passar a linha divisória. "Tem razão o Vice-Rei do Brasil — responde com sofismas o Comissário espanhol — a convenção foi condicional e desaparece, apurada a existência do Igureí; mas o Igureí existe: é o Iguareí, Monici ou Ivinhelma, e corresponde-lhe pelo Paraguai outro rio caudaloso (referia-se ao Apa) que desemboca aos 22 graus. Isto — acrescentava êle — nos dará as únicas terras não inundadas daquelas regiões; teremos ervaí, barreiros, salinas, pastos, agua-das, madeiras; as frotas de Cuiabá e Mato Grosso cairão em nossas mãos na boca do Taquari ou mais acima; podemos na paz chupar suas riquezas por um comércio que há de ser-nos vantajoso sem prejuízo; os famosos estabelecimentos de Mato Grosso, Cuiabá e serra do Paraguai serão precários a seus ilegítimos donos e alfim cairão em nossas mãos com o tempo." E concluía: "No es posible que no tengamos las minas de Cuiabá y Mato Grosso, cuando las podemos atacar con fuerzas competentes, llevadas por el major rio del mundo, sin que los portugueses puedan sustenerlas ni llegar a ellas sino por el embudo obstruido del rio Tacuari, en canoas y con los trabajos que nadie ignora." Propunha, ainda, Felix de Azara ao Governo espanhol a anexação ao Paraguai, de Coimbra e Albuquerque.

As pretensões do notável chicanista, embora fervoroso patriota, opunha-se, porém a personalidade do valoroso Governador de Mato Grosso que não estava disposto a ceder posições conquistadas à custa de tanto esforço e mantidas com maiores sacrifícios, a trôco de argumentos capciosos. Ainda mais porque as principais vias de comunicações pelas quais se atendiam às necessidades da Capitania,

correndo pela periferia de seu território, ficariam inteiramente à mercê dos espanhóis. De fato, os navegantes vindos de São Paulo atingiam o rio Paraguai através do Camapuã e pelo Taquari; rumavam para Cuiabá ou infletiam para oeste até o Registro do Jauru, fundado por Rolim de Moura, em 1762, de onde continuavam para Vila Bela; prosseguiram pelo Guaporé abaixo, até Belém, onde mais depressa chegavam os carregamentos de Lisboa. Por isto é que determinara o esclarecido Capitão-General a fundação de Coimbra e a de Albuquerque na margem ocidental do rio Paraguai, pois "sòmente desta maneira ficaria inteiramente salva e privativa dos portugueses a navegação preciosíssima do Mato Grosso para Cuiabá."

A esta ordem de idéias e também à de "curvar-se a linha por fora do caminho de Vila Bela a Cuiabá" é que se devem a fundação de Casalvasco e as explorações determinadas pelo incansável Governador, quando tóda a região dos rios Barbados, Alegre e Aguapeí foi palmilhada. Desceu-se o Jauru e o Paraguai; examinaram-se as lagoas Uberaba, Gaíba, Mandioré e Cáceres; cruzou-se a lagoa dos Xaraiés e se atingiu o rio Negro, que se constata ser mera baía cujo desagudouro media seis léguas de extensão. Ao norte, para assegurar a navegação no Guaporé e preservar a Vila Bela de qualquer surpresa, dificultar a fuga de escravos e conservar as minas de Santo Antônio, nas vizinhanças de Viseu, julgava Luís de Albuquerque indispensável manter a margem ocidental daquele rio, pelo menos até São Simão, razão por que determina a exploração dessa área até o rio Paraguai. E ao afastar-se do govêrno de Mato Grosso, depois de 18 anos de permanência na Capitania, deixou esboçada a seus sucessores a linha divisória que julgava conveniente para o Brasil naqueles sertões: "desde pouco mais ou menos o rio de São Simão Pequeno ou baía de Tanguinhos, para baixo da serra dos Guarajus, até a baía chamada Negra, na margem direita do rio Paraguai, por baixo do Presídio denominado Coimbra."

6. A Revolução Francesa e a repercussão nas Colônias Sul-Americanas dos princípios que a nortearam

"O iminente colapso financeiro resultante das guerras dispendiosas e das extravagâncias reais são as causas imediatas da Revolução Francesa, que destruiu o mito do poder divino dos reis, acabou com os privilégios dos nobres e nivelou os direitos das classes sociais. A servidão foi eliminada; aboliram-se de modo expresse os dízimos e as obrigações feudais dos camponeses; declararam-se findos os privilégios de caça dos nobres. A isenção de impostos e os monopólios de todos os tipos foram extintos como contrários à igualdade natural. A liberdade de pensamento, a tolerância religiosa e a livre imprensa foram declaradas invioláveis. Declarou-se que todos os cidadãos tinham direito a igual tratamento nos tribunais; ninguém poderia ser prêso ou punido, senão em virtude de com-

petente processo judicial. Afirmou-se que a soberania residia no povo, e que somente dêle emanaria." A França era agora uma República.

Em 1792 a Assembléia votava a suspensão do Rei e, no ano seguinte, era Luís XVI processado, julgado culpado e levado à guilhotina. Tais fatos escandalizaram a Europa e causaram nos demais monarcas um sentimento de medo que os levou a fazerem declaração conjunta em que afirmavam ser a restauração da ordem na França questão de "comum interesse de todos os soberanos europeus", atitude que equivalia a clara e indisfarçável ameaça de intervenção nos negócios internos daquele país e, portanto, a guerra.

As derrotas impostas aos pugnadores da nova ordem, o descalabro financeiro reinante no país, a miséria, a fome em que se debatia o povo e sobretudo a ação despudorada dos aproveitadores de todas as oportunidades, daqueles mesmos "salvadores da pátria" que tão gloriosas promessas haviam feito em nome da Revolução, toda essa incontrolada conjuntura de fatos acabou por levar a França à ditadura napoleônica e às guerras subseqüentes que desde o alvorecer do século XIX sacudiram e ensangüentaram a Europa.

A lembrança do lema levantado pelo marcante acontecimento sobreviveu durante largo período do século seguinte e repercutiu intensamente em muitos dos países do mundo ocidental. A nova paixão pela LIBERDADE foi a força propulsora das guerras de independência no Novo Mundo, que introduziram, na galeria dos grandes vultos imortais, as valorosas figuras de Bolívar, San Martín, O'Higgins Sucre e tantos outros heróis, cujos feitos memoráveis levaram ao esfacelamento o gigantesco império colonial espanhol na América.

* * *

Ao iniciar-se o século XIX reinava em Espanha Carlos IV, pai da Princesa Carlota Joaquina, esposa do Príncipe D. João, Regente da Coroa lusitana. Em 1801, desejando Napoleão Bonaparte vingar-se de Portugal pela participação dos navios dessa nação nos cruzeiros ingleses do Mediterrâneo, pressionou êle o soberano espanhol, forçando-o a declarar guerra ao genro.

A notícia do novo rompimento entre as duas nações ibéricas ensejou a Lázaro de Ribeira, Governador do Paraguai, a oportunidade de tentar a execução do plano expansionista de Azara. Em setembro daquele ano de 1801, comandando imponente flotilha fluvial, apresentou-se o espanhol diante de Coimbra e, em face da flagrante superioridade dos meios materiais a seu dispor, inflado de jactância e certo de obter vitória fácil, intimou a guarnição do Forte à rendição sem luta. A firme negativa de Ricardo Franco não se fez esperar: "Tenho a honra de responder categoricamente a Vossa Excelência que a desigualdade de forças foi sempre um estímulo que muito ani-

mou os portugueses, por isso mesmo, a não desampararem os seus postos e defendê-los até as duas extremidades, ou de repelir o inimigo ou de sepultar-se debaixo das ruínas dos fortes que lhes confiaram; nesta resolução estão todos os defensores dêste Presídio..."

Depois de nove dias de ataques fracassados e de assédio inoperante à fortaleza, regressaram os espanhóis a Assunção: "e pela primeira vez cumpria Coimbra sua missão histórica de barrar o acesso do inimigo para o norte pelo caminho do rio."

Como represália à ação dos assuncenhos, logo depois os luso-brasileiros atacavam e destruíam o Forte de São José que os espanhóis haviam levantado na margem sul do Apa, com isso se assegurando a posse de mais um ponto lindeiro.

Em novembro de 1807, premida por Napoleão e com os exércitos de Junot às portas do reino, transmigra-se a Família Real portuguesa para o Brasil, aonde chega em princípios de 1808. Neste mesmo ano, volta-se o Corso contra Espanha, prende o Rei Fernando VII e confia o governo do país a seu irmão José Bonaparte.

A situação de tumulto e instabilidade reinante na Europa, a invasão do território nacional de Espanha e a prisão do soberano daquele país, cujos destíños estavam, então, em mãos de um estrangeiro, toda essa série de acontecimentos perturbadores repercutiu intensamente nas colônias hispano-americanas, onde as autoridades locais não souberam nem puderam controlar as atividades dos líderes separatistas, nem conter os impulsos de libertação que uma administração impiedosa, de mentalidade escravocrata e arbitrária, discriminadora de origens e sobretudo exploradora, fizera germinar na alma dessas populações sofredoras, e oprimidas, e que agora, depois dos séculos de sujeição e opróbrio, explodiam num frenesi de liberdade, culos de sujeição e opróbrio, explodiam num frenesi de liberdade, que mesmo a força das armas castelhanas não mais poderia reprimir nem esmagar.

O movimento emancipador teve início no Prata, em 1810, com a criação das independentes Províncias Unidas do Rio da Prata que, julgando-se as naturais herdeiras do passado vice-reino espanhol, com sede em Buenos Aires, ambicionaram a anexação ao país, do alto-Peru, do Paraguai e da Banda Oriental, idéia a que se opuseram autoridades e povos dessas províncias, com decisão e firmeza.

Modificava-se assim o panorama geral na América do Sul. A partir dêstes fatos os hispano-sul-americanos também tinham contas a ajustar entre si. Cessavam as pressões sobre as fronteiras do Oeste brasileiro.

Em 1822, o Brasil tornava-se independente, sob regime monárquico, e no ano seguinte era a Capitania de Mato Grosso elevada à categoria de Província do Império; em 1825, o alto-Peru erguia-se em República de Bolívia, mais tarde Bolívia.

Cabe aqui lembrar o interessante incidente de fronteira havido nessa ocasião, felizmente sem maiores conseqüências para o Brasil. Depois da batalha de Ayacucho, travada em 9 de dezembro de 1824, viram-se perdidos os remanescentes do poder castelhano na América do Sul. Teve então o Governador de Chiquitos a idéia infeliz de solicitar do Govêrno Provisório de Mato Grosso a anexação daquela Província ao Império do Brasil, até que fôsem derrotados os "sediciosos" Bolívar e Sucre. Imprudentemente aceita a proposta em Vila Bela, as tropas brasileiras penetraram na Província chiquitana, de onde se retiraram semanas depois, por iniciativa da própria Junta mato-grossense, antes de ter recebido cabal reprovação do ato, por parte do Govêrno, no Rio de Janeiro.

Esse acontecimento, na época, foi muito explorado por elementos interessados em transformar o caso em instrumento de pressão contra o Brasil, para que o Império desocupasse a Província de Montevidéu.

* * *

Quando cessou o domínio de Espanha sôbre suas possessões na América do Sul, não havia tratado algum que regulasse a divisória entre elas e o Brasil, já que o convênio de 1801 não revalidou, nem mesmo em parte, qualquer dos acôrdos anteriores. Continuava em vigor, portanto, o já consagrado princípio do "uti-possidetis", e tão logo teve início a normalização do nôvo regime, tratou o Govêrno Imperial de sustentar o que tinha. Tôda a ação das autoridades em Mato Grosso tinha em vista manter a herança colonial, e por isso se recomendava a permanência de um bom destacamento na Corixa Grande; outro, mais forte ainda, em Casalvasco; e nas circunvizinhanças, até a lagoa Rebeca, a colocação de "alguns indivíduos pela margem oposta do Barbados e pelas terras do Aguapeí, como cultivadores, de modo que se veja que êstes lugares são todos habitados e todos como terreno brasileiro."

FIM DA PRIMEIRA PARTE

(Continua no próximo número)

"O dever do homem honrado é ensinar os outros a praticarem o bem na esperança de que possam realizar o que lhe foi negado pela falta de oportunidade ou pela iniquidade dos tempos."

MAQUIAVEL

REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o senhor. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante, pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração não somente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.

UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANEJAMENTO DA TVE NO BRASIL (*)

Gen Bda Ref
TAUNAY DRUMMOND COELHO REIS

INTRODUÇÃO

O planejamento no setor da radiodifusão está estreita e juridicamente vinculado às atribuições do Ministério das Comunicações.

A contribuição aqui apresentada justifica-se e merece divulgação pois objetiva estimular colaborações de outros setores assim como de especialistas, com desenvolvimentos, sugestões e críticas.

Neste trabalho, procuramos aproveitar as estruturas de educação e comunicações existentes: os Sistemas de Educação Federal e Estaduais, as redes de escolas municipais e particulares; as estações de TV comerciais e educativas, suas retransmissoras e repetidoras; os aparelhos receptores particulares; os troncos federais e estaduais de micro-ondas; procuramos também tirar proveito da legislação relativa, particularmente o "Título IV da Constituição Federal", o "Título V da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional" e o "Código Brasileiro de Telecomunicações".

Buscamos soluções que, com uma distribuição equilibrada de responsabilidades, possam, fácil e rapidamente, ajustar-se à realidade brasileira e despertar, ao máximo, a participação e a integração.

Propomos um sistema de TVE que poderá atender, — com uma despesa criteriosamente distribuída e relativamente pequena —, a curto prazo, 2/3 da população do País e a médio prazo mais de 90%.

Uma das características mais marcantes deste documento, é preconizar a extensão e a sistematização do que já vem se desenvolvendo com êxito na prática.

DIVISÃO DE RESPONSABILIDADES

Para concretização do Sistema Nacional de TVE sugerimos a seguinte divisão de responsabilidades:

(*) Diversas sugestões a nós dirigidas em decorrência da divulgação das duas primeiras versões, foram incorporadas a este trabalho.

I — Órgãos federais:

a) Montar e operar um grande Centro Nacional de Produção, Intercâmbio e Pesquisas: a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE), dotando-o inclusive de kinescópio (equipamento que transforma em filme, gravação em vídeo-tape). Buscar convênio com a Fundação Anchieta para complementação dessa tarefa;

b) Distribuir através de emissoras, troncos federais e estaduais de micro-ondas, retransmissoras, repetidoras, programadas ao vivo, em vídeo-tapes, cópias em kinescópio (vídeo-tapes transformados em filmes) telefilmes e/ou filmes (para telecine ou cinema);

c) Montar e/ou operar umas poucas emissoras pioneiras instaladas ou em vias de instalação;

d) Encorajar a instalação de circuitos fechados de TVE, nos estabelecimentos de nível superior, particularmente junto às faculdades nas quais os circuitos fechados devam constituir-se simultaneamente instrumento e currículo, como por exemplo: nas de filosofia, comunicação e engenharia;

e) Firmar convênios, subvencionar, financiar e auxiliar aquelas atividades que, na estrutura do Sistema, se revelarem prioritárias ou mais necessitadas;

f) Para fins de pesquisas: manter, em escala limitada, telepostos, recepção integrada bem como recepção organizada, promover a recepção individual; organizar a verificação do rendimento da aprendizagem;

g) Selecionar e formar pessoal;

h) Imprimir, distribuir e controlar material didático de acompanhamento;

i) Promover a instalação de canais adicionais portadores de sinal de TV (canais de RF, Rádio Frequência), na estrutura dos troncos da EMBRATEL, na medida em que se tornarem necessários à educação.

II — Órgãos estaduais:

a) Montar e operar cerca de 20 estações emissoras de TVE;

b) Montar e operar Centros médios de Produção, Intercâmbio e Pesquisas, em cerca de cinco capitais de Estados mais desenvolvidos;

c) Distribuir, dentro do território do Estado, através de emissoras, troncos federais e estaduais de micro-ondas, retransmissoras, repetidoras, programas ao vivo, em vídeo-tapes, cópias em kinescópio (vídeo-tapes transformados em filmes) telefilmes e/ou filmes (para telecine ou cinema);

d) Por conta própria ou em coordenação com órgãos federais manter telepostos, recepção integrada bem como recepção organizada, promover a recepção individual; organizar a verificação do rendimento da aprendizagem;

e) Encorajar a instalação de circuitos fechados de TVE onde as condições forem favoráveis, particularmente nos estabelecimentos de formação do magistério;

f) Selecionar e formar pessoal;

g) Imprimir, distribuir e controlar material didático de acompanhamento;

h) Promover, quando possível, dentro do território do Estado, nas estruturas dos troncos de micro-ondas, a instalação de canais adicionais, portadores de sinal de TV, na medida em que se tornarem necessários à educação.

III — Órgãos municipais:

a) Instalar retransmissoras;

b) Em coordenação com os órgãos federais e estaduais, manter telepostos, recepção integrada bem como recepção organizada; promover a recepção individual; organizar a verificação do rendimento da aprendizagem;

c) Instalar e encorajar a instalação de circuitos fechados de TVE onde as condições forem favoráveis.

IV — Iniciativa privada:

a) Participar, através do crescente parque de receptores particulares de TV, na recepção doméstica dos programas;

b) Participar, por intermédio de emissoras comerciais na cessão de tempo, particularmente na fase inicial;

c) Participar, por intermédio de Fundações e Universidades com emissoras educativas, na recepção organizada, na manutenção de telepostos e na verificação do rendimento da aprendizagem;

d) Participar, por intermédio de Associações Cívicas e de Classe, Sindicatos, Clubes Sociais, Paróquias, Clubes de Serviços e outras instituições na recepção organizada e telepostos;

e) Instalar e encorajar a instalação de circuitos fechados de TVE onde as condições forem favoráveis. Oportunamente, num desdobramento deste trabalho deverá ser também considerada, em proveito da educação e cultura, a utilização, entre outras, das estruturas federais, estaduais, particulares e municipais de saúde, segurança, trabalho e agricultura.

SITUAÇÃO ATUAL

Grande parte do proposto, embora sem a sistematização e a ordenação desejadas, já está realizada:

- Mais de 5 milhões de aparelhos receptores de TV;
- 131 canais reservados para a TVE pelo Ministério das Comunicações;
- 11.500 km de troncos de micro-ondas portadores de sinal de TV e 40 centros de TV (2.º Sem. 71), em grande parte já instalados pela EMBRATEL;
- Ensino primário: 382.360 professores em exercício, 241.028 salas de aula, com 11.943.506 alunos matriculados (Anuário Estatístico do Brasil, dados de 1968);
- Ensino Médio: corpo docente 211.140 (professor-curso), 12.801 cursos, com 3.205.689 alunos matriculados (Anuário Estatístico do Brasil, dados de 1968);
- Ensino Superior: 44.706 professores, 1.712 cursos, com 278.295 alunos matriculados (Anuário Estatístico do Brasil, dados de 1968);
- 9 canais de TVE já concedidos (Jan 1970);
- Duas estações em funcionamento: Recife e São Paulo;
- Embrião de centro nacional de produção na Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa;
- 5 emissoras em instalação (Jan 1970);
- Os Sistemas Estaduais de micro-ondas muitos dos quais em adiantado estado de concretização;
- Cêrca de 40 requerimentos de organizações educacionais, federais, estaduais, municipais e particulares solicitando a concessão de canal educativo;
- Circuitos fechados em diversas instituições educacionais;
- Treinamento de pessoal no País e no exterior;
- Seminários, Congressos e encontros em âmbitos regional, nacional e internacional.

Podemos dizer que a TVE, instalada nas Capitânicas de Pernambuco e São Vicente, encontra-se num processo fatal e irreversível de implantação, empolgando comunidades de Manaus e Santa Maria.

Essa situação de fato, reveladora de pujança, será certamente muito beneficiada por apoio, coordenação e sistematização federais que, ausentes, poderão acarretar o risco de sérios prejuízos.

PARTICIPAÇÃO FEDERAL NO SISTEMA PROPOSTO

Analisando a sugestão proposta, verifica-se que o Governo Federal nela assume a parte que lhe compete, a fundamental dentro do sistema e que se manifesta por:

- Contrôlê nacional exercido através de planejamento, reserva e concessões de canais assim como das legislações de educação e comunicações
- Produção Nacional
- Distribuição Nacional
- Intercâmbio Nacional
- Intercâmbio Internacional
- Pesquisa, seleção e formação de pessoal
- Subvenção, financiamento e convênios.

ESTIMATIVA DE DESPESA DO GOVERNO FEDERAL

Creemos que 45 milhões de cruzeiros novos (10 milhões de dólares), serão suficientes para atender às despesas, do que falta realizar, em instalações físicas, da parte atribuída ao Governo Federal (equipamento para um centro de produção — 1.400.000 dólares + equipamento para 3 emissoras a 700.000 dólares por unidade + outras despesas) permitindo-lhe assumir de direito e de fato a posição que lhe compete no panorama brasileiro da TVE, num sistema permanente e progressivo de emissoras terrestres que poderá ou não ser complementado por outras possíveis soluções futuras.

Documento da EMBRATEL, rico em informações, divulgado recentemente comunica que a infra-estrutura dos troncos federais de micro-ondas comporta até 14 canais de TV e centenas de centros de TV. No momento apenas 2 canais de RF (cada canal de RF é portador de 1 canal de TV) estão sendo instalados. A despesa adicional por novo canal de TV na estrutura dos troncos — com o sinal entregue demodulado em 40 cidades ao longo dos mesmos é 5.500.000 dólares. Quarenta transmissores instalados nas referidas cidades à razão de 100.000 dólares por unidade custariam 4.000.000 dólares.

Praticamente toda a estrutura física referida neste trabalho poderá ser concluída em 28 meses.

CONCLUSÃO

Em síntese, o "Sistema Nacional de TVE aqui proposto integraria: 2 grandes centros de produção, intercâmbio e pesquisas; 5 centros médios de produção, intercâmbio e pesquisas; 25 estações emissoras educativas; retransmissoras e repetidoras, na medida das conveniê-

cias e necessidades; mais de 5 milhões de aparelhos receptores de TV; a rede federal de micro-ondas; e as redes estaduais de micro-ondas; os sistemas de ensino públicos e privados; emissoras comerciais; fundações e associações; tudo dentro da estrutura legal vigente.

Para encerrar, pensamos oportuno alertar para o fato de que os sistemas de TVE por satélites que vêm sendo sugeridos, além dos inconvenientes de insegurança, dependência, pouca flexibilidade e outros (ver trabalho publicado na revista "A Defesa Nacional" de Set — Out de 69, pág. 25); viriam onerar o Governo Federal em somas dezenas de vezes maiores. Por outro lado, não proporcionariam a riqueza de integração, de participação e a economia de tempo propiciadas pelo Sistema aqui proposto o qual, além de permitir maior liberdade de adaptação às necessidades específicas de cada região, possui um alto coeficiente intrínseco de flexibilidade, inclusive por seu caráter progressivo de implantação. Convém lembrarmos que a rede de estações terrestres terá forçosamente de existir a fim de que se proporcione a indispensável possibilidade de recepção dos programas educativos, pelos aparelhos domésticos de TV. Lembramos também que as infra-estruturas de micro-ondas da EMBRATEL e dos Estados têm sua implantação já decidida, independente de virem ou não a ser aproveitadas pela TVE.



"Em tôdas as guerras aplicam-se princípios. Napoleão estabeleceu uma série de princípios e muitos dêles foram aplicados na última guerra. Não precisamos, porém, estar sempre voltados para o passado.

Devemos estar voltados para a frente, lançados para o futuro."

Gen DWIGHT D. EISENHOWER
(ECEME — 1946)

OS FILMES «4 R»

(CINEMA DE CORRUPÇÃO/SUBVERSÃO)

ARARIGBOIA

"O cinema é a mais importante de todas as artes". LENINE ()*

CINEMA: ESSA ARMA PSICOLÓGICA...

Os erros e os excessos que se cometem em matéria de cinema e de televisão levaram-nos a escrever este trabalho, que visa a despertar quantos o lerem — e, o que é mais importante, alertar o Governo para a influência toda poderosa (muitas vezes nefasta), que exerce o Cinema sobre uma inteira população, principalmente sobre sua parte mais sensível, a mocidade, ardorosa e idealista, mas profundamente inexperiente.

O Cinema é Arte; mas Arte que se tornou poderosa indústria. A esta característica deve ser somada uma outra, muito mais importante: a de arma sutil, mas efficientíssima, usada em nossos dias para a subjugação da mente humana.

No mundo complexo de hoje o Cinema e sua filha primogênita, a Televisão, praticamente se tornaram uma espécie de segundo mundo, um refúgio para milhões de seres, particularmente os jovens.

IMPACTO SOBRE OS SENTIDOS

Vejamos o que nos diz Siegfried Kracauer no seu artigo "O espectador":

"Diferentes tipos de filmes provocam reações diferentes: alguns dirigem-se diretamente à inteligência, outros funcionam simplesmente como símbolos ou similares".

"Não podemos tirar os olhos do filme cujas imagens sucedem-se uma após outras, não só porque poderíamos perder o fio da história

(*) "Em uma conversação entre Vladimir Lenin e o Comissário de Instrução do Povo, Lunacharski, disse Lenin em fevereiro de 1922: "A mais importante de todas as artes é o cinema. Trará (o cinema) mais dano que benefícios pervertendo com frequência as massas com o repulente conteúdo de suas obras. Outra coisa acontecerá quando o cinema se achar em mãos dos verdadeiros homens da cultura socialista. Então, será um dos poderosos meios de instrução das massas." (Extraído do artigo "Lenin y el cinema", "in" "Filmes soviéticos", n.º 2/70).

e não compreenderíamos as cenas seguintes, mas também porque há no fluxo das imagens sucessivas uma espécie de atração, uma espécie de indução, divertindo-nos, envolvendo nossa atenção, nossos sentidos, nossa visão, para não deixar escapar nada deste fluxo" (Henri Wallon, *L'Acte Perceptif et le Cinéma*).

Detalhe importante:

Quando alguém se dispõe a ir ao cinema, geralmente o faz espontaneamente. Caminha, com seus próprios pés, prazerosamente, ao encontro de uma diversão. **Não vai coagido.** Entra na fila do guichê, paga sua entrada e, ao penetrar na sala de projeção, refestela-se, **relaxa-se** na respectiva poltrona e **abre sua mente** àquele fluxo, àquela torrente de imagens, que se projeta na tela. Sua mente **desarmada, absorve de bom grado as idéias contidas no filme.**

Voltemos a S. Kracauer:

"Com o freqüentador de cinema, o consciente, como fonte de pensamentos e decisões, **relaxa o seu poder de contróle.**"

"Os filmes, portanto, **tendem a enfraquecer o consciente** do espectador. O seu retraimento pode ser aumentado pela escuridão das salas de projeção. A escuridão reduz automaticamente os nossos contatos com a realidade, privando-nos da percepção de muitos elementos de informação sobre o ambiente que nos rodeia, necessários a um julgamento adequado e a outras atividades mentais. **Amolece a mente.**

"O freqüentador de cinema está mais ou menos na situação de uma pessoa que foi hipnotizada. **Enfeitiçado pelo retângulo luminoso** diante de seus olhos — **que se assemelha ao objeto usado pelos hipnotizadores** — ele não pode deixar de sucumbir às sugestões que invadem o espaço vazio de sua mente. O cinema constitui um incomparável instrumento de propaganda. Daí a declaração de Lenine: "**O cinema é para nós o mais importante instrumento de tôdas as artes.**"

Poderosos meios de difusão, Cinema (e Televisão), tomaram grande parte do lugar que ocupava antigamente a palavra escrita. Mas, lamentavelmente, o Cinema vem sendo empregado **conscientemente** na dissolução dos costumes tradicionais do Mundo Democrático Livre.

E o que estamos vendo hoje nas Democracias do Ocidente?

Presenciamos o afrouxamento das idéias religiosas, dos princípios morais, dos vínculos de família, através de filmes e peças teatrais, oriundas da literatura perniciosa. Tudo isto levando a um objetivo calculado e frio: a deterioração de todos os valores humanos, enfim a **putrefação social** de um país.

Por aí se vê o perigo que correm as Democracias descuidadas.

"É preciso não esquecer que os regimes democráticos, apoiados sobre a expressão numérica do eleitorado são tanto mais vulneráveis quanto menos esclarecida é a opinião pública e quanto menor o grau de cultura e de discernimento das classes numericamente mais expressivas." (A. de Lyra Tavares "in" Segurança Nacional").

POR QUE TUDO ISTO?

Para respondermos a esta indagação será necessário dar uma longa explicação, que dividiremos em dois itens:

- I) A Era Ideológica
- II) O Brasil na Era Ideológica

I) A ERA IDEOLÓGICA

Quando se estuda História Universal aprende-se que a Humanidade atravessou várias fases culturais, que se convencionou chamar de Idades ou Eras.

Assim, tivemos a Idade da Pedra Lascada, da Pedra Polida, do Cobre, do Bronze e do Ferro: é mais recentemente ingressamos na Era Industrial.

Muitos julgam que vivemos atualmente na Era Atômica; outros falam de uma Era da Velocidade.

Na realidade vivemos na Idade ou Era Ideológica.

A Era Atômica, como também a Era da Velocidade, estão dentro dessa Idade ou Era Ideológica.

Infelizmente, a quase totalidade das pessoas que habitam o nosso planêta desconhece esta verdade, o que dá uma vantagem extraordinária àquela ínfima parcela da Humanidade que tem noção deste fato.

Que vem a ser, afinal, uma Ideologia?

Ideologia é Fé; Fé que galvaniza homens e nações, resultando daí uma vontade firme e um plano de ação para modificar o mundo. Extraído do opúsculo: "Para onde iremos? (Rearmamento Moral).

Nunca esquecer:

Você pode desprezar as Ideologias, mas elas, assim mesmo, continuarão interessadas em você.

Vejamos dois exemplos de Ideologia:

I) Um cidadão chamado Hitler, teve uma idéia e divulgou-a através do livro "Mein Kampf" — Seu lema: "uma raça superior deve dominar o Mundo", se espalhou e dominou milhões de mentes hu-

manas. Um país vencido, mas eletrizado pela idéia, se levantou e enfrentou o Mundo. A Humanidade pagou duramente por essa "experiência ideológica".

II) No cérebro de outro homem, Marx, rutilou uma idéia:

"Uma classe deve dominar" — Escreveu um livro: **"Das Kapital"**.

Muitos homens, que achavam necessária uma Revolução Mundial para corrigir os erros dos seus semelhantes, ficaram fascinados por esse pensamento de Marx.

O mundo de hoje, tão pequeno, não permite ninguém mais alhear-se à luta ideológica. Nem mesmo aqueles que vivem em paragens longínquas.

Na Era em que estamos vivendo o futuro pertencerá aos que souberem dominar o pensamento das massas.

É preciso não esquecer que ultimamente várias Nações foram submetidas ou satelizadas sem o uso de armas de fogo.

Como? Por quê?

Na Guerra Moderna as Nações são subjugadas por idéias antes de o serem pelas armas. (op. citado).

II) O BRASIL NA ERA IDEOLÓGICA

O povo brasileiro é descuidado por indole. País nôvo, inexperienced, descre de conselhos amigos, tal como uma autêntica criança, que ainda não passou por fases dolorosas da existência. Esta atitude tem suas causas remotas.

O Brasil tem vivido longos períodos de paz, longe dos distúrbios sangrentos que envolveram o mundo. E o povo brasileiro, defendido por essa imensa massa de água que é o Oceano Atlântico, autêntica **"linha Maginot"** da América do Sul, tornou-se um pouco displicente no preparo da sua defesa militar. Essa defesa oceânica funcionou bem durante o período de tempo em que predominou o Poder Marítimo. Contudo, a estrêla do Poder Marítimo começou a empalidecer, dando lugar à aviação superveloz, aos jatos e agora aos mísseis.

O Atlântico deixou de ser um oceano largo, protetor, para tornar-se subitamente um simples estreito, mais do que isso, uma fossa, um canaleta. O progresso vertiginoso da aviação, suprimindo o Oceano, "colou", por assim dizer, a América Latina ao vulcão do Velho Mundo. Onde o isolamento e a segurança que nos proporcionava o Atlântico?

Outrossim, os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial vieram modificar totalmente o conceito tradicional de um forte conflito. A guerra hoje é **global, indivisível e permanente.**

Não há paz. O que os povos incautos julgam ser Paz, é Guerra Fria, Guerra Revolucionária, Guerra dissimulada e cruel; cianureto dissolvido em água açucarada, mas sempre cianureto.

A própria conceituação de Segurança Nacional teve de ser reformulada urgentemente para enfrentar este novo estilo de agressão.

A Segurança de um país, isto é, os problemas relativos à Segurança interna e externa, não constituem hoje mais uma incumbência exclusiva das Forças Armadas. A idéia de que a Defesa Nacional é incumbência exclusiva das Forças Armadas está hoje superada como bem o demonstram todas as experiências adquiridas por ocasião das duas últimas grandes guerras mundiais.

O assunto diz respeito à totalidade dos setores das Nações; seus dirigentes, suas elites e suas massas, que se devem compenetrar, imbuir-se da parcela de responsabilidade que lhes cabe e do dever de colaborar na resolução, em caso de conflito, dos problemas relativos à própria sobrevivência.

A Segurança Nacional passou, então, a ser encarada dentro do conceito moderno, que abrange o estudo de todos os fatores geográficos, políticos, econômicos, militares e psicossociais (incluam-se dentro deste item "psicossocial" os **fatores morais, culturais e educacionais de um povo**, donde se depreende o valor extraordinário que possuem hoje para a Segurança Nacional todos os assuntos ligados, direta ou indiretamente, com a Educação, a Cultura e a Moral).

Assim, esta Revolução Mundial para atingir seus fins procura anular os valores culturais e morais existentes numa coletividade para reconstruir tudo de novo a seu modo.

Daí terem necessidade esses revolucionários de abrirem frentes de luta em todos os campos para destruírem a envergadura, o arcabouço sócio-administrativo das Democracias, eliminando todos os vestígios dessa Sociedade que se quer destruir.

A III GUERRA MUNDIAL

Fala-se muito na possibilidade de uma III Guerra Mundial. Na realidade já estamos dentro da III Guerra Mundial.

Há aproximadamente meio século o comunismo era apenas um lampejo nas pupilas de Lenine. Hoje domina mais de um bilhão de pessoas.

Como pôde acontecer isso?

A explicação ultrapassa os limites deste opúsculo. Mas pode ser resumida nisto: os adeptos de Marx vêem armas ou meios de ataque onde outros povos vêem apenas instrumentos de relação pacífica entre os homens.

Dentro desse estado de espírito, a Literatura, a Psicologia, o Magistério, o Jornalismo, a Economia, as Artes (Cinema, Teatro etc.) são usados como armas psicológicas pelos comunistas.

Assim tornamos a dizer:

— É preciso não perder de vista que a 1.^a etapa dessa Revolução Mundial visa aos objetivos humanos. A Revolução Mundial quer primeiro o domínio do espírito humano de uma população que habita um determinado território, para, em seguida, chegar à fase cômoda da apropriação dessa área geográfica e das suas riquezas naturais.

Este é o tipo de ocupação mais estável.

NOVA CONCEPÇÃO DE FRONTEIRAS: A MENTE HUMANA

Acompanhemos o pensamento do Gen A. de Lyra Tavares:

"No mundo em que vivemos a destruição da independência de um Estado, visando a aniquilar-lhe a capacidade de resistência e tornando inúteis as manifestações de sua soberania, obedece a processos muito dissimulados.

Vejamos, por exemplo, o que sucede com as fronteiras.

A linha de fronteiras terrestres já não é mais como era no passado, a passagem obrigatória para a invasão de um país, porque os objetivos da guerra, que tinham caráter puramente militar, foram substancialmente modificados e ampliados."

A nova linha de fronteiras, dizemos nós, é a Mente Humana. Uma vez violada esta "fronteira" o caminho está praticamente desbaraçado e a resistência é bem menor.

"Modernamente vários países foram conquistados sem exércitos e sem a invasão ostensiva de suas fronteiras. Houve, isto sim, uma infiltração sutilíssima no arcabouço sócio-econômico destes Estados. Uma lenta e progressiva invasão que dominou os pontos vitais, asfixiando, pouco a pouco, toda e qualquer reação nacionalista."

Como já dissemos linhas atrás (e não nos cansamos de repetir) hoje a conquista direta de um determinado território é secundária. Isto virá em consequência do controle do Estado através da narcotização do pensamento da comunidade nacional, que constitui na verdade um processo indireto, mas seguro de dominar o território.

Assim, uma Nação soberana pode ser solapada e até destruída por ações subterrâneas — tipo cavalo de Tróia — e que não podem ser caracterizadas diante das leis tradicionais como atos de agressão. Povo e território agredidos por processos "invisíveis" acabam por render-se à vontade do Estado agressor, sem que este possa ser incriminado com provas positivas.

É missão, pois, do Estado velar cuidadosamente pela defesa dos alicerces fundamentais em que repousa a consciência nacional, **combatendo por todos os meios** os pontos de infiltração sutil, o trabalho demolidor que, dificilmente, poderiam ser hoje caracterizados como atos de agressão, embora na realidade sejam perigosas armas de destruição subterrâneas dos Estados.

CINEMA E CORRUPÇÃO

Como já foi dito, no mundo de hoje vivendo em plena Era Ideológica já não se encara mais um filme como uma obra de Arte e sim como **Arma Psicológica de primeira linha**.

Sem deixar de ser Arte, para mal de nossos pecados, converteu-se numa arma terrível que está sendo usada como ariete na demolição das estruturas das Democracias.

De que maneira isto vem sendo feito é o que procuraremos demonstrar nas linhas que se seguem:

CINEMA, A "MENINA DOS OLHOS" DO PC

Atualmente o cinema constitui a "menina dos olhos" do **Partido Comunista Internacional**, pois seu papel é muito importante na trama contra a Civilização Ocidental. O cinema, de braços dados com o Teatro, o Rádio e a TV...

Contudo, é preciso não perder de vista uma grande verdade:

Descarregar as culpas e os erros da sociedade em que vivemos no comunismo, em vez de reconhecer honestamente os nossos defeitos, são, muitas vezes, recursos de que se servem as almas fracas, covardes e comodistas.

Na realidade, devemos reconhecer honestamente que a Sociedade Cristã e livre, com seus erros e cochilos, dá ao seu algoz, o comunismo, argumentos e armas poderosas para aviltá-la e destruí-la.

O EXEMPLO ITALIANO

Vejamos o que ocorre num país que tem profundas afinidades com o Brasil: a Itália, onde duas forças se estão medindo continuamente: Comunismo e Catolicismo.

Considerando-se o Partido Comunista Italiano como o maior e o mais poderoso do Mundo Ocidental, com 1.700.000 de filiados e grande ascendência sobre o Legislativo Italiano.

Em abril de 1963, quando o PC Italiano obteve 7.700.000 de votos o jornal do Partido, "L'Unità", publicou uma foto de movimentada rua de uma cidade do norte da Itália, na qual uma pessoa em qua-

tro estava colorida de vermelho. Quer dizer: naquela ocasião 1/4 do eleitorado italiano votou nos candidatos comunistas.

Na Itália de hoje é toque de elegância ser "da esquerda"*. Este chiquismo se faz notar também nos círculos intelectuais e artísticos. Boa parte dos famosos cineastas de Roma são comunistas ou fazem o jôgo dos comunistas, o que vem a dar no mesmo. Os nomes dêles vão citados mais adiante.

A posição dos comunistas italianos tem sido fortalecida pela aliança com os Socialistas, de cuja ala esquerda saíram em 1921. Habilidosos, os comunistas se servem dos Socialistas para obter a maioria, que é invariavelmente dominada pelos vermelhos, sempre os mais espertos e ativos.

CINEMA E CORRUPÇÃO

Chegamos, finalmente, depois desta longa, mas necessária explicação, ao tema central do presente trabalho:

E que melhor exemplo do que ocorreu na Itália em meados de 1965 para provar a **tremenda importância** que tem o cinema de corrupção na derrubada das democracias?

Um texto de apenas dez palavras pôs em sério risco o governo italiano de coalizão (centro-esquerda), no mês de julho de 1965.

Uma simples emenda no artigo 5.º do Projeto da Lei sobre o Cinema apresentada no Legislativo pelos Democratas-Cristãos, causou um verdadeiro terremoto político na pátria de Dante.

Vejamos, primeiro, em que consistia este famoso artigo 5.º: tratava-se das subvenções do Estado à indústria cinematográfica, excluindo do benefício da programação obrigatória nas salas de projeção de todos os filmes que não apresentassem suficientes requisitos de idoneidade técnica, nem qualidades artísticas, espetacular ou cultural.

Até aí, "tutti di accordo", pois durante mais de um ano os socialistas (**) haviam elaborado o projeto da Lei do Cinema, o qual foi objeto de um acêrto entre os quatro partidos que formam a maioria governamental no Parlamento.

Entretanto, o líder Democrata Cristão, Sr. Zaccagni, apresentou uma emenda ao artigo 5.º, emenda essa aprovada na ausência de deputados da esquerda, dando assim origem à tempestade política que quase derrubou o governo italiano.

(*) Aliás esta mesma influência se faz sentir na França.

(**) O "pai" da Lei do Cinema é o socialista Achilles Corona, que, em 1965, era o Ministro do Turismo e dos Espetáculos da Itália. Visitou o Brasil em 1967.

Dizia a famosa emenda simplesmente isto: "que o filme não deve igualmente ofender os princípios ético-sociais colocados como fundamento na Constituição Republicana".

A aprovação da dita emenda estourou como uma bomba nas hostes socialistas e comunistas. A indignação nos círculos esquerdistas foi enorme, contra o que foi tachado de "tentativa traiçoeira de imposição da censura".

A crise do governo italiano por causa da emenda Zaccagni foi tão grande que o Partido Socialista deu um ultimato aos democratas-cristãos: ou a emenda era retirada ou os socialistas saiam do governo de coalizão.

Na realidade a crise evoluiu no sentido de se dar uma nova redação à emenda ao artigo 5º, com o cuidado de não ferir as susceptibilidades do Partido Democrático-Cristão.

É caso de se perguntar:

— Por que todo êste temporal, que chegou a paralisar por completo a vida política da Península, em meados do ano de 1965?

Devido a uma simples emenda ao Projeto da Lei do Cinema?

OS FILMES "4 R"

A resposta é:

— Porque o Comunismo Italiano estimula o cinema da corrupção, as chamadas "películas 4 R" tão úteis a êsse trabalho diabólico de violação da mente humana.

Vejamos o que significam "as películas 4 R":

RABBARUFFARE	Subverter
RIBELLARE	Revoltar
RAVVILIRE	Aviltar
RIDICOLIZZARE	Ridicularizar

Por aí se vê claramente que a emenda do líder ZACCAGNI veio com enderêço certo, certíssimo. E por aí também se vê por que os esquerdistas italianos gritaram tanto quando "caiu-lhes um ferro de engomar bem em cima do calo de estimação".

A OUTRA FACE

Agora vejamos a outra facêta da luta:

Antes que estourasse esta grave crise política no Parlamento Italiano, em fins de fevereiro, mais precisamente, a 28 de fevereiro de 1965, a Confederação Episcopal Italiana reunida em Roma, numa conferência de alto nível, deu a público um documento sôbre a situação moral do cinema daquele país.

Este documento foi publicado no órgão oficial do Vaticano, "L'Osservatore Romano", n.º 50, de 1/2 de março de 1965, pág. 3.

Examinemos o documento:

Embora louvando o progresso do cinema italiano, lamenta o Episcopado não seja ele sempre acompanhado de iniciativas que levem ao caminho do respeito da dignidade da pessoa humana e dos princípios da moral natural e cristã, acrescentando:

— "Salvo louváveis iniciativas, que merecem consideração e encorajamento, e produção cinematográfica italiana, de maior responsabilidade, tem-se encaminhado para um progressivo e desenfreado deterioramento moral".

Ressoam, — diz o documento pelo "L'Osservatore Romano" — motivo de profunda amargura — os ecos dos lamentos dos nossos confrades dos Episcopados de outros países, pelo escândalo produzido pelo cinema italiano entre suas populações.

No mesmo documento reconhece o alto clero italiano as maravilhosas possibilidades culturais, educativas e recreativas da cinematografia que exerce uma profunda influência na formação da consciência individual e na evolução dos costumes públicos, mas alarma-se, contudo, a classe sacerdotal em ver o sistemático ataque "denegridor e destruidor do matrimônio cristão, da instituição da família e da educação moral do povo", a cargo do cinema do seu país.

O referido documento assinala diversas causas da degradação da arte cinematográfica:

- a) a falta de reação do público aos filmes imorais, cuja passividade serve para encorajar os autores de tais espetáculos;
- b) a amoralidade de uma parte do mundo do cinema, cujos escritores, produtores, diretores e artistas, muito raramente têm feito uma séria tentativa de dar um conteúdo positivo ao maravilhoso instrumento de difusão do pensamento, que têm em mãos.

Lamenta, finalmente, o Episcopado Italiano a insuficiência da crítica e acusa os poderes públicos do seu país de abandonarem uma causa tão séria.

UM "DOSSIER" RESERVADÍSSIMO

Estariam os Bispos Italianos vendo fantasmas? é o caso de perguntar.

E os comunistas que têm a ver com tudo isto?

Onde há provas de que os adeptos de Marx têm nas mãos os fios que movem o "cinema da corrupção"?

Um "dossier" reservadíssimo, levando o sinêto do Partido Comunista Italiano foi publicado por uma revista espanhola "Documentos Cinematográficos", no número 12 do seu segundo ano de edição (pág. 233). (Este documento foi publicado no semanário "El Español", de 15 de março de 1965, reportagem intitulada "Cine de corrupción").

Tais instruções demonstram claramente que os comunistas seguiram ao pé da letra, no âmbito do cinema, as ordens emanadas do seu partido.

Vejamos o que recomendava aquêlê Partido em 1965:

"Na fase atual da vida e com relação à produção cinematográfica e teatral nosso Partido deve levar em conta exigências táticas que sugerem a conveniência de deixar em segundo plano as exigências puramente de princípios.

Filmes citados pela denúncia Episcopal (*) são de uma eficaz polémica antiburguesa mais forte que qualquer iniciativa nossa. O jovem camponês ou operário que vê tais filmes adquire um conceito pejorativo dos grupos dominantes e monopolizadores em suas perversões, um conceito pejorativo que, no mínimo, contribuirá para a nossa plena vitória legal. Diretores, produtores, artistas e empresários "lançados" êstes filmes são levados, segundo sua lógica de classe, pelo impulso destituído de preconceitos que visa um lucro capitalista".

Para conseguir o aplauso do público e tendo por mira o lucro, dedicam-se com laboriosa e sutil paciência à excitação sensual disfarçada em imperiosa exigência artística; porém trabalhando assim tais burgueses, cínicos e desprezíveis, trabalham para nossa causa, são as térmites voluntárias e gratuitas que roem até as últimas raízes da árvore burguesa.

"Por que devemos opor-nos ao seu trabalho? Por que devemos pôr-lhes dificuldades?"

No mesmo documento, é bom não esquecer, o Partido recomenda aos seus camaradas que a Revolução, como tôdas as grandes revoluções, não pode estar inspirada senão por uma severa inspiração moral e que exlui por definição que se tome a sério como fenômeno artístico as exibições mais ou menos disfarçadamente pornográficas e seus heróis imaginários ou reais. (Os grifos são nossos).

Continua o documento do Partido Comunista Italiano que estamos focalizando:

"Não obstante, interessa ao Comunismo favorecer essa corrompida produção burguesa, elogiando-a como testemunho social de

(*) Refere-se o documento de uns tantos filmes que deram origem à renúncia episcopal.

altíssimo valor e apresentando aos seus autores como heróis da liberdade da arte."

Nosso interesse é empurrar para a frente, rumo a tentativas cada vez mais faltas de pudor, para reproduções de episódios cada vez mais vergonhosos. Nosso interesse é proteger tácitamente este "affaire" pornográfico, totalmente isento de preconceitos e apresentá-lo como suprema consecução da absoluta liberdade artística. E não devemos duvidar ante nenhuma fase desse processo. Inclusive, se por exemplo, alguma vez se "lançassem" filmes mais ou menos apologéticos da homossexualidade (e já tem aparecido os primeiros sintomas (*)) devemos elogiá-los em nome do direito que tem o artista de expressar seu mundo com absoluta liberdade ou em nome de qualquer fórmula análoga àquelas de que estão amplamente providos nossos valentes críticos."

Aqui pedimos vênua aos leitores para abrir um parêntesis, a fim de reproduzir o teor de um despacho da agência telegráfica UPI e publicado em o "O Jornal" do Rio de Janeiro, em data de 6 de julho de 1965, despacho que prova a veracidade dos intuits comunistas no importante setor do cinema:

Eis a notícia:

"PRAVDA" DÁ RECEITA PARA FAZER CINEMA

Moscou, 5 (UPI-OJ) "Esqueçam seus trajes de banho e concentrem seus esforços em obras que defendem a causa da Paz". Esse aviso foi dado às estrêlas, que chegaram a esta capital para participar do IV Festival do Cinema, iniciado no Palácio do Congresso, situado no Kremlin. O "Pravda", órgão oficial do PC publicou que "o dever de todos os artistas progressistas, de qualquer país, é produzir obras que enfrentem resolutamente as forças reacionárias".

Fechado o parêntesis, voltemos agora ao assunto que estávamos examinando.

Esta orientação maléfica que se conseguiu dar ao cinema italiano não basta, entretanto, aos comunistas daquele país.

Possuindo uma bem montada rede de críticos de cinema e de arte, disseminados em jornais, nas rádios e estações de televisão(**), críticos esses que não regateiam aplausos a tudo quanto diga respeito ao "cinema de corrupção", o PC Italiano tem hoje também o domínio sobre os homens que executam os seus planos.

(*) O filme "OS DELICADOS" lançado no Brasil em 1969, mostrando a vida em comum de dois homossexuais.

(**) Esta bem montada rede se observa em vários países, França, por exemplo e também no Brasil.

Vejamos o que nos diz o padre jesuíta Tucci no número 805, de "Razón Y Fé", do mês de fevereiro de 1965, falando da "Presença do Comunismo no Mundo Cultural Italiano".

"O marxismo está presente nos veículos culturais mais importantes e de maior influência: a ensaística, a crítica literária e dos espetáculos, a narrativa, o cinema, rádio e TV. Tanto que a maior parte dos intelectuais italianos ou é comunista ou é simpatizante do marxismo ou é genêricamente "de esquerda".

Dêste aspecto são os mais conhecidos romancistas italianos, críticos de cinema, como G. Aristarco, L. Ciarini, (que dirigiu a Exposição Cinematográfica da Venezuela), C. Ragghianti e C. Zavattini.

No campo do cinema os comunistas e seus simpatizantes têm preponderância impressionante. São notoriamente comunistas ou pelo menos estão considerados como tais os diretores G. de Santis, C. Liz-zani, L. Visconti, P.P. Pasolini (*), E. Petri, G. Pontecorvo e F. Rosi. São mais que simpatizantes do marxismo C. Camerini, V. de Sica e P. Germi; mostram forte simpatia pelo marxismo Antonioni, A. Bla-setti, M. Bolognini (**), E. Castellani, A. Lattuada, M. Monicelli, L. Salce, M. Soldati e L. Zampa.

Poucos são os diretores como Roberto Rossellini e F. Fellini entre os mais conhecidos, que lograram libertar-se do enfeudamento marxista. Contudo, o juízo que o Partido Comunista faz de tais colaboradores não é nada lisonjeiro para eles.

Vejamos:

"Apesar de estarem inscritos, quicá, em nosso partido, são burgueses no sentido mais baixo e rasteiro da palavra. Têm tôdas as debilidades e tôdas as corrupções da burguesia. E mais: alguns dêles são homens claramente reprováveis pelo seu modo de viver, pelas amizades que freqüentam e pelos seus costumes "existenciais".

"Assim, elogiando a liberdade artística na exposição da corrupção, além de promover cada vez mais ativamente a destruição até as raízes da burguesia alcançaremos dois fins subordinados a importância não pequena: o primeiro é pôr em grave dificuldade o regime, personalidade neste assunto pelo Ministro Folchi (***), o regime que, frente aos filmes antes indicados não saberá como comportar-se e, ou recorrerá à Censura e à Magistratura (sendo, portanto, apontado de estrangulador da liberdade artística e coisa dêste gênero) ou... cheio de temor, cederá e deixará que êstes filmes e espetáculos se representem na íntegra.

(*) Diretor dos filmes "Teorema" e "Il porcile" (O chiqueiro). Este último ainda inédito no Brasil, em que são exibidas aberrações da alma humana.

(**) Diretor do filme "Le bambole" (As bonecas), objeto de um processo criminal na Côte de Justiça da Itália, por atentado ao pudor.

(***) Ministro na data da redação do documento.

O CINEMA DE CORRUPÇÃO E O COMUNISMO DIFUSO

O "cinema de corrupção" é imprescindível para a ampliação cada vez maior do **comunismo difuso**. Entretanto, muita gente boa não faz a menor idéia do que ele seja.

Julgamos que o melhor meio para mostrar o que é Comunismo Difuso é a pastoral sobre o Comunismo, de autoria de D. Geraldo de Proença Sigaud, SVD, publicada antes da Revolução de 31-3-1964.

El-la:

"Para que a nossa luta seja eficiente, é preciso que distingamos as espécies de comunismo que devemos combater.

Há duas espécies de Comunismo:

O primeiro é aquele que professa explicitamente a doutrina marxista;

O segundo é aquele que, sem professar explicitamente a doutrina marxista, significa um resvalar lento da opinião pública, dos costumes, das instituições e das leis para o comunismo.

É o que chamamos de **comunismo difuso**.

O primeiro é dirigido pela seita e pelo Partido Comunista, segundo as diretrizes de Moscou. É extremamente perigoso, deve ser combatido, e nós já o estudamos. Estudemos agora o comunismo difuso.

a) Que é o comunismo difuso?

Este comunismo difuso é de longe um perigo maior do que o comunismo direto, por mais perigoso que este seja, e é sobretudo contra ele que se deve voltar uma ação anticomunista desejosa de ter o máximo de eficiência.

Consiste ele na expansão lenta de uma mentalidade comunista difusa.

Descrevamos antes a situação concreta à qual queremos aludir, para depois analisá-la. Cumpre lembrar antes de tudo que o comunismo tem em si próprio muito acidentalmente na conta de um sistema filosófico concebido em abstrato, e segundo o qual se devem amoldar os fatos, mas quer ser sobretudo uma expressão da vida, isto é, um sistema que se realiza mais do que se pensa.

Assim, a preparação de uma sociedade comunista deve dar-se menos pela pregação do marxismo doutrinário, do que pela eclosão paulatina de formas de trabalho, de economia, de estilo de vida, de modos de ser, de formas de arte, de cultura, de ação política, inspirados por uma tendência profunda e vital para o marxismo. Essa

tendência, subconsciente de início, na mesma medida em que se vai realizando "conscientiza" os princípios marxistas. A isto chamamos comunismo difuso. É comunismo "in fieri". É difuso, porque não aflora desde logo explícito, consciente e integral, mas se conserva por longo tempo em todo o corpo social, em estado diluído e ainda inconfessado.

Tomado em si mesmo, cada indivíduo, vítima desse fenômeno não terá senão alguns pontos de afinidade ou identidade com o marxismo. Mas, considerados em seu conjunto os indivíduos afetados por esse processo, vê-se que todo o marxismo neles está imanente. Isto é, somando-se as várias manifestações fragmentárias do comunismo que se notam disseminadas aqui e acolá no corpo social. Pode-se com elas reconstituir, como se fôsem pedras de um mosaico, a figura bem completa do comunismo.

Individualmente, muitas pessoas ou grupos sociais podem até reputar-se anticomunistas. Mas, na realidade participam, em medida, por vezes não pequena, do próprio sistema que combatem. Para argumentar com exemplos fora do Brasil, basta lembrar os povos escandinavos, que se consideram nitidamente anticomunistas, que conservam até as formas e as pompas da monarquia, mas que estão modelados, por um socialismo cada vez mais próximo do comunismo.

b) Alguns exemplos:

Demos alguns exemplos do que é esse comunismo difuso. Para compreendê-lo é preciso lembrar mais uma vez que ele consiste sobretudo em tendências defeituosas, ao cabo de cuja expansão se manifesta o princípio doutrinário errado.

Sensualidade — É um lugar comum dizer que ela invadiu toda a vida brasileira. Um dos seus efeitos principais é minar a veneração e a adesão afetiva à família, e especialmente à indissolubilidade do vínculo conjugal.

A sensualidade conduz à impressão de que a família é um entrave nos prazeres da vida, e daí leva à aceitação do princípio de que a família deve ser abolida.

A jovem rica e de posição elevada, que se apresenta em trajes imodestos pode imaginar-se anticomunista, mas ela caminha para a aceitação de um princípio-chave do comunismo. E, na medida em que seu exemplo frutifica, ela espalha as sementes comunistas em torno de si.

Materialismo — A sensualidade cria uma inapetência de tudo quanto é sobrenatural ou simplesmente espiritual. Ela forma o "animalis homo" que facilmente abstrai das coisas do espírito, e tende a só pensar sobre as coisas da matéria, que afetam imediatamente os sentidos. Daí o esquecimento de Deus, o menosprezo do espírito,

que facilmente se convertem no desejo inconfessado de que Deus e a alma não existam. Daí por sua vez, até a negação de Deus e da alma há apenas um passo que facilmente se transpõe. É outro princípio básico do comunismo que se afirma, não em consequência da pregação especificamente comunista, mas como fruto espontâneo e normal dos erros que a sociedade moderna traz em suas entranhas.

Negação da propriedade privada — A negação da propriedade privada é outro erro comunista que se vai desenvolvendo como que por geração espontânea na sociedade moderna. Se não há Deus nem alma, a bem dizer não há direitos. A ordem moral repousa toda sobre a existência de Deus. Quanto a espiritualidade da alma, se ela não existe, o homem é um conglomerado instável de células que se renovam ao longo de sua vida. De sorte que quando ele morre já não é o mesmo homem que quando nasceu. Em consequência a própria idéia de um direito pessoal não tem sentido. Só existe a massa humana, titular de todo o domínio.

Este resultado do materialismo se nota na tendência crescente de resolver todos os problemas considerando-se o interesse do Estado, e usando só os meios de ação do Estado: leis, decretos, regulamentos etc.

Certos defeitos da atual estrutura econômica servem de ocasião para que, sob o pretexto de louvável justiça social, a ação do Estado vá absorvendo toda a esfera própria dos grupos sociais e das pessoas.

A onipotência estatal, tão oposta ao princípio católico de subsidiariedade, é uma decorrência natural das próprias tendências materialistas da civilização moderna.

Igualitarismo — O princípio revolucionário de que, sendo os homens iguais por natureza, devem ter iguais direitos e deveres em todos os domínios da vida, vai generalizando aos poucos a idéia de que a sociedade não deve ter classes desiguais, constituídas não só por pessoas, como por família.

Este ideal da sociedade sem classe, visado pelos comunistas como afirma Pio XI (Encíclica "Divini Redemptoris", Edit. Vozes, págs. 8 e 9), se vai difundindo tanto, que se nota até em escritores católicos conhecidos como anticomunistas. Assim, em recente artigo na imprensa brasileira um escritor católico reivindicava como ideal da sociedade católica a existência de uma só classe, cujo nível corresponderia à pequena burguesia. Esta posição tipicamente comunista, na maior parte dos casos, não decorre, entre nós, de uma influência exercida pelos comunistas declarados. Ela é uma consequência lógica dos princípios da Revolução Francesa tão profundamente enraizados entre nós.

c) A marcha por etapas:

Este é o comunismo difuso, isto é, uma tendência onimoda e generalizada para chegar, por etapas, até a sociedade comunista; um

conjunto de costumes, instituições etc. etc., marcados em maior ou menor medida por esta tendência; apresentando tudo um aspecto de transição entre a civilização cristã e a "civilização" comunista.

"Por etapas" — a expressão pede uma explicação. Trata-se de uma tendência dinâmica, cuja expansão é constante, mas lenta. Raras vezes ela conduz diretamente ao comunismo. Ela caminha habitualmente pé ante pé e, como já dissemos, opera em geral no terreno subconsciente. A trajetória para o comunismo, o mais das vezes, não é percorrido por uma nação no espaço de uma ou duas gerações só. Cada geração que passa retoma o caminho da anterior no ponto em que o encontra, e percorre mais algumas tantas. No momento presente, já nos achamos tão longe, que BULGANIN pôde dizer que a sociedade Comunista está nos países ocidentais como o pinto na casca do ovo, pronto a rompê-la.

Como este assunto é de imensa importância e grande atualidade, recomendamos-vos o seu estudo aprofundado. Para este fim encontra-se uma exposição sólida, profunda, clara do processo revolucionário, de suas várias velocidades e suas marchas e contramarchas no ensaio "Revolução e Contra-Revolução", de Plínio Correia de Oliveira. *Revolução e Contra-Revolução*, "m" Catolicismo. n.º 100, de abril de 1959; *Revolução e Contra-Revolução*, Boa Imprensa Ltda, Campos, 1959; *"Revolución y Contra Revolución — Ediciones "Cristandad"*, Barcelona, 1959; *Revolution et Contre Revolution*, Editions "Catolicismo" Campos, 1960.

d) Socialismo Cristão:

Voltamos, amados filhos, ao tema do socialismo cristão. O socialismo representa neste processo o papel de rampa.

O que é socialismo? Um ente ideológico fluído, que vai desde insignificantes incursões do Estado até o marxismo integral. Quem começa por dizer-se socialista moderado, ou até moderadíssimo, aceita uma certa tendência que o mais das vezes desabrochará gradualmente, através de várias etapas, no socialismo total. E isto sem que se tenha de mudar o rótulo de socialista que se escolheu no início da trajetória. O socialismo cristão exprime a ilusão de fazer essa trajetória sem romper com os princípios católicos. É a rampa especializada para levar ao comunismo, não os filhos das trevas, mas os filhos da luz.

e) Correlações entre comunismo explícito e difuso:

Claro está que as duas formas de progresso do comunismo, isto é, a emanada de Moscou, através do Partido Comunista Brasileiro em clandestinidade, e a que surge das "raízes de iniquidade" existentes no seio da sociedade atual, têm entre si estreitas correlações. Cada

uma corrobora a outra. É exatamente porque Moscou conhece e avalia, na justa medida, o proveito que pode tirar das referidas "raízes de iniquidade", daí decorre que as explora ao máximo. Como é muito natural, o KREMLIM pretende precipitar por uma ação violenta o processo interno de bolchevização das nações do Ocidente, quando julgar que o momento haja chegado. Já chegou ele para o Brasil?

Os fatos recentes do conhecimento de todos não deixam tais dúvidas de que a hora já chegou.

QUE FAZER ?

Eis aí prezados leitores uma explicação serena dos perigos que oferece o Comunismo Difuso.

Até uma pessoa de inteligência mediana perceberá depois da presente leitura a importância fundamental que tem o "cinema da corrupção" na propaganda deste tipo de marxismo.

O caso é tão grave que requer a imediata atenção dos altos poderes da República.

Medidas **urgentes e enérgicas** devem ser postas em prática, visando a inutilizar a ação do inimigo.

Não faltarão "Inocentes-úteis" a clamar contra "terrorismo cultural" mas as autoridades não deverão temer.

Estamos em plena guerra ideológica.

Neste novo tipo de conflito a Arte, que vem sendo usada como uma das mais eficientes armas ideológicas contra as Democracias cristãs, deve vestir uma espessa couraça protetora: a da Censura. Pode ser incômoda, mas é absolutamente necessária.

As autoridades encarregadas de filtragem das manifestações artísticas em público não deverão temer abaixo-assinados, manifestos ou protestos de intelectuais, artistas, sejam eles inocentes-úteis ou não. No caso está em jogo o futuro da nossa Pátria.

Quanto à Censura há quem ache que ela deva continuar sob a jurisdição do Ministério da Justiça, enquanto outros julgam que o melhor seria colocá-la debaixo da guarda da pasta da Educação e Cultura.

Seja qual fôr o caminho a ser trilhado, uma coisa deve ficar bem clara na mente dos que comandam o nosso País.

Os homens destacados para o setor da Censura (cinematográfica, teatral ou outra qualquer) **terão de ser muito bem filtrados.**

Não basta ser entendido; é preciso não ter medo e saber dizer **NÃO** aos poderosos.

O lema a ter em mente é: a **Pátria acima de tudo.**

E quando intelectuais vierem a público declarar que "o cinema nôvo no Brasil está sofrendo cerceamento na sua liberdade criadora", reforçando o seu ardiloso argumento que o nosso País vem conquistando ultimamente prêmios internacionais, é preciso tapar-lhes a bôca com uma verdade, infelizmente muito pouco conhecida:

A **MAIORIA DOS FESTIVAIS**, (ou quem sabe, a totalidade?) que se realizam por êsse mundo afora (Europa principalmente), estão sob disfarçado, mas rigoroso contrôle dos comunistas.

Na França, como na Itália, o comunismo entrou fundamente nos meios intelectuais. A imprensa em geral, o cinema, o teatro e a literatura, se quisermos ficar por aqui, foram amplamente contaminadas naqueles países. **E por que não dizer o mesmo do Brasil?**

Filmes nacionais que receberam prêmios ultimamente no exterior e que se baseavam na pornografia e na exibição de aspectos do nosso subdesenvolvimento (cenas deprimentes do Nordeste, entre outras), mostrando, enfim, nossas chagas sociais, foram justamente realçados porque exaltaram perante o público de certas nações hostis ao Brasil as misérias do "colosso sul-americano".

PONTO FINAL

Este artigo foi escrito em 1965, quando a pornografia ensaiava no cinema seus primeiros passos. De lá para cá os filmes "sexy" inundaram nossas salas de espetáculos. Cenas amorosas "impossíveis" de serem exibidas, há um lustro, em público, já começam a se tornar vulgares.

80% do ato sexual é claramente focalizado nos filmes. Mais 3 anos e o movimento imperceptível dessa marcha rumo ao erotismo integral, chegará ao climax. O ato sexual, então, será exibido "in totum". E não somente o ato, mas também as aberrações sexuais...

Na Itália, em 1969, o lesbianismo foi exaltado em mais de 25 filmes, tornando irrespirável o ambiente nas salas de espetáculos; outros filmes mostrando as facêtas da pederastia começam agora a ser lançados no Brasil. O primeiro dêles, "Os delicados" é um exemplo ainda bem vivo na memória de todos.

Não há o que esperar: essa onda de erotismo cientificamente dirigida enfoca principalmente a nossa mocidade e a mulher brasileira, viga mestra do lar, da família; dirige-se contra nossas instituições e contra as nossas mais caras tradições...

Por último, aos que ainda titubeliam, um pensamento de Lenin: "Desmoralize-se a mocidade de um país e a Revolução estará vitoriosa".

ASPECTOS DA ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Cap Inf
JOSÉ BATISTA DE QUEIROZ

I — INTRODUÇÃO

Mesmo com o desenvolvimento da máquina, com o aperfeiçoamento dos sistemas de computação eletrônica, o homem ocupa uma posição de transcendental importância nas múltiplas atividades que caracterizam o mundo moderno.

Os computadores, que à primeira vista parecem substituir o homem, só podem trabalhar se estiverem devidamente programados, só podem fornecer dados se dispuserem de informações.

Por isso, o homem se destaca como principal peça de qualquer estrutura organizacional. É ele que dá vitalidade a uma empresa, seja ela pública ou privada. Assim se expressou Leon Walther, referindo-se à importância do elemento humano:

"Mesmo que a força humana fique cada vez mais subordinada à da máquina, esta nunca poderá substituir aquela: caberá sempre ao homem o encargo de conduzi-la e conservá-la".

.....

"Destarte, pela força das circunstâncias, o fator humano passa para o primeiro plano".

Por outro lado, outrora se admitia que o comportamento dos trabalhadores era condicionado apenas pela remuneração. Hoje já se sabe que o amor à organização, o moral elevado, o rendimento no trabalho, a dedicação ao serviço, serão tanto maiores quanto mais eficiente for o corpo social da empresa.

A administração científica tem dispensado particular importância à Administração de Pessoal. A empresa moderna não é constituída de capital e máquinas, mas sobretudo de homens, que produzem mercadorias e serviços. Para que uma organização empresarial não sofra dos males crônicos da ineficiência é preciso que ela disponha de uma Administração de Pessoal calcada em termos técnicos e científicos. O lucro das atividades econômicas ou financeiras depende, sobretudo, de pessoal bom, bem escolhido e com moral elevado.

II — CONCEITO E OBJETIVOS

A Administração de Pessoal é um meio através do qual uma empresa alcança seus fins, da mesma forma que, na guerra, a logística é uma atividade sem a

a qual a conquista de objetivos táticos ou estratégicos se torna impraticável.

No Exército aprendemos que o Comando é uma função difusa, isto é, ele não é atribuição exclusiva do chefe, mas de todos quantos têm homens sob sua subordinação.

A Administração de Pessoal, por sua vez, também não é função exclusiva de um órgão departamental. Ela se espalha por toda a administração da empresa, constituindo-se um dever coletivo, pois é atribuição de todos aqueles que dirigem ou supervisionam homens. A responsabilidade é de um, mas a atribuição é de todos. A Administração de Pessoal é uma atividade que se divide por todos os escalões e flui por todos os setores. Ao órgão departamental cabe a formulação de diretrizes e a fixação de uma política de pessoal, visando obter a máxima eficiência com o mínimo de esforço. Isso só pode ser logrado eliminando tarefas inúteis e removendo os pontos de fricção. Esse atrito pode ocorrer tanto no sentido vertical como no horizontal.

Das necessidades empresariais e das aspirações dos empregados, não raro, surgem divergências e áreas de conflito. Como observa Tomás de Vilanova Monteiro Lopes: "A Administração de Pessoal atingirá tanto melhor seus objetivos quanto maior a sua habilidade em harmonizar essas diferentes aspirações e necessidades e transformá-las de possíveis causas de atrito numa força construtiva a serviço dos fins da empresa".

J.W. Donald assim definiu Administração de Pessoal:

"Gerência das relações entre o indivíduo, seus superiores, seus companheiros e a organização a que serve".

Essa definição nos leva a compreender que a Administração de Pessoal não é apenas um instrumento de racionalização do trabalho, mas também o desenvolvimento de boas relações humanas dentro de uma empresa, objetivando criar um clima de bem-estar e segurança, para aumentar a produtividade. Uma outra definição que nos parece muito objetiva, pois engloba quase todos os problemas de pessoal da empresa moderna, é a dada por Samuel H. Jameson. Assim se expressou aquele autor, conceituando Administração de Pessoal:

"Conjunto de princípios, normas e atividades que visam a atrair, obter, manter e aperfeiçoar os servidores de uma organização, nêles construindo um elevado moral".

Essa definição aborda os problemas de recrutamento, seleção, treinamento e outras atividades que devem ser desenvolvidas com o objetivo de edificar um moral elevado para o homem na empresa.

Entre os objetivos principais da Administração de Pessoal, podemos alinhar:

- 1) racionalizar o trabalho;
- 2) prever as necessidades;
- 3) recrutar, selecionar e treinar seus empregados;

- 4) adotar medidas que permitam criar e desenvolver um espírito de corpo;
- 5) conciliar interesses entre os fins da empresa e as aspirações dos empregados.

III — PROCESSOS DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

1. Recrutamento

O recrutamento é a convocação do elemento humano para suprir as necessidades da empresa. É uma função que vem ganhando importância cada vez maior nas empresas modernas, pois o sucesso de uma administração depende da qualidade da mão-de-obra recrutada e selecionada.

O recrutamento, quando bem realizado, não implica somente na divulgação das oportunidades de emprego, mas também, e sobretudo, na adoção de medidas que visam atrair candidatos da melhor qualificação profissional. Para que possa alcançar seus objetivos, o recrutamento precisa ser:

1) Planejado. O planejamento objetivo levantar as necessidades e as fontes de suplência da mão-de-obra, de modo a não surpreender o empresário. O administrador deve prever para prover.

2) Centralizado. Os princípios da administração científica preconizam a centralização no planejamento, que, nesse caso, deve ser executado pelo órgão departamental correspondente.

3) Atrativo. As inscrições devem ser estimuladas a fim de atrair o maior número possível de candidatos.

4) Seletivo. Muitas vezes, no próprio edital de recrutamento já se especificam condições, limitando a área da mão-de-obra a ser recrutada.

Contatos com associações profissionais, escolas de ensino técnico e universidades facilitam e asseguram um recrutamento melhor e mais bem qualificado.

5) Objetivo. Propagandas demagógicas devem ser evitadas, pois só contribuem para depor contra o bom nome da empresa. Tais propagandas, ao invés de atrair, repelem o candidato.

2. Seleção

Selecionar é escolher, através de processos e técnicas, aqueles que são mais capazes para desempenhar determinadas funções.

A aplicação de princípios e métodos científicos na seleção de pessoal permitirá avaliar a capacidade do indivíduo e seu ajustamento no trabalho. O primeiro passo deve, pois, consistir na determinação do tipo de serviço para depois selecionar aqueles que melhor possam executá-lo. A seleção científica visa a um duplo conhecimento do trabalho e do indivíduo. Isto porque, segundo Frankiska Baumgarten "o exercício da vontade é um dos fatores primordiais das atividades profissionais".

As provas que permitem selecionar o pessoal geralmente se dividem em:

- 1) Prova de Conhecimentos Gerais;
- 2) Prova de Conhecimentos Específicos;
- 3) Testes Psicotécnicos.

Em alguns países, a seleção é feita considerando a capacidade atual do indivíduo, isto é, através de provas de conhecimentos específicos; enquanto que, em outros, leva-se em conta apenas a capacidade potencial, ou seja, os conhecimentos gerais e o grau de instrução. No Brasil, a avaliação abrange ambas as capacidades.

Além dessas provas, algumas empresas, principalmente as estrangeiras, realizam também exames de sanidade física, mesmo que o serviço não requeira esforço dos aparelhos fisiológicos.

3. Treinamento

O treinamento é uma das áreas mais importantes da Administração de Pessoal. A eficiência de qualquer empresa, seja ela de produção ou de prestação de serviços, depende fundamentalmente da qualidade técnica de seus empregados. Se através de uma seleção racional consegue-se escolher os mais capazes através do treinamento obtém-se mais produtividade e, conseqüentemente, maior lucro.

Muitos dirigentes ainda resistem ao aprimoramento do padrão profissional de seus empregados. São mentes empíricas e desatualizadas que não percebem

os dividendos que ele produz. Vêem nêle apenas o desvio de recursos que poderiam ser carreados para o setor de produção. Mal sabem que um treinamento bem programado e orientado aumenta a capacidade de trabalho, reduzindo as horas extraordinárias de serviços e diminuindo o desgaste de máquinas e equipamentos. Por outro lado, é preciso compreender que o grande problema de pessoal na empresa moderna não é apenas as necessidades com mão-de-obra boa e qualificada, mas principalmente conseguir a fixação do homem no trabalho. A mobilidade de pessoal cresce na medida que o país se desenvolve, pois alargam-se as possibilidades. Assim, quando um empregado se sente impossibilitado de se realizar, geralmente procura outro serviço no qual possa concretizar suas aspirações. O treinamento ministrado por elementos capacitados muito contribui para integrar o homem na empresa, evitando movimentação constante de pessoal. O treinamento é, pois, um dever empresarial e tem por finalidade:

- 1) elevar o padrão profissional;
- 2) aumentar a produtividade e o rendimento;
- 3) ampliar as oportunidades para a realização das aspirações pessoais (maior prestígio e melhor remuneração);
- 4) integrar o homem ao serviço e ao grupo;
- 5) permitir flexibilidade de mão-de-obra dentro da organização;
- 6) reduzir a mobilidade.

Treinar quer dizer aperfeiçoar, dar uma educação especializada. Segundo Tomás de Vilanova Monteiro Lopes, o treinamento significa modificar hábitos e normas de conduta, usados na execução de determinados serviços.

IV — CONCLUSÃO

Homens e máquinas se completam para a execução dos múltiplos serviços que existem na organização empresarial moderna. No momento atual, quando o Estado alarga a sua área de atribuições, o homem, mais do que antes, aparece como peça fundamental e o êxito dependerá, em grande parte, de uma boa Administração de Pessoal. Quanto mais racional e científica fôr esta Administração, maiores serão as oportunidades de sucesso.

Devido à complexidade do ser humano, a Administração de Pessoal não se apresenta como tarefa fácil. Ela exige, além de características próprias do administrador, a aplicação de normas e princípios, visando sempre alcançar a eficiência máxima do homem.

O desenvolvimento de boas relações humanas dentro de uma organização é fator primordial para o sucesso. A transigência, não raras vezes, pode reverter em benefícios. É o princípio da compensação. Perde-se uma batalha, para se ganhar a guerra.

A Administração de Pessoal é como uma engrenagem. Funciona como um todo. O defeito em uma das peças reflete no conjunto, pois ela, à semelhança do Comando, é difusa e alcança todos os setores e escalões.

O aprimoramento das habilitações profissionais se apresenta como um imperativo para a empresa moderna. Uma organização, pública ou privada, só pode ampliar ou desenvolver-se, se dispuser de mão-de-obra tecnicamente treinada, para que as funções, na medida em que se tornam mais complexas, possam ser exercidas pelo pessoal da própria empresa. O treinamento não é uma fonte de despesas inúteis ou supérfluas, mas um investimento dos mais rendosos, do qual muito se beneficiará a organização, o empregado e a coletividade.

“Vale uma nação pela consciência que tem do seu passado, de sua missão histórica; pelo denôdo e dignidade com que a mantém pelos tempos em fora; é o que nos move a mais fundamentalmente conhecer ao Brasil, para melhor o amar e servir”. — PANDIÁ CALOGERAS.

“A ameaça de ação inacreditável não representa dissuasão efetiva”. — MCNAMARA.

MCNAMARA



A CHEFIA E OS CONDICIONANTES ESTRUTURAIS E MORAIS PARA O SEU EXERCÍCIO

**Cel Inf
HÉLIO FREIRE**

**Aula inaugural na Academia de Polícia Militar da Força
Pública do Estado de São Paulo, no dia 16 de fevereiro
de 1970.**

Fui distinguido com o convite irrecusável do meu velho companheiro e amigo, Coronel Confúcio Danton de Paula Avelino, Comandante-Geral da Força Pública do Estado de São Paulo, e do Tenente-Coronel Paulo Wilson de Oliveira Bueno, Comandante desta Academia, para proferir esta aula. Recebi este convite como uma grande honra e, envaidecido, muito agradeço a distinção.

Julgo que uma aula desta natureza precisa ter um conteúdo de estímulo e palavras da experiência que os anos acumulam. Aqui vos trago, portanto, palavras de fé e um pouco do que aprendi nos meus trinta e cinco anos de vida militar.

A moral comum, as crenças religiosas e os credos políticos pre-

gam, como ideal da humanidade, a paz entre as nações. Nas nações, almeja-se a paz social. Nossas constituições sempre fizeram restrições às guerras.

Todavia, o homem nasceu afeito à luta e foi graças ao seu espírito competitivo e resistência às vicissitudes, aliados a uma inteligência superior, que progrediu e se afirmou, primeiro sobre seu planeta e hoje na exploração do sistema solar.

Apesar dos feitos que nos tornam orgulhosos de nossa espécie, continua a competição entre os homens e entre as nações, como se essa dinâmica seletiva que elimina os fracos e os incapazes fôsse uma necessidade vital para a humanidade.

Duas Lutas

Assim, encontramos sempre face a duas modalidades de lutas. Aquelas travadas contra inimigos bem rotulados, que lutam ostentando seus distintivos e estandartes; e as outras em que o adversário age encoberto, substituindo os braços e as fanfarras por uma máscara. Intitulam-se patriotas, portadores de uma "mensagem nova", quando, na realidade, são meros desajustados. Não podendo integrar-se na ordem e índole nacionais, tentam subvertê-las e, não encontrando eco, procuram saída para extravasar seus problemas psicológicos em atos de banditismo.

Responder à primeira das ameaças é missão precípua das Forças Armadas. Para enfrentar a segunda delas, mais afeitas estão as forças policiais. Cada qual é preparada e organizada para sua missão precípua; cada qual participa permanentemente da luta da outra.

Assim, ante a guerra que nos impuseram, só é fácil distinguir a força policial da força militar em termos de instituições, pois é difícil separá-las quando raciocinamos em termos de atuação. Estamos todos empenhados no mesmo combate. Incumbem-nos as mesmas missões.

Nossas instituições não nasceram ao acaso. Desde tempos imemoriais, as nações criaram e mantiveram seus exércitos e suas polícias. Quanto mais eficientes essas forças se mostraram, mais prestígio alcançaram. Em outras palavras, quanto mais confiança inspiraram, mais e melhores recursos materiais e humanos receberam de seus cidadãos.

Não creio no método de conquistar o respeito público com ações que não são específicas de nossas atividades e que têm um certo quê de bajulação ao público ou de demagogia barata. Creio que uma instituição se impõe aos seus cidadãos quando demonstra que é capaz e eficiente para os fins a que se destina, desempenhando com tenacidade e sucesso as missões que lhe são confiadas.

Nós militares, só podemos conquistar a confiança do nosso povo se formos profissionalmente competentes, disciplinados, de um estômo moral superior e estivermos sempre prontos para cumprir aquela dever que a Nação espera de nós.

Para isso, é essencial dispormos de uma estrutura adequada e de pessoal, profissional e moralmente capaz.

Um velho general chinês, quatrocentos anos antes de Cristo, escreveu o seguinte:

"É tão fácil comandar dez, quanto comandar mil. Trata-se de um simples problema de organização."

No Brasil, vivemos uma fase de evolução tão rápida, que por vezes nos confundimos. Se, por um lado, desejamos nos adiantar aos acontecimentos para não sermos surpreendidos por eles, por outro, somos freiados pelo bom senso, que nos aconselha e alerta para velha máxima: "Cada coisa ao seu tempo". Nosso grande problema é ser pontual. Não realizar antes, nem depois, mas na hora exata.

Ação Policial Harmônica

Todavia, existem os que não se conformam em aguardar a hora. Assim, a estruturação da Polícia

paulista, de alguns anos para cá, vem preocupando seus integrantes e os governantes deste grande Estado. A evidência de que os vários organismos policiais, que precisam agir harmonicamente para o mesmo fim, têm que receber uma orientação centralizada, vem sendo uma preocupação constante e inquietante. Criou-se quase um "slogan" dito e repetido por grande parte dos policiais e pela imprensa: "Polícia Única". Foram chamados até técnicos estrangeiros e teve a oportunidade de compulsar dois exaustivos estudos a esse respeito. A idéia prevalente era de que se deviam extinguir todas as organizações existentes para criar uma nova e única, parece-me, como solução ao caso de chefia geral, o grande problema e a fonte da maioria dos dissabores e desentrosamentos na Polícia paulista.

Esse tipo de solução não foi viável na época em que foi cogitado, nem é o problema do momento. Há a considerar, também, que aquele tipo de solução apenas daria, aos integrantes da Polícia, o mesmo "status" perante a lei: ou seriam todos civis ou todos militares. Mas as atribuições dos que hoje são militares ou civis permaneceriam e teriam que ser exercidas por uns e outros. Evidentemente, as repartições continuariam a existir e, no conjunto, precisariam ser dirigidas no sentido da ação harmônica de toda a Polícia. Em outras palavras, a Polícia, englobada numa instituição única, por si só não resolveria o problema de chefia única. A meu ver, não está na hora de encarar o problema por este prisma. Todavia, foi dado um grande passo nesse sentido,

pois está, agora, a Polícia de São Paulo constituída apenas por duas grandes organizações: a Polícia Militar e a Polícia Civil.

Instrumento de Comando

Possuímos hoje duas instituições com funções bem definidas e estruturadas para os fins a que se destinam, subordinadas ao Secretário da Segurança Pública. Este, entretanto, não dispõe, institucionalmente, de um instrumento adequado de chefia para o estudo e providências executivas das decisões a adotar, nem de um órgão que procure, continuamente, as soluções para os complexos problemas de organização, instrução e emprego dos meios policiais à sua disposição.

Como decorrência dessas falhas, surge a grande independência de atuação dos órgãos policiais, que obrigou a uma excessiva compartimentação de suas funções e uma minuciosa delimitação de suas áreas de atuação, a fim de evitar maiores conflitos de atribuições. Chegou-se, assim, ao paradoxo de a independência de atuação dos órgãos policiais gerar limitações que prejudicam a própria flexibilidade de seu emprego.

Outra decorrência das falhas acima apontadas são os estudos de emergência, feitos por comissões especiais ou pelo próprio Secretário de Estado e seus auxiliares imediatos. Esses estudos, normalmente conduzidos em prazos exíguos, não contam com o acervo de um órgão de planejamento permanente. Trazem a marca das soluções de emergência e podem ser influenciados por argumentos emocionais, em lugar dos racionais.

Em termos militares, poderíamos dizer que o Secretário da Segurança Pública está na situação de um General comandante de um exército, sem dispor de uma estrutura de comando.

Em seu Gabinete só existem elementos de assessoria com atribuições meramente administrativas, de relações públicas, representação e consultoria jurídica.

Face a isso, iniciou-se a montagem de um órgão de comando, já em funcionamento e em vésperas de ser institucionalizado.

Trata-se da estruturação de um verdadeiro estado-maior para o Secretário de Estado, destinado ao estudo dos problemas da Secretaria e ao planejamento das respectivas soluções com condições para propor medidas de aprimoramento, racionalização e utilização do pessoal, informações, instrução e meios, criando assim as condições para uma verdadeira ação conjunta dos órgãos policiais.

Este órgão e o Gabinete proporcionarão o indispensável assessoramento ao Secretário, para o estudo dos problemas do dia a dia e fornecerão todos os elementos necessários à compilação de dados para planejamento.

Isso não nos conduz à "polícia única", no sentido tão proclamado, mas proporcionará a direção única, que talvez tenha o mesmo sentido, particularmente em se provendo esse "staff" com efetivo equilibrado de pessoal de todas as instituições da Polícia, não só para enriquecê-lo com a experiência que cada um traz de suas origens profissionais, como também para dar a satisfação e a responsabilidade de uma participação efetiva no estudo

dos assuntos da competência do Secretário da Segurança.

Como percebemos, esta estrutura não é a solução dos inúmeros problemas que afetam a Polícia de São Paulo, mas é o instrumento adequado para ajudar a resolvê-los.

Formação de Chefes

Falamos até aqui das instituições. Tratemos agora das pessoas que lhes dão vida, sem o que tudo o mais perde sentido.

A melhor organização só vale na medida do valor de seus integrantes.

Estamos em uma Academia destinada à formação e aperfeiçoamento de chefes militares. Diria melhor, de chefes policiais militares. Além daqueles deveres característicos de homens que só lideram outros pertencentes à mesma instituição, sujeitos às mesmas normas regulamentares e profissionais de ação e enquadramento, os que aqui se formam têm, ante si, o constante problema do entrosamento e harmonia de ação com a Polícia Civil e do contato com o público em geral.

Esta característica das polícias militares exige uma atenção e cuidados especiais na formação de seus chefes. Os integrantes de seus quadros sentem isto, até individualmente, pois, embora não seja exigência regulamentar, nem influa no prosseguimento da carreira, a maioria dos oficiais destas organizações não se considera completa, sem aprimorar sua cultura jurídica, através de cursos de direito.

Interpretamos também, essa tendência, como um desejo de autoafirmação perante os membros civis da Polícia, uma aspiração de do-

minar os complexos problemas de liderança, face à diversidade de situações que enfrentam devido ao duplo aspecto de sua missão: policial e militar.

Os problemas de liderança são preocupação permanente daqueles que têm qualquer responsabilidade de chefia. Assim, julgamo-nos no dever de alertar, nesta aula inaugural, particularmente àqueles que iniciam sua carreira, sobre certos aspectos do comportamento humano e dos métodos adotados para o pleno uso da autoridade que a lei lhes confere, nos diversos postos e funções.

Liderar, pode-se definir como a capacidade de influir, direta ou indiretamente, em outras pessoas. Abrange, também, a compreensão, predição e controle de seu comportamento. O chefe só pode desincumbir-se, adequadamente, de sua tarefa se fizer um constante e permanente esforço para conhecer a si próprio e aos seus subordinados. Não é necessário ser um psicólogo para entender as linhas básicas do comportamento humano, tendo em vista a obtenção do máximo rendimento de seus comandados.

Assim, o chefe precisa saber que suas atitudes e ordens provocam reações que variam de indivíduo para indivíduo. A interação dessas atitudes e ordens, com as reações individuais, redundará numa atitude do grupo com relação ao chefe, e a qualquer missão que lhe seja atribuída. Dêste modo, o líder consegue reações individuais favoráveis que redundam numa ação positiva do grupo, permitindo-lhe moldá-lo numa equipe eficiente.

Todavia, na realidade, o chefe só mantém contato direto com um gru-

po relativamente pequeno, qualquer que seja o número de subordinados que efetivamente possua. Portanto, dependerá sempre dêste pequeno grupo para impor-se e atingir seus fins.

Comportamento Humano

O sucesso de um grupo depende da capacidade do líder de promover relações positivas entre si, o grupo e os componentes do grupo. A obtenção de tais condições desenvolve uma atmosfera que resulta em grupos e indivíduos altamente motivados, atuando como uma equipe, em ambiente de confiança e respeito mútuo. Por isso, é preciso entender a importância dessa interação e como ela influencia e é influenciada pelas situações.

Isto nos leva a procurar uma noção básica dos fatores que condicionam o comportamento humano. Há uma gradação na diferenciação entre os indivíduos. Cada um de nós é produto dinâmico da hereditariedade, meio ambiente, experiências, bem como da inter-relação de nossas características físicas, mentais e emocionais.

As características físicas e mentais permitem determinar as tarefas, para as quais cada qual é mais afeito, bem como o tipo e intensidade do esforço que pode ser exigido de cada um. Certos indivíduos são mais indicados para tarefas que exigem certa habilidade mecânica, outros são mais aptos para aquelas que requerem maiores e mais complexos esforços mentais. Se entregarmos a uma personalidade "brilhante" uma tarefa obscura, ela se sentirá ofendida e ressentida. Por outro lado, se atribuírmos a alguém uma ocupação além de sua capaci-

dade, êsse desencorajar-se-á, sentir-se-á frustrado e, conseqüentemente, magoado.

Assim, não se pode esperar de alguém, que receba atribuições não condizentes com sua capacidade, o máximo de contribuição ao esforço comum.

É, também, muito importante o conhecimento das características emocionais dos subordinados como, por exemplo, as daqueles que se irritam, que fogem, ou ainda, dos que reagem com tôda calma quando pressionados.

Os regulamentos militares sempre nos alertam para a importância de satisfazermos certas necessidades básicas de nossos homens, porque nelas estão as raízes do comportamento humano.

Essas necessidades são de natureza física ou adquiridas na vida em sociedade. Podem tornar-se um objetivo que motiva o comportamento individual de um modo específico. As primeiras são relacionadas com a alimentação, vestuário e funções normais do corpo. As últimas são adquiridas ao longo da vida e valorizadas em função da importância que a cultura e o ambiente social lhes atribuem. Essas necessidades podem ser tão prementes quanto as físicas e podem provocar as maiores reações para sua satisfação. Muitas poderiam ser aqui referidas. Preferimos nos ater a três delas, por serem as principais motivadoras do comportamento humano. São elas a necessidade de segurança, a de aprovação social e a de reconhecimento de seus méritos.

A necessidade de segurança decorre da nossa capacidade de prever as conseqüências do curso dos acontecimentos e de verificar que

uma atitude de nossa parte pode resultar em danos morais, físicos ou materiais.

Isso nos leva a alterar nossa conduta em função das perspectivas. Não queremos dizer que sempre evitamos os perigos. Muitos homens enfrentam sérios riscos para conquistar maior segurança no futuro. Parece paradoxal mas é uma confirmação de como é premente esta necessidade.

A ânsia pela aceitação, no grupo a que pertence, é uma das mais fortes necessidades do homem. Ele se esforça ao máximo para lograr essa aceitação. Poucos terão coragem de tomar uma atitude que os coloque em antagonismo com o seu grupo. Muito cedo, aprendemos que progredimos muito mais, quando cooperamos com os membros de nossa sociedade. Correremos riscos morais, materiais e físicos se contrariarmos radicalmente os ideais e as aspirações do nosso grupo.

Finalmente, os homens precisam de uma prova tangível e freqüente de que estão progredindo. Esforçam-se para obter algum sucesso e, caso não percebam o reconhecimento dêsse esforço, podem parar ou tentar outra forma de comportamento. Mesmo uma simples palma na costas é, na maioria das vezes, suficiente para assegurar a um subordinado que seu desempenho é apreciado.

Desejamos, ainda, lembrar a importância dos valores morais. Esses valores, não só fortalecem o caráter dos indivíduos, como se tornam uma fonte de força e estabilidade interior nos períodos de crise. A necessidade do homem, de viver no código moral e espiritual de sua sociedade, o ajuda a sobrepujar o

mêdo. Dá-lhe coragem para enfrentar as dificuldades da vida diária, ou para lutar eficazmente em combate. Outras fontes de tranqüilidade são a disciplina, motivação, moral e o espírito de corpo.

O Chefe que tem uma compreensão plena desses problemas e exhibe valores morais e espirituais estará melhor preparado para conduzir seus homens ante as piores situações.

Preparação dos Quadros

Tudo isso precisamos atender e ter sempre em mente, para que possamos exercer uma liderança e cumprir as missões que nos são atribuídas. Todavia, há uma interrogação: Como nos colocarmos em condições de atentar para essas condicionantes do comportamento e de poder controlá-las e utilizá-las positivamente?

Quando escolhemos uma profissão, temos o dever de adquirir os conhecimentos necessários para exercê-la. Aquêles que nos são impostos nos cursos obrigatórios e aquêles que adquirimos através dos estudos de assuntos específicos e correlatos, que o próprio exercício das nossas atribuições vai indicando.

Em profissões como a nossa, há que distinguir, ingressamos numa carreira, onde somos hierarquizados pela escolaridade, valor profissional, postos e até idade.

Não escolhemos a função, nem o local onde vamos exercê-la. Em certas fases de nossa vida, enfrentamos períodos de rotina que, quando muito prolongados, tendem a diminuir o ardor profissional, desestimulando os oficiais quanto ao correto desempenho de suas ativi-

dades cotidianas e ao aperfeiçoamento de seus conhecimentos técnicos.

Dêsse problema e da necessidade da primeira complementação profissional, surgem os cursos de aperfeiçoamento e, posteriormente, os cursos exigidos para habilitação aos mais altos postos.

Mesmo que os cadetes já tivessem experiência e amadurecimento para assimilar os assuntos ministrados nesses cursos complementares, mesmo que razões pedagógicas o permitissem, seria uma grande falha ministrar de uma vez, num só curso inicial, tudo o que é necessário à formação dos chefes militares, pois há a necessidade periódica de revitalização profissional, que só as escolas têm o poder de instilar.

Qualquer militar experiente sabe bem da transformação que êsses cursos de aperfeiçoamento e complementação profissional provocam nos oficiais. Não somos técnicos para descrever as transformações que ocorrem, mas podemos assegurar que o que se constata é algo como se aquêles novos conhecimentos os enchessem de confiança, aumentando seu valor que se manifesta pelo moral elevado, ardor profissional e, até, maior aptidão física.

Profissionalização Integral

Na carreira militar, a realização individual é obtida através da conquista de galardões, tais como cursos, promoções, recompensas de toda natureza e, particularmente, por aquêles reconhecimento do nosso valor pelos companheiros e chefes. Há sempre um esforço para a afirmação. Neste esforço pela afirma-

ção, há um caminho enganoso que, por vezes, mantém uma estrêla brilhando. Referimo-nos ao comportamento político, como substituto ao comportamento profissional. O destaque, advindo dessa origem, provoca, às vezes, um tratamento preferencial porque, independentemente da conduta política da função eventual, permite a seu promotor manter-se em permanente evidência. Todavia, esse tipo de destaque não engrandece as instituições, nem seu promotor perante seu grupo, ferindo, o mais das vezes, uma das mais caras virtudes militares: a disciplina.

Torna-se importante destacar a necessidade da dedicação integral à profissão, para que, no final dos anos, possamos ter a satisfação de encerrar uma vida de vitórias, sem frustrações.

Quando escolhemos uma profissão, podemos incorrer no engano de que temos dois deveres fundamentais, um para com a coletividade profissional e outro para conosco e os que nos são mais caros.

Este equívoco pode conduzir a erros que provocam não só o fracasso profissional, como também a insatisfação dos nossos deveres para com a família.

A demora das promoções, o sucesso material de parentes em outras profissões, os vencimentos que são e sempre serão de baixo nível, quando comparados com equivalentes de outras carreiras, muitas vezes levam oficiais a freqüentarem cursos estranhos aos seus afazeres, tendo em vista a aposentadoria e

o início de nova vida. São levados a isso, principalmente, pelo desejo de trazer para o lar mais alguns cruzeiros, por acharem que estão faltando com o dever para com os seus.

Os que assim procedem, esquecem-se que nossa vida útil é muito curta e que não há tempo para duas profissões bem sucedidas. Aquêles que adotam essa linha de conduta, pensando na família, esquecem-se, também, que ela vive muito mais do sucesso do seu chefe, do que de mais alguns magros bens que possam ser levados para casa.

Não tem preço uma vida frustrada. A plena realização só se consegue através de persistente e tenaz perseguição do objetivo que se elegeu como meta de uma vida. Quando assim se procede, posso vos assegurar, a realização é plena, mesmo se circunstâncias, fora do nosso alcance, impedirem a conquista dos prêmios maiores que nossas carreiras podem oferecer.

Exortação

Para encerrar, meus senhores, ao agradecer a atenção de todos e fazer votos de feliz e pleno sucesso nos cursos que ora iniciais, uma exortação:

Jamais sejais pequeninos. Pensai, falai e agi com grandeza. Muitos erros são cometidos pela ampliação do miúdo. Portai-vos sempre como adultos e só abrigai em vossos corações o que fôr grande como o Brasil e seu povo.

A DEFESA AÉREA NA ZONA DE COMBATE DE UM TEATRO DE OPERAÇÕES CONTINENTAL

Major Art. (QEME)
EINAR WALTER BERG

1. Em outro artigo abordamos o problema da Defesa Aérea em um aspecto mais amplo, abarcando todo o Território Nacional. No presente artigo pretendemos analisar este importante problema no âmbito de uma Zona de Combate de um TO Continental, abrangendo grandes espaços, pobre em vias de transporte e comunicação e em recursos locais.

Segundo se ensina nas nossas escolas, neste TO as operações se caracterizariam por uma guerra de movimento a cavaleiro dos eixos, por zonas de ação largas e profundas, dispositivos com espaços vazios e flancos descobertos, freqüente deficiência de informações, logística peculiar de fluxo nem sempre contínuo.

Na Defensiva haveria conveniência na adoção de dispositivos flexíveis que pudessem evoluir consoante as atitudes do inimigo, necessidade de ocupar regiões importantes e manter outras sob vigilância (terrestre ou aérea), repousando a ação, sobretudo no acionamento de uma reserva judiciosamente dosada e localizada.

Na Ofensiva haveria oportunidade de realização de manobras amplas de cerco e destruição, necessidade de bem dosar o emprego das forças para evitar que a ação principal tenha seu ímpeto comprometido.

Antes de entrarmos em conjecturas sobre a defesa aérea na zona de combate de um teatro de operações com tais características, recordemos alguns episódios ocorridos na última Grande Guerra que demonstram a relevância do problema que, em tempo de paz, é tão facilmente relegado a um segundo plano, quando não inteiramente esquecido, para não dizer ignorado.

Na campanha do Norte da África, Rommel foi detido em EL-ALA-MEIN, em parte pelos densos campos de minas e, segundo Raymond Cartier, em seu livro "A 2.^a Guerra Mundial"... "Outra barreira mais eficaz é a aviação. Os alemães descobrem, pela primeira vez, o que é uma batalha contra um céu inteiramente inimigo: o tanque perde sua realza, os postos de comando, fixos ou móveis, são impiedosamente castigados"...

A operação "Market Garden", para a qual foi organizado o "Allied First Airborne Army", embora não tenha atingido seu objetivo, teve grande êxito inicial, porque, segundo o livro acima citado: "... a caça alemã é nula... a defesa antiaérea, arrasada por terrível bombardeio preliminar, está extremamente fraca. As perdas — 18 planadores, 35 aviões — são muito inferiores às previstas, e devidas quase unicamente a acidentes..." Nesta operação foram empregados 1068 aviões lotados de pára-quedistas, 478 aparelhos rebocando igual número de planadores e nuvens de caças de escolta.

Na contra-ofensiva das Ardenas, os alemães deveram seu êxito inicial, principalmente ao mau tempo reinante que impediu o emprêgo do grande poderio aéreo dos aliados. Porém, logo que as condições meteorológicas melhoraram, segundo as palavras do autor acima citado... "a aviação cumpre seu terrível trabalho. Tapêtes de bombas caem sobre as estradas. As retaguardas próximas ou longínquas são submetidas a incursões repetidas que quebram tôdas as comunicações do grupo de exércitos... Patton exulta: *Lovely weather for killing Germans*"...

Para salientar particularmente o papel das armas terrestres de Defesa Aérea, não esqueçamos que na 2ª Grande Guerra foram elas que destruíram mais aeronaves que a aviação de caça e que também são elas as responsáveis pela grande maioria das consideráveis perdas de aeronaves americanas no VIETNAM. Para ilustrar a importância das armas terrestres de defesa aérea em uma ofensiva, vamos transcrever um episódio ocorrido no início da invasão da França, durante a fase de consolidação de uma cabeça-de-ponte a W do MOSA, pelas tropas de Guderian. Relata Raymond Cartier em "A 2ª Guerra Mundial": "... Heróicamente a aviação franco-britânica ataca as pontes. As formações se sucedem em ondas obstinadas, mas a FLAK (Canhões de defesa aérea) do Coronel Von Hippel conhece seu dia de glória: abate 100 aparelhos, impede qualquer bombardeio preciso..."

2. Não é preciso ter experiência de guerra; somente um pouco de imaginação e raciocínio lógico bastam para visualizar como se desenvolveriam as operações em um TO continental.

É o que pretendemos fazer agora.

Se estivermos na defensiva e atribuírmos ao atacante a superioridade em meios terrestres e aéreos, como é óbvio, mediante uma análise dos fatores em jogo, será lícito admitirmos que o inimigo terá:

- a — facilidades de penetração em nosso dispositivo defensivo, uma vez que as frentes são muito grandes e ser-nos-á impossível mobilizá-las em toda sua extensão;

- b — facilidades para desbordar regiões defendidas, pois comuns serão as situações de flancos descobertos;
- c — facilidades para lançar tropas aeromóveis em nossa retaguarda, sobrevoando áreas apenas vigiadas e desprovidas de qualquer defesa aérea, a fim de conquistar regiões que cortem a nossa retirada;
- d — facilidades para cortar o fluxo de suprimentos pelo bombardeio aéreo interditando ou destruindo obras de arte, particularmente pontes, ao longo dos raros eixos de transporte disponíveis, que, por isto mesmo, avultam em importância.

Indubitavelmente, em tal situação, a defesa estará fadada ao fracasso, pois terá comprometida a possibilidade de realizar um movimento retrógrado em condições razoáveis e também comprometida estará sua capacidade de durar na posição, sem o fluxo contínuo de suprimentos, particularmente de C1 III e V;

- e — facilidades para assinalar e atacar com sua F Aé nossas reservas, posições de apoio de fogo, dificultando ou mesmo impedindo sua rápida intervenção onde se fizer necessário. Esta consideração cresce de importância se atentarmos para o fato de que nossas reservas já normalmente terão seus movimentos bastante restringidos pela deficiente rede rodoviária e que os meios de artilharia de campanha são insuficientes para proporcionar o apoio de fogo mínimo desejável;
- f — facilidades para realizar reconhecimento aéreo na nossa retaguarda, desvendando nosso dispositivo, dada a insuficiência de nossos meios de defesa aérea em condições de se lhe contrapor.

Das "facilidades", ou "possibilidades do Ini", ou se quisermos: "aspectos vulneráveis da defesa", acima ordenadas pelas letras de a a f, as quatro últimas são irrefletidamente subestimadas. Não vêm elas merecendo o estudo e a atenção devidos, face ao argumento de que as forças aéreas dos países conflitantes seriam de valor relativamente pequeno. Mas é exatamente este o fato que fará com que a força que dispuser de iniciativa possa, pela concentração de seus meios, conquistar rapidamente a superioridade ou mesmo o domínio aéreo local e constituir-se no fator decisivo da batalha. Exemplo recente que ilustra esta afirmação, ocorreu na última luta entre ISRAEL e a RAU. Tropas egípcias foram desbaratadas pela força aérea, sem ao menos terem tido a oportunidade de travar combates terrestres, graças à supremacia aérea conquistada pelos israelenses em apenas horas.

Para reduzir as possibilidades de sucesso de um atacante que procure explorar as "vulnerabilidades" acima enunciadas e conside-

rando que o êxito de um "dispositivo de defesa em expectativa" (preconizado pela ECEME) reside primordialmente nas informações oportunas sobre a orientação do esforço inimigo e na possibilidade de rápida intervenção da reserva, podemos concluir pela imperiosa adoção das seguintes medidas:

- intenso emprêgo dos meios de busca eletrônicos e de elementos terrestres infiltrados na retaguarda das linhas inimigas para compensar a impossibilidade ou dificuldade para obtê-las com meios de reconhecimento aéreo;
- proteção dos pontos sensíveis com unidades de artilharia antiaérea leve, particularmente as passagens obrigatórias para o deslocamento das reservas e das armas de apoio de fogo, e imprescindíveis para manter a continuidade do fluxo de suprimentos. Dentro da zona de ação de uma grande unidade, poderão existir outras instalações que necessitem de defesa aérea, tais como barragens e usinas, que, embora possam não ter influência direta nas operações em curso, poderão, se destruídos, ter graves reflexos nas condições de vida da região;
- aumento da capacidade de reação das unidades das armas e serviços contra ataques aéreos, pois dificilmente poder-se-á dispor das unidades de canhões automáticos antiaéreos leves, necessários para prover a proteção antiaérea em toda a zona de ação. Esta providência proporcionaria também um substancial acréscimo à potência de fogo das unidades em primeiro escalão e ampliaria consideravelmente as possibilidades de defesa imediata contra ataques aeromóveis e de tropas irregulares inimigas, nas áreas de retaguarda;
- proteção antiaérea para os escalões de contra-ataque durante a sua execução.

Este emprêgo da artilharia antiaérea leve não consta nos nossos regulamentos, porém o raciocínio lógico nos leva a concluir pela sua validade: é evidente que o inimigo jogará todos os meios aéreos disponíveis sobre nosso escalão de contra-ataque logo que puder pressentir e assinalar. A força de contra-ataque não poderá desfazer sua formação cerrada e se valer do recurso da dispersão, e nem mesmo poderá usar suas armas de defesa aérea, pois se o fizer, sofrerá sensível perda de impulsão, de potência de choque e de fogo. Se o raciocínio lógico não nos levasse a esta conclusão, outro argumento poderá ser apresentado: o testemunho da experiência, o depoimento de orgulhosos veteranos da arma de Blindados do Exército da REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: "dispensamos a proteção da Art AAé Leve em todas as situações exceto em uma, na qual ela é imprescindível: durante a execução de ataques ou contra-

ataques quando nossas atenções são inteiramente absorvidas pelo inimigo terrestre”.

3. Consideremos agora a hipótese de estarmos conduzindo uma ofensiva, dispondo, como seria normal, de superioridade em meios aéreos e terrestres. Dada a vastidão do TO relacionado com o valor das forças aéreas em presença, é fácil deduzir como muito provável e freqüente a possibilidade de o inimigo obter a superioridade aérea local, pela concentração de seus meios. Estaria então criada, embora temporariamente, uma situação semelhante a enfrentada pelos alemães na contra-ofensiva das ARDENAS, quando as condições meteorológicas se tornaram favoráveis ao emprêgo maciço da força aérea aliada. Portanto é lícito atribuirmos ao inimigo as seguintes possibilidades:

- interromper o fluxo contínuo de suprimentos interditando ou destruindo pontos sensíveis ao longo dos eixos de progressão comprometendo a impulsão do escalão de ataque;
- causar perdas consideráveis ao atacante, que normalmente terá seus movimentos limitados aos poucos eixos sobre os quais terá de encolunar seus meios;
- tornar impraticáveis para o atacante, a realização de operações aeromóveis visando a conquista de regiões importantes na retaguarda, com a finalidade de cortar a retirada do defensor e facilitar o prosseguimento do atacante;
- dificultar ou mesmo impedir as operações de resgate ou de suprimento pelo ar, de tropas lançadas nas áreas de retaguarda do defensor, antes de se realizar a junção.

As medidas a serem tomadas para atender ou ao menos minimizar os efeitos da concretização das possibilidades acima, deveriam proporcionar:

- proteção antiaérea para o escalão de ataque a fim de que não seja retardado em sua progressão;
- proteção antiaérea dos pontos sensíveis (pontes, passos, etc.) ao longo dos eixos de transporte e comunicação;
- proteção antiaérea para as tropas durante seus deslocamentos ao longo das poucas vias existentes;
- proteção antiaérea para as tropas que defendem uma cabeça de ponte.

4. Face à realidade de que, em qualquer situação, ofensiva ou defensiva, uma força aérea dificilmente poderá impedir que o inimigo conquiste a superioridade aérea ou mesmo o domínio aéreo, ainda

que por tempo limitado e em espaço restrito, como poderíamos atender às medidas ou requisitos propostos, para minorar os efeitos da ação da força aérea inimiga?

Parece que as soluções ao nosso alcance e, exequíveis em curto prazo, são:

- ampla dispersão dos meios, órgãos e instalações na zona de combate, de modo a ser evitada a formação de alvos compensadores para ataques aéreos realizados a grande velocidade, a médias e grandes alturas. Este procedimento exigirá do Ini o emprego de suas aeronaves em ataques de precisão para atingir os alvos selecionados. Os ataques de precisão, sob pena de enorme desperdício de munição, terão de ser realizados a alturas de vôo e a velocidades reduzidas dentro das possibilidades dos Can Au AAé. Segundo o testemunho de aviadores com experiência de combate, em vôo rasante a velocidades superiores a 700 km/h, é praticamente impossível distinguir e alvejar um carro de combate sobre uma planície, mesmo havendo contraste flagrante de cores;
- as divisões deverão ter em sua organização um grupo de canhões automáticos antiaéreos com número variável de Bia com material AP ou AR para a defesa aérea de pontos sensíveis existentes em sua zona de ação (pontes, passos, pistas de aterrager, posições de bateria, etc.) se imprescindíveis para as operações. Devem dispor também de meios eletrônicos de vigilância e busca de alvos;
- integrando as Bda deverá existir no mínimo uma Bia Can Au AAé AP, para proporcionar um mínimo de proteção antiaérea aos escalões de ataque e posições de Bia da Art Cmp;
- todas as unidades das armas e serviços deverão ser melhor dotadas de armamento eficiente para a execução do tiro antiaéreo. As unidades do Exército da REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, além da Metralhadora, possuem em sua dotação um canhão automático de 20mm com ótimas características para ser empregado também contra alvos aéreos, variando apenas o tipo de munição;
- todas as unidades deverão integrar o sistema de vigilância e alarme aéreo, na medida de suas possibilidades;
- a instrução de Def Aé deverá ser ampliada e intensificada em todas as unidades, devendo abranger conhecimentos sobre camuflagem, identificação de aeronaves, tipos e táticas de ataques aéreos, sistema de vigilância e alarme e emprego eficiente dos meios ativos de defesa aérea.

5. Conclusões

A defesa aérea das forças na Zona de Combate se apoiará:

- principalmente na nossa Fôrça Aérea de Defesa Aérea;
- no emprêgo de unidades de Can Au AAé leves para a proteção antiaérea das bases de nossa FAé, das posições de bateria da Artilharia de Campanha, postos de comando, e, particularmente as tropas dos escalões de ataque durante a execução desta ação;
- no emprêgo de unidades de Can Au AAé leves para a defesa aérea de pontos sensíveis fixos de importância capital para as operações (pontes, passos, desfiladeiros, etc.);
- no amplo emprêgo das medidas e meios passivos de defesa aérea, particularmente a camuflagem e a dispersão de modo a obrigar o inimigo a realizar ataques de precisão, sob pena de grande desperdício de munição;
- no estabelecimento de um eficiente sistema de vigilância e alarme do qual tôdas as tropas deverão participar;
- numa razoável possibilidade das tropas de tôdas as armas e serviços de agirem contra ataques aéreos, quando não engajadas com o inimigo terrêstre.



O EXÉRCITO E A DIDÁTICA MODERNA

Cap Art

AGENOR FRANCISCO HOMEM DE CARVALHO

"A Educação pode tornar-se um instrumento eficaz para a realização das mais belas esperanças da humanidade".

JOHN DEWEY

1. INTRODUÇÃO

Pouco a pouco e cada vez mais, estamos nos libertando do conservadorismo que emperra o mecanismo educacional em nosso país, cujos reflexos negativos ainda se fazem sentir no Ensino Militar. Na época atual, não há mais lugar para o professorado "de cabresto" ou para métodos de ensino estereotipados. O empirismo e o autodidatismo não mais se justificam.

A arte de Educar, complexa e sutil, envolve uma grande soma de conhecimentos técnicos e científicos. Por êste motivo, os estudos de Pedagogia e particularmente de Didática, constituem um imperativo ético para todos aqueles que têm a nobre responsabilidade de Educar. O Oficial do Exército deve ter sempre em mente que é, antes de tudo, um Educador.

2 O CURSO DE TÉCNICA DE ENSINO E SEU PAPEL

Em 1949, passou a funcionar, ininterruptamente, na Diretoria-Geral de Ensino do Exército (DGE), um Estágio de Técnica de Ensino. Nesta época, graças à clarividência do Diretor de Ensino, procurou-se substituir, no setor educacional, o empirismo e o autodidatismo por uma visão mais atualizada da técnica pedagógica, capaz de proporcionar maior unidade de orientação e padronização ao Ensino no Exército. Entretanto, o público que tinha acesso ao referido Estágio era restrito. A divulgação dos novos conhecimentos e a incorporação desta nova mentalidade encontrava uma série de barreiras que impediam a sua conveniente e necessária propagação. A semente tinha sido plantada; alguns frutos foram colhidos; porém, muitos "pontos de estrangulamento" permaneciam neste novo empreendimento.

Em 1954 foi dado um "incentivo fiscal" com a criação do Curso de Técnica de Ensino (CTE).

Vitalizou-se o intercâmbio com Mestres de alto gabarito no cenário educacional de nosso país. A "produção" aumentou, o "mercado consumidor" foi estimulado e o "rendimento" cresceu significativamente. O curso passou a ser uma afirmação dos princípios que deviam orientar a técnica do ensino no âmbito do Exército. Através da difusão e aplicação dos conhecimentos adquiridos, procurou-se uma melhor formação e integração do nosso homem à sociedade brasileira.

Com o correr dos tempos, a repercussão foi se fazendo sentir nas Escolas de Formação, de Especialização, de Aperfeiçoamento, enfim, em todos os Estabelecimentos de Ensino do Exército e, até mesmo, na caserna. Apareceu, de maneira avassaladora, descompassada e mal dosada, uma nova fase no nosso Sistema Educacional — a chamada Escola Ativa — que veio encontrar as organizações desaparelhadas para controlá-la e planejá-la de modo eficaz.

Surgiram as primeiras modificações estruturais, gerando palpitantes controvérsias que vivificaram o estudo da problemática educacional no campo militar.

A esta altura, o CTE se enrijecia dia a dia.

Seus objetivos se ampliavam, as matérias e currículos eram estruturados de modo a melhor atender aos novos objetivos. Oficiais de Nações amigas vinham haurir conhecimentos e trocar experiências neste templo de saber.

O "público" atendido pelo Curso aumentava de modo significativo. Não mais era possível continuar naquela modesta e mal equipada sala do velho Pavilhão Marcellio Dias, no Palácio da Guerra.

Entre os dignificantes objetivos do CTE já constava o seguinte: "Possibilitar a constituição de um centro de estudos da doutrina pedagógica e da técnica didática, para aprimoramento do ensino e da instrução do Exército".

Esta idéia focal fez surgir o embrião que daria origem à criação do Centro de Estudos de Pessoal (CEP) em 1965, onde passou a funcionar o Curso de Técnica de Ensino.

O CEP, órgão da extinta DGE, hoje Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), consciente de sua missão de aperfeiçoar a técnica de ensino no Exército, vem dedicando especial esforço na orientação do ensino, visando a substituir os antigos métodos e processos pelos que hoje caracterizam a Didática Moderna.

A evolução, no decorrer destes vinte anos de combate à Didática Tradicional, apesar de lenta, foi enorme. Os frutos, em que pèse a deficiência de fertilizantes adequados e de técnica de exploração

mais especializada, foram consideráveis e podem ser constatados em todos os níveis do Ensino Militar.

Para citar apenas um exemplo significativo de mentalidade atual, podemos fazer referência, no CEP, de uma Divisão de Pesquisas e Seleção que tem, como principal escopo, a realização e efetivação de projetos no campo da Psicologia e da Pedagogia. Um dos elementos integrantes desta Divisão é o Laboratório de Pedagogia Experimental que tem, entre outras, a atribuição de realizar estudos e pesquisas tendentes a dotar o Exército de uma doutrina que regule o emprêgo e adequação de métodos e processos didáticos no ensino e na instrução militar, procurando, inclusive, introduzir novas técnicas no sistema escolar.

Podemos, desta forma, afirmar que o Estágio de Técnica de Ensino, em seus cinco anos de funcionamento, lançou os alicerces desta dignificante obra; o Curso de Técnica de Ensino, durante doze anos, ergueu as paredes e colocou a argamassa; o CEP, em sua curta existência, vem fazendo o acabamento e se encarregará da conservação e manutenção dêste empreendimento de tanta significação no setor educacional do Exército.

3. PROBLEMAS ATUAIS NO ENSINO MILITAR

É fácil constatar o processo evolutivo que o Ensino Militar vem sofrendo, em nosso país, com reais benefícios para uma efetiva aprendizagem. Isto é realidade em todos os níveis de nosso ensino, como já tivemos oportunidade de afirmar. Entretanto, temos de reconhecer que muito se tem a fazer.

Múltiplos problemas merecem ser examinados com maior atenção pelos nossos educadores, a fim de que a aprendizagem possa se tornar mais rendosa. Neste breve trabalho, resolvemos selecionar, apenas, seis dêles, a saber:

a. O Conservadorismo

Representa o principal óbice à modernização. A educação e a instrução das novas gerações, particularmente, enfrentam um processo essencialmente dinâmico e evolutivo, onde aquele que estaciona é fatalmente superado.

Poucos são os que dizem ser conservadores no que respeita a problemática do ensino. Entretanto, intrinsecamente, muitos os são! Senão, vejamos.

Desde o ano de 1949, as noções fundamentais da Didática Moderna vêm sendo introduzidas, sistematicamente, no Exército. Porém, somente em 1964 foi autorizada a funcionar, assim mesmo em cará-

ter experimental, a Seção Técnica de Ensino na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Tôda Escola, qualquer que seja o nível, tem a sua problemática educacional. A ECEME é uma Escola onde existe o aluno, o mestre, o método, a matéria e o objetivo.

Como poderia prescindir da ajuda de uma Seção Técnica de Ensino? Seria o mesmo que um organismo a funcionar com a inexistência de um membro.

Muitos foram os argumentos que a contra-indicavam. Seria algum dêles benéfico à efetiva aprendizagem dos alunos?

Um trabalho realizado na Universidade de HARVARD conclui, com muita propriedade, que o homem demonstra tendência à modernização quando, entre outras coisas:

- “(1) Aceita, sem grandes problemas, novas experiências;
- (2) Raciocina em termos nacionais, e não regionais ou locais;
- (3) Respeita a opinião da maioria; não aceita dogmáticamente as opiniões das autoridades ou paterna;
- (4) Aceita o planejamento e a organização dos trabalhos e atividades;
- (5) Acredita na aprendizagem como meio de dominar o ambiente;
- (6) Acha que os Chefes devem respeitar a vida particular de seus subordinados e não aceita a utilização da força como meio normal de correção dos subordinados;
- (7) Aceita a Tecnologia como meio de modificação da situação existente e de melhoria humana;
- (8) Acha que o julgamento deve ser impessoal;
- (9)

O prezado leitor poderia fazer um teste. Caso concorde com o conteúdo de tôdas as proposições acima, pode estar certo de que já se libertou do terrível espectro do conservadorismo. Caso contrário, ... Os elementos ligados ao setor educacional e o especialista, em particular, não devem aceitar passivamente aquilo que contrarie os benéficos postulados da Didática Moderna. Pelo contrário, devem opinar, sugerir, propor, argumentar e assessorar seu Chefe na tomada da decisão.

b. O Radicalismo

Ainda que bem mais atenuado, permanece nos dias atuais o antagonismo entre os membros das Seções Técnicas de Ensino e o Corpo Docente das Escolas. De um lado, alguns professores vêem no especialista um fiscal, um bedel a verificar e controlar suas ati-

vidades através de observações pessoais, levantamentos estatísticos e pesquisas. De outro lado, muitos especialistas vêem no instrutor e no método uma série de imperfeições e se consideram como "donos da verdade".

É preciso acabar com este radicalismo. É necessário que os instrutores e professores se convençam de que a idade e cursos de alto nível sem qualquer conexão com a Pedagogia ou com a Didática Contemporânea, em particular, não dão a quem quer que seja o direito de se considerar autodidata.

A bem da verdade, deve ser ressaltado que existem autênticas revelações de capacidade docente. Contudo, há necessidade de aperfeiçoar esta vocação autêntica e esta aptidão específica.

Através de um preparo especializado e de uma habilitação profissional nas técnicas do trabalho docente, conseguir-se-á uma constante atualização e novas e maiores qualificações, indispensáveis ao desempenho da missão do Educador.

É preciso, ainda, que o professor se convença de que o especialista pode se transformar no seu principal auxiliar. caso deseje, efetivamente, conduzir o ensino de um modo eficaz e rendoso, sob o ponto de vista da aprendizagem.

Por outro lado, o especialista deve funcionar como um poder moderador, procurando conciliar os interesses e objetivos da Escola, do mestre e do aluno. Não pode, jamais, ser um intransigente. É preciso saber compreender, melhor do que ninguém, a problemática que o cerca. Imparcialidade, humildade e ponderação devem ser suas principais virtudes; tudo deve fazer para que os professores e instrutores dêle se aproximem.

Ambos, professor e especialista, devem ceder em benefício da Educação..

A tomada de posições extremadas é nefasta ao Ensino Militar.

c. O Estudo em Domicílio

Para evitar a monotonia e o desinteresse característicos da Escola Tradicional, a Nova Escola lançou o Método dos Problemas, procurando criar atitudes favoráveis no instruendo, desenvolver a sua iniciativa, adestrar o seu juízo e raciocínio, e aperfeiçoá-lo no hábito de procurar soluções. Deve ser assinalado que o referido método, através de variantes, toma os mais diferentes nomes, sendo largamente utilizado no Ensino Militar, em face das inúmeras vantagens que apresenta.

Neste método, a conduta do professor, do instrutor, e a formulação do problema em si estão fundamentadas em determinadas re-

gras que devem ser judiciosamente observadas, sem o que o em-prêgo do método não será eficaz.

Deve ser registrado o empenho que se faz para observá-las. Porém, destacamos neste comentário uma determinada regra que deve ser melhor observada pelos educadores: "Evitar sobrecarga excessiva aos instruendos quando da formulação dos trabalhos pedidos".

Esta norma deve ser observada no ambiente da sala de aula e, particularmente, no ambiente domiciliar.

O Estudo (Trabalho) em Domicílio constitui o processo de ensino básico para a aplicação do Método dos Problemas. Por esta razão, o seu planejamento deve merecer tóda a atenção, sendo tão importante quanto a própria conduta do instrutor na sala de aula. Entretanto, tal fato não é observado corriqueiramente. Dá-se maior importância à participação pessoal por ocasião do contato direto com os instruendos.

É preciso que o professor se convença de que um adequado Estudo em Domicílio (ED) é fator condicionante do rendimento em sala e constitui manifestação de eficiência da Escola e da sua própria capacidade. O máximo empenho deve ser despendido na sua formulação, evitando ao aluno desperdício de tempo e desgaste mental em atividades mal orientadas e estudos supérfluos.

Há necessidade do instrutor dedicar especial atenção à DOSA-GEM dos trabalhos solicitados aos instruendos. De que adianta a emanção de uma ordem inexecutável de ser cumprida por falta de meios? O instrutor tem de selecionar o **mínimo** que o instruendo deve estudar, ler, compulsar ou rever a domicílio. Os trabalhos pedidos, constantes da ficha de orientação, devem ser simples e em número reduzido, explorando, tão-sómente, conhecimentos que o aluno possa adquirir através do estudo prévio. Durante a aula é que se fará a aplicação do assunto e a integração inicial da aprendizagem.

O ED é um instrumento imprescindível, para que haja uma efetiva aprendizagem. Por seu intermédio, o instrutor transfere ao aluno a responsabilidade de adquirir, por si mesmo, os conhecimentos, normalmente teóricos, **que estejam a seu alcance**.

Evita-se, assim, a monotonia característica da Escola Tradicional quando da transmissão desnecessária de determinados conhecimentos teóricos que podem ser adquiridos pelos instruendos, através de uma leitura preliminar nas fontes de consulta.

Desta forma, o instrutor pode se beneficiar do tempo disponível na sessão de instrução, criando situações que levem os alunos a aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos previamente, com esforço próprio.

É isto o que se vê, normalmente, nos nossos Estabelecimentos de Ensino? Ou é comum se observar o instrutor ministrando, em sala, conhecimentos teóricos, já mandados estudar a domicílio?

Temos a certeza de que a maioria dos leitores responderá de forma afirmativa a nossa última pergunta. Se assim o fôr, o decantado Método dos Problemas não estará sendo eficaz em toda sua plenitude. Dêste modo, haverá uma perda de tempo útil, motivada pela exploração de repetições teóricas inúteis.

E por que assim procedem algumas Escolas e alguns professores? Por falta de um planejamento criterioso e eficiente do ED que os leva a desconfiar da judiciosa consecução do mesmo por parte de seus instruendos.

Os trabalhos pedidos devem ser equilibradamente dosados, adequados e, se possível, atraentes. Somente assim, o instruendo terá meios de, por si mesmo, realizar as tarefas impostas sem recorrer a terceiros ou apelar para a "lei do menor esforço". A missão sendo compatível, o instruendo terá vontade de cumpri-la e prazer de vê-la realizada. Se assim não o fôr, não haverá aprendizagem ou esta será deturpada.

Os instrutores devem apresentar à Seção Técnica de Ensino ou órgão equivalente, o tempo aproximado que o instruendo deverá consumir para a execução dos respectivos encargos. Há obrigatoriedade do referido tempo ser testado na Seção Técnica e, até mesmo, corrigido para mais ou para menos, conforme resultado de pesquisa realizada entre os instruendos, no caso de se tratar de um trabalho original.

Na AMAN, por exemplo, em face do regime de internato e pela multiplicidade de atividades escolares, deve haver especial cuidado nesta dosagem.

O tempo previsto para execução do ED deve ser judiciosamente testado e há necessidade de consolidar as horas previstas para as exigências dos ensinos universitário e profissional. A seguir, deve ser feita a comparação com as disponibilidades fixadas no quadro de atividades dos cadetes, a fim de que não haja uma sobrecarga prejudicial ao rendimento da aprendizagem.

O professor deve ter em mente que sua matéria não é a única existente no currículo escolar.

d. A Missão e a Matéria

Todo Estabelecimento de Ensino tem, de um modo geral, a sua missão expressa em termos de finalidades e objetivos. O currículo escolar deve ser organizado de modo a atender ao cumprimento da missão da Escola. Todas as atividades planejadas para os alunos

devem ter em mira os objetivos expressos da missão. O preparo de um trabalho escolar deve satisfazer à pergunta: "Contribui para as finalidades do Curso?"

Antes, também, de incluir qualquer assunto em um trabalho escolar deve-se perguntar: "É a aquisição deste conhecimento necessária ao cumprimento da missão da Escola?"

Da mesma forma, no preparo de um trabalho de verificação, para cada item a incluir, deve-se perguntar: "A resolução deste pedido, por parte do aluno, concorre para que seja alcançado algum objetivo do Curso?"

Qualquer função que não satisfaça a este critério, ou não tem lugar no programa, ou não está sendo desempenhada apropriadamente.

Seria inadmissível ministrar a cadetes do Curso de Artilharia da AMAN conhecimentos sobre Central de Tiro de Artilharia Divisionária. Seria incoerente ministrar conhecimentos de Organização do Terreno (OT) a Oficiais-alunos da EsAO. Seria supérfluo instruir os alunos do CPOR em levantamentos astronômicos. É imperativa a necessidade de haver uma perfeita adequação entre as missões dos referidos Estabelecimentos de Ensino e os respectivos programas de instrução.

A organização dos currículos, a seleção das matérias e a relação dos assuntos não podem ficar sob o livre arbítrio dos professores ou instrutores encarregados de ministrar as respectivas sessões.

Há uma tendência natural do professor de considerar importantes todos os assuntos atinentes à sua matéria.

Por outro lado, é comum observarmos instrutores da AMAN ou do CPOR, particularmente, defendendo enfaticamente a inclusão de determinado assunto em matérias previstas para serem ministradas a seus cadetes ou alunos. Esquecem-se, porém, que este mesmo assunto só foi por eles apreendido quando oficiais, quando alunos da EsAO ou, até mesmo, quando alçados à condição de instrutor da matéria que hoje lecionam.

Decorre daí a necessidade dos assuntos de determinada matéria serem selecionados, também, de acordo com a missão da Escola.

Já ouvimos repetidas vezes a seguinte pergunta: "Devem os cadetes da AMAN estudar Administração?" Esta não é a maneira adequada de se abordar o problema da organização do currículo. Melhor seria dizer: "O que o futuro oficial precisa saber de Administração?"

Esta segunda forma de perguntar, subordinando-se à missão, restringe o ensino apenas àqueles assuntos de Administração que o

futuro oficial precisa aprender e nada mais. O critério usado pela primeira forma situa a questão quanto à matéria Administração e não quanto à missão.

Precisamos acabar com a miragem que fascinou os educadores dos séculos XVII e XVIII após o advento do enciclopedismo nos programas escolares. É bem verdade que se passou a aprender muito mais coisas, porém mal aprendidas, diminuindo sensivelmente o verdadeiro rendimento escolar.

O ensino baseado na erudição enciclopédica sacrifica a qualidade da aprendizagem pela quantidade de dados informativos com que se procura entulhar a mente dos alunos, muito além de sua capacidade real para aprender.

e. Integração e Fixação da Aprendizagem

Após o planejamento, a motivação, a apresentação da matéria e a direção das atividades discentes, cabe à Escola e ao professor aplicarem procedimentos especiais destinados a integrar e a fixar o conteúdo da aprendizagem dos alunos, consolidando o trabalho realizado, antes de passar ao contôle final de verificação dos resultados.

A inobservância das prescrições que regem estas duas subfases do Ciclo Docente conduzirá fatalmente a uma aprendizagem deturpada e mal orientada.

O prezado leitor, de mais idade, talvez recorde que no seu tempo de estudante, os sábados eram destinados à recapitulação de toda a matéria estudada na semana; o mesmo se fazia na última semana de cada mês e no último mês de cada ano escolar.

Nos colégios jesuitas do século XVII, o último ano do curso colegial, preparatório para o exame geral de madureza, era exclusivamente dedicado à integração e à recapitulação geral de todos os programas do currículo secundário. Formou-se, assim, uma legião de exímios latinistas, filólogos, gramáticos, filósofos e escritores, hoje considerados grandes clássicos nas línguas cultas do ocidente europeu.

Entretanto, com o advento do enciclopedismo a que nos referimos na letra anterior, houve a supressão de uma grande faixa do tempo escolar reservada à integração e à fixação da aprendizagem. O que ocorreu então? Uma desabalada corrida de professores e alunos contra a escassez do tempo para cobrir extensos programas, sem nenhum trabalho de integração e de melhor fixação da aprendizagem. E os resultados? Precários e deficientes. Muitos são, inclusive, os que falam na decadência do nosso ensino.

Recente pesquisa realizada nos Estados Unidos provou que pouquíssimos são os que conseguem fixar mais de 10% daquilo que lhes tentaram ensinar nos bancos escolares.

O leitor duvida? Então procure responder, para si, o que recorda de Latim ou mesmo de Física. O senhor sabe qual é a principal causa desta anormalidade didática? Deficiência no planejamento das atividades escolares, onde a importante fase do ciclo docente, denominada Integração e Fixação da Aprendizagem, é desconhecida por alguns e relegada a plano secundário por muitos. A integração e a fixação dos conteúdos de aprendizagem resultam, automaticamente, da própria atividade direta dos alunos lidando demoradamente com os dados da matéria. É preciso recapitular, exercitar, praticar, realizar tarefas devidamente "calibradas" e estudos dirigidos, sem o que a aprendizagem será deficitária.

Precisamos nos convencer de que aprendemos para a Vida e não para a Escola, razão pela qual a missão desta é muito mais nobre do que pode transparecer da simples leitura de suas finalidades e objetivos.

É comum observarmos instrutores que interrompem as perguntas de seus alunos, solicitando transferi-las para o intervalo, em face do adiantado da hora; é freqüente verificarmos professores controlando impacientemente o relógio enquanto o aluno faz uma pergunta ou dá um parecer a respeito de determinado assunto; é costumeira a desabalada corrida contra o tempo, nos minutos finais da sessão, a fim de que seja ministrado tudo aquilo que está rigidamente previsto no plano de aula.

Neste caso, de quem é a culpa? Do Instrutor, do Professor? Em parte! O maior culpado, entretanto, é o Organismo, em si, pela absurda rigidez do seu planejamento. O trato com a engenharia humana admite uma certa flexibilidade; o planejamento deve atender a esta imposição.

É necessário que sejam previstas horas para a integração e fixação da aprendizagem, assim como um determinado tempo para os imprescindíveis reajustamentos que se tornam obrigatórios em face das normas da Didática Moderna.

Observada esta simples prescrição, professores e instrutores não mais terão de "lutar contra o relógio"; aproveitarão, realmente, junto com os alunos, o salutar e necessário intervalo das sessões. A melhor distribuição das horas disponíveis para a instrução possibilitará maior integração e fixação da aprendizagem, tornando-a mais benéfica e rendosa.

f. Atividades Extraclasses

Desde a antiguidade clássica, numerosas foram as formas de atividades organizadas e realizadas pelos alunos com propósitos educativos, mas fora das exigências regulamentares da escola. Suas fun-

ções eram, em geral, educativas, socializadoras e, ao mesmo tempo, assistenciais e recreativas. Os torneios, concursos, exposições, recitais, representações, visitas, demonstrações, competições, olimpíadas e maratonas eram denominadas de atividades extracurriculares.

Hoje, estas atividades recebem o nome de extraclasse, já que são encaradas como um complemento indispensável e integrador no plano geral da educação e na vida de qualquer Estabelecimento de Ensino.

Na Escola Tradicional estas atividades são refreadas e restringidas ao mínimo.

Na Escola Progressista elas são incentivadas ao máximo, desde que não prejudiquem as atividades principais e são consideradas como parte integrante do currículo escolar.

É preciso que nossos educadores se convençam de que a Escola não deve representar para os alunos uma "muralha de isolamento", concentrada nas matérias abstratas do currículo e divorciada das realidades concretas da vida.

Observa-se, ainda hoje, uma certa indiferença, ceticismo e, até mesmo, hostilidade de alguns professores e autoridades escolares com relação às atividades extraclasse. Julgam-nas como sendo "corpos estranhos" que comprometem a austera seriedade do trabalho educativo.

De quando em vez, ouve-se a crítica de um instrutor à realização de uma atividade extraclasse no decorrer de uma manobra ou exercício de longa duração. Apela para o prejuízo da rusticidade, diz que a ocasião não é oportuna e, raramente, chega a afirmar que a atividade não é própria para o militar que deve "sofrer" a manobra.

Esquece, porém, que os objetivos educacionais são muito mais amplos e que as atividades extraclasse são altamente eficazes na consecução dos mais valorizados objetivos preconizados pela Escola Moderna.

É preciso que o aluno goste de sua Escola para a aprendizagem ser, efetivamente, rendosa. As atividades extraclasse concorrem, de modo significativo, para que seja atingido este estado de espírito.

Atualmente, o programa de atividades extraclasse é uma parte vital, essencial e integrante do moderno currículo escolar. A tendência metodológica mais recente e progressista é a de explorar ao máximo suas possibilidades, objetivando o desenvolvimento de cidadãos livres, autotomovados e dotados de suficiente senso de responsabilidade para viver integrados numa sociedade democrática.

Podemos, até, estabelecer uma semelhança entre as atividades extraclasse e o Serviço Especial do Exército no que diz respeito à manutenção do bem-estar físico e mental do Homem.

As atividades extraclasse são pedagogicamente valiosas e merecem o apoio do Comando e da administração dos Estabelecimentos de Ensino do Exército, o incentivo do corpo docente e a compreensão das demais autoridades ligadas ao Ensino Militar.

É conveniente que compreendamos a Escola como uma "miniatura da sociedade".

As atividades extraclasse desenvolvem o espírito de solidariedade, criam e difundem bons hábitos, estimulam o esforço conjugado e propiciam a reprodução de situações da vida comunitária sendo, conseqüentemente, socializadoras. Contribuem, de modo decisivo, no preparo do aluno para a vida e para a sociedade, impregnando a Escola de uma atmosfera sadia e elevada.

4. CONCLUSÕES

No número 2 do presente trabalho, tivemos oportunidade de ressaltar o pioneirismo do Estágio de Técnica de Ensino, o papel vitalizador desempenhado pelo CTE e a dignificante missão que o CEP tem a cumprir.

No número 3, levantamos de modo rude, porém, sincero e real, alguns dos múltiplos problemas que ainda perturbam a aprendizagem no Ensino Militar. Caracterizamos, contudo, a todo instante, o processo evolutivo que estamos vivendo neste importante campo.

Acreditamos que, dentro em breve todos os problemas estarão superados e que a nova mentalidade, no setor educacional penetrará e incorporar-se-á em toda a Instituição. Ao CEP cabe um papel preponderante na consecução deste ideal.

Em nossos dias, com a humanidade profundamente conturbada pelas rivalidades, pelo egoísmo e pelas lutas de classe, somente através do devotamento à causa da educação poder-se-á restabelecer a serenidade e promover a harmonia entre os homens, de modo que se possa conviver em um clima de ampla e irrestrita colaboração, onde o interesse da coletividade supere o individual. Avultam as responsabilidades dos governantes, do mestre, do instrutor, do militar.

O Exército, pelo campo fértil que tem ao plasmar caracteres em evolução, não pode se dissociar da Didática Moderna. Deve sorver seus ensinamentos; deve concorrer para sua dinamização.

No mar encapelado da vida presente, há necessidade de contarmos com timoneiros seguros na condução da nau das novas gerações de forma a orientá-las para um mundo de mútua compreensão, liberdade e justiça sociais. Não podemos deixar o barco ao sabor da maré! Decorre daí a importância na formação dos nossos quadros, onde a Didática Moderna representa uma das principais fontes geradoras de energia. Eles serão os educadores militares de amanhã.

É preciso despertar e desenvolver os sentimentos de brasilidade, fundamentados na ordem e na disciplina, a fim de que permaneçam incólumes à ação impatriótica dos que, na ânsia incontida de solapar os alicerces de nossa Pátria, ensombram as realidades nacionais.

Os ensinamentos da Didática Moderna, em sua maioria deduzidos de observações e estudos realizados no mundo infanto-juvenil, devem ser adaptados às particularidades do educando militar de acordo com a habilidade do professor ou do instrutor, sua capacidade e sua compreensão à problemática do ensino. O empirismo deve ser banido no trato da engenharia humana! Devemos desejar a nossos filhos e alunos algo melhor do que recebemos e do que somos capazes de fazer. Esta é a melhor maneira da humanidade progredir.

Ao encerrarmos este despretenso comentário, selecionamos dois pensamentos, lançados à reflexão da humanidade com um intervalo de nada menos do que 23 séculos, que atestam a significação, tanto ontem como hoje, do assunto que acabamos de focalizar.

"Mais importante que a ciência de governar o povo é a ciência de educar a juventude". (Platão)

"Nossas Forças Armadas necessitam hoje do oficial que estimule, inove e lidere... daquele que prove o que não foi experimentado, tente o impossível, ou veja algo além do possível".

(Gen de Divisão *F. W. Boye, Jr*)

5. BIBLIOGRAFIA

- (1) Didática da Escola Nova — A.M. Aguayo
- (2) Sumário de Didática Geral — Luiz Alves de Mattos
- (3) A Didática e seus problemas — Simone Fomm Rivera
- (4) Psicologia Educacional — Maria Violeta Villas Boas
- (5) Atividades Extraclases — Luiz Alves de Mattos
- (6) Sociologia Educacional — Marcos Almir Madeira
- (7) Como tratar as pessoas — William C. House Jr
- (8) T 21 — 250 — Manual do Instrutor
- (9) C 21 — 5 — A Instrução Militar
- (10) R-70 — Regulamento da AMAN
- (11) R-126 — Regulamento dos Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército
- (12) Métodos de Trabalho da Escola Superior de Guerra
- (13) Manual de Ensino da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
- (14) Manual do Professor (Instrutor) da AMAN (proposta — 1967)
- (15) Manual do Instrutor da Marinha
- (16) Memento do Instrutor da EsIE
- (17) Notas de Aula do CTE
- (18) Notas de Aula de Metodologia da AMAN
- (19) Nota de Instrução n.º 1/68 do C Art/AMAN
- (20) IV/1.19.2 — O Grupo Militar na Sociedade ((Nota de aula da ECEME)
- (21) NGA do CTE (1963)
- (22) NGA do CEP
- (23) Plano Geral de Ensino do CEP

ANTIGAS ARMAS PARA MODERNAS GUERRAS

Cap DENNY AUGUSTO FERBEIRA DA CUNHA
Instrutor do Curso de Material Bélico do CPOB
do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

Atualmente, apesar das técnicas avançadas, dos foguetes, e de muitas outras armas modernas, velhos valores tornam a aparecer no campo de batalha, trazidos por uma nova guerra.

Esta guerra agigantou o combatente individual, devolvendo ao soldado, por nobres conquistas, o título de guerreiro.

— É a guerra de guerrilhas que nos chama às armas.

E, para ela, já temos uma arma. Veterana da 2.^a Guerra Mundial, da Coréia, engajada no Vietnam, ela resiste, como nenhuma, há trinta anos de impecável serviço.

Não envelheceu. Acho que jamais necessitou aperfeiçoar-se.

— Seu nome é: Carabina .30.

Neste estudo visamos despertar o interesse pelo aproveitamento conjunto das carabinas .30 existentes no Exército.

Apresentamos pontos de vista generalizados a fim de abrir o debate.

1) Definição:

Carabina pode ser definida, como uma arma média, com um comprimento de cano, geralmente, menor que 55cm.

Assim como a maioria dos termos usados na história do armamento, também a origem do termo carabina é contraditória. Alguns dos mais antigos registros, tais como os publicados em 1548, intitulados "Memórias de Gay para a Artilharia," noticiavam a existência de uma arma de fogo, mais curta, de apoio no ombro, para uso na cavalaria espanhola, em grupos chamados de "Carabins".

Outros registros indicam o nome como originário de uma arma de fogo, de apoio no ombro, usada pelas tropas da Calábria.

Outros, como termo advindo de armas apropriadas para repelir abordagem, em navios pequenos, denominados "Carabs".

É de se levar em conta, que embora a documentação atribua à Espanha as origens do nome, o termo "Karab", em árabe, significa "arma", confirmando, talvez, a origem espanhola, fundamentada em palavra árabe.

O termo carabina militarmente tem significado uma arma, na forma geral de um fuzil pequeno, com os mesmos sistemas de culatra, canos mais curtos, coronhas aliviadas, peso menor. Em geral, destinavam-se à cavalaria. A Carabina Comblain .43 mod 1870 é um bom exemplo. Poderíamos incluir como carabina, o fuzil 7mm, belga FN mod 1922, o mais curto fuzil de 7mm já fabricado; é ainda usado em algumas unidades do Exército e, imprópriamente, denominado mosquetão.

Modernamente, na Europa, existem carabinas nas mesmas características, com calibre 9mm Luger (Itália), e 9mm Bayard (Espanha); são usados pelas forças de segurança e da polícia. Nos exércitos atuais, temos exemplos de carabinas destinadas ao emprego bélico:

Tcheco-Eslováquia	— CZECH 7,62 mod 58
França	— MAC 1949, cal 7,65
	MAS 1949, cal 7,65
Rússia	— SKS M 43 7,62
USA	— 5,56 CAR — 15 COLT
	5,56 STONER 63
	US. 30 M 1

No Brasil, o termo carabina, geralmente, refere-se às armas longas de calibre .22.

2) Origens:

As origens da Carabina .30 remontam ao ano de 1940, quando a Winchester ofereceu ao USMC (MARINES), um fuzil curto, baseado no princípio de funcionamento do velho rifle Savage mod 99, e um princípio motor de tomada de gases no cano, por evento, em câmara fechada, e com pistão de choque, de curto deslocamento. A arma não foi aceita.

No mesmo ano, sentiu-se a necessidade de uma arma que incorporasse características múltiplas. Sua utilização seria como arma suplementar, mais eficiente que as pistolas ou revólveres, mais precisa que as metralhadoras de mão, mais leve e menor que os fuzis. Logo surgiram as características que deveria possuir: seu peso deveria estar ao redor de 2,5 quilos, automática, de tiro contínuo ou intermitente, carregador-cofre destacável de até 30 cartuchos, e calibre médio.

O Departamento de Material Bélico dos EUA abriu a concorrência para a encomenda de uma arma que preenchesse aqueles requisitos; a Winchester novamente apresentou um protótipo similar ao anterior, somente com o princípio de funcionamento do fuzil Garand, conservando o princípio motor de tomada de gases em câmara fechada. O seu nome veio

do seu calibre: Carabina .30. A arma foi aprovada, e entrou em produção nos seus quatro modelos principais, M 1, M 1 A 1, M 2 e M 3. Foram fabricados mais de 7,5 milhões pelas firmas Inland, Winchester, Undewood, Rochester Defense, I.B.M. e outras. Foi a arma que teve maior produção na América até hoje, conservando sempre o seu valor.

QUADRO COMPARATIVO

Armas	Calibre	Vo (1)	Energia (2)	Flecha (270m)(3)	Emprêgo
Weatherby	.378 pol	3180	6051	8,1	Esporte
Garand	.30 pol	2800	2943	15,0	Militar
Fal	7,62 mm	2860	2410	16,3	"
F.O	7 mm	2490	2410	22,5	"
M — 16	.223 pol	3300	1330	17,5	"
Carabina	030 pol	1970	948	47,5	"
Revólver	.44 Magnum	1470	1150	—	Esporte
P. 38	9 mm	1242	390	—	Militar
Pistola Colt	.45 pol	855	370	—	"
Revólver	.38 pol	855	255	—	"
PPK	7.65 pol	980	152	—	Defesa pessoal

NOTA:

- 1 — pés por segundo
- 2 — libras por polegada quadrada
- 3 — centímetros

3) Descrição:

A arma representada pela Winchester possuía aspectos notáveis para a sua época, o que a faz moderna ainda hoje, pela sua simplicidade.

Seu princípio motor, tomada de gases no terço posterior do cano, permitia que os gases agissem sobre o culote do projétil, até este abandonar o cano. Isto era possível, porque os gases que entravam na câmara não podiam escapar desta; o pistão, de curto deslocamento (cerca de 2,5 mm) obturava a câmara completamente pelo seu perfeito assentamento. O pistão transmitia energia, por choque, ao sistema de recuperação, o qual realizava todas as operações necessárias a um novo disparo, dando tempo para que o projétil abandonasse o cano muito antes da abertura.

Este dispositivo permitia o lançamento da granada, pela adoção de um bocal para lançamento e de um cartucho especial. Podia-se lançar

tanto a granada A.E.A.C. como a A.P., dentro de um alcance comparável. Seus tipos atualmente são:

— Modelo M 1, de tiro intermitente, possuía um sistema eficiente de pontaria, com o visor em L, graduado para dois alcances, mais tarde substituído por um aparelho com cursor em escala inclinada (até 300 jardas), e correção transversal. Possui baioneta, derivada da faca de trincheira.

Modelo M 1 A 1, com as mesmas características, tem coronha metálica rebatível, sendo usado atualmente pela Aeronáutica. Existem os M 1 A 3, M 1 A 4 com modificações na coronha rebatível.

Modelo M 2 faz o tiro contínuo e intermitente, com as mesmas características da M 1.

— Modelo M 3, destinado a combate noturno possui um sistema de pontaria infravermelho.

Sua munição, descendente do cartucho .32 Winchester de 1905, apresentava um projétil mais curto e mais leve, sendo a carga projetada para dar maior rendimento em canos de 45 cm de comprimento, a uma Vo de, aproximadamente, 650 m/seg.

As suas principais características são:

1) Arma:

Tipo: De porte, automática, capaz de executar o tiro intermitente (M 1) e o contínuo (M 2).

Princípio motor: Tomada de gases no terço posterior do cano, em câmara fechada.

Princípio de funcionamento: Retrocarga, de culatra aferrolhada, cano fixo, trancamento por rotação do ferrólho.

Pêso: 3,03 quilogramas (completa).

Comprimento: 89,3 centímetros.

Cano: 45 centímetros.

Sistema de alimentação: Carregador metálico tipo cofre para 15 ou 30 cartuchos.

Possibilidades adicionais:

- a) Uso de sabre-baioneta
- b) Lançamento de granadas

Velocidade de tiro: 750 tiros por minuto no M 2.

II) Munição:

Tipo: Fogo central, estôjo cilíndrico, virola cavada, de metal ou aço.

Comprimento total: 4,11 cm.

Pêso total: 12,45 gramas.

Pólvora: Nitrocelulose (1,1 grama).

Segurança: À prova de água.

Projétil:

Tipos: 1) Encamisado de ogiva arredondada (M 1)

2) Traçante (M 16) (M 27)

3) Hollow Point, Hollow Soft Point

4) Soft Point

Pêso: 7,21 gramas

Vo: 1970 pes/segundo

Eo: 950 libras/pé

Pressão na câmara: 40.000 libras por polegada quadrada

Penetração: Em tábuas de pinho de 2,2 cm de espessura (1 peça)

90 metros — 12 peças (26,4 cm)

180 metros — 8 peças (17,6 cm)

270 metros — 7 peças (15,4 cm)

Precisão: O meio perímetro da área de grupamento é de 3,94 centímetros a 100 metros, em média, e em qualquer alvo.

4) Emprêgo:

Com o advento das formas de guerra irregular, entre as muitas providências a serem tomadas, uma é equipar-se com armas especiais, as Unidades antiguerrilhas, inclusive, a Polícia do Exército. A esta ação, correspondem altos valores econômicos que, por si, já são sérios obstáculos.

No Exército Brasileiro, uma das medidas seria a adoção da carabina .30 nos seus diversos modelos. Ela já existe em boa quantidade, e com uma manutenção organizada, e tècnicamente dirigida, sua operacionalidade estaria garantida.

Analisemos alguns aspectos próprios dêsse emprêgo:

a) Quanto à mobilidade:

É leve, sendo que o transporte de 150 tiros não requer esforço (1,9 quilo). Pode permitir o emprêgo de granada, o que é vantajoso em múltiplos aspectos. Todo atirador poderia ter esta opção, sem excesso de pêso. Nas ações de contraguerrilha, a leveza das armas é de vital importância.

b) Quanto à precisão:

Grande precisão, até 270 metros. Seu aparelho de pontaria permite ajustes em direção para cada atirador, sob certas condições. O modelo M 2 pode ser considerado como uma das mais precisas armas automáticas portáteis de tiro contínuo. Pela sua precisão e poder de reação, ela dará maior confiança ao seu portador.

c) Quanto à sua construção.

É excelente, pois suas partes vitais são protegidas. Sua coronha de madeira ou metálica rebatível é resistente. Não é comum a quebra de peças nestas armas, durante o tiro, bem como panes. Sua manutenção é fácil, sendo que, com uma desmontagem parcial, pode-se fazer uma limpeza total da arma. Não há necessidade de ferramentas para desmontagem de 1.º e 2.º escalão. Somente um cartucho e o cordel de limpeza.

d) Quanto à munição:

Adquirida na América, de ótima qualidade, nos tipos comuns, soft point, hallow point e traçante, apresentaria, em face das suas características, certa dificuldade de fabricação no País; mas não representa isto um fator negativo. Tem ótimas características balísticas (vide quadro).

e) Quanto à sua eficiência:

O seu tiro, de grande penetração, é tão mortal quanto o do fuzil 7 mm ou FAL dentro de 100 metros. Em determinados tipos e casos, o projétil da carabina pode transmitir ao alvo, maior energia que o dos fuzis, (poder vulnerante).

Raras serão as ocasiões em que se travarão combates a mais de 150 metros, em buscas, encontros ou emboscadas.

Nas cidades, nas ações de polícia, sua eficiência aumenta, bem como, psicologicamente, ela é mais aconselhável. Explica-se, pois os tiros de fuzis e metralhadoras de campanha, produzem efeitos muito além dos desejados (ricochêtes), causando baixas em pessoas inocentes; isto pode contribuir negativamente para a força militar. E, a ação psicológica, é capital na luta antiguerrilha. Sua capacidade de choque (baioneta) e a de lançamento de granadas, são fatores importantes.

5) Conclusão:

A carabina é, primordialmente, uma arma de fogo de alcance médio, destinada a qualquer situação de combate dentro da distância de 270 metros.

É muito superior em precisão, alcance e poder vulnerante que qualquer arma curta ou metralhadora de mão.

Fundamentalmente, tem uma grande eficiência pelo grande poder de fogo e alta mobilidade, dois vetores básicos de uma arma militar.

Possuindo o Exército Brasileiro grande quantidade de carabinas, espalhadas nas suas OM, seria justo reagrupá-las, repará-las, com especial cuidado e direção técnica competente; estudar o seu emprêgo na luta antiguerrilha, no Exército, na Polícia, e em órgãos de defesa interna, isto porque devemos considerá-la uma arma importante na guerra de guerrilhas, senão a melhor.

Bibliografia consultada:

Publicações escolares do Curso de Material Bélico do CPOR/RJ e AMAN.

TM 9 — 1305 — 200

TM 9 — 1900

TM 9 — 2205

GUN DIGEST anos 1969 e 1970

"Automatic Weapons of the World" por Johnson e Haven, publicado por William Monrow and Company, 1945.

"Weapons of War", por Cleator, publicado por Thomas Y. Crowell, Co, 1968.

"Small Arms of the World" por W. Smith e J. Smith, publicado por The Stackpole Company, 1966.

"The Book of Rifles" por W. Smith e J. Smith, publicado por The Stackpole Company, 1966.



LENDO O REGULAMENTO

(Estatuto dos Militares — Decreto-lei n.º 1.029, de 21 Out 69)

DA ÉTICA MILITAR

Art. 34 — O sentimento do dever, o pundonor militar e o decôro da classe impõem, a cada um dos integrantes das Forças Armadas, conduta moral e profissional irrepreensível, com a observância, tanto mais rigorosa quanto mais elevado fôr o grau hierárquico, dos seguintes preceitos da ética militar:

a) amar a verdade e a responsabilidade como fundamentos da dignidade pessoal;

b) exercer, com autoridade, eficiência e probidade, o cargo, encargo ou comissão;

c) respeitar a dignidade da pessoa humana;

d) cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes;

e) ser justo e imparcial no julgamento dos atos e na apreciação do mérito dos subordinados;

f) zelar pelo preparo próprio, particularmente moral e intelectual, e também pelo dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum;

g) empregar tôdas as suas energias em benefício do serviço;

h) praticar a camaradagem e desenvolver permanentemente o espírito de cooperação;

i) ser discreto em suas atitudes e maneiras, e em sua linguagem escrita e falada;

j) abster-se de tratar, fora do âmbito apropriado, de matéria relativa à segurança nacional, seja de caráter sigiloso ou não;

l) acatar as autoridades civis;

m) cumprir seus deveres de cidadão;

n) proceder de maneira ilibada na vida pública e particular;

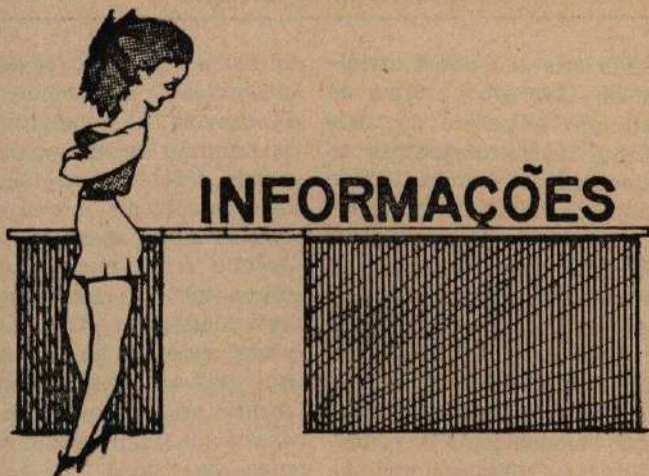
o) observar as normas da boa educação;

p) garantir assistência moral e material ao seu lar e conduzir-se como chefe de família modelar;

q) conduzir-se, mesmo fora do serviço ou na inatividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina e respeito;

r) abster-se de fazer uso do pôsto ou da graduação para obter facilidades pessoais de qualquer natureza, ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros;

s) zelar pelo bom nome das Forças Armadas e de cada um de seus integrantes, obedecendo e fazendo obedecer aos preceitos da ética militar.



INFORMÁTICA, GESTÃO E GOVERNO

Por PHILIPPE MARCHANT
Tradução de José Vicente de Souza
Revue de Défense Nationale — Out/69

Cada dia se ouve falar mais "Informática" neologismo ainda muito recente para já ter adquirido definitivamente cidadania nos dicionários. Embora difícil de definir com precisão, esse termo designa uma ciência nova, o processamento da informação, raiz da qual, aliás, derivou. Ora, em razão mesmo da importância, muitas vezes insuspeitada, da informação no menor dos atos de nossa vida — não há, com efeito, um único de nossos movimentos, por exemplo, que não seja guiado, consciente ou inconscientemente, por uma informação de base, recolhida em nosso cérebro — a informática é de natureza a transformar radicalmente as próprias condições de nossa vida.

Que é, com efeito, a "informática" senão "tudo que diminui a incerteza de nossos conhecimentos sobre um dado assunto"? Exi-

ge ela, para ser conhecida, veículos e apoios que a ciência não tem cessado de desenvolver. Assim é que, depois da palavra, foram sucessivamente descobertas e utilizadas as páginas impressas para difusão de textos, as ondas sonoras para telegrafia sem fios e rádio, as ondas hertzianas para a televisão. A informação não deve ser nem neutra, nem estática. Processá-la será, então, depois de tê-la recolhido, dar-lhe uma outra forma — após uma triagem, uma tradução, um cálculo... — e tirar dela certas consequências que permitam tomar decisões. Ora, esse processamento possui dimensões novas, desde que pode ser efetuado em condições excepcionais de rapidez e segurança — ou "credibilidade" — graças ao aparecimento, desde a segunda guerra mundial, nos Estados Unidos, de aparelhos novos, os computadores.

Tiveram êles seu nome afrancesado em 1956 sob o termo de "ordinateurs" a pedido da mais importante firma construtora de computadores do mundo, IBM e são máquinas dotadas de propriedades lógicas, que lhes permitem efetuar diferentes operações de cálculo ou de lógica sobre informações que lhes são fornecidas como ponto de partida, o mais das vezes sob a forma de cartões perfurados. Por motivo de simplificação tecnológica, o código que utilizam os computadores para apresentar a informação é qualificado de "binário", porque se limita a distinguir dois estados: a ausência ou a presença (de corrente, de magnetização, de furos em um cartão...). A mensagem assim apresentada, suscetível em sua simplicidade de revestir somente dois estados, constitui o "bit", que é o menor elemento de informação.

No decurso destes últimos anos, progressos estupendos foram realizados na construção dos computadores — geralmente designados sob o termo genérico, ainda não traduzido, de "hardware" — essa espécie de "quinquilharia", segundo Churchill que parece ter sido o primeiro a assim classificá-los durante a última guerra. O aparecimento dos semicondutores, a substituição das lâmpadas por transistores e a miniaturização dos diferentes elementos da "unidade central" e das "periféricas", permitiram, em particular, aumentar de modo fantástico a rapidez do processamento da informação. Enquanto há dez anos os computadores efetuavam de 1.000 a 10.000 ope-

rações por segundo, os da "terceira geração", atualmente em uso, processam de maneira normal um milhão de operações por segundo e este sucesso já se acha ultrapassado pelos mais potentes dos últimos aparelhos (a IBM decidiu recentemente lançar um novo tipo de calculadoras, cuja velocidade será três ou quatro vezes superior aos da série 360, que virá a acelerar consideravelmente as mutações em via de execução). Do mesmo modo, ao nível da "saída", as velocidades de vinte linhas por segundo ordinariamente obtidas pelas "impressoras" de hoje acham-se também largamente ultrapassadas pelos processos, não mais mecânicos, porém óticos ou eletrônicos. É o caso dos tubos catódicos ou de televisão, como os que são utilizados pelos agentes de companhias aéreas para a reserva de lugares e graças aos quais as mensagens, quer sejam sob a forma de textos ou de imagens, mostram-se imediatamente inteligíveis e perceptíveis pelos homens.

Tais velocidades, que já não têm senão uma relação muito longínqua com as das reações, de si notáveis, dos homens, permitem doravante a vários usuários — e não mais a um só — utilizarem simultaneamente o mesmo computador, obrigado a processar problemas muito complexos, pondo em jogo uma grande variedade de parâmetros. Esses "empregos partilhados" de computadores trabalhando em "tempo real" — tradução francesa do "time sharing" americano — tornaram-se possíveis pelo aumento

considerável da "capacidade de memória" dos aparelhos, que se exprime hoje, corrente, em um número de unidades de informação da ordem de 50.000 caracteres alfabéticos, 10.000 números de 12 algarismos ou 100.000 "bits".

A consecução das velocidades atuais de processamento da informação supõe não só que a "unidade central" dos aparelhos recebe diretamente estas informações das "memórias", que podem ser em discos ou em fitas magnéticas por exemplo, mas também que o automatismo de funcionamento das múltiplas operações complexas necessárias está assegurado por um "programa" previamente determinado e pôsto no estado desejado por um homem. A missão do "programador", encarregado disso, é fornecer à máquina uma sucessão muito rigorosa de instruções referentes a operações muito específicas — como, por exemplo, tirar uma fatura, partindo da quantidade entregue, da qualidade do comprador, do preço unitário da mercadoria...

Essa programação, que requer a intervenção de "analistas" e de "programadores", necessita da utilização de "linguagens-máquinas" diferentes segundo os construtores do material ou os tipos dos aparelhos e das quais as mais espalhadas são Fortran, Cobol e Algol. Malgrado — ou talvez por causa de — a complexidade crescente dos computadores, o homem continua a desempenhar um papel essencial em sua utilização. Porque se, como para o uso do telefone ou para a direção de um

automóvel, não é necessário que o usuário conheça o mecanismo complexo de funcionamento do computador, deve êle em paga, para poder dialogar com o aparelho, conhecer ao mesmo tempo a linguagem a empregar e o limite das possibilidades da máquina. Donde a importância, acrescida sem cessar e de mais a mais dispendiosa, do "software" — outro termo genérico para o qual não existe tradução — que compreende, de fato, todos os meios humanos necessários à utilização do material.

Tal é, definida muito sumariamente, essa informática que vem conquistando em nosso mundo moderno, um lugar cada dia mais importante, embora, talvez por não ter ainda encontrado seu Júlio Verne, não faça sonhar os pequeninos e os maiores, na proporção dos gigantes do espaço tipo Concorde e das aventuras dos astronautas... No entanto, o computador — e seu complemento a informática (sem os quais, aliás, os vôos do Concorde ou das Apolo não teriam podido realizar-se em suas atuais condições) — deram origem e são o centro de uma verdadeira "revolução", a qual afeta todos os setores principais de nossa civilização. Algumas obras, já agora clássicas e em parte ultrapassadas, como o "Desafio Americano" de Jean-Jacques Servan-Schreiber ou o "Le pari européen" de Louis Armandt Michel Drancourt, tiveram o mérito de exprimir claramente, de maneira coerente e, em certa medida, científica, as impressões que não podem deixar de sentir quem acompanha a atualidade e

viaja periódicamente, nos Estados Unidos em particular.

Foi afirmado recentemente que, se continuarem a comportar-se como o fazem, os europeus deixarão de contar em dez anos. Uma afirmação dessas, conclusão de uma análise longa minuciosa da situação tecnológica e psicológica atual dos Estados Unidos e da Europa, se acha suficientemente prenhe de conseqüências para que nos detenhamos sobre ela. Em nenhum outro período da História, como o observa J. J. Servan-Schreiber em "O Desafio Americano", nossos modos de vida, nossos sistemas de organização, nossa sociedade inteira foram submetidos tão completamente a mudanças. Ora, a nova organização social que deveria ser a nossa a partir dos horizontes de 1985 estará essencialmente dominada por três fatores: a urbanização geral ou quase geral, a automação generalizada da indústria e a revolução na informação. Cada um desses fatores, se bem que tenham efeitos separados, não deixará de reagir sobre os outros. Assim, por exemplo, o processamento da informática será, ao que tudo parece indicar, mais e mais utilizado para se tentar resolver, em certa medida, os problemas da urbanização, ao mesmo tempo em que contribuirá, em muito larga escala, para a automação da indústria — em que já permitiu introduzir-se a noção moderna de "management". Porém, não há somente esse setor das empresas privadas que virá a ser — ou deva ser — afetado pela informática. A administração pública em seu

conjunto, o governo e a gestão das coletividades locais, experimentarão também, a prazo mais ou menos breve, mudanças pelo menos tão profundas. Diferenças muito sensíveis já se verificam desde hoje entre os países, tendo os Estados Unidos alcançado neste domínio um avanço, especialmente sobre a Europa, que alguns duvidam possa algum dia ser vencido.

O desenvolvimento da informática acha-se diretamente ligado ao da indústria de computadores. Esta não cessa de ganhar importância, pelo que já se prevê, entre os anos 1970 e 1980, será a terceira do mundo em volume, depois da indústria petrolífera e da do automóvel. Para os peritos da OCDE, os equipamentos em máquinas para o processamento da informática (hardware) deverão tornar-se, com uma margem de uns 10%, a primeira linha de investimento das empresas. Por outra parte, é nesse plano que o atraso tecnológico de nosso continente parece ser mais sério; o ponto em que não se poderá mais mudar a situação periga, para a Europa dos Seis, ser atingido de um momento para o outro. Com efeito, já hoje os Estados Unidos produzem sozinho 68% dos computadores construídos no mundo contra apenas 15% da Comunidade Européia e 17% de todos os demais países. O mercado europeu de computadores estava repartido em 1965 em 71% para os produtores americanos (62% para IBM, 7% para Bull-General Electric, 2% para Olivetti-General Electric) e 29% para os fabricantes de outros países, especialmen-

te a Inglaterra (9% para ICL). Países como a Bélgica, a Itália e a Espanha estão à margem de toda competição; a Alemanha, embora pouco desenvolvida em software, tem um parque de computadores (de gestão, mais do que científicos) mais importante que o da França, porém de uma potência relativamente fraca.

Graças a uma sociedade privada, fortemente implantada no estrangeiro a "Société d'Economie et de Mathématiques Appliquées (SEMA-METRA Internacional)", a França tem uma influência não negligenciável em "software". Além disso, seu Governo elaborou e pôs em prática, há alguns anos, um "Plan Calcul", a que destinou substanciais créditos orçamentários (750 milhões de francos para o quadriênio 1968/1971). Assim puderam ser facilitadas, ou aceleradas, as aproximações e fusões desejáveis entre as mais importantes firmas nacionais especializadas em eletrônica (a CFS, a CGE e o grupo Thomson, especialmente), depois que ficou regularizado o caso da Sociedade Bull, que se viu constrangida, por sérias dificuldades financeiras, a associar-se à General Electric. Assim é que pôde ser, especialmente, constituída a "Compagnie Internationale pour l'Informatique (CII)" que, com a ajuda da Delegação para a Informática, deveria poder produzir em série, a partir do próximo ano, o Iris, primeiro computador importante de concepção e construção francesas.

A França já conta hoje com mais de 3.000 computadores em serviço. Mas os Estados Unidos

têm mais de 40.000 e controlam, de fato, o mercado mundial, com a enorme predominância da International Business Machines. A IBM conseguiu, com efeito, implantar-se, e conquistar a maioria, em todos os países que oferecem como mercado comprador; com exceção apenas da Grã-Bretanha, onde uma firma britânica, filial da English Electric — a International Computers Limited (ICL) — detém, com a participação de Plessey e do Governo inglês, 52% do mercado, contra somente 44% da IBM. O poder desse grupo nacional, de criação recente, o qual tem sua sede no antigo quartel-general da França Livre em Londres, o célebre Carlton Gardens (poderá ver-se aí um símbolo de sua resistência à IBM?), deveria constituir para a França um exemplo a ser seguido. A ICL, com efeito, contando 34.000 pessoas, se irradia por 70 países e vê seu volume de negócios — de 12 bilhões de francos — elevar-se de 15% cada ano; e continuará a receber do Governo uma ajuda financeira calculada em 20 milhões de francos só para o decurso dos quatro próximos anos.

Malgrado seu atraso atual, ao menos no nível do equipamento, a França começa a sentir os efeitos da "revolução da informática", que deveria normalmente levá-la a ter em 1980 de 30.000 a 35.000 computadores em serviço. A máxima importância deve ser dada, neste ponto, às enormes possibilidades que oferece às empresas o fato de que serão postos, dentro em pouco, à sua disposição pela IBM e pela Bull-

General Electric, os "terminais". Esses "terminais" — os "Rax" da IBM — são simples teclados ligados às linhas telefônicas, que garantem um acesso direto aos grandes computadores. Estes, embora localizados nos próprios edifícios da IBM ou da Bull, são doravante capazes, quando fôr pedido, de responder em tempo real, a qualquer momento, qualquer pergunta que lhes possa ser feito pelo usuário, desde que tal pergunta faça parte de um programa previamente registrado em sua memória. Assistimos, portanto, na verdade, a uma "descida do computador na rua ou nas empresas", sem que, para tanto, as empresas ou, de modo mais geral, os usuários tenham de ocupar-se com a instalação dentro de seus estabelecimentos — como era o caso, no comêço, dos aparelhos julgados necessários. As consequências de tal possibilidade técnica podem ser consideráveis em um país centralizado como a França, onde as pequenas e médias empresas (PME) são infinitamente mais numerosas do que as grandes. O exemplo, dado pelo grupo de seguros Drouot que, em 1965, pôde constituir, fora de Paris, uma primeira rede de transmissões de dados em França deveria, se fôsse seguido, tornar-se um dos elementos importantes de uma verdadeira política de descentralização industrial, vivamente encorajada pelos poderes públicos e posta em movimento pela Delegação para Ordenação Territorial e para a Ação Regional (DATAR).

Por diferentes razões, todavia, e sobretudo devido ao grande

atraso ocorrido na extensão da rede de telecomunicações, a França contava em fins de 1967 menos de 400 equipamentos para transmissão de dados. Ora, uma extrapolação feita a partir dos Estados Unidos sobre a evolução do número respectivo de computadores e de "terminais" — ou "modems", cujo número cresce 50% por ano — permite calcular que a França deveria dispor em 1975 de alguns 20.000 "modems", o que redundaria em multiplicar seu número por 50 em oito anos... Mesmo que esses resultados não fôssem, como é provável, conseguidos, a evolução em marcha contribuiria muito para desenvolver na França uma concepção nova da gestão dos empreendimentos, tanto públicos como privados.

A informática representa, com efeito, um dos elementos essenciais dessa nova concepção de gestão das empresas que corresponde ao termo americano de "management", o qual ainda não tem equivalente na língua francesa. Sem dúvida, o "management" concerne, em primeiro lugar, aos homens. Estes vêem se lhes reconhecer um lugar peculiar na empresa, embora sua seleção — para a qual, como o indicam diariamente os inumeráveis pequenos anúncios em toda a imprensa francesa, a experiência em firmas americanas é particularmente levada em consideração — em vez de faculdades importantes a serem examinadas. Esses gestores, no quadro da "determinação das funções" — tradução francesa das "job descriptions" — são acompanhados de um contrôle estrito a pos-

teriori... Pois essa delegação de poderes, que permite dar-se autonomia a cada responsável, em qualquer nível que se encontre na hierarquia, só é possível — sob adequado contrôle, que é sua contrapartida — dependente de que a informação circule perfeitamente no seio da empresa, no sentido de sua ascensão para a direção geral e sua descida para os serviços e as unidades de produção, mesmo descentralizadas.

Uma tal filosofia, é preciso reconhecer-lo, que é atualmente tradicional nas empresas dos Estados Unidos, ainda está longe de corresponder à mentalidade da maior parte das empresas de nosso país. É encontrada, de certo, no meio de nossas grandes empresas, quer sejam puramente francesas, quer sejam filiais de firmas americanas que se instalaram em França no decurso dos últimos anos. Tais implantações têm, aliás, contituido, por seu dinamismo e pelos novos métodos de gestão e de concorrência que contribuíram a se desenvolver, um fator essencial de evolução e desenvolvimento. Porque, se o "segrêdo das estruturas competitivas" não decorre inteiramente da dimensão das empresas — a esse respeito, certas fusões ou concentrações de empresas em dificuldade não poderia representar uma "solução milagre" — são, afinal de contas, as empresas mais importantes que se acham mais em condições de enfrentar os esforços de pesquisas e de investimento, em homens e recursos, que constituem a chave da capacidade de competição, sobretudo nos

setores tecnologicamente mais adiantados.

Ora, o que encontramos nesses diferentes estágios é a informática e os computadores tanto para a gestão propriamente dita, como para a pesquisa e para os cálculos científicos. Essa revolução se constata, em primeiro lugar, no plano da gestão cotidiana. O registro, sobre uma só memória central, de um número quase infinito de dados, a rapidez dos cálculos que podem ser exigidos em tempo real de uma máquina — sem ter de esperar vários dias ou várias semanas pelos resultados — e a possibilidade de ligar a um só computador as múltiplas unidades de produção ou as agências de uma empresa, disseminadas pelo país e até, por vários países, permitem desde já aos responsáveis pelas empresas disporem a todo momento de verdadeiros "quadros de navegação" muito completos. Estes dão conta, de maneira simultaneamente precisa e sintética, para períodos mensais, semanais ou mesmo diários, da evolução de certo número de elementos essenciais para se seguir a vida da empresa em um mercado competitivo em constante evolução. É o que se passa, por exemplo, com o preenchimento do livro de encomendas, com a flutuação dos estoques, com a variação dos efetivos, com o estado das vendas, com a situação da tesouraria, com o grau de realização dos objetivos de produção ou propriamente financeiros... Além do fornecimento regular e rápido dessa "informação" de base, os computadores dito de "gestão" permitem obter-se, no mes-

mo instante e assim que se pedem, serviços que requeriam até então numerosas intervenções humanas.

Alguns exemplos, na própria França, são característicos neste particular. Veja-se o caso da reserva automática de lugares estabelecida há pouco, a começar por certas agências da Air-France dotadas de "terminais" de leitura visual em ligação direta com o computador central de reservas. É igualmente o caso, que deriva do mesmo princípio e da mesma técnica, da manutenção automática de certas contas bancárias ou de apólices de seguro, mediante indagação de uma "memória central", na qual se acham registrados todos os movimentos referentes a essas contas ou apólices. Em outro domínio em plena evolução, o da distribuição, a informática deu origem a progressos consideráveis e espetaculares, que derrubaram as concepções tradicionais. Assim é que a firma americana Westinghouse acaba de integrar em tempo real a gestão de todos os seus estabelecimentos nos Estados Unidos, o que implica no entrosamento de algumas 300 estações, servindo dia e noite a 1.000 postos de venda espalhados por 188 cidades, com um computador central que processa na média uma encomenda em dois segundos e dá, num prazo máximo de 15 minutos, as instruções de expedição necessárias ao depósito ou à usina escolhida. Mesmo em França, onde, dentro de 20 anos, 60% a 70% da distribuição dos produtos decorrentes deveria estar assegurada por uns 5.000 supermercados e outros

tantos armazéns populares (contra os 800 e 700 de hoje), sistemas semelhantes foram montados e funcionam de maneira muito satisfatória. É o que se dá, por exemplo, com a "Société Centrale d'Achats", filial especializada de um grupo importante de grandes lojas do Boulevard Haussmann, do grupo Berthier, que realiza 84% de seus negócios em auto-serviço, como em nossos mercadinhos o freguês se serve e paga na saída ou ainda com "La Redoute", hoje o cliente mais importante dos Correios e Telecomunicações, aos quais consagra 4% do montante de seus negócios...

A "gestão integrada" ultrapassa evidentemente o quadro da simples gestão. Só pode, com efeito, haver "integração" na medida em que foram previamente determinados os "objetivos", os quais não são frequentemente nada mais do que a transposição, em termos quantitativos e a prazo de um ano em geral, de uma verdadeira "política". Esta será determinada, para um período mais longo, em função da "finalidade" própria da empresa, previamente definida, e adaptada, tanto quanto necessário, à evolução do mercado. Toda "gestão integrada" precisa, pois, de início, de uma "programação a prazo médio" ou, em outros termos, de um "plano de desenvolvimento" trienal ou quinquenal, cuja elaboração não se poderá realizar sem recorrer a um computador. Este será, em continuação, constantemente utilizado, para garantir que se ponha em dia, periódica ou constantemente, o pro-

grama inicial, que se tornará, dêsse modo, um verdadeiro "plano rolante". Para chegar-se a isso, todos os elementos, estimados ou reais, suscetíveis de interferir no período de execução do plano e de modificar as estimativas feitas, serão registrados *pari passu* na "memória central" do computador que, por isso os levará em consideração em seus "dados de saída".

No estabelecimento de tais planos participam, muitas vezes, departamentos ou serviços da empresa especializados nos problemas de "pesquisa" e de "progresso". Essa "função", nova no organograma de um grande número de empresas francesas — embora já se tenha tornado clássica além do Atlântico — supõe, para ser corretamente executada, recurso freqüente aos computadores e se inclui, por isso, no processamento global da informação. É nesse estágio, principalmente, que se introduz a distinção entre os "computadores de gestão" e os "computadores de cálculo científico". Enquanto os primeiros servem principalmente para resolver problemas relativamente simples, mas que se repetem — tais como a tiragem de balanços de contabilidade geral e analítica, a gestão dos estoques ou faturamento das vendas, os segundos são utilizados logo que surgem problemas que exigem cálculos mais complexos, com muitos parâmetros variando simultaneamente. É o caso, especialmente, dos problemas de "pesquisa operacional", cuja importância não cessa de crescer e que permitem, tanto na gestão como na pesquisa, obterem-se

soluções bem elaboradas. Quer se trate, por exemplo, da escolha de investimentos a realizar, de economias a fazer, ou de reorganização de serviços a fim de se obter melhor rendimento, o método consiste em estabelecer "modelos" para os quais se procura uma solução ótima, partindo de "simulações" operadas, que fazem variar, de cada vez, um ou mais parâmetros. Só as passagens rápidas dêsses modelos nos computadores permitem ter, em muito pouco tempo, gamas extremamente extensas de "casos concretos", entre os quais é relativamente fácil escolher, enquanto anteriormente tais escolhas permaneciam aleatórias, por motivo das grandes dificuldades e dos longos prazos que exigia a composição de variantes muito menos numerosas.

Acabamos de fazer uma análise rápida das reviravoltas que se devem esperar com a introdução da informática no mundo das empresas. Essa "introdução" — é fato a considerar — já não depende mais da boa vontade dos chefes de empresas, mesmo em França: será, de mais a mais, imposta pela evolução rápida das estruturas e do mercado. Parece, por isso, que as empresas que, por princípio ou por negligência, não se adaptarem a este novo estado de coisas estarão condenados irremediavelmente a desaparecer. E é, de fato, esse fenômeno que já se assiste no conjunto do setor da distribuição, em que a expansão extraordinária das cadeias de sucursais múltiplas e de grandes armazéns que se converteram à informática desfere um golpe muito sério no pequeno co-

mércio tradicional. Este tem, então, a tendência de despertar a atenção dos poderes públicos mediante clamores e atos violentos para pedir ao Estado uma ajuda, que não poderá, em todo caso, ser mais do que provisória ou mais do que um paliativo, supondo-se lhe seja concedida.

Do plano da empresa individual passa-se assim ao plano coletivo. Pode-se, então, perguntar se as verificações feitas até aqui sobre a revolução que se segue à introdução da informática ao nível das empresas serão igualmente válidas ao nível das coletividades locais, dos serviços administrativos, do governo, do parlamento, em uma palavra, do próprio Estado. Trata-se, portanto, para os países europeus, e para a França em particular, de uma questão fundamental, que Michel Drancourt, por exemplo, já apresentou sem rodeios ao afirmar em "Le pari européen" que, "no tempo do computador, as constituições, como os partidos e a administração pública, estão com cem anos de atraso". Tal juízo, que pode parecer muito pessimista, merece ser explicado e comentado...

Uma observação preliminar — de ordem filosófica — precisa, a este respeito, ser feita. Basta ver-se hoje — sobretudo em tempo de eleições — quanto a aplicação industrial de descobertas técnicas relativamente recentes, como o transistor ou a televisão, modificaram profundamente as condições da vida — e da vida política na França, para se imaginarem as reviravoltas ainda mais importantes que não deixará de trazer uma introdução generalizada da informática no

conjunto da vida administrativa e política do país. Já em nossos dias o Estado é frequentemente acusado, porque detém o controle da televisão por exemplo, de exercer sua onipotência sobre os indivíduos, que vai perseguir até na intimidade de seus lares. Que aconteceria, e de que "violação das multidões" se haveria de falar, se ele fôsse o único a poder dispor — em razão do custo elevado e dos recursos necessários em pessoal — de todas as mais modernas técnicas da informática para governar a "empresa França" segundo os princípios clássicos do "management" e da "gestão integrada"?

É certamente necessário que a administração pública, no sentido mais amplo do termo, possa recorrer, de mais a mais, a um conjunto de métodos modernos de raciocínio, de cálculos e de simulação, que supõem o emprego simultâneo do computador, da pesquisa operacional e da análise dos sistemas, para dissecar os diferentes problemas de gestão administrativa, orçamentária, operacional, mediante os quais se opera todos os dias o exercício do poder do Estado. Mas duas precauções essenciais devem ser tomadas, a fim de evitar que o sistema utilizado se volte, no final das contas, contra o homem.

Em primeiro lugar, a fim de evitar que o homem allene sua liberdade e descarregue sobre a máquina o cuidado de tomar, em seu lugar, todas as decisões, é indispensável estabelecer o princípio de que a máquina — e a informática, de maneira mais geral, jamais deverão ser algo mais do que meios que apenas nos per-

mitem preparar nas melhores condições os processos, de sorte a podermos tomar decisões. Porém estas devem sempre ser um apatário do homem. Para que não se torne seu escravo, o homem deve considerar que o uso da máquina é apenas um meio e não um fim.

Por outro lado, convirá igualmente que os poderes públicos não abusem, monopolizando-os em seu benefício, dos consideráveis meios modernos de análise e de informação. Se isso acontecesse, que peso teriam, com efeito, os administradores ou seus representantes, diante de um governo ou de uma administração que estariam dotados dos computadores mais poderosos e dos informadores mais experimentados? Será, pois, necessário que a superioridade incontestável, aliás tradicional, de que gozam atualmente, em todos os países, os representantes do governo e da administração em seu constante diálogo com "o país", não o transforme rapidamente em monólogo puro e simples daquele que sabe tudo, contra o qual o administrado nada poderia e em verdadeira tecnocracia arbitrária, absoluta e sem apelação. Este é um problema bastante grave e que merece nossa reflexão, para que as soluções adequadas lhe possam ser aplicadas. A procura destas deve inspirar-se em certo número de princípios, como, por exemplo, pôr-se à disposição do Parlamento os meios de informação necessários, o direito de certas entidades, como as coletividades locais, de não serem tributárias dos poderes públicos, mas de possuírem seus próprios centros de proces-

samento de dados e a possibilidade para os próprios cidadãos de controlar — e, sendo o caso, de pôr em discussão as decisões individuais que lhes concernirem...

Uma vez pôsto esse problema de base, é incontestável que a utilização do computador e a generalização da informática representam, no plano nacional, uma chance inestimável de aumentar, em proporções difíceis de calcular, a produtividade de todo um país e de melhorar o rendimento de sua administração. Mas a introdução de tais técnicas torna absolutamente necessária a adaptação e, portanto, a profunda modificação dessa administração, cuja finalidade, política e objetivos já não são mais, certamente, os da era napoleônica, nem mesmo os da III e da IV República, merecendo por isso ser seriamente repensados, tanto quanto, aliás, suas estruturas. Conviria, em particular, cuidar-se para que não venham a ser acrescentadas nessas estruturas células novas destinadas a tratar a informática segundo os métodos modernos, enquanto os serviços tradicionais continuariam em suas antigas rotinas. Teria de evitar-se que diferentes serviços e diretorias reivindicassem dentro de ministérios mais ou menos divididos em compartimentos, um superequipamento em computadores e técnicos em informática, que levaria muito depressa a despesas excessivas, a dúplos empregos lamentáveis, a uma complicação de circuitos e de procedimentos administrativos de que a centralização não seria, sem dúvida, estranha. O objetivo deveria ser, ao contrário, buscar-se

uma melhor coordenação entre os serviços e os ministérios, especialmente pela criação de centros comuns de processamento da informação, descentralizados e tão pouco numerosos quanto possível. Deveriam eles permitir que se melhorasse o rendimento da administração, graças especialmente a uma economia substancial de tempo, a uma apreciação mais ampla e a um estudo muito mais aprofundado dos problemas surgidos, a um rigor crescente na pesquisa das soluções. Mas uma mudança tal não se poderá fazer sem que seja modificada e melhorada a formação dos homens que hão de ser chamados para o trabalho da administração, entre os quais haverá de figurar um número crescente de técnicos em informática, de blusa branca.

Sem que sua enumeração seja limitativa, numerosos são, com efeito, os domínios do setor públicos em que a introdução da informática será de natureza a gerar mudanças consideráveis e a revolucionar os hábitos e as rotinas tradicionais.

Ao nível do Estado, foi, de entrada, no domínio das Forças Armadas que as primeiras experiências foram feitas e levadas a cabo. Sem voltarmos às primeiras aplicações práticas realizadas durante a segunda guerra mundial, que recorria às técnicas da "pesquisa operacional", basta lembrar o que foi a verdadeira revolução ocasionada, depois de 1960, pelo novo Secretário de Estado para a Defesa americana, Mac Namara, na gestão de seu departamento. A adaptação dos métodos seguidos, com o êxito conhecido, na indústria dos automóveis, condu-

ziu Mac Namara, uma vez definidas as funções de seu ministério (proteção das populações e do território nacional contra qualquer ação ofensiva adversa, determinação da capacidade nacional de destruição em armas tanto atômicas, quanto convencionais), a fixar as políticas e os objetivos destinados às forças armadas dos Estados Unidos. Foi em função de umas e outras que foram determinados os meios a pôr em ação — isto é, os modelos e os sistemas de armas e equipamentos — as estruturas de organização e de comando que punham especialmente em discussão a divisão existente entre as três forças de terra, mar e ar. No mesmo espírito foi examinado um certo número de estratégias — "totais" ou "parciais" — destinadas a serem usadas, segundo o caso, para fazer frente às diferentes categorias de conflitos suscetíveis de surgir.

Em França, uma operação do mesmo tipo foi engrenada, alguns anos mais tarde, no Ministério das Forças Armadas com uma equipe de engenheiros militares treinados em análise econômica, reagrupados no seio do Centro de Prospectiva e de Avaliação. É certo que, tanto de um lado do Atlântico quanto do outro, o orçamento das Forças Armadas, por sua autonomia e seu volume, pela natureza dos objetivos de defesa e segurança, pela estrutura funcional e hierarquizada de seus recursos e pela avaliação e comparação dos sistemas que permite, presta-se particularmente bem à análise e à programação. Acontece o mesmo com os programas científicos, que põem

em jôgo recursos consideráveis, como por exemplo os programas espaciais soviéticos e americanos. É interessante notar a êste respeito, para mostrar até que ponto a evolução é rápida e irreversível, que nos Estados Unidos o Pentágono, a Nasa e a Comissão de Energia Atômica decidiram recentemente confiar seu patrimônio de software a um único organismo de gestão, dependente da Universidade de Georgia, o Cosmic (Computer Software Management and Information Center). Êste só tem por objeto garantir a difusão dos programas entre os organismos públicos (de ensino, de saúde ou das diferentes administrações) e privados (as empresas importantes), apenas ao custo da reprodução e da distribuição, permitindo-lhes dêsse modo dispor, em condições extraordinariamente privilegiadas, de instrumentos de trabalho de valor muito grande...

Os novos métodos inaugurados por Mac Namara no Pentágono produziram maravilhas no plano das decisões de gestão e de organização, mas, uma vez feita a opção de engajar-se no Vietnam — decisão que por si não cabia ao domínio dos computadores, porém exclusivamente ao da política — foram elas impotentes para alcançar um êxito militar no Vietnam, o que bem prova — traço sob outros aspectos reconfortante — que, malgrado o imenso poder da máquina, a última palavra pertence, em definitivo, aos homens. Também foram elas, desde 1965, estendidas pelo Presidente Johnson ao conjunto da administração america-

na para o que se refere, em particular, à preparação do orçamento. Assim é que nasceu o famoso Planning and Programming System — o PPBS — que fêz escola desde então, especialmente em França, sob o vocábulo desta vez afrancesado de Racionalização das Opções Orcamentárias — a não menos célebre RCB, de que muito se fala atualmente. Dora-vante, são as funções e as finalidades do governo e de suas diferentes ramificações, e não mais as bases tradicionais das despesas — os ministérios e seus serviços, correspondentes a capítulos e artigos — que são levadas em consideração. A elaboração de cada orçamento anual não consiste mais em juntar aos "serviços votados" que representam as despesas precedentes, os créditos novos que se crêem necessários. É analisada, muito ao contrário, mediante uma revisão total dos "serviços votados" e consiste em estabelecer, graças a simulações feitas nos computadores, o máximo de políticas distintas e alternativas, entre as quais se deverá fazer a escolha, segundo uma comparação do custo e dos efeitos respectivos. Uma reflexão constante sôbre atividades e objetivos conduz assim a uma investigação sôbre as missões que convém confiar antes a um ministério, que a outro (construir mais auto-estradas, por exemplo, a fim de ter menos hospitais a manter e menos despesas médicas a pagar, por causa da notável diminuição de acidentes, que é de esperar).

A amplitude das tarefas é, todavia, tal, que necessariamente só se deve proceder por etapas. Por

isso é que, embora a decisão de engrenar as operações da RCB tenha sido tomada na França há mais de um ano, em março de 1968, apenas recentemente se haja decidido o lançamento de certo número de estudos-piloto. Entre êstes deveriam principalmente figurar diversos inquéritos sobre o rastreamento, a prevenção e o tratamento de doenças, bem como sobre a eficácia da ação do Estado quanto à formação profissional e à reclassificação dos trabalhadores, no campo do Ministério dos Negócios Sociais; as grandes opções de uma política de telecomunicações, no setor do Ministério de Correios e Telecomunicações; o financiamento a longo prazo da energia, no âmbito do Ministério da Indústria; o estabelecimento de uma política florestal, no plano do Ministério da Agricultura; o estudo dos atos a praticar a fim de reduzir as consequências dos acidentes de estrada e a racionalização das intervenções públicas concernentes ao aparelhamento do centro das cidades, no Ministério do Equipamento.

Para retomar êsse tema do aparelhamento urbano, que é um dos que mais preocupam em nosso tempo, a informática nos faz entrever a possibilidade de um "urbanismo científico", graças à constituição de "bancos de dados" urbanos. Que é, com efeito, uma cidade senão o resultado da atividade de um número muito grande de células específicas, como as empresas, os lares, as repartições, os consumidores, os sindicatos, que intervêm simultaneamente? Ora, o urbanismo tem

por objeto recolher, tanto quanto possível, o conjunto desses dados e de os analisar, a fim de intervir para tentar corrigir seus defeitos e para favorecer seu florescimento. Os recursos a empregar são múltiplos. Podem ser de ordem física as reservas florestais, por exemplo, técnica — os elementos estruturais, como auto-estradas, adução de água, estação de tratamentos destas, aquecimento... ou propriamente financeira — as obrigações orçamentárias... Dada a extrema complexidade que surge quando se quer estabelecer modelos de desenvolvimento urbano, serão, ainda em nossos dias, os artistas e os poetas — e não o cientista puro — que possuirão a melhor "visão urbanística" do que se deva fazer. Não se poderia tratar de suprimir êsse livre arbítrio do homem, ao qual compete em definitivo resolver em última instância, partindo de elementos de caráter subjetivo. Porém essa decisão seria consideravelmente facilitada e aperfeiçoada, se o homem possuísse, antes de tomá-la, todos os elementos capazes de interferir em tal decisão. Ora, a memória do computador pode pôr a sua disposição a qualquer momento "dados" tão importantes, quanto o número, a estrutura e as condições de evolução de uma população urbana, as entregas de licença para construir, a relação das redes de água, de eletricidade, de gás, de telefone... a relação dos proprietários e o cadastro das propriedades, a instalação dos principais estabelecimentos públicos ou industriais, o resultado dos diversos inquéritos de urba-

nismo, de circulação de alojamento... São dados, cuja utilização científica deveria permitir que se racionalizassem as deliberações do urbanismo. Contudo — a despeito dos estudos atualmente empreendidos nos Estados Unidos para objetivar, graças ao computador, critérios propriamente artísticos e para os “traduzir” nos programas, parece indispensável que devam continuar, em todos os casos, apanágio exclusivo dos homens. O maior obstáculo, é, com efeito, que um funcionalismo e um cientificismo exclusivos sejam levados à criação de monstros urbanos do tipo de Alphaville, que não estaria à medida do homem e de que seriam eliminados, como no universo da Playtime, caricaturado por Jacques Tati, a animação e a alma indispensáveis, sem as quais o homem não experimentaria mais nenhum prazer em habitar tais universos que, como tais, o tornariam esquivo.

O fato é que a introdução da informática no plano das cidades e, de maneira mais geral, das coletividades locais — as comunas e os departamentos de hoje, talvez as regiões de amanhã — será de natureza a transformar muito profundamente, também aí, as condições da gestão local. O computador torna, com efeito, possível não só a automação de todas as tarefas iterativas tradicionais, confiadas aos diferentes serviços municipais mais ou menos preparados para isso (serviços financeiros, dos logradouros públicos, do cadastro imobiliário, do registro civil, da assistência social, da higiene, do ensino, de água, de alojamento,

de eleições...), como também a execução de novos trabalhos de que somente a técnica de utilização e a potência da máquina são capazes. Entre estes, e a título puramente indicativo, podemos citar os estudos financeiros previsionais a prazo mais ou menos longo (fazendo-se intervir a simulação, conforme se encarem diferentes hipóteses de evolução dos gastos com investimento, com funcionamento e com pessoal), estudos de circulação e de seu controle, pondo em jogo a escolha de itinerários de partida em função da hora e taxas de engarrafamento, e a otimização das luzes sinalização, como se dá em Los Angeles, Toronto ou San José; cálculos técnicos, tanto sobre obras de arte, quanto sobre redes de distribuição de água, de eletricidade, de coleta de lixo...

Estes poucos exemplos bastam para mostrar que tal maneira nova de conceber e de executar as tarefas da administração comunal é, sob muitos aspectos, revolucionária. Estamos na aurora de uma era que o secretário da prefeitura com mangas de alpaca, tantas vezes caricaturizado, será substituído, à medida em que forem sendo formados, por sólidos informáticos, que terão por utensílio essencial de trabalho computadores e não mais somente a venerável lei municipal de 1884. Essa nova era, pelo menos em França, está apenas no início, tais são as dificuldades levantadas para a constituição dos “bancos de dados” gerais, partindo de fichários pouco numerosos e, se possível, únicos. A fim de ultimar a informação no nível das

comunas, o primeiro objetivo será apreender todo fato elementar — como um nascimento —, introduzi-lo em um computador e inscrevê-lo em sua memória, a qual constituirá um “fichário”. Porém multiplicar o número dos fichários — registro civil, vacinação, escolar... sobrecarregaria muito a uma gestão e multiplicaria os riscos de erro, pelo fato do mesmo fato elementar ser introduzido e processado várias vezes. E, assim, o segundo objetivo consistiria em elaborar um sistema de gestão integrada que, no caso acima citado, conduziria a estabelecer-se um só fichário da população, dando todos os elementos necessários sobre estado civil, vacinação, escolaridade...

Não se trata de vagas especulações teóricas. Na Grã-Bretanha, por exemplo, bom número de pequenas e médias coletividades participam do funcionamento de conjuntos eletrônicos de burgos e condados, instalados graças à contribuição do Centro de Norwich, que já está velho, mais de doze anos, do National Computing Center e do Local Government Operational Research Center Unit. Na Dinamarca igualmente, a quase totalidade das comunas se acham agrupadas no concernente ao processamento da informática em cinco centros intercomunais, cada um dos quais possui população de 400.000 a 1.500.000 pessoas. Na França, enfim, são numerosos os projetos em curso e diversas pesquisas estão sendo ativamente realizadas em diferentes cidades importantes. Primeiras realizações já foram mesmo obtidas como, por

exemplo, a localização recente em Montpellier de uma gestão integrada relacionada com a contabilidade patrimonial...

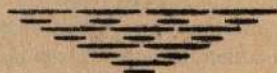
No plano político, como no plano filosófico, a consecução de tais objetivos não deixa de levantar sérios problemas, que se referem tanto à liberdade dos indivíduos, quanto à autonomia das coletividades locais, sobretudo em um país marcado, como o nosso, pelo jacobinismo centralizador da Revolução e do Império. Diante da amplidão considerável dos recursos a serem empregados, as comunas não têm, de fato, outra escolha senão a de deixar ao Estado estender progressivamente uma rede nacional de centros de processamento, aos quais elas terão de dirigir-se, ou agrupar-se para constituírem elas mesmas, com o mínimo de ajuda, seus próprios centros departamentais ou regionais. Sem excluir, evidentemente, a primeira fórmula, pois será, sem dúvida, realizada em parte, mesmo que seja apenas para atender às necessidades dos serviços externos dos ministérios é de esperar-se que a segunda o seja também, paralelamente. Deveria esta permitir às coletividades locais conservarem, talvez mesmo consolidar, sua autonomia diante do Estado, embora procedendo a um reagrupamento absolutamente indispensável, visto o porte médio de umas 33.000 comunas francesas não lhes permitir terem uma existência normal e garantida em nosso mundo atual.

A breve análise que precede teve por fim mostrar a que ponto a utilização dessa nova técnica

que é a informática, tornada possível pelo progresso constante dos computadores, irá nos próximos anos causar uma reviravolta em todos os domínios de nossa vida. Pois é a uma verdadeira revolução nos métodos de pensar e nos modos de agir que estamos assistindo. Na era concorrencial que caracteriza nossa sociedade de consumo, a própria França, com um atraso inegável face aos Estados Unidos, já se acha em mudança. Esta é sensível no "setor privado", ao nível das empresas — pelo menos as mais importantes, não sendo ainda sensível na maioria das "pequenas e médias" empresas, que continuam a ser as mais numerosas. O "setor público" também começa suas mudanças, tanto no escalão central — com a RCB —, quanto ao nível dos serviços exteriores, alguns dos quais se fazem dotar de centros de processamento da informática, como por exemplo os Centros de Estudos Técnicos do Equipamento (CETE). As coletividades locais igualmente, pe-

lo menos as mais dinâmicas dentre elas, preocupam-se com este problema e procuram soluções que lhes sejam adaptáveis.

Até o domínio da política assistiu, muito recentemente em França, à intrusão do computador, por ocasião das últimas consultas eleitorais. Sem dúvida, a França se encontra, a este respeito, ainda longe de assistir a uma campanha presidencial do tipo da John Kennedy. Desde 1960, o futuro presidente vinha, como verdadeiro pioneiro, utilizando o computador e um modelo do eleitorado americano sobre os quais podia testar, por simulação, as reações às suas diferentes tomadas de posição. A França de 1969 só recorreu aos computadores e às software para as sondagens e cálculo do eleitorado indeciso; os computadores, embora modificando profundamente a fisionomia do escrutínio, nem por isso deixaram de ceder o primeiro lugar ao homem. Ojalá seja sempre assim, no futuro, em todos os domínios em que se recorra à informática e ao conjunto de suas técnicas.



A INFORMAÇÃO PÚBLICA NA ESTRATÉGIA (*)

Brigadeiro
JOAQUIM FRANCO PINHEIRO

"Revista Militar" de Portugal — Jan 70

A tradição desta antiga e prestigiosa "Revista Militar" impõe que, nas sessões em que são apresentados novos sócios efetivos, um dêles use da palavra para proferir uma comunicação sôbre assunto de sua escolha. Cabe-me neste momento essa honra, e não deixarei de aproveitar a oportunidade para cumprir dois deveres que me são extraordinariamente gratos: o primeiro, apresentar a V. Ex.^a, Senhor Presidente da República, os meus mais respeitosos cumprimentos e homenagens; o segundo, agradecer à Direção da Revista a subida honra que me conferiu, ao designar-me seu sócio efetivo.

Em termos tão desvanecedores quanto desproporcionados aos meus reais méritos, quis o ilustre Presidente da Direção, Senhor General Câmara Pina, meu antigo e estimado Professor, dar-me notícia do meu ingresso nos quadros da "Revista Militar". Recordando as honrosas tradições da Revista, revendo a indesmentida dignidade e o valor da sua obra de 121 anos, já completados, e meditando nas altas virtudes e qualidades dos ilustres oficiais com quem agora vou emparceirar, sinto bem o pêso das responsabilidades que esta designação acarreta. Tudo farei para ser digno dela.

INTRÓITO

A "Revista Militar" é um respeitado órgão de informação pública. Não obstante o seu caráter especializado de revista de cultura militar, ela tem desempenhado, no decurso da sua longa e fecunda atividade, um papel altamente esclarecedor, no domínio da opinião pública portuguesa, não só porque se dirige especialmente a um escol — os oficiais das Forças Armadas — cujos juízos sempre tiveram grande influência na sociedade do seu tempo, mas ainda porque, mantendo amigáveis e corretas relações com os demais órgãos da informação, estes se fazem freqüentemente eco dos seus escritos mais esclarecedores e de interesse geral.

(*) Comunicação proferida na Sessão Comemorativa do 121.º Aniversário da "Revista Militar" em 15-12-969.

Associando estas considerações ao fato de, há alguns anos, eu dedicar à Estratégia boa parte das minhas atividades, as quais me permitiram concluir que, hoje mais do que nunca, a consecução de qualquer estratégia exige o concurso de uma opinião pública perfeitamente esclarecida, pareceu-me útil e adequado subordinar esta comunicação ao tema "A INFORMAÇÃO PÚBLICA NA ESTRATÉGIA". É o que vou tentar fazer, devendo desde já esclarecer que votarei atenção especial à informação pública ao serviço da estratégia da guerra subversiva.

CONCEITO ATUAL DE ESTRATÉGIA

Está distante o tempo em que os conflitos entre Estados, ou no interior deles, revestiam quase exclusivamente o aspecto de luta violenta, aberta, sangrenta entre Forças Armadas. Era o tempo em que Estratégia se podia definir como "ciência e arte do emprego das Forças Armadas" e o seu estudo e a aplicação eram tarefas de comandante-chefe. Neste antigo conceito, a guerra dizia especificamente respeito aos militares. As populações, ignorando tudo do conceito das operações e, por vezes, até da sua finalidade, limitavam-se a fornecer a massa humana e a produzir o material, necessários à condução da guerra. Alguns comunicados, dando conta da marcha vitoriosa das operações, bastavam para garantir um estado psicológico favorável à solidez das retaguardas, permitindo ao estratega continuar a ação.

Atualmente, porém, na guerra recorre-se a tôdas as possíveis formas de coação, e nem sempre é a forma militar aquela que reveste maior importância. Ora, numa guerra em que, além dos meios militares, vão ser empregadas coações psicológicas, diplomáticas, econômicas e políticas, compreende-se bem que a Estratégia não seja exclusivamente ciência e arte do emprego das Forças Armadas. Ela é, pelo contrário, ciência e arte de emprego de todos os meios coercivos de que o Estado possa lançar mão, é conseqüentemente do domínio de tôdas as atividades da Nação, o que significa que, no seu conjunto, é total e respeita a toda a população do Estado em guerra.

INFORMAÇÃO PÚBLICA E ESTRATÉGICA

Só uma opinião perfeitamente esclarecida pode garantir ao Estado o concurso eficaz de tôdas as atividades da Nação, pois só assim tais atividades poderão integrar-se, consciente e proveitosamente, no pensamento estratégico dos responsáveis. E isto é tanto mais verdade quanto é certo que vivemos a época em que a coação psicológica desempenha papel relevante, designadamente na guerra subversiva. Só uma comunidade perfeitamente esclarecida resistirá a tal coação.

O esclarecimento da opinião é tarefa da Informação Pública, a realizar pelos seus órgãos — designadamente Imprensa, Rádio e Televisão. Competirá à direção das estratégias, nos diferentes ramos e ao

longo dos vários níveis, assegurar-se da valiosa colaboração dos órgãos da informação pública.

E o que será uma Informação Pública ao serviço da Estratégia?

Em primeiro lugar, os responsáveis deverão deixar bem claro que informação pública e propaganda são aspectos completamente distintos de uma ação psicológica. Enquanto a propaganda tenta retirar aos indivíduos a capacidade de raciocinar, para desta forma lhes impor idéias e doutrinas, a informação, pelo contrário deixará a todos a capacidade de pensar, será verdadeira e objetiva, chamando a atenção para os pontos fundamentais das questões que esclarecem a opinião pública. Se algum artifício se pede aos órgãos de informação — se é que artifício se lhe pode chamar — é que a informação seja atraente e adaptada à mentalidade e à cultura do meio humano visado.

A Informação Pública servirá eficazmente a Estratégia na medida em que:

- Divulgue os aspectos fundamentais da doutrina, que, não sendo confidenciais, ajudem a população a compreender, sentir e viver a situação de guerra;
- Dê à população armas psicológicas para se defender da propaganda do adversário;
- Leve a população a compreender os objetivos e as técnicas do adversário.

Desta forma, uma informação eficaz será, não só instrumento de adesão da opinião pública, como ainda a forma eficiente de neutralizar a angústia ou o medo que se apoderam das populações tocadas pela guerra, visto que angústia e medo são o preço da ignorância dos problemas em que se arriscam vidas e haveres.

ALGUNS ASPECTOS DA INFORMAÇÃO EM GUERRA SUBVERSIVA

A guerra subversiva, jogando fundamentalmente com fatores psicológicos, é exemplo flagrante de uma estratégia em que notícias e comunicações são insuficientes para manter a integridade de uma opinião pública esclarecida.

Na impossibilidade de, neste momento, tentar esboçar todo um programa de informação pública em guerra subversiva, limitar-me-ei a alguns aspectos que reputo de grande interesse:

a) Ao contrário do que muitos pensam, a subversão usa uma estratégia bem definida, em que não há lugar para a improvisação. As guerras subversivas modernas travam-se em obediência a um modelo estratégico relativamente fácil de precisar.

As características da estratégia da subversão, uma vez divulgadas por uma eficiente informação, podem contribuir para esclarecer a opinião sobre aspectos em que, freqüentemente, se manifesta a sua estranheza. Senão vejamos:

A característica fundamental da subversão é a sua fraqueza militar. Por isso, ela, embora não renuncie em absoluto à luta armada — e fá-lo recorrendo ao terrorismo e à guerrilha — evita o encontro militar decisivo, e vai procurar a decisão no emprêgo de outras formas de coação (psicológicas, diplomáticas, de política interna e econômicas) e na duração da guerra. Prática, em resumo, uma estratégia total e indireta.

Se as forças militares do Estado atacado, precisamente porque são fortes, buscam a todo o transe o encontro militar decisivo para obter o sucesso, arriscam-se a desgastar-se improficuamente, pois os elementos armados da subversão se furtam sistematicamente a êsse encontro. Por isso a contra-subversão só pode ter sucesso se empregar igualmente uma estratégia total e indireta, isto é, recorrendo a todas as formas coercíveis, sem esperar que a vitória resulte de um encontro militar decisivo. E, se a estratégia que importa à contra-subversão é indireta, isto é, não pode visar o rápido esmagamento do adversário, a guerra é forçosamente longa.

Estes pontos de doutrina são de importância fundamental numa informação pública eficiente, já que fazem compreender que:

- 1.º — Nenhum departamento do Estado, nem qualquer atividade da Nação podem alhear-se de uma estratégia contra-subversiva, que, como dissemos, é total;
- 2.º — O potencial militar do Estado, normalmente muito superior ao da subversão, é um elemento favorável à contra-subversão, mas não pode geralmente, só por si, conseguir a vitória;
- 3.º — A grande duração da guerra é um condicionamento da estratégia indireta, não significando, por consequência, impotência do Estado perante a subversão.

b) Outro ponto de doutrina, de divulgação necessária para completo esclarecimento da opinião, é o problema das negociações com a subversão.

Tais negociações só são possíveis numa posição de força, que tenha conduzido a subversão a manifestar o desejo de capitular. Em qualquer outra circunstância, doutrina e experiência demonstram que as negociações favorecem o aumento do potencial subversivo, agravando o problema que pretendiam solucionar. Com efeito, entre os vários objetivos visados pela subversão contam-se os seguintes:

- 1.º — Obter, interna e externamente, o reconhecimento da legitimidade de chefes impostos pelo terrorismo;

- 2.º — Provar que a subversão é fundamentada e justa e demonstrar que a autoridade do Estado visado é iníqua e injusta;
- 3.º — Subverter os meios de luta da contra-subversão.

Ora, mesmo que existisse um único movimento subversivo no território visado — o que geralmente se não dá, havendo quase sempre movimentos rivais — a negociação só serviria para tornar a subversão mais virulenta, na medida em que lhe forneceria o trunfo de ver os chefes legitimados pela autoridade do Estado, daria às populações indício de que eram reconhecidos à subversão fundamento, razão e justiça, e faria nascer nos meios da contra-subversão a descrença sôbre a vantagem e a oportunidade de prosseguirem a luta. Naturalmente, a subversão, animada e fortalecida com a oferta de tais trunfos, arrastaria indefinidamente as negociações e só desarmaria quando atingisse o seu objetivo final: obrigar o Estado visado a capitular sem condições, apoderar-se do Poder e impor a "nova ordem". Creio desnecessário citar exemplos vividos, que fundamentam, na prática, a doutrina exposta.

CONCLUSÃO

Julgo que, embora tendo apenas aflorado o assunto nesta comunicação, chamei a atenção para o seu real interesse prático. Creio, também, ser um tema particularmente complexo, na medida em que nêle se conjugam, somando-se, as dificuldades e subtilezas de duas matérias singularmente delicadas: informação pública e estratégia. Não me restam conseqüentemente ilusões acêrca das deficiências com que o encarei, ficando-me entretanto a esperança de não ter roubado inútilmente tempo à ilustre assistência, a quem agradeço, muito reconhecido, a atenção que me dispensou.



MÉTODOS DE PROGRAMAÇÃO E CONTRÔLE — PERT/CPM

TERCEIRA LIÇÃO

11 — PERT — Tempo

Os fundamentos desta técnica são os mesmos já descritos nos parágrafos anteriores. Sua característica principal é considerar os 3 tempos de duração, já definidos em 6.3, e, a partir daí, introduzir o cálculo das probabilidades a fim de levar em conta as variações nas durações das atividades.

Quando se conhece a função de distribuição dos tempos de duração das atividades, pode-se calcular uma *duração média ou esperada* (expectância da função ou esperança matemática) e a *variância* da distribuição; estes dois parâmetros são suficientes para os cálculos que pretendemos fazer. Na prática não se conhece a função real de distribuição dos tempos de duração das atividades e o que se faz é utilizar a chamada *função beta* (que pode ser assimétrica à esquerda ou à direita) e a partir desta função calcular a duração média e a variância da distribuição (ver fig. 1 do anexo n.º 10).

Pert-Tempo é aplicado quando o tempo é uma variável muito importante do nosso plano de trabalho.

11.1 — *Teorema do Limite Central* — Quando o número de atividades de um caminho da rede é grande, pode-se admitir que a *duração total* destas atividades siga uma *lei normal* de densidade de probabilidade. Dêsse modo, a distribuição final pode ser considerada simétrica (média e meda coincidentes) e seguindo a lei normal de densidade de probabilidades (ver fig. 2 do anexo n.º 10); a média é a soma das médias das atividades e a variância é a soma das variâncias das atividades.

11.2 — *Cálculo da probabilidade de realizar eventos dentro de prazos preestabelecidos*. Veja o exemplo mostrado no anexo n.º 11.

A mesma marcha de cálculo pode ser utilizada para o nó final ou para nós intermediários.

Primeiro calculamos o fator de probabilidade Z e depois, com auxílio da tabela do anexo n.º 12 (relativa à função de distribuição normal) determinamos a probabilidade.

O valor do Z é dado pela divisão do $T - T_c$ relativo ao evento pela raiz quadrada da soma das variâncias das atividades que foram diretamente utilizadas para obter o valor T_c do evento.

T representa o prazo preestabelecido para conclusão do evento.

O valor de Z pode ser positivo, negativo ou nulo e seu sinal é dado pela diferença $T - T_c$.

NOTA: Observe de que modo a probabilidade varia em função do valor de Z .

12 — PERT — Custo

Esta variante do Pert pode ser considerada como um orçamento dinâmico da operação e consiste, em última análise, na incorporação do atributo *custo* às atividades da nossa rede PERT. Assim, o custo passa a ser examinado juntamente com a variável tempo, geralmente considerada apenas de modo bastante limitado no caso de orçamento estático usual.

Examinemos algumas modalidades interessantes de PERT-CUSTO.

a) *Cronograma de despesas e custo total da operação* — Estimando-se para cada atividade da rede o gasto com materiais, mão-de-obra etc... ligados à sua duração, temos, para cada atividade, uma estimativa de custo. A soma dos dispêndios ligados às atividades, indicará o custo total da operação. Além disso, podemos fazer, com a necessária antecedência, um cronograma dos diversos dispêndios a serem feitos. A análise deste cronograma nos permite prever "peaks" inconvenientes ou mesmo insuportáveis, na distribuição dos dispêndios ao longo do tempo, face a limitações porventura existentes na disponibilidade dos recursos exigidos. Assim, pode-se examinar as despesas a serem feitas. A necessidade de contratar ou dispensar mão-de-obra, etc...

Há ocasiões em que devemos rever a nossa rede PERT a fim de procurarmos a solução (plano de trabalho) que melhor atenda às peculiaridades do nosso problema.

b) *Gasto adicional mínimo para antecipar o término da operação*. Neste caso, determinam-se os custos para executar as atividades em tempo normal e em tempo reduzido (com emprêgo de todos os recursos disponíveis) e depois reduz-se de uma unidade a duração da atividade que estiver no caminho crítico e cuja redução corresponda ao menor acréscimo de custo. Vários casos interessantes podem ocorrer (existência de mais de um caminho crítico, por exemplo) até que se atinja ao prazo mínimo para executar a operação. Os dois exemplos apresentados (ver 1.º exemplo no anexo 13) esclarecerão perfeitamente como devemos proceder e a que tipos de conclusões podemos chegar.

c) *Otimização do custo total da operação* — Consideremos o caso de existirem multas e/ou prêmios contratuais referentes, respectivamente,

ao atraso ou antecipação do término da operação na data prevista no contrato. Pode-se, neste caso, combinar com as multas e/ou prêmios, cada um dos orçamentos correspondentes às diversas datas possíveis de acabamento da operação e selecionar entre as combinações feitas, a que corresponda ao custo total mínimo. É possível que, em certos casos, a solução mais indicada seja deixar atrasar o término da operação, mesmo que isto nos leve a pagar multas, pois que as despesas necessárias para acelerar a operação e finalizá-la na data programada podem ser superiores às multas correspondentes ao atraso previsto para o término da operação.

O gráfico apresentado no anexo 14 retrata exatamente o que acabamos de mencionar.

13 — Tempo x Custo x Risco

Vejamos agora um processo de utilização do PERT-CUSTO para desenvolver diferentes alternativas de planejamento de uma operação, envolvendo tempo para execução, custo e risco.

Geralmente, em coletas de preço e concorrências públicas solicita-se, para serviços a serem realizados sob regime de empreitada total, o preço global para realizar os serviços dentro de um prazo preestabelecido. As vezes as firmas interessadas apresentam alternativas técnicas para execução dos serviços, mas raramente examinam o problema sob os seguintes aspectos:

- 1.º) de quanto tempo é possível antecipar a prontificação dos serviços propostos e a que custo poderia isto ser feito.
- 2.º) de quanto seria reduzido o preço global dos serviços se fôsse permitida determinada dilatação de prazo para sua prontificação.

Em considerando também estes dois aspectos, o executante dos serviços poderia estabelecer três planos de trabalho:

- 1.º) o *plano mais eficiente* — que atendesse completamente às especificações técnicas dos serviços através da utilização, a mais eficiente possível, dos recursos normalmente disponíveis: este seria o plano adotado pelo executante se nenhuma imposição lhe fôsse feita quanto a prazo de execução. Provavelmente, este seria o plano envolvendo menor quantidade de risco, tecnicamente falando.
- 2.º) o *plano preestabelecido* — que atendesse às especificações técnicas e ao prazo preestabelecido por quem encomendou os serviços. Em geral, o risco, neste caso, seria maior que aquele do plano anterior.
- 3.º) o *plano de emergência* — que, embora visando atender aos requisitos técnicos exigidos, previsse a execução dos serviços num

prazo julgado o menor possível. Este plano envolveria, certamente, maior risco que os dois primeiros.

A seleção do *melhor plano* dependeria da importância relativa do custo x tempo x risco referente a cada um dos planejamentos feitos (veja o anexo n.º 15).

Convém observar que o que acabamos de apresentar não é uma técnica de otimização da relação tempo/custo; o que se fez foi preparar 3 combinações de tempo x custo x risco dentro de uma infinidade possível de alternativas. Pode-se fazer algo parecido, por exemplo, quando formos levados a pensar em prolongar ou encurtar o prazo para o término de uma importante operação.

14 — Considerações Finais

As vantagens do PERT são agora mais evidentes: obriga a uma análise prévia da operação; fixa responsabilidades, relacionando-as a cada etapa da operação; presta-se à automatização, que pode proporcionar rapidez, flexibilidade e precisão; permite fácil avaliação de alternativas de planejamento e detecção prévia de áreas de dificuldade, facilitando, pois, a tomada de ações corretivas; apresenta inúmeras variantes e seu campo de aplicação é de enorme amplitude; facilita o controle, pois este é, geralmente, feito sobre etapas bem definidas e de durações limitadas; pode, enfim, beneficiar enormemente a quantos o utilizarem como instrumento de planejamento, programação e controle, pois prevê o administrador com informações que lhe permitem tomar decisões mais rápidas e lógicas.

Temos, portanto, com o PERT, uma nova ferramenta a nossa disposição, um novo instrumento de enorme potencial. Podemos usufruir suas vantagens se soubermos utilizá-lo com inteligência e oportunidade.

Há no Brasil, com a crescente valorização das técnicas racionais de administração, enorme campo aberto para aplicação do PERT. Administrar com base em decisões empíricas, pelo sistema de tentativas ou pelo chamado "bom senso", é reconhecidamente algo há muito superado.

As técnicas desenvolvidas no início do século, os trabalhos de Gantt e Taylor (úteis em problemas de produção industrial) não se mostram satisfatórias em projetos complexos, comuns nos dias de hoje, envolvendo grande número de atividades interdependentes e ligadas a problemas de prazos, incertezas e custos.

Durante a II Guerra Mundial equipes de especialistas dedicaram-se à solução de problemas tais como: disposição de comboios e minas, organização de ataques aéreos, aumento da eficiência nos ataques contra submarinos, etc... Para solução destes problemas foram aplicados, em larga

escala, métodos de análise científica. No pós-guerra, estes métodos foram levados a novas áreas, sendo aplicados na organização e administração de empresas.

Na dinâmica empresarial encontramos de um lado o Complexo Financeiro e de outro o Complexo Mercado.

Da conjugação destes dois complexos, surgem decisões como buscar novas fontes de recursos, novos mercados, reduzir ou aumentar o ritmo de produção, filiar-se a um concorrente, etc.

Normalmente a decisão da cúpula administrativa da empresa envolve um programa sintetizado em:

- O que produzir
- Quanto produzir
- Quando produzir

O programa de produção gera outros problemas como projeto de produtos e meios de produção (equipamento ferramental, etc.), necessidade de mão-de-obra e materiais.

A necessidade de materiais envolverá a solução de problemas relacionados com estoques, compras e programas de recebimento.

As necessidades de mão-de-obra e equipamentos envolverá o conhecimento de capacidade produtiva e técnicas de programação.

Todo este complexo dinâmico deve funcionar na velocidade exigida pelas circunstâncias e corrigido sempre que identificado um fato novo ou falha.

Diariamente o empresário está ante problemas como, aumentar ou manter fixo o preço do produto, expandir ou não destinar maiores verbas para propaganda, diversificar linhas de produção, reduzir despesas reduzindo o efeito, mantendo fixo o salário médio ou aumentando a eficiência da operação industrial, etc.

Problemas como estes, que podem ser decisivos na vida de uma empresa, não devem — como ocorre inúmeras vezes — ser resolvidos com base no “bom senso” ou “experiência” dos dirigentes. Para resolver tais problemas é que foram sendo estabelecidos novos métodos e instrumentos científicos, ditos de Pesquisa Operacional, capazes de fornecer elementos quantitativos necessários à tomada racional de decisões: programação linear, teoria das filas, PERT, etc...

Ouçamos, agora, a opinião sobre o PERT de dois administradores brasileiros escolhidos a êsmo, entre inúmeros entusiastas do método.

Franco Giolli, diretor da CCBE (Cia. Construtora Brasileira de Estradas), onde o PERT há muito vem sendo utilizado com sucesso, nos diz: “no campo de atividades de nossa empresa, o PERT possibilita que ofereçamos prazos ótimos e — o que é importante — que sabemos cumprir. Atrasos

trazidos por imprevistos podem ser corrigidos e isto com rapidez, graças às indicações fornecidas pelo PERT de quais os recursos possíveis de remanejamento para acelerar o trabalho. Isto sempre a um custo mínimo, sem o que os orçamentos iniciais estourariam”.

Por outro lado, o Engenheiro João Camilo Penna, diretor da CEMIG, após enumerar as inúmeras vantagens do PERT, acrescenta: “é curioso que essa técnica não tenha sido estudada há mais tempo, tal a sua simplicidade lógica”.

A grande verdade é que PERT abriga, sob sua simplicidade, um eficiente instrumento de planejamento, programação e controle.

Ao término destas palestras sobre o PERT, os senhores estão de posse dos *conhecimentos básicos* necessários à aplicação desta técnica e à tomada de decisões administrativas corretas com base em um diagrama PERT.

Nossos votos são de que a passagem dos senhores por este Curso tenha sido, além de proveitosa, a mais agradável possível e que possam, brevemente, aplicar a técnica PERT com amplo sucesso, em suas áreas de trabalho.

Boa sorte!

PERT — TEMPO

$$t_e = \frac{a + 4m + b}{6}$$

TEMPO MÉDIO

a — tempo otimista
m — tempo mais provável
b — tempo pessimista

$$\sigma^2 = \left(\frac{b - a}{6} \right)^2$$

VARIANCIA

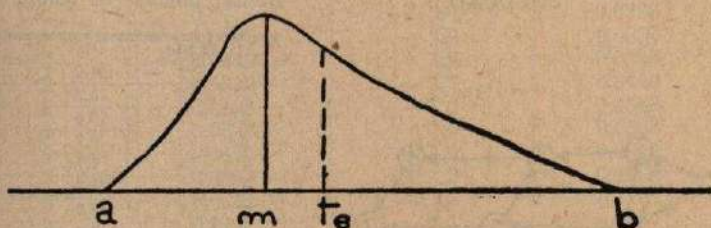
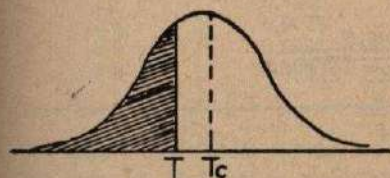
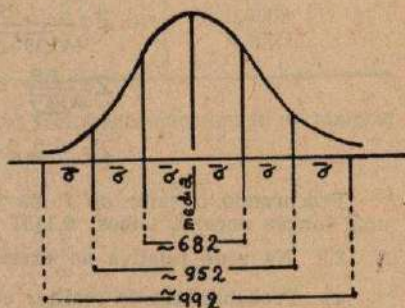


Fig. 1 — CURVA BETA — CÁLCULO DO TEMPO MÉDIO E DA VARIANCIA



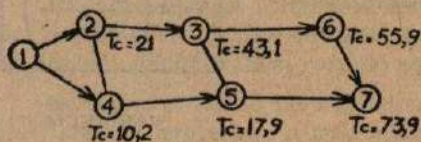
$$Z = \frac{T - T_c}{\sigma}$$

$$\sigma = \sqrt{\sum \sigma_{Tc}^2}$$

Fig. 2 — DISTRIBUIÇÃO DE T_c — CURVA NORMAL

PERT — TEMPO — EXERCÍCIOS

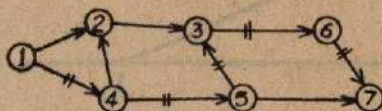
1.º) Calcule a probabilidade P de realizarmos o evento 6, na seguinte rede PERT, até a data programada $T = 53$ dias.



Atividade	a	m	b
1 2	5	12	17
1 4	8	10	13
4 2	9	11	12
2 3	2	7	10
4 5	5	8	9
5 3	21	25	30
6 7	14	18	22
5 7	6	9	12
3 6	8	13	17

SOLUÇÃO

NOTA: Unidade de tempo = dia.



NOTA: As setas assinalam o caminho crítico.

Atividade	te	σ^2
1 2	11,7	4,0
1 4	10,2	0,7
4 2	10,8	0,3
2 3	6,7	1,8
4 5	7,7	0,4
5 3	25,2	2,3
6 7	18,0	1,8
5 7	9,0	1,0
3 6	12,8	2,3

Substituindo na fórmula

$$Z = \frac{T - T_c}{\sqrt{\sum \sigma^2}}$$

$$Z = \frac{53 - 55,9}{\sqrt{0,7 + 0,4 + 2,3 + 2,3}}$$

$$Z = \frac{-2,9}{\sqrt{5,7}} = \frac{-2,9}{2,4}$$

$$Z = -1,2$$

Procurando o valor de P na tabela dos valores de distribuição de uma função normal, temos: $0,1151 \sim 0,12 \therefore P = 0,12$ ou 12%.

2.º Na rede relativa ao exercício anterior, calcule:

- a) Probabilidade de realizar o evento final 7 até a data programada $T = 71$ dias Resposta: $P = 14,5\%$.
- b) Idem, para $T = 76,6$ dias Resposta: $P = 84\%$.

ANEXO 12

Tábua dos Valores de uma Função
de Distribuição Normal

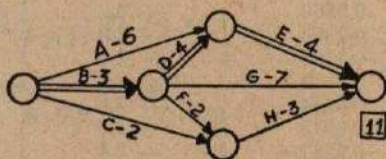
Z	O	Z	O
0,0	0,5000	— 3	0,0013
0,1	0,5398	— 2,9	0,0019
0,2	0,5793	— 2,8	0,0026
0,3	0,6179	— 2,7	0,0035
0,4	0,6554	— 2,6	0,0047
0,5	0,6915	— 2,5	0,0062
0,6	0,7257	— 2,4	0,0082
0,7	0,7580	— 2,3	0,0107
0,8	0,7881	— 2,2	0,0139
0,9	0,8159	— 2,1	0,0179
1,0	0,8413	— 2,0	0,0228
1,1	0,8643	— 1,9	0,0287
1,2	0,8849	— 1,8	0,0359
1,3	0,9032	— 1,7	0,0446
1,4	0,9192	— 1,6	0,0548
1,5	0,9332	— 1,5	0,0668
1,6	0,9452	— 1,4	0,0808
1,7	0,9554	— 1,3	0,0968
1,8	0,9641	— 1,2	0,1151
1,9	0,9713	— 1,1	0,1357
2,0	0,9772	— 1,0	0,1587
2,1	0,9821	— 0,9	0,1841
2,2	0,9861	— 0,8	0,2119
2,3	0,9893	— 0,7	0,2420
2,4	0,9918	— 0,6	0,2743
2,5	0,9938	— 0,5	0,3085
2,6	0,9953	— 0,4	0,3446
2,7	0,9965	— 0,3	0,3821
2,8	0,9974	— 0,2	0,4207
2,9	0,9981	— 0,1	0,4602
3,0	0,9987	— 0,0	0,5000

Esta é uma tabela comum e pode ser facilmente encontrada na maioria dos livros de Matemática ou Estatística.

PERT CUSTO (EXERCÍCIO)

Apresentamos abaixo, uma rede de atividades e um quadro onde constam diversas informações relativas à rede.

Procure reduzir ao máximo o prazo da operação, efetuando tal redução ao mínimo custo.



ATIVIDADE	DURAÇÃO NORMAL				CUSTO DA REDUÇÃO POR UNIDADE DE TEMPO
	TEMPO	CUSTO	TEMPO	CUSTO	
A	6	215	5	275	60
B	3	140	2	200	70
C	2	160	1	240	80
D	4	130	3	180	50
E	2	170	1	250	80
F	4	210	3	290	80
G	7	165	4	285	40
H	3	110	2	160	50

Observe:

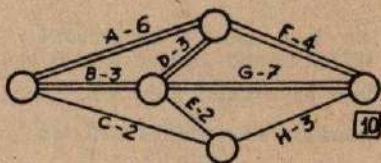
Para todas as atividades	Prazo	Custo
Duração normal	11	1300
Duração mínima	8	1890

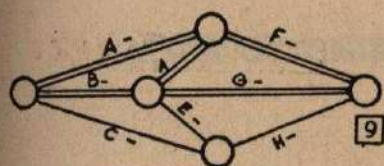
SOLUÇÃO

Para todas as atividades com duração normal o caminho crítico é B — D — F.

O mais econômico é reduzir D — 4 para D — 3 ao custo adicional de 50.

Operando deste modo o prazo da operação passa a ser 10 e surgem novos caminhos críticos.



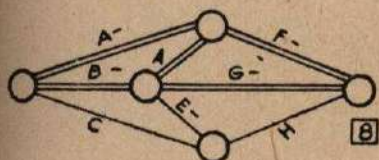


AF BG e BDF são críticos.

Soluções:

- 1) Reduzir G e F; custo adicional:
- 2) Reduzir A e B; custo adicional:
- 3) Reduzir B e F e aumentar D; custo:

Adotando a solução mais econômica o prazo da operação passa a ser 9.



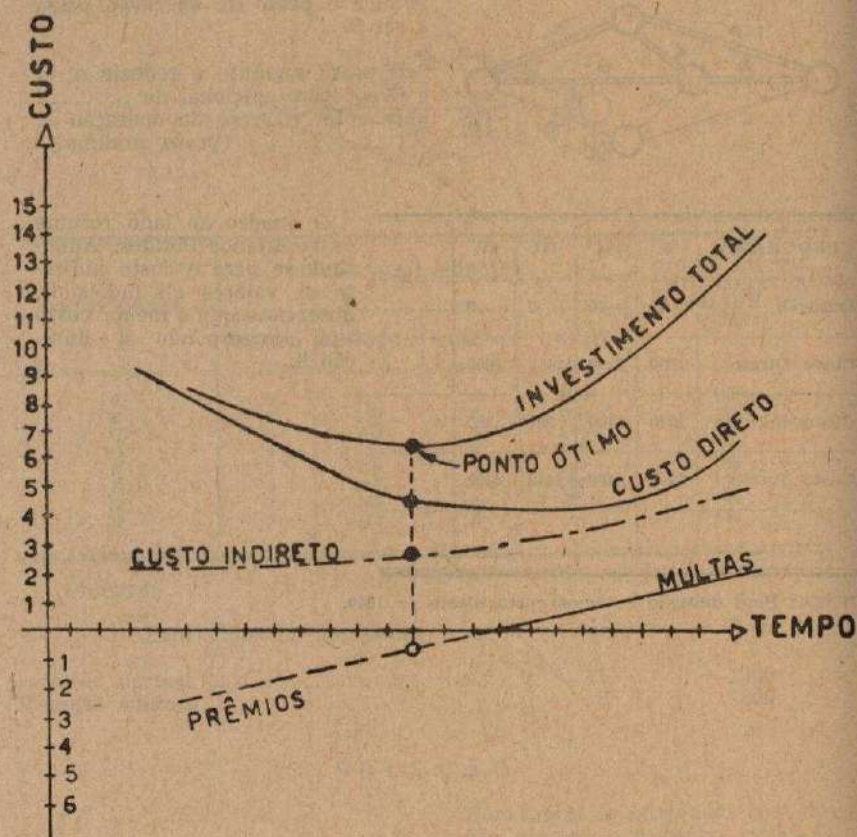
O prazo seguinte é reduzir A, D e G ao custo adicional de para obter o prazo da operação = (prazo mínimo).

PROGRAMA	I	II	III	IV
Duração	11	10	9	8
Custo Direto	1300	1350	1450	1600
Custo Indireto	1210	1100	990	880
Custo Total	2510	2450	2440	2480

O quadro ao lado resume os resultados obtidos. Admitindo-se para o custo indireto os valores ali indicados, observa-se que o menor custo total corresponde à duração 9.

NOTA: Para duração 8 temos custo direto = 1600.

CURVA DO INVESTIMENTO TOTAL



LOUVOR DA LÍNGUA PORTUGUESA

PROF.^a HILDA REIS CAPUCCI

Minha língua! Língua dos que me deram o ser! Língua em que me tenho expressado desde o balbuciar de minhas primeiras palavras! Língua em que tenho vertido todos os meus sentimentos, minhas dores, meus prazeres! Língua cujos recursos tenho aprendido a perscrutar e desdobrar aos olhos ávidos de tantos jovens discípulos!

És naturalmente doce e bela aos meus ouvidos!

Nobre e valioso instrumento de sucessivas gerações, tens merecido culto através dos séculos, tens servido a altos engenhos, tens imortalizado grandes feitos e imorredouros sentimentos!

Glorioso é o teu destino, luzida é a tua história!

Nascida humildemente em comunhão com tua irmã — o galego —, floriram-te em Portugal, desde cedo, as líras de inspirados poetas medievais.

Apartada depois do galego, independente, prosseguiste, feliz, na tua trajetória, abrigando o pensamento enérgico e sincero de um Fernão Lopes, dando forma à idéia brilhante e cuidada de um Azurara.

Melhor firmada e como remocada pelas fortes brisas do Renascimento, esplendeste, ainda em

tua terra natal, na língua pura e alevantada de um Camões, na fala doce de um Bernardim Ribeiro, no dizer numeroso de Fr. Luís de Souza, na eloquência de um Vieira.

Já quase em nossos dias, garrida e arrebatada, acolherás, romântica, a poesia galante de um Garret e a prosa sonora de um Herculano; e logo após, serás ternura em Antônio Nobre, requinte em Eugênio de Castro, graça em Júlio Dantas.

Transplantada para o Brasil, moldada pelos encantos de uma terra jovem, pujante e bela, afeiçoada pelo contato de outras gentes e outras falas, aqui vingaste.

E aqui tens vicejado e aqui te tens expandido.

Ora é um Rocha Pitta ou um Botelho de Oliveira que de ti se servem para exaltar a nascente pátria, que ingenuamente adoram e cultuam sem medida; ora é um Gonçalves Dias ou um Casimiro de Abreu, que plangem, longe da pátria, as saudades fecundantes; ora é um Castro Alves, um Rui Barbosa, um Nabuco, que, grandiloquentes, se extremam na defesa das grandes causas; ora é um Bilac, um Machado de Assis, que te apuram, que te alindam, que te aperfeiçoam, que te dignificam!

E não só aqui e em Portugal,
mas em tôdas as partes do mun-
do, há quem te fale e quem te es-
creva!

Tens modalidades e modula-
ções que eu desconheço!

Teu domínio é vasto; és univer-
sal!

Só morrerás com o mundo!

Pereça Europa ou América,
África ou Ásia, e tu viverás ain-
da!

Quanta beleza, quanto conceito
nobre, quanta idéia vallosa tens
espalhado! E seguirás espalhan-
do, sonora língua minha!



AOS PAIS MOTORISTAS (*)

Cap Eng

PEDRO ALEXANDRINO DE BARROS DUARTE
Ex-Instrutor da Es MB

"Como motorista de seus filhos pequenos e como exemplo para os adolescentes, os pais têm a obrigação especial de ser peritos no volante"
— Ken W. Purdy.

1. Introdução

A finalidade do presente artigo é servir de alerta a todos os pais motoristas para o particular problema do pai no volante, especialmente em se tratando do pai como motorista de seus filhos pequenos, problema que de há muito tempo preocupa este oficial.

Trata-se de uma adaptação feita num original de Ken W. Purdy, condensado pelas Seleções do Reader's Digest da revista Parade.

2. Caso real narrado pelo autor

— O carro era uma camioneta nova, a motorista uma mulher de 32 anos e o passageiro seu filho de três anos, de pé, no banco dianteiro. O local era um centro comercial numa cidade pequena. O carro não ia a mais de 15 quilômetros por hora, quando surgiu, na sua frente, um cachorro. A motorista pisou no pedal de freio — e a criança foi atirada contra o painel como um boneco de pano. Não sofreu ferimentos graves: um talho do lado

direito da testa, que exigiu três pontos. A mãe, que dirigia o carro, ficou furiosa com a mulher que havia deixado o cachorro escapar da coleira. Teria ficado realmente possesa se lhe tivessem dito, como deviam ter dito, que ela mesma quase matara seu filho.

3. Comentários do autor

Estatísticas relativas a crianças são mais difíceis de levantar, mas milhares de crianças sofrem ferimentos todos os anos, em sua maioria em acidentes ocorridos a baixa velocidade. Se o senhor estiver dirigindo a 25 quilômetros por hora e parar seu carro subitamente, freando ou chocando-se com alguma coisa, tudo que se encontrar dentro do carro e não estiver, de alguma forma, seguro em algo ou amarrado ou preso, continuará a mover-se para a frente à velocidade de 25 quilômetros por hora, até que algo impeça o movimento.

(*) Os trechos sublinhados o foram propositalmente por este Oficial que a vós se dirige, como uma espécie de alerta.

Por favor, pensem bem no caso da seguinte forma: o painel metálico de um carro, contra a cabeça de um lutador profissional com 120 quilos de peso, a 25 quilômetros por hora, pode matar o *lutador*... quanto mais uma criança de três anos.

Em princípio, sendo as viagens dos pais motoristas, especialmente da mãe motorista, curtas e a baixa velocidade, e sendo seus acidentes do tipo da freada brusca, do arranhão lateral ou do amassamento do pára-lamas, que não são bastante graves para serem registrados, é impressionante o bom conceito estatístico desses pais como *motoristas competentes*.

Entretanto, esses pais serão *realmente* bons motoristas? Creio que não. Eles apenas *parecem* dirigir bem.

Uma das piores motoristas que conheço é uma senhora de 43 anos, mãe de cinco filhos, que *nunca teve uma multa de trânsito* nem um acidente registrável. Do ponto de vista estatístico, ela é uma motorista superior, mas, na verdade, é péssima. Os lados de seu carro parecem as crateras da Lua — seu marido já desistiu de mandar retocar as amassadelas. Para estacionar, ela anda com o carro até sentir que o pára-choque esbarrou em alguma coisa sólida. Numa emergência, ela não saberia como agir. *Ela não se interessa pela conservação do carro* — contanto que ele ande e ela possa enxergar através do pára-brisa, está feliz.

4. Conselhos do autor

Dadas as circunstâncias especiais em que operam os pais motoristas, especialmente as mães, aqui vão

alguns conselhos do autor, e que este Oficial lhes solicita a máxima atenção, que os ajudarão a melhorar seu desempenho ao volante:

a. As mulheres têm a tendência para considerar o automóvel apenas mais um aparelho doméstico. Ele é a nossa mais preciosa comodidade, mas é também um *instrumento fatal*. Trate-o com respeito. Ao pisar no acelerador, o senhor pode estar lidando com um potencial de até 400 cavalos-fôrça. O senhor estalaria um chicote sobre as cabeças de uma manada de 400 cavalos?

b. Não dirigir um automóvel com defeito. Se ele demorar mais a parar do que o normal, se ele puzar para um lado quando o senhor frear, se o senhor tiver de fazer girar o volante vários centímetros antes que o carro comece a virar as rodas — mande consertá-lo imediatamente. O custo é baixo. Aprenda as coisas básicas sobre conservação: qual a *pressão do ar nos pneus* (muito importante para a segurança); como saber se o motor precisa de óleo (sua vida pode depender de umas duas xícaras de líquido de freio).

c. Nas bombas de gasolina, desça do carro para ter certeza de que o empregado está verificando tudo direito. Já vi um dêles, conversando com um amigo enquanto trabalhava, encher com 50 libras de ar um pneu que comportava 24.

d. Estabeleça esta regra para a família: quando o carro estiver em movimento, todos devem permanecer sentados e seguros em algo, ao invés de ficarem de joelhos, em pé ou soltos.

e. Se possível, coloque as crianças sempre no banco traseiro. Feche

as portas. Não transporte objetos pontudos, nem pesados, *no mesmo banco das crianças*. Num Sedan, não coloque coisa alguma na prateleira sob a janela traseira. Quando se pára bruscamente, até uma máquina fotográfica, projetada para a frente com a velocidade original do carro, pode ser mortífera.

f. Coloque suas compras de mantimentos dentro da mala do carro. Numa camioneta, coloque-as na plataforma traseira.

g. Nunca deixe crianças pequenas sós dentro do carro. Se deixar crianças que tenham idade suficiente para obedecer e lembrar-se das recomendações, deixe o carro engrenado (nos hidramáticos em "Park"), puxe o freio e leve consigo a chave.

h. Quando tiver de dirigir em lugares onde há lama, deve aprender como agir em caso de derrapagens. Se o senhor instintivamente pisar no freio, tornará a derrapagem muito pior. Em princípio, o que o senhor deve fazer é virar o volante para o lado da derrapagem e dar pequenas acelerações no carro, até endireitá-lo novamente. *Não se pode aprender isso sem experimentar.*

i. O único motorista seguro é o previdente — e que nunca se vê em situações que requerem freadas violentas e nem aceleração. Num emergência, não há tempo para pensar: um acidente pode começar e acabar em 0,8 (oito décimos) de segundo; uma emergência que dure dois segundos é considerada longa. Assim sendo, procure decorar algumas decisões de emergência.

Por exemplo:

— Se o senhor, para não atropelar um animal, tiver de desviar e correr o risco de se chocar com

um carro que vem em direção oposta, *atrole o animal.*

— Uma bola rolando na rua indica que há uma *criança* atrás da bola. Diminua a velocidade ao mínimo.

— Se ouvir um ranger de pneus, é que o senhor está fazendo alguma coisa errada: acelerando demais, freando demais ou entrando com muita velocidade nas curvas.

— Um carro que vem em sentido contrário ao nosso, tanto pode vir a 150 como a 50 quilômetros por hora; não é possível saber. Portanto, quando em dúvida, não ultrapasse. Quando resolver ultrapassar *mesmo* não hesite ... passe logo.

— Se o seu filhinho estiver batendo na irmãzinha, no assento traseiro do carro, não olhe pelo espelho, e *não se volte para trás*. Pare o carro fora da estrada e resolva o problema.

— Uma chuva fina, depois de um período de seca, torna o asfalto escorregadio como vidro. (A chuva se mistura com a camada de óleo e a poeira da borracha dos pneus). Diminua a marcha, aumente a distância entre o seu carro e os demais, e dirija com máxima atenção.

— À noite, quando um motorista, em sentido contrário ao seu, mantiver os faróis altos, não se vingue, acendendo os seus. Por que ficarem cegos os dois?

— A velocidade mais segura é a da corrente de tráfego em que o senhor se encontra.

— Procure estabelecer suas próprias regras de emergência. *Dirigir é assunto sério*, e qualquer coisa que leve o senhor a pensar sobre o assunto ajudará a dar-lhe maior segurança na direção.

"Viva e deixe os outros viverem".



DE "MILITARY REVIEW"

O CÊRCO DE KHE SANH

TEÑENTE-CORONEL JOHN R. GALVIN,
Exército dos Estados Unidos

Este artigo é uma condensação de um dos capítulos do livro *Air Assault: The Development of Air Mobility*, que em breve será publicado pela Hawthorn Books, Inc., de Nova York.

O Coronel Galvin serve atualmente em Washington, como Assessor Militar do Secretário do Exército. Anteriormente serviu na Comissão de Relações Públicas do Exército e no QG da 1.^a Divisão de Cavalaria Aeromóvel, no Vietname. Formado pela Universidade de Columbia (Nova York), fez também o curso da ECEME/EUA. É de sua autoria o livro: *The Minute Men. A Compact History of Defenders of the American Colonies, 1645-1775*, que em 1967 mereceu o prêmio da American Revolution Round Table. O número de fevereiro de 1968 da *MILITARY REVIEW* publicou um artigo seu, com o título: "E3 Divisionário: Planos e Operações."

No início de 1968, unidades norte-vietnamitas, partindo do Laos e do Vietname do Norte, cerraram sobre a área de Khe Sanh e atacaram a posição defensiva aí mantida por uma pequena força de fuzileiros navais dos Estados Unidos e por tropa do Exército da República do Vietname. O Forte Khe Sanh fôra

construído em torno de uma pista de aterragem nas proximidades da Rodovia 9, que se estendia para oeste até a fronteira com o Laos. Na direção de leste a estrada corria por 20 km para a costa até chegar a Ca Lu, onde infletia para o norte e logo de novo para a costa.

O plano norte-vietnamita consistia em atrair uma força de vulto que viesse para romper o cerco de Khe Sanh e depois, através de vigorosas e sucessivas emboscadas, esmagar tanto os defensores do forte como as unidades que viessem em seu auxílio.

Os norte-vietnamitas agiram rapidamente na execução deste plano; em poucas semanas não mais havia tráfego de qualquer espécie na desolada faixa de estrada que de Ca Lu corria para oeste até a fronteira. Apenas uma exceção: o Forte Khe Sanh. Tudo o mais, a estrada e o terreno circunjacente, estava de posse do Exército Norte-Vietnamita.

Apesar do intenso bombardeio da Força Aérea Norte-Americana — que até o fim de março havia lançado 13.000 toneladas de bombas — e dos 100.000 tiros de artilharia derramados pelas forças terrestres sobre as posições inimigas, os decididos “regulares” norte-vietnamitas continuavam a cavar cada vez mais perto da posição fortificada, até um ponto em que os defensores podiam ver as trincheiras tomando forma do lado de fora do arame que circundava a posição. Para os norte-vietnamitas, a operação se desenvolvia de acordo com o planejado.

Mas do outro lado já estava em execução um plano destinado a modificar a natureza dos combates em torno de Khe Sanh. No início de março, a 1ª Divisão de Cavalaria Aeromóvel (1ª DCA) recebera ordens de planejar uma operação com a finalidade de

abrir a estrada até Khe Sanh, libertar o forte e destruir o inimigo em torno. Dois regimentos de fuzileiros navais, um dos quais em Khe Sanh, passaram a integrar a divisão aeromóvel, juntamente com o correspondente apoio de artilharia e engenharia, com a finalidade de cooperar na operação. Unidades aeroterrestres e de rangers sul-vietnamitas deviam operar em coordenação com a divisão, que recebera em apoio direto aeronaves da Força Aérea e dos Fuzileiros Navais.

Reconhecimento Aéreo

As aeronaves do regimento de cavalaria aérea da 1ª DCA começaram a voar sobre a área de Khe Sanh, procurando localizar os pontos fortes inimigos e suas armas antiaéreas. As condições meteorológicas eram razoáveis nesta fase de transição entre dois períodos de monções. Durante a noite caía uma chuva fina e o dia surgia com nuvens baixas, que em geral só se levantavam lá pelo meio dia, propiciando boa visibilidade e temperaturas inferiores a 40°C.

Durante cinco dias os helicópteros esquadrinharam toda a área em vôo baixo, localizando e atacando as posições defensivas inimigas, particularmente seus espaldões antiaéreos. Teve valor inestimável nesta fase o apoio de artilharia e de aviação. Os aviões de caça, sempre volteando acima, podiam atacar as posições inimigas poucos momentos depois de solicitados pela cava-

laria aérea. As informações lançadas na carta de situação da 1ª DCA demonstravam que duas divisões inimigas estavam concentradas ao longo da Rodovia 9, que os norte-vietnamitas consideravam a única via de acesso lógica para qualquer força que se dirigisse para Khe Sanh com a missão de levantar o cêrço.

Percebendo isto, o General-de-Divisão John J. Tolson III, Comandante da 1ª DCA, decidiu aproveitar-se das posições fixas do inimigo na Rodovia 9. Determinou à engenharia que reparasse a rodovia, protegida pelo ataque de dois batalhões do 1º Regimento dos Fuzileiros Navais.

Tomando esta medida facilmente previsível, a divisão poderia liberar a parte leste da rodovia e ao mesmo tempo atrair a atenção do inimigo para esta parte da operação. Simultaneamente a divisão aproveitar-se-ia de valiosas informações que tinha obtido: a identificação de várias zonas de aterragem de helicóptero nos flancos norte e sul das defesas inimigas, ao longo da estrada e bem à retaguarda das posições norte-vietnamitas.

No dia 1º de abril, os dois batalhões de fuzileiros navais atacaram às 7 horas, enquanto três batalhões da 3ª DCA executavam assaltos aéreos nas zonas de aterragem ao norte e ao sul da estrada, quase a meio caminho de Khe Sanh, transportando por helicóptero a artilharia das bases de fogos. Estas novas bases estavam dentro do alcance das posições amigas a leste, podendo ser apoiadas se ata-

çadas. Por sua vez, poderiam atacar ainda mais para oeste, em apoio a outros assaltos aéreos.

Os norte-vietnamitas, aparentemente surpreendidos, foram lentos na sua reação a esses assaltos aeromóveis. No segundo dia do ataque, um dos batalhões se deslocou pelo ar para outra zona de desembarque ao sul da rodovia e mais próxima de Khe Sanh, enquanto os outros dois batalhões cerravam de ambos os lados para a rodovia, procurando tomar contato com o inimigo.

No dia 3 de abril a 2ª Brigada entrou em ação com seus três batalhões, apossando-se de outras zonas de aterragem ao sul da estrada; ao desembarcarem sofreram bombardeio de artilharia, mas não fizeram nenhum contato terrestre. A 3ª Brigada começou a atacar as posições inimigas nas proximidades da estrada, registrando-se diversos contatos com o inimigo. Os dois batalhões de fuzileiros continuaram a progredir lentamente para oeste ao longo da rodovia, sofrendo bastante resistência.

No dia seguinte, com seis batalhões de cavalaria aérea agora bem a fundo na posição inimiga — e todos eles pressionando do norte e do sul na direção da rodovia — o ritmo do combate aumentou consideravelmente. O regimento de fuzileiros navais de Khe Sanh lançou um ataque para o sul, visando conquistar o terreno elevado que dominava o forte; ao entardecer estava de posse da colina.

Na manhã seguinte a brigada restante da 1ª DC executou um assalto aéreo com dois batalhões sobre posição logo ao sul do Forte Khe Sanh. Várias das unidades aeromóveis ficaram fortemente engajadas ao se aproximarem da rodovia. Um batalhão norte-vietnamita atacou os fuzileiros navais na colina recentemente conquistada ao sul de Khe Sanh, mas foi rechaçada e teve 122 mortos.

No dia 6 um dos batalhões atingiu a rodovia a oito quilômetros de Khe Sanh e infletiu na direção do forte, sempre combatendo duramente. Após um combate que durou um dia inteiro, o inimigo retraiu na frente deste batalhão, deixando para trás 83 mortos. Outro batalhão foi enviado para reforçar os fuzileiros navais na colina ao sul de Khe Sanh, enquanto pára-quedistas sul-vietnamitas desembarcavam helicóptero dentro do forte.

Quase todas as unidades tiveram combates sérios durante o dia. Os fuzileiros navais que progrediam ao longo da estrada continuaram a encontrar forte resistência. Mas as unidades norte-vietnamitas estavam divididas em pequenos grupos e isoladas de seus eixos de suprimento. Para o inimigo a operação transformava-se em uma luta pela sobrevivência.

Cortando a Retirada

No dia seguinte, 7 de abril, a 3ª Força-Tarefa Aeroterrestre da República do Vietname, composta

de três batalhões, realizou um assalto por helicópteros contra posições ao norte da rodovia e a oeste de Khe Sanh, visando cortar as vias de retraimento do inimigo para a fronteira do Laos. Os combates foram esporádicos, enquanto o inimigo procurava retrair. As unidades norte-americanas e sul-vietnamitas começaram a recolher grande quantidade de equipamento abandonado.

No dia 8 a 3ª Brigada da Divisão Aeromóvel transferiu seu PC para Khe Sanh e assumiu a defesa do forte depois que um de seus batalhões conseguiu fazer junção com os defensores.

O inimigo atacou as posições das forças aeroterrestres sul-vietnamitas a oeste de Khe Sanh com a finalidade de distrair a atenção de seus eixos de retraimento; foi rechaçado depois de perder 72 homens.

Todas as unidades informavam encontrar cada vez mais equipamento abandonado. Os fogos da artilharia inimiga eram cada vez mais fracos dentro de toda a área de Khe Sanh. O combate passou a ser uma busca inexorável de forças norte-vietnamitas que tentavam desesperadamente romper o contato e escapar.

A Rodovia 9 estava aberta e livre da ação inimiga, desde Ca Lu até Khe Sanh. A engenharia trabalhava dia e noite para recuperar as pontes e reparar o leito da estrada. Os norte-vietnamitas que agora se retraiam em pequenos grupos para a fron-

teira do Laos, evitavam habilmente as unidades norte-americanas e sul-vietnamitas dispersas por toda a região de floresta.

No dia 11 a Divisão Aeromóvel recebeu ordens de suspender a operação e se deslocar para o Vale A Shau, tendo em vista uma nova missão. Todos os assaltos aéreos foram sustados e os batalhões começaram a retornar à base divisionária. O deslocamento para fora da área continuou no dia seguinte, quando os 20 km da rodovia para Khe Sanh foram abertos ao tráfego pela primeira vez em oito meses.

Fim da Operação

Oficialmente a Operação Pegasus terminou no dia 15 de abril, quando a 1ª Divisão de Cavalaria Aeromóvel completou seu deslocamento, deixando a 2ª Brigada (com dois batalhões) para continuar as operações de limpeza nas vizinhanças de Khe Sanh, juntamente com os fuzileiros navais. A Rodovia 9 estava aberta, o cêrço fôra levantado e todas as forças inimigas de vulto tinham sido destruídas ou expulsas da área.

O inimigo, que se instalara para a defesa contra um ataque terrestre convencional na direção de oeste ao longo da Rodovia 9, fôra envolvido por uma série de assaltos aéreos e se viu a braços com uma dúzia de batalhões nos seus flancos, enquanto enfrentava um forte ataque ao

longo da estrada. Sofrendo intensos ataques aéreos e de artilharia e assediados por ações terrestres providas de todos os lados, os norte-vietnamitas saíram de suas posições fortificadas e contra-atacaram em campo aberto, a fim de ganhar tempo para uma retirada em ordem.

Seu sucesso foi apenas parcial e lhes custou caro. Suas perdas totais atingiram a 1.300 mortos e grande número de feridos. Em sua retirada abandonaram mais de 200 armas coletivas, duas peças de artilharia antiaérea, 12.000 cartuchos de grandes calibres, seis viaturas (inclusive um carro de combate) e 3.000 toneladas de arroz.

Os norte-americanos e sul-vietnamitas tiveram um total de 143 mortos. Embora os helicópteros da 1ª DCA tenham realizado mais de 100 assaltos aéreos de valor pelotão ou maior, apenas 27 aeronaves foram atingidas pelo fogo inimigo, das quais três abatidas (uma delas mais tarde recuperada).

Teste da Divisão

A verdadeira importância da operação Pegasus está em que ela foi bem sucedida não contra uma força guerrilheira fugaz e ardilosa, mas contra duas divisões convencionais potentes e bem supridas, combatendo com apoio de artilharia e empregando as táticas defensivas normais. Esta operação de 10 dias de duração constitui a primeira aferição das possibilidades de uma divisão aeromóvel atuando em

condições semelhantes às de um combate mais "requintado".

A operação demonstrou, antes de mais nada, a capacidade que tem a divisão de penetrar numa região em que ainda não estão bem definidos o valor e o dispositivo do inimigo e de formar uma boa noção da força adversária por meio de um reconhecimento aeromóvel agressivo.

Os combates mostraram ainda que a divisão aeromóvel, dispondo de superioridade aérea e enfrentando uma defesa ortodoxa potente em armas antiaéreas, não sofrerá necessariamente grandes perdas em aeronaves.

A extraordinária mobilidade da divisão permite-lhe concentrar-se rapidamente no ponto decisivo e bater o inimigo por partes antes que ele possa carrear reforços. O principal fator do êxito da 1ª DCA nesta operação foi a combinação da mobilidade aérea com o potente apoio de fogo propiciado pela artilharia, pelos helicópteros armados de foguetes e pelo apoio aerotático, inclusive os ataques dos B-52.

Para a divisão foi de grande valor a possibilidade de deslocar suas peças de artilharia rapidamente de um lugar para outro, proporcionando apoio de fogo a unidades dispersas. Para tanto foi montada uma verdadeira trama de posições de tiro com apoio mútuo, sempre mudando de local mas mantendo-se dentro do alcance das demais.

Outro fator do êxito da divisão foi o seu grupo de artilharia armado com foguetes transportados em 36 helicópteros. A "arti-

lharia voadora" mostrou-se capaz de atingir alvos que por serem inacessíveis ou fugazes não podiam ser batidos pela artilharia convencional de terra. Os helicópteros de artilharia podem ficar sobrevoando o campo de batalha ou então permanecer com as forças terrestres até serem necessários. Na Operação Pegasus eles propiciaram à 1ª DCA um poder de fogo inestimável, particularmente à noite ou contra ações de surpresa do inimigo. Muitas patrulhas de cavalaria tiveram oportunidade de saudar com grande prazer o aparecimento dessas aeronaves nos difíceis momentos do combate na floresta.

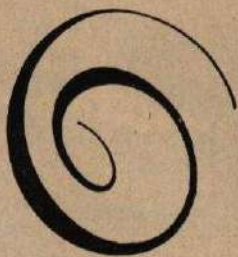
O regimento de cavalaria aérea foi diretamente responsável pela orientação da divisão contra as posições-chave do inimigo. Com três de seus quatro esquadrões completamente equipados com aeronaves, o regimento pôde reconhecer com proveito uma grande área, proporcionando uma rápida análise do valor e da atividade do inimigo e dirigindo adequadamente suas armas orgânicas e o apoio de fogo aéreo e de artilharia. Esses reconhecimentos não são meros vôos a baixa altura sobre o território inimigo; os esquadrões aéreos podem colocar em terra pequenas patrulhas para verificar a situação sempre que fôr percebida a presença do inimigo.


Além de ter sido um sucesso tático, a Operação Pegasus é um importante exemplo histórico da evolução do assalto aéreo de pára-quedas no sentido do ataque

por aeronaves de aterrissagem vertical. É verdade que os pára-quedistas ainda são a única tropa capaz de executar um assalto aéreo estratégico, isto é, de longo alcance. Entretanto, as novas aeronaves alteraram a fisionomia do campo de batalha no nível tático, conferindo às unidades aeromóveis a possibilidade de manter a impulsão do ataque,

emassando-se para um golpe contra um alvo vulnerável e depois voando a outros alvos sucessivos, à proporção que a divisão aeromóvel desloca seu poderio para pressionar o inimigo.

Em Khe Sanh esta nova tática destroçou com rapidez um inimigo potente, cuidadosamente instalado no terreno e preparado para uma longa e violenta luta.





seu filho, hoje,
é um dos 90 milhões
de brasileiros...

mas daqui a 13 anos ele será um dos 200 milhões!

Sem dúvida, ele viverá num país melhor, sob muitos aspectos. Contudo, imagine a concorrência tremenda que terá de enfrentar em seu encaminhamento profissional. Será engenheiro? Em 1980, haverá, no mínimo, 10 vezes mais engenheiros do que hoje, concorrendo com ele. Será médico? Haverá 12 vezes mais médicos do que hoje, competentes bastante para restringir sua clientela. Será técnico? Haverá 18 vezes mais técnicos do que hoje, prontos para preencher o emprego que ele desejar.

Vale a pena pensar por ele agora, com vistas em 1980? NCr\$ 10,00 que você deposite hoje mensalmente no Pecúlio-Pensão Coifa, significam NCr\$ 22.000,00, no mínimo, para ele amanhã. Um lastro tão valioso como seu futuro diploma. Não há dúvidas de que ele viverá num país melhor...

Para maiores informações, dirija-se diretamente ao

COIFA CÍRCULO DOS OFICIAIS INTENDENTES
DAS FORÇAS ARMADAS

Rua Senador Dantas, 117 - grupos 301, 302, 344, 2003 e 2004
Futura sede própria: Edifício Coifa - Av. 13 de Maio, n.º 41

DE "MANCHETE"

COMO SERÁ O BRASIL NO ANO 2000

Os prognósticos de Herman Kahn estouraram como uma bomba na sensibilidade brasileira. Eram tão ruins e pessimistas com relação a nós que suscitavam uma estranha sensação e convencimento: a de que nada mais adianta fazer. A futurologia deixava assim o campo literário, filosófico e romântico de Júlio Verne, Bellamy, Toynbee, Gibbon, Orwell, Huxley e Wells, para invadir a área científica dos fenômenos econômicos e fixar com bastante antecedência o destino de povos e nações. Na Praia Vermelha, onde os militares das escolas de estado-maior se debruçavam sobre esse tipo de preocupações, o anúncio sobre as nossas sombrias perspectivas causou profundo trauma: era extremamente penoso admitir que chegaríamos ao ano 2000 com uma renda *per capita* de 506 dólares anuais tanto quanto a Argentina já tem hoje. Estariamos então mais atrasados do que o Uruguai, Chile, Cuba, Vietnã, Panamá e Peru.

A autoconfiança brasileira, por vezes excessiva, foi sacudida e despertada para realismos desagradáveis mas fascinantes no plano de desafio. Kahn estaria certo? Qual o critério que seguiu para suas adivinhações? Poderíamos desmenti-lo? Um jovem

economista brasileiro acaba de dizer que sim: o Professor João Paulo Velloso, diretor do IPEA e secretário-geral do Ministério do Planejamento que analisou os estudos do Instituto Hudson e concluiu que estão inadequados. O brasileiro vai respirar novamente, aliviado e confiante.

A previsão de Herman Kahn segundo a qual passaremos dos 280 dólares atuais para 506 daqui a trinta anos, baseia-se em dois pressupostos:

O de um ritmo médio anual de 4,5% de progresso econômico, que por um lado é pouco, se tivermos tranquilidade e paz política, mas que por outro é até muito, se sofrermos novas convulsões político-sociais.

O de uma redução lenta no crescimento demográfico: dos ... 3,1% atuais para 2,9 em 1975 e para 2,4 de 1985 até o ano 2000.

Mantidos esses dois vetores para os americanos (progresso também de 4,5% ao ano e crescimento demográfico de 1,7%), o fôssco entre a renda *per capita* do Brasil e a dos Estados Unidos, que já é 12 vezes maior, passaria a ser de 20 vezes.

Mexamos agora com o dividendo (crescimento econômico). Admitamos a hipótese de que ele será de 6% ao ano em vez de ...

4,5%. Mas confirmemos que o crescimento demográfico baixará dos 3,1% para 2,4 no fim do século. E confirmemos as mesmas previsões para os Estados Unidos: 4,5 de progresso e 1,7 da cegonha. Neste caso, chegaríamos ao ano 2000 com uma renda *per capita* de 834 dólares, contra 10.200 dólares dos americanos. Estaria mantida a mesma proporção de 1/12.

É com base nesse sutil jogo de percentagens que o Professor Mário Simonsen advoga uma drástica redução do divisor: de 3,1% atuais para 2% até 1980 e para 1% daí em diante até o ano 2000. Neste caso, teríamos no fim do século uma população de 142 milhões de brasileiros, com uma renda *per capita* de 1.242 dólares. Mantida a previsão anterior com relação aos americanos, chegaríamos a uma proporção bem mais animadora de 1/8.

A renda *per capita* é, portanto, o "quociente" que se obtém com a divisão entre o Produto Nacional Bruto (dividendo) e a população (que é o divisor), que tende a diminuir na proporção em que aumente o uso da pílula, como tem aumentado (25%) após a *Humanae Vitae* e em franco desafio ao veto papal.

Se, ao contrário, o divisor aumentar sempre, pouco adiantará o esforço para que o PNB aumente também, pois o quociente será sempre pequeno. A solução que os partidários do controle da natalidade ou do planejamento familiar apresentam é triplíce:

Aumentar apenas o dividendo, através de inversões maciças na infra-estrutura, com utilização de recursos em dinheiro e

tecnologia que não possuímos. Nesta hipótese seriam necessários 3 bilhões e meio de dólares para que aumentássemos a atual renda *per capita* em apenas 3% ao ano.

Reduzir ou retardar somente o divisor, através de uma rígida política de controle da natalidade, com divulgação das técnicas anticoncepcionais. Neste caso, seriam necessários apenas 20 milhões de dólares (175 vezes menos) para obter o mesmo aumento de 3% anuais na renda *per capita*.

Executar simultaneamente as duas políticas, a fim de aumentar o dividendo e ao mesmo tempo diminuir o divisor, com o que se obterá, por preço idêntico, um enriquecimento anual em dobro (6%) do quociente.

Alguns economistas, entretanto, sustentam que o índice *per capita* não é absoluto nem pode ser usado isoladamente, como elemento aferidor e definitivo do estágio de progresso ou de atraso de um país; muitos outros fatores supervenientes poderão alterá-lo no decurso das três próximas décadas.

QUEM É HERMAN KAHN, ESSE NOVO NOSTRADAMUS?

Herman Kahn pergunta:

— Se o índice *per capita* não é bom, qual o que é? Já que não o aceitam, arranjem-me um melhor.

Quem é este Kahn?

Filho de um rabino, ele tem hoje 47 anos de idade e 140 quilos de peso. Dizem seus adeptos que ele vale tanto quanto pesa. Aos 28 anos já trabalhava na Co-

missão de Energia Atômica de Oak Ridge. Deixou-a para empregar-se na Rand Corporation — uma empresa da Califórnia que já então fazia pesquisas para a Força Aérea Americana.

Ele trabalha como se fôsse um Nostradamus: sussurra os dados com um fundo musical de Brahms, que está sempre presente na vitrola de sua mansão localizada em Croton-on-Hudson, às margens do rio do mesmo nome nos arredores de Nova York. *Aí está por que o Instituto também se chama Hudson.*

O conjunto compõe-se de sete edifícios rodeados de bosque. O prédio principal, em estilo de chalé suíço, foi construído em 1934 por um médico chamado Dr. Lamb, que o destinou a um asilo de loucos, posteriormente substituído por uma ordem de freiras. *Agora, a confraria é bem diferente.*

Do lado de fora, há uma placa pedindo aos visitantes que se façam anunciar previamente. Do lado de dentro, uma equipe de quase 50 economistas, técnicos e pesquisadores estão debruçados sobre um imenso arsenal de projeções, amostragens e perspectivas. Estudam e comparam os dados conhecidos para descobrir percentagens e índices conclusivos.

Seu presidente, Max Singer, é um dos mais jovens do time. Khan é diretor. Donald Brennan é outro importante personagem da mansão: o Pentágono considera-o um dos maiores estrategistas de todos os tempos, detentor de vários e decisivos segredos do Departamento de Defesa. A

porta do seu gabinete se fecha automática e hermêticamente, quando qualquer das suas gavetas se abre. Uma das suas maiores preocupações, por exemplo, é a posição do Brasil no xadrez nuclear.

O LAGO AMAZÔNICO, A BOLA DE CRISTAL E OS COMPUTADORES

A Roberto Panero, um jovem engenheiro italiano, que ali também trabalha, é atribuída a autoria do famoso projeto do lago amazônico, que tantas discussões provocou entre políticos e intelectuais, transformando o Hudson Institute numa entidade execrada por grandes áreas da opinião pública brasileira.

Diz Panero que a área a inundar já não pode de qualquer maneira ser habitada, devido às constantes enchentes. *Há milhares de anos, o Amazonas corria em sentido contrário.* Com o surgimento dos Andes, na época terciária, o rio ficou represado, formando um lago, que inundou toda a planície. Depois houve uma ruptura perto de Óbidos e o Amazonas passou a desaguar no Atlântico. *O projeto atual visaria assim a reconstituir a situação anterior, com a construção de uma barragem de areia na altura de Óbidos.*

O lago seria então o centro de um sistema de transporte e energia elétrica, conjugado aos rios Orinoco e Paraguai, que proporcionariam ao Amazonas mais duas saídas: *uma na Colômbia e outra no Prata.*

As idéias de Panero são combatidas por cientistas brasileiros e americanos: o Amazonas re-

presado por um dique em Óbidos deixaria de jogar no Atlântico os seus elementos nutritivos, que fariam muita falta à indústria da pesca. *A selva amazônica ficaria completamente deteriorada.* As estações climáticas no mundo inteiro seriam afetadas pela mudança do equilíbrio no calor e na umidade atualmente existentes em redor da linha do equador.

Herman Kahn ficou famoso desde quando escreveu *A Guerra Termonuclear*, um livro de análises das perdas humanas e da possibilidade de sobrevivência dos Estados Unidos e da Rússia na hipótese de um conflito atômico. Escreveu também *Thinking about the Unthinkable* e *On Escalation: Metaphors and Scenarios*, que enquadraram todos os planos americanos de segurança nacional e os critérios administrativos nos últimos dez anos.

Depois, com a ajuda de Anthony Wiener, outro integrante da equipe do Instituto, escreveu *O Ano 2000* e aí consagrou-se como o *futurível* (reunião do futuro com o possível). *Sua distração é a de pensar e dissertar sobre coisas impensáveis*, brincando com a sua nova ciência e os jogos estratégicos.

Define-se a si próprio como um fabricante e um vendedor de idéias. E joga com seus conhecimentos de Matemática, Física e Economia para especular sobre o futuro da humanidade. Só que em vez da bola de cristal, ele usa computadores. Em lugar da imaginação de H. G. Wells, Júlio Verne e outros ficcionistas, ele parte dos números de ontem e de hoje para chegar às conclusões sobre o amanhã. É a estrutura espe-

culativa para as antecipações e para a *política orientada*.

Seu instrumental compõe-se de dados demográficos, científicos, físicos, tecnológicos, educacionais. Coloca tudo isto dentro de um *circuito integrado* e passa a olhar o homem como um número e não como indivíduo.

Kahn trabalha na base de múltiplas hipóteses, pois para ele todas são válidas, *sobretudo quando colocadas no foco ou na lâmina de um microscópio*. De mangas de camisa, sentado numa enorme e confortável poltrona, ele é o próprio *Doutor Fantástico*, embora pessoalmente seja o contrário do agitado e frágil personagem cinematográfico que inspirou. Sua prodigiosa inteligência e memória impuseram-no ao respeito de toda aquela equipe de supercérebros.

É para a política externa e os problemas militares que se volta a prioridade das suas preocupações. Mas fazem também estudos e pesquisas sobre quaisquer problemas que os fascinem ou interessem, sem pedir licença a qualquer governo, *inclusive o americano, que é o seu maior cliente*, com 70% das encomendas e do trabalho atualmente executado pelo Instituto. Os outros 30% são disputados por países e grupos empresariais interessados em desvendar o seu futuro e saber como e quando terão um lugar ao sol.

Para as nações superdesenvolvidas — ou o chamado *Clube dos Ricos* — as previsões de Kahn são otimistas: *o ano terá apenas 39 semanas de trabalho e 13 de férias*, que, acrescentadas aos fins de semana e feriados, totalizarão

218 dias de lazer e apenas 147 de trabalho. A semana será de apenas quatro dias com sete horas de jornada. Haverá tempo de sobra para esportes, diversões e leituras, inclusive e sobretudo porque noutras áreas menos favorecidas milhões de criaturas estarão provavelmente trabalhando para o conforto dos mais afortunados.

Para os países subdesenvolvidos, as esperanças são muito reduzidas. Em relação ao Brasil, por exemplo, Kahn chega a admitir dois tipos de previsões:

NO PLANO POLÍTICO, o país será comunizado e vietnamizado na base de um regime castrista,

que exportará a revolução para todos os outros países limítrofes, ou então será ocupado por tropas americanas que intervirão a fim de evitar a guerra civil e instaurar uma rígida ditadura de direita.

NO PLANO ECONÓMICO, o país estará com uma renda *per capita* de 506 dólares anuais (pouco mais do que a Argentina hoje) e estará incluído na categoria dos *parcialmente industrializados*, ou em processo de industrialização, que é a penúltima, na companhia da Nigéria, Paquistão, Indonésia, Índia e China, e abaixo do Peru, Colômbia, Cuba, Panamá (plenamente industrializados).

1. ^a — De 4 a 20 mil dólares anuais per capita	— Pós-industrial	— Estados Unidos, Rússia, Japão, Canadá, Suécia, Suíça, Inglaterra, França, Alemanha, Países Baixos. — Logo em seguida entrarão: Itália, Áustria, Alemanha Oriental, Tcheco-Eslováquia, Israel, Austrália e Nova Zelândia.
2. ^a — De 1.500 a 4 mil dólares anuais per capita	— Industrial avançada (sociedade de consumo)	— Espanha, Portugal, Polónia, Iugoslávia, Bulgária, Hungria, Irlanda, Argentina, Venezuela, Formosa, Coreias do Norte e do Sul, Malásia e Cingapura.
3. ^a — De 600 a 1.500 dólares anuais per capita	— Industrial	— África do Sul, México, Uruguai, Chile, Cuba, Líbano, Iraque, Irã, Tailândia, Filipinas, Vietnã do Norte e do Sul, Jamaica, Panamá, Peru e Colômbia.
4. ^a — De 200 a 600 dólares anuais per capita	— Em processo de industrialização	— Brasil, Paquistão, China, Índia, Egito, Indonésia e Nigéria.
5. ^a — De 50 a 200 dólares anuais per capita	— Pré-industrial	— O resto da África, da América Latina, da Ásia e do Mundo Árabe.

Seis grandes nações — China, Índia, Indonésia, Brasil, Egito e Nigéria — estão hoje na quinta categoria, que é chamada, fase pré-industrial. No ano 2000, *detendo mais de metade da população do mundo (3 bilhões e 200 milhões de habitantes)*, eles terão conseguido passar da quinta para a quarta categoria, que é a dos parcialmente industrializados ou em processo de industrialização.

Esta classificação estaria errada? Pelo menos com relação aos Estados Unidos, *as previsões têm errado sempre para menos*. Em 1950, por exemplo, a Comissão Paley garantiu que, em 1975, os Estados Unidos estariam com uma renda *per capita* entre 1.200 e 2.000 dólares. Ora, já em 1968 — sete anos antes do prazo — a renda estava em 4 mil dólares e tudo assegura que em 1975 estará em 5 mil, exatamente duas vezes e meia a mais do que os prognósticos da Comissão.

Para enfrentar a excessiva velocidade do progresso de outras nações, nós temos tido uma enorme lentidão nos nossos projetos básicos:

A COSIPA foi fundada em 1953. Somente seis anos depois, estava com seu projeto detalhado. Só em 1961 começou a ser construída. E em 1969 ainda está produzindo apenas 25% da sua capacidade final.

Em 1960 o Conselho Nacional do Petróleo resolveu construir a Refinaria Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul. Só oito anos depois, ela começou a etapa primeira da sua produção. Também a Refinaria Gabriel Passos, em

Minas, começou praticamente em 1961 e só em 1968 iniciou a sua produção ainda pequena, e somente em 1972 estará concluída.

A Álcalls foi fundada em 1943 e só começou a funcionar dezesséis anos depois. E assim mesmo teve um funcionamento caótico, que apenas agora começa a ser corrigido.

Estará errada a classificação de Khan? *Pelo menos com relação ao Brasil, esperemos que sim*. Custa-nos muito acreditar nas pitonisas estrangeiras que estão garantindo para nós um futuro tão pouco radioso. O professor e economista João Paulo Velloso prova que Khan, quanto ao Brasil, chegou a conclusões inadequadas.

Não podemos, portanto, aceitar esses prognósticos pessimistas na sua integralidade e fatalismo, pois a frieza com que eles são feitos torna-os, antes de mais nada, profundamente irritantes.

Khan fez todas as suas projeções com base nos preços vigentes em 1965. Assim, entre esse ano e o 2000, a renda *per capita* total do mundo — *englobando aí os países pobres e ricos* — passará de 640 dólares para 1.698, num aumento de 165%.

A renda *per capita* média dos países ricos aumentará de 1.680 dólares em 1965 para 5.740 no ano 2000, com um aumento de 242%.

Enquanto isto, a renda *per capita* dos países subdesenvolvidos passará de 140 dólares em 1965 para 330 no ano 2000, com um aumento de apenas 136%, num visível declínio e deterioração.

Com relação ao *produto bruto*, os países ricos aumentarão de 1 trilhão e 810 bilhões de dólares em 1965 para quase 10 trilhões de dólares no ano 2000.

Enquanto isto, o *produto bruto* dos países pobres aumentará de 307 bilhões de dólares em 1965 para 1 trilhão e 590 bilhões no ano 2000.

No caso particular do Brasil, Kahn assim dimensionou para o ano 2000 as *três variáveis básicas*:

População: 212 milhões de habitantes.

Produto bruto: 107 milhões de dólares.

Renda per capita: 506 dólares anuais.

Em outras palavras, essa previsão traduziria que no espaço de 35 anos, entre 1965 e 2000, o *bem-estar médio do povo brasileiro não chegaria a dobrar*, pois teria passado de 280 a 506 dólares. Traduziria também que a posição do Brasil se teria deteriorado não apenas em relação ao mundo desenvolvido, *mas em face dos próprios países pobres*.

Onde estaria então o desacerto da dupla Kahn-Wiener? Está exatamente nas bases de cálculo, das quais partiu em 1965 para fazer as suas projeções.

Segundo a dupla, as *três variáveis básicas* do Brasil em 1965 seriam as seguintes:

População: 82 milhões e 200 mil habitantes.

Produto bruto: 23 bilhões de dólares.

Renda per capita: 280 dólares anuais.

A alternativa do IPEA é bem diferente. Seus técnicos, sob a coordenação e liderança do Professor João Paulo Velloso, pesquisaram e colheram dados bem diferentes para essas *três variáveis* em 1965 e que são os seguintes:

População: 81 milhões e 100 mil habitantes.

Produto bruto: 26 bilhões de dólares.

Renda per capita: 318 dólares anuais.

Verifica-se pela comparação que a dupla Kahn-Wiener, nas *três variáveis* foi *sempre contra o Brasil*: aumentou a população e diminuiu o produto bruto de 1965, determinando automaticamente a redução da *renda per capita*. Uma coisa, portanto, é fazer a projeção brasileira nos próximos trinta anos partindo de um índice 280, e outra coisa bem diferente é partir de 318.

Outro desacerto da dupla, segundo o Professor João Paulo Velloso, foi considerar a taxa de crescimento em torno de 4,5% anuais. Desconhecem-se os critérios que ela adotou para chegar a esse parâmetro, *inferior* à média 4,8%, verificada nos 47 anos que vão de 1920 a 1967. E *inferior* também à média de 5,2%, registrada nos 21 anos do pós-guerra que vão de 1946 a 1967. E *mais inferior* ainda à média obtida no quinquênio de 1956 a

1961 que foi de 7% e que deverá ser mantida mais ou menos nesse nível durante os próximos dez anos, como uma das metas básicas do Programa Estratégico do Governo.

Feitas essas correções, surgem duas hipóteses:

A de que a população brasileira, no ano 2000, seja mesmo a que a dupla Kahn-Wiener previu, isto é, 212 milhões de habitantes. Neste caso haveria quatro sub-hipóteses:

I — *Para uma taxa anual de 5%, razoável e correspondente ao desempenho brasileiro nos últimos 50 anos e apesar da depressão de 1930, teríamos uma renda per capita de 596 dólares no ano 2000.*

II — *Para uma taxa de 6%, rápida e dentro das previsões mínimas admitidas pelo Programa Estratégico, teríamos uma renda per capita de 834 dólares no ano 2000.*

III — *Para uma taxa de 6,5 até 1975 e de 6,3 entre 1975 e 2000, dinâmica, a longo prazo e implícita na estrutura macro-econômica do Programa Estratégico, teríamos uma renda de 983 dólares.*

IV — *Para uma taxa de 7%, passível de ser obtida com um Projeto Nacional de Criação do Brasil Grande, a renda per capita seria de 1.158 dólares.*

A hipótese de a população brasileira cair dos 3,0 atuais para 2% no final do século, nas próxi-

midades do ano 2000. Neste caso haveria também quatro sub-hipóteses:

I — *A do crescimento razoável de 5% para obter uma renda per capita de 757 dólares no ano 2000.*

II — *A do crescimento rápido de 6% para obter uma renda de 1.005 dólares.*

III — *A do crescimento dinâmico, de 6,5 e 6,3 a longo prazo, para obter uma renda de 1.102 dólares.*

IV — *A do crescimento do Brasil Grande, de 7% para obter uma renda de 1.332 dólares.*

Na pior das alternativas, o Brasil ingressaria assim no ano 2000 enquadrado na categoria dos países industrializados, bem próximo dos 800 dólares. E na melhor das hipóteses, estaríamos na categoria dos países industriais avançados, ou de consumo de massa, que são suplantados apenas pelos pós-industriais.

O Professor João Paulo Velloso adverte que a futurologia econômica, dentro de métodos adequados pode ser útil para oferecer ordens de magnitude da dimensão econômica e da posição relativa de continentes e países. Não mais que isso.

Se queremos realmente fugir à condenação de Kahn e sobreviver decentemente como povo, temos de inverter imediatamente certas tendências e expectativas. A posição de semi-industrializado, que nos aguardaria no final do século, representaria aquilo que o IPEA chama de *jornada para a mediocridade*.

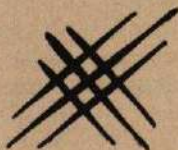
A consciência nacional deve estar suficientemente advertida quanto ao excessivo crescimento populacional, na base de 3,0, que é excessivo como *ritmo anual de aumento*, embora sejamos um país de população pequena em face da dimensão do território.

A consciência nacional deve ainda estar advertida de que é urgente e vital um crescimento acelerado e auto-sustentável do produto bruto. O caráter cumulativo do processo desenvolvimentista e a influência dos fatores humanos, não raro imprevisíveis, podem alterar as previsões. O milagre alemão e o progresso japonês à base de 10% anuais em duas nações derrota-

das e arrasadas pela guerra são considerados exemplos de crescimento imprevisíveis, acelerado e auto-sustentável.

O desafio brasileiro em face do ano 2000, na opinião dos técnicos do Ministério do Planejamento, *terá de ser respondido e vencido no decorrer da próxima década*. Se o Brasil não realizar o grande salto até 1980, através da queima de etapas, da ciência, educação, tecnologia e gerência, dificilmente poderá recuperar o atraso já então insanável.

Estes são os anos que já temos contados para, como Nação, chegarmos à redenção ou ao suicídio.



"JORNAL DO COMMERCIO"

COMUNICAÇÕES NA AMAZÔNIA

Preveniu-nos o Deputado João Calmon, no discurso de Manaus, do risco que representa o desamparo do espaço da Amanônia, aberto a tôdas as ondas de informação e comunicação, menos àquelas que representam, legitimamente, as aspirações, os objetivos e as metas de desenvolvimento do Brasil.

Não apenas o "colonialismo tecnológico" representa enorme perigo. Ao lado dessa inevitável consequência do abandono das gerações novas ao analfabetismo, a porta aberta à comunização, em vastíssimas regiões, fracamente povoadas e de nível de vida abaixo do que se poderia considerar um mínimo civilizado, se apresenta como um inimigo a combater o mais rapidamente possível. Os que dispuserem de um rádio portátil — dêsses que entram aos milhares na Amazônia graças às facilidades de importação — facilmente ouvirão o que dizem os adeptos de Fidel Castro ou de Mao-Tse-Tung. Mas por mais que girem e ajeitem o cursor nas faixas de onda, não lhes virá resposta ou mensagem capaz de dar-lhes consciência de que são brasileiros e de que estão envolvidos em um processo de civilização.

É inegável que no momento em que passam cem anos sobre

o nascimento de Vladimir Illich, a doutrina de ódio do incansável pregador explode em focos subversivos por tôda a América Latina. Enganaram-se os que julgavam que a inesperada formação de um regime comunista em terras livres do Novo Mundo fôsse um simples episódio, temporário e circunscrito a Cuba. O tempo se encarregou de provar que os pessimistas é que tinham razão: os programas de Havana transformaram-se em ações e a OLAS, malgrado os protestos pouco sinceros de algumas nações socialistas que aparentemente buscam manter equilíbrio internacional, vai fazendo das suas, em violência e subversão. Os apóstolos do cristianismo mudavam de nome por amor, os do credo vermelho o fazem por ódio. Amor e ódio, sendo pólos opostos, atuam com a mesma força e é preciso que se levante um dique à penetração das idéias subversivas, tanto mais perigosas quanto mais distante e isolado fôr o território em que se possam propagar.

Essa a admonição que nos faz o Deputado João Calmon. "O sistema nacional de micro-ondas — afirmou — para a transmissão de som e imagem, não abrange o Amazonas e o Acre". Nesses dois Estados o setor rádio está

dominado por um lado pelas emissoras de Havana e Pequim, que deformam; por outro, pelas de Washington e Londres, que embora não façam proselitismo político — pelo menos abertamente — “não apresentam aos ouvintes amazônicos um ponto de vista nacional do que vai acontecendo pelo mundo”.

E aqui entramos em um outro campo de considerações, não menos importante: a necessidade de resguardar a predominância da iniciativa privada no setor da informação. Mais de uma vez temos alertado a opinião para o perigo que representa a invasão do capital estrangeiro nos meios de comunicação. Não é xenofobia, é imperativo de defesa nacional, consagrado na Constituição. O empresário brasileiro, consciente ou não da missão que lhe cabe, estará inserido no sistema de concorrência e de livre manifestação de pensamento, que caracteriza uma democracia pluralista. É a melhor defesa contra a onda de estatismo, que seria o caminho mais rápido e mais seguro para a comunização do Brasil. O simples fato de haver uma série de interesses em jogo, através da gama diversificada das opiniões, constitui uma espécie de troposfera, capaz de absorver e amortecer irradiações que, sendo em si mesmas indispensáveis à vida, tornar-se-iam mortais se não fôsem convenientemente filtradas. Essa capacidade de adaptação e de diversificação dos *media*, quando ligados à iniciativa privada, desapareceria completamente se passassem eles às

mãos do Estado. A elasticidade se transformaria em rigidez e a absorção dos choques em fraturas perigosas.

É o que estamos vendo neste ano de Graça de 1970. Os que consideram o modelo de Moscou como o *nec plus ultra* da perfeição planificadora, devem estar bastante alarmados com a primeira confissão pública, a primeira autocrítica coletiva do PCUS, que começou um *remue-ménage* bastante curioso e ainda mais significativo.

Já os brasileiros — dentro de todas as limitações técnicas e econômicas, mas animados pela liberdade de iniciativa, conseguiram em um decênio criar uma nova Capital em pleno sertão, sem que a antiga perdesse o apogeu de centro cultural do País ou se esvaziasse de sentido ou conteúdo.

Essa a lição prática dos acontecimentos. Não serão precisos prodígios de dialética para prová-lo; basta olhar em torno. O discurso do Deputado João Calmon em Manaus revela o calcanhar vulnerável do Aquiles que julgávamos protegido pela mesma liberdade de ação e de opinião. O processo de integração do Brasil — sem o qual é tolice pensar em desenvolvimento — exige que a Amazônia participe ativamente do mecanismo da informação nacional. É condição indispensável para garantir a posse material e espiritual de um território que representa mais da metade da superfície física do Brasil.

DE "O GLOBO"

DESEMPRÊGO E URBANIZAÇÃO

ROBERT MCNAMARA

Presidente do Banco Mundial

Há três problemas do desenvolvimento, estreitamente relacionados entre si, que exigem a atenção do Banco Mundial: o desemprego, a urbanização e a industrialização.

No ano passado visitei a América Latina, a Ásia e a África, com a finalidade de examinar de perto e de um ponto de vista realista os problemas que afetam o processo de desenvolvimento, e me reuni com os dirigentes dessas regiões que vêm lutando por superá-los.

Essas viagens confirmaram, na minha opinião, que nos países em desenvolvimento existem enormes oportunidades para realizar projetos prioritários e economicamente sólidos. Ao mesmo tempo, a complexidade desse processo é tal que seria muito ingênuo supor que os problemas que apresenta podem ser resolvidos somente com mais dinheiro. Há grande necessidade — realmente desesperada — de apoio financeiro adicional. Mas também há pelo menos igual necessidade de utilizar de forma mais eficaz os recursos de que se dispõe atualmente.

Somente posso repetir que o que precisamos — e o que devemos formular — é de uma efetiva estratégia global para o desenvolvimento.

Tudo o que pude observar em minhas viagens vem ao encontro da decisão que adotamos no Banco de dar especial realce ao planejamento demográfico, à educação e à expansão da agricultura. O progresso rumo à solução desses problemas é de vital importância para o êxito da estratégia a que me referi. Mas também me compenetrei de que a aludida estratégia não será realmente completa a menos que preveja um ataque contra os problemas correlatos do desemprego, da urbanização e da industrialização.

Desejo falar sobre estas questões porque estou convencido de que o Banco há de desempenhar papel ativo na busca de soluções novas e mais eficazes para questões tão complexas.

Desemprego

É fato inegável que o desemprego não só constitui um problema endêmico em todos os países em desenvolvimento, mas também está-se agravando, mormente nas zonas urbanas. Nesses países a população urbana vem aumentando a uma taxa anual média superior a 5%, ao passo que o nível do emprego industrial aumentou muito mais lentamente. A situação é especialmente grave na América Latina, região onde a população urbana aumentou a um ritmo duas vezes maior que o número de empregos.

Como se assinalou, durante o decênio passado o conjunto dos países em desenvolvimento pôde manter uma taxa anual média de crescimento superior a 4,1/2%. 85% do capital necessário para sustentar esse ritmo de crescimento foram supridos pelos próprios países em desenvolvimento, sendo que somente 15% provieram de fontes externas. Em vista da magnitude dos obstáculos com que se defrontam esses países, o conseguimento dessa taxa pode ser considerado como um êxito. Constitui uma prova de sua capacidade para aproveitar os progressos técnicos, e demonstra que utilizam de forma eficaz a ajuda externa que se lhes proporciona. Mas de outro ponto de vista, essa taxa de crescimento é totalmente inadequada para atender às necessidades da população em constante aumento.

Esses países não só não podem criar os empregos necessários

para absorver o crescente número de jovens que alcançam a idade de trabalhar, mas também sua taxa de crescimento econômico é insuficiente para evitar que se aprofunde de forma alarmante a disparidade de renda entre as nações ricas e as pobres. Hoje em dia, se essa diferença se mede em função da renda *per capita*, nos casos extremos é ela superior a \$ 3,000. As projeções indicam que pode chegar a um nível de \$ 9,000 em fins deste século. Prevê-se que para o ano 2000, a renda *per capita* dos Estados Unidos será de aproximadamente \$ 10,000; a do Brasil, de \$ 500; e a da Índia, de \$ 200.

Calcula-se que 20% de toda a mão-de-obra masculina do mundo em desenvolvimento não têm trabalho atualmente.

Um fato que dá o que pensar é que a explosão demográfica registrada nas décadas de 1950 e 1960 somente agora começa a refletir-se nas dimensões da força de trabalho. A metade da população total do mundo em desenvolvimento conta menos de vinte anos. De modo que o planejamento demográfico — por muito eficaz que seja — não poderá exercer efeito decisivo sobre o problema do desemprego antes do final deste século.

Se o atual ritmo inadequado de crescimento econômico tiver prosseguimento, o desemprego se agravará cada vez mais. Por exemplo, calcula-se que durante a vigência do quarto plano quinquenal da Índia, de 1969 a 1973, serão criados 19 milhões de empregos, mas que 23 milhões de novos trabalhadores ingressarão

na força de trabalho e competição por esses empregos. De modo que, aos milhões de desempregados que já tem o país, serão acrescidos outros quatro milhões.

O movimento migratório das zonas rurais para as cidades está aumentando rapidamente nos países menos desenvolvidos. Praticamente não há nenhuma possibilidade de absorver esta grande corrente de emigrantes, que se soma a uma força de trabalho urbana em rápido aumento como consequência da explosão demográfica, numa economia cujo crescimento seja de 4 1/2 ou até de 5%.

Os economistas discordam sobre qual o nível exato que há de alcançar a taxa de crescimento, nesses países para garantir sequer que esses novos trabalhadores possam incorporar-se ao mercado de trabalho, porém parece provável que além de qualquer outra medida que se faça necessária como parte de uma estratégia geral de modernização será indispensável que a taxa de crescimento aumente pelo menos de um terço, a um nível mínimo de 6%. Esse há de ser, portanto, o objetivo para cuja consecução terão de orientar suas atividades os países em desenvolvimento. Na realidade, não se trata de um objetivo demasiado ambicioso. Por exemplo, a população da Índia aumenta ao ritmo de 2,5% ou mais por ano, e uma taxa de crescimento de 6% apenas permitiria que a renda *per capita* do país, que agora ascende a \$ 80, se duplique num período de 20 anos.

Estou seguro de que, embora seja difícil, será possível alcan-

çar e mesmo superar uma taxa de crescimento de 6%. Porém, isso não será suficiente, de *per se*, para solucionar o problema do desemprego no mundo em desenvolvimento.

Nos países desenvolvidos, um rápido ritmo de crescimento econômico supõe pleno emprego. Porém, isso nem sempre é o caso nos países em desenvolvimento. Por exemplo, tanto a Venezuela como a Jamaica tiveram uma taxa de crescimento de 8% anuais entre 1950 e 1960, porém no final da década, na Venezuela, o desemprego era superior ao do início, e na Jamaica era igualmente elevado, apesar de 11% da força de trabalho ter emigrado do país.

Isto indica que além de incrementar suas taxas de crescimento, os países em desenvolvimento têm que adotar uma política nacional no sentido de alcançar um equilíbrio adequado entre as atividades em que predomine o fator capital e aquelas em que predomine o fator mão-de-obra, e entre a disponibilidade de operários especializados e não especializados, com o fim de elevar ao máximo a produção através do aproveitamento de toda a força de trabalho.

Em muitos desses países, o problema do desemprego estrutural se agravou em vista da aplicação de políticas errôneas, que favorecem o emprego antieconômico de métodos tecnológicos que requerem uma utilização intensiva de capital. Subestima-se o preço do equipamento importado devido a que as taxas de câmbio estão supervalorizadas, e as taxas reais

de juros são mantidas artificialmente baixas devido à inflação, não refletindo o verdadeiro valor do capital. Ao mesmo tempo, se permite que os salários dos operários não especializados do setor industrial alcancem um nível superior ao seu valor real e que difiram muito consideravelmente dos do setor agrícola.

Em alguns países, a escassez de técnicos qualificados contribui para agravar o problema do desemprego entre os trabalhadores não especializados; por exemplo, a falta de um capataz qualificado pode causar o desemprego de dez trabalhadores não especializados.

Em outros casos, o desemprego urbano é consequência da aplicação de políticas que não estimulam a criação de indústrias que requeiram uma utilização intensiva de mão-de-obra e que estejam orientadas para a exportação, ou que reflitam a ausência de um equilíbrio satisfatório entre o desenvolvimento rural e urbano. Uma das razões pelas quais o Banco está dando tanta ênfase ao setor agrícola é que o emprego dos novos métodos tecnológicos não somente permite obter maior quantidade de alimentos, como também proporciona a oportunidade de alcançar maior nível de emprego nas zonas rurais, sem necessidade de realizar os consideráveis investimentos de capital que são características da industrialização urbana.

É evidente que não existe uma fórmula simples que permita resolver o problema do desemprego em todos os seus aspectos. É preciso encontrar soluções que

correspondam à situação de cada país. O que desejo ressaltar é a necessidade imperiosa de que nós, e as demais instituições que atuam neste setor, encontremos essas soluções. A existência por períodos prolongados de um nível crescente de desemprego representa um enorme custo social para uma nação. E não resta dúvida alguma de que os custos sociais são custos reais. Quando a desesperança e a frustração humana alcançam um ponto crítico, os custos sociais podem dar lugar também a catastróficos custos econômicos.

Ninguém pode pretender que o problema do desemprego desapareça numa única década, porém, se desejarmos evitar a violência gerada pelo desespero humano, não podemos arriscar-nos a desperdiçar o decênio com medidas débeis e incompletas.

A amarga ironia do desemprego é que neste planeta temos muitas tarefas inconclusas que podem proporcionar trabalho a todos ao máximo de sua capacidade. Trabalho não falta, mas faltam idéias inovadoras sobre como levá-lo a efeito, e o espírito de luta e a determinação para aproveitar as lições que aprendemos com tanta dificuldade.

Urbanização

A crise urbana está diretamente relacionada com o desemprego. O fenômeno da decadência das cidades é uma calamidade que afeta todos os continentes, porém seus efeitos corrosivos se fazem sentir especialmente nas nações mais pobres.

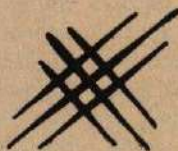
A consciência nacional deve estar suficientemente advertida quanto ao excessivo crescimento populacional, na base de 3,0, que é excessivo como *ritmo anual de aumento*, embora sejamos um país de população pequena em face da dimensão do território.

A consciência nacional deve ainda estar advertida de que é urgente e vital um crescimento acelerado e auto-sustentável do produto bruto. O caráter cumulativo do processo desenvolvimentista e a influência dos fatores humanos, não raro imprevisíveis, podem alterar as previsões. O milagre alemão e o progresso japonês à base de 10% anuais em duas nações derrota-

das e arrasadas pela guerra são considerados exemplos de crescimento imprevisíveis, acelerado e auto-sustentável.

O desafio brasileiro em face do ano 2000, na opinião dos técnicos do Ministério do Planejamento, *terá de ser respondido e vencido no decorrer da próxima década*. Se o Brasil não realizar o grande salto até 1980, através da queima de etapas, da ciência, educação, tecnologia e gerência, dificilmente poderá recuperar o atraso já então insanável.

Estes são os anos que já temos contados para, como Nação, chegarmos à redenção ou ao suicídio.



"JORNAL DO COMMERCIO"

COMUNICAÇÕES NA AMAZÔNIA

Preveniu-nos o Deputado João Calmon, no discurso de Manaus, do risco que representa o desamparo do espaço da Amanônia, aberto a tôdas as ondas de informação e comunicação, menos âquelas que representam, legitimamente, as aspirações, os objetivos e as metas de desenvolvimento do Brasil.

Não apenas o "colonialismo tecnológico" representa enorme perigo. Ao lado dessa inevitável consequência do abandono das gerações novas ao analfabetismo, a porta aberta à comunização, em vastíssimas regiões, fracamente povoadas e de nível de vida abaixo do que se poderia considerar um mínimo civilizado, se apresenta como um inimigo a combater o mais rapidamente possível. Os que dispuserem de um rádio portátil — dêsses que entram aos milhares na Amazônia graças às facilidades de importação — facilmente ouvirão o que dizem os adeptos de Fidel Castro ou de Mao-Tse-Tung. Mas por mais que girem e ajeitem o cursor nas faixas de onda, não lhes virá resposta ou mensagem capaz de dar-lhes consciência de que são brasileiros e de que estão envolvidos em um processo de civilização.

É inegável que no momento em que passam cem anos sobre

o nascimento de Vladimir Ilich, a doutrina de ódio do incansável pregador explode em focos subversivos por tôda a América Latina. Enganaram-se os que julgavam que a inesperada formação de um regime comunista em terras livres do Nôvo Mundo fôsse um simples episódio, temporário e circunscrito a Cuba. O tempo se encarregou de provar que os pessimistas é que tinham razão: os programas de Havana transformaram-se em ações e a OLAS, malgrado os protestos pouco sinceros de algumas nações socialistas que aparentemente buscam manter equilíbrio internacional, vai fazendo das suas, em violência e subversão. Os apóstolos do cristianismo mudavam de nome por amor, os do credo vermelho o fazem por ódio. Amor e ódio, sendo pólos opostos, atuam com a mesma força e é preciso que se levante um dique à penetração das idéias subversivas, tanto mais perigosas quanto mais distante e isolado fôr o território em que se possam propagar.

Essa a admonição que nos faz o Deputado João Calmon. "O sistema nacional de micro-ondas — afirmou — para a transmissão de som e imagem, não abranje o Amazonas e o Acre". Nesses dois Estados o setor rádio está

dominado por um lado pelas emissoras de Havana e Pequim, que deformam; por outro, pelas de Washington e Londres, que embora não façam proselitismo político — pelo menos abertamente — “não apresentam aos ouvintes amazônicos um ponto de vista nacional do que vai acontecendo pelo mundo”.

E aqui entramos em um outro campo de considerações, não menos importante: a necessidade de resguardar a predominância da iniciativa privada no setor da informação. Mais de uma vez temos alertado a opinião para o perigo que representa a invasão do capital estrangeiro nos meios de comunicação. Não é xenofobia, é imperativo de defesa nacional, consagrado na Constituição. O empresário brasileiro, consciente ou não da missão que lhe cabe, estará inserido no sistema de concorrência e de livre manifestação de pensamento, que caracteriza uma democracia pluralista. É a melhor defesa contra a onda de estatismo, que seria o caminho mais rápido e mais seguro para a comunização do Brasil. O simples fato de haver uma série de interesses em jogo, através da gama diversificada das opiniões, constitui uma espécie de troposfera, capaz de absorver e amortecer irradiações que, sendo em si mesmas indispensáveis à vida, tornar-se-iam mortais se não fôsse convenientemente filtradas. Essa capacidade de adaptação e de diversificação dos meios, quando ligados à iniciativa privada, desapareceria completamente se passassem eles às

mãos do Estado. A elasticidade se transformaria em rigidez e a absorção dos choques em fraturas perigosas.

É o que estamos vendo neste ano de Graça de 1970. Os que consideram o modelo de Moscou como o *nec plus ultra* da perfeição planificadora, devem estar bastante alarmados com a primeira confissão pública, a primeira autocrítica coletiva do PCUS, que começou um *remue-ménage* bastante curioso e ainda mais significativo.

Já os brasileiros — dentro de todas as limitações técnicas e econômicas, mas animados pela liberdade de iniciativa, conseguiram em um decênio criar uma nova Capital em pleno sertão, sem que a antiga perdesse o apogeu de centro cultural do País ou se esvaziasse de sentido ou conteúdo.

Essa a lição prática dos acontecimentos. Não serão precisos prodígios de dialética para prová-lo; basta olhar em torno. O discurso do Deputado João Calmon em Manaus revela o calcanhar vulnerável do Aquiles que julgávamos protegido pela mesma liberdade de ação e de opinião. O processo de integração do Brasil — sem o qual é tolice pensar em desenvolvimento — exige que a Amazônia participe ativamente do mecanismo da informação nacional. É condição indispensável para garantir a posse material e espiritual de um território que representa mais da metade da superfície física do Brasil.

DE "O GLOBO"

DESEMPRÊGO E URBANIZAÇÃO

ROBERT MCNAMARA

Presidente do Banco Mundial

Há três problemas do desenvolvimento, estreitamente relacionados entre si, que exigem a atenção do Banco Mundial: o desemprego, a urbanização e a industrialização.

No ano passado visitei a América Latina, a Ásia e a África, com a finalidade de examinar de perto e de um ponto de vista realista os problemas que afetam o processo de desenvolvimento, e me reuni com os dirigentes dessas regiões que vêm lutando por superá-los.

Essas viagens confirmaram, na minha opinião, que nos países em desenvolvimento existem enormes oportunidades para realizar projetos prioritários e economicamente sólidos. Ao mesmo tempo, a complexidade desse processo é tal que seria muito ingênuo supor que os problemas que apresenta podem ser resolvidos somente com mais dinheiro. Há grande necessidade — realmente desesperada — de apoio financeiro adicional. Mas também há pelo menos igual necessidade de utilizar de forma mais eficaz os recursos de que se dispõe atualmente.

Somente posso repetir que o que precisamos — e o que devemos formular — é de uma efetiva estratégia global para o desenvolvimento.

Tudo o que pude observar em minhas viagens vem ao encontro da decisão que adotamos no Banco de dar especial realce ao planejamento demográfico, à educação e à expansão da agricultura. O progresso rumo à solução desses problemas é de vital importância para o êxito da estratégia a que me referi. Mas também me compenetrei de que a aludida estratégia não será realmente completa a menos que preveja um ataque contra os problemas correlatos do desemprego, da urbanização e da industrialização.

Desejo falar sobre estas questões porque estou convencido de que o Banco há de desempenhar papel ativo na busca de soluções novas e mais eficazes para questões tão complexas.

Desemprego

É fato inegável que o desemprego não só constitui um problema endêmico em todos os países em desenvolvimento, mas também está-se agravando, mormente nas zonas urbanas. Nesses países a população urbana vem aumentando a uma taxa anual média superior a 5%, ao passo que o nível do emprego industrial aumentou muito mais lentamente. A situação é especialmente grave na América Latina, região onde a população urbana aumentou a um ritmo duas vezes maior que o número de empregos.

Como se assinalou, durante o decênio passado o conjunto dos países em desenvolvimento pôde manter uma taxa anual média de crescimento superior a 4,1/2%. 85% do capital necessário para sustentar êsse ritmo de crescimento foram supridos pelos próprios países em desenvolvimento, sendo que somente 15% provieram de fontes externas. Em vista da magnitude dos obstáculos com que se defrontam êsses países, o conseguimento dessa taxa pode ser considerado como um êxito. Constitui uma prova de sua capacidade para aproveitar os progressos técnicos, e demonstra que utilizam de forma eficaz a ajuda externa que se lhes proporciona. Mas de outro ponto de vista, essa taxa de crescimento é totalmente inadequada para atender às necessidades da população em constante aumento.

Êsses países não só não podem criar os empregos necessários

para absorver o crescente número de jovens que alcançam a idade de trabalhar, mas também sua taxa de crescimento econômico é insuficiente para evitar que se aprofunde de forma alarmante a disparidade de renda entre as nações ricas e as pobres. Hoje em dia, se essa diferença se mede em função da renda *per capita*, nos casos extremos é ela superior a \$ 3.000. As projeções indicam que pode chegar a um nível de \$ 9.000 em fins deste século. Prevê-se que para o ano 2000, a renda *per capita* dos Estados Unidos será de aproximadamente \$ 10.000; a do Brasil, de \$ 500; e a da Índia, de \$ 200.

Calcula-se que 20% de toda a mão-de-obra masculina do mundo em desenvolvimento não têm trabalho atualmente.

Um fato que dá o que pensar é que a explosão demográfica registrada nas décadas de 1950 e 1960 somente agora começa a refletir-se nas dimensões da força de trabalho. A metade da população total do mundo em desenvolvimento conta menos de vinte anos. De modo que o planejamento demográfico — por muito eficaz que seja — não poderá exercer efeito decisivo sobre o problema do desemprego antes do final deste século.

Se o atual ritmo inadequado de crescimento econômico tiver prosseguimento, o desemprego se agravará cada vez mais. Por exemplo, calcula-se que durante a vigência do quarto plano quinquenal da Índia, de 1969 a 1973, serão criados 19 milhões de empregos, mas que 23 milhões de novos trabalhadores ingressarão

na força de trabalho e competição por esses empregos. De modo que, aos milhões de desempregados que já tem o país, serão acrescidos outros quatro milhões.

O movimento migratório das zonas rurais para as cidades está aumentando rapidamente nos países menos desenvolvidos. Praticamente não há nenhuma possibilidade de absorver esta grande corrente de emigrantes, que se soma a uma força de trabalho urbana em rápido aumento como consequência da explosão demográfica, numa economia cujo crescimento seja de 4 1/2 ou até de 5%.

Os economistas discordam sobre qual o nível exato que há de alcançar a taxa de crescimento nesses países para garantir sequer que esses novos trabalhadores possam incorporar-se ao mercado de trabalho, porém parece provável que além de qualquer outra medida que se faça necessária como parte de uma estratégia geral de modernização será indispensável que a taxa de crescimento aumente pelo menos de um terço, a um nível mínimo de 6%. Esse há de ser, portanto, o objetivo para cuja consecução terão de orientar suas atividades os países em desenvolvimento. Na realidade, não se trata de um objetivo demasiado ambicioso. Por exemplo, a população da Índia aumenta ao ritmo de 2,5% ou mais por ano, e uma taxa de crescimento de 6% apenas permitiria que a renda **per capita** do país, que agora ascende a \$ 80, se duplique num período de 20 anos.

Estou seguro de que, embora seja difícil, será possível alcan-

çar e mesmo superar uma taxa de crescimento de 6%. Porém, isso não será suficiente, de **per se**, para solucionar o problema do desemprego no mundo em desenvolvimento.

Nos países desenvolvidos, um rápido ritmo de crescimento econômico supõe pleno emprego. Porém, isso nem sempre é o caso nos países em desenvolvimento. Por exemplo, tanto a Venezuela como a Jamaica tiveram uma taxa de crescimento de 8% anuais entre 1950 e 1960, porém no final da década, na Venezuela, o desemprego era superior ao do início, e na Jamaica era igualmente elevado, apesar de 11% da força de trabalho ter emigrado do país.

Isto indica que além de incrementar suas taxas de crescimento, os países em desenvolvimento têm que adotar uma política nacional no sentido de alcançar um equilíbrio adequado entre as atividades em que predomine o fator capital e aquelas em que predomine o fator mão-de-obra, e entre a disponibilidade de operários especializados e não especializados, com o fim de elevar ao máximo a produção através do aproveitamento de toda a força de trabalho.

Em muitos desses países, o problema do desemprego estrutural se agravou em vista da aplicação de políticas errôneas, que favorecem o emprego antieconômico de métodos tecnológicos que requerem uma utilização intensiva de capital. Subestima-se o preço do equipamento importado devido a que as taxas de câmbio estão supervalorizadas, e as taxas reais

de juros são mantidas artificialmente baixas devido à inflação, não refletindo o verdadeiro valor do capital. Ao mesmo tempo, se permite que os salários dos operários não especializados do setor industrial alcancem um nível superior ao seu valor real e que difiram muito consideravelmente dos do setor agrícola.

Em alguns países, a escassez de técnicos qualificados contribui para agravar o problema do desemprego entre os trabalhadores não especializados; por exemplo, a falta de um capataz qualificado pode causar o desemprego de dez trabalhadores não especializados.

Em outros casos, o desemprego urbano é consequência da aplicação de políticas que não estimulam a criação de indústrias que requeiram uma utilização intensiva de mão-de-obra e que estejam orientadas para a exportação, ou que reflitam a ausência de um equilíbrio satisfatório entre o desenvolvimento rural e urbano. Uma das razões pelas quais o Banco está dando tanta ênfase ao setor agrícola é que o emprego dos novos métodos tecnológicos não somente permite obter maior quantidade de alimentos, como também proporciona a oportunidade de alcançar maior nível de emprego nas zonas rurais, sem necessidade de realizar os consideráveis investimentos de capital que são características da industrialização urbana.

É evidente que não existe uma fórmula simples que permita resolver o problema do desemprego em todos os seus aspectos. É preciso encontrar soluções que

correspondam à situação de cada país. O que desejo ressaltar é a necessidade imperiosa de que nós, e as demais instituições que atuam neste setor, encontremos essas soluções. A existência por períodos prolongados de um nível crescente de desemprego representa um enorme custo social para uma nação. E não resta dúvida alguma de que os custos sociais são custos reais. Quando a desesperança e a frustração humana alcançam um ponto crítico, os custos sociais podem dar lugar também a catastróficos custos econômicos.

Ninguém pode pretender que o problema do desemprego desapareça numa única década, porém, se desejarmos evitar a violência gerada pelo desespero humano, não podemos arriscar-nos a desperdiçar o decênio com medidas débeis e incompletas.

A amarga ironia do desemprego é que neste planeta temos muitas tarefas inconclusas que podem proporcionar trabalho a todos ao máximo de sua capacidade. Trabalho não falta, mas faltam idéias inovadoras sobre como levá-lo a efeito, e o espírito de luta e a determinação para aproveitar as lições que aprendemos com tanta dificuldade.

Urbanização

A crise urbana está diretamente relacionada com o desemprego. O fenômeno da decadência das cidades é uma calamidade que afeta todos os continentes, porém seus efeitos corrosivos se fazem sentir especialmente nas nações mais pobres.

Nesses países, as cidades são os centros que deveriam servir de base para o crescimento industrial e para as reformas sociais. Porém, devido ao fato de que uma proporção crescente de seus habitantes mal subsiste, e que em geral o nível de vida se vem deteriorando, as cidades engendram uma geração mergulhada na pobreza que ameaça solapar a solidez econômica de nações inteiras.

A magnitude do problema é enorme. Na década de 1950, a população urbana do mundo em desenvolvimento aumentou de cerca de 50%. Atualmente, o número de habitantes das principais cidades duplica aproximadamente cada dez anos. Para o ano 2000, essas cidades terão uma população superior a uns 500% do que contam hoje em dia. De modo que nessa época entre 1.200 e 1.600 milhões a mais de seres humanos viverão — se a isso se pode chamar-se “viver” — em enormes centros de decadência urbana.

Para proporcionar a uma população urbana dessa magnitude o mínimo de serviços e de instalações de infra-estrutura, se necessitaria de um volume impressionante de recursos.

A esse respeito, nem mesmo intensos programas de planejamento familiar poderiam melhorar apreciavelmente a situação nos próximos 20 anos. Não resta dúvida de que o planejamento demográfico é imprescindível, porém no melhor dos casos somente surte efeito a um ritmo lento. Não devemos esquecer que os jo-

vens que nesse lapso de tempo procurarem trabalho nos centros urbanos já tenham vindo ao mundo.

Mais da metade do crescimento da população urbana é consequência da migração das zonas rurais, e a experiência indica que, à medida que as cidades se tornam maiores, esse deslocamento se intensifica, em vez de diminuir. Seu ritmo costuma ser superior a toda capacidade razoável para absorvê-lo. Nas nações mais ricas, já vivem nas cidades cerca de 50% da população total. Os países mais pobres vêm seguindo o mesmo caminho, e é pavoroso pensar que suas apinhadas cidades ainda contêm apenas 15% de sua população em constante aumento.

Se nem sequer os programas de planejamento econômico, por mais eficazes que sejam, poderão frear o crescimento das cidades antes dos últimos anos do século, cabe perguntar de que forma isso seria alcançado. Com toda a franqueza temos de confessar que não o sabemos.

Não sabemos, por exemplo, se seria mais conveniente que os países em desenvolvimento utilizassem recursos para estimular os agricultores — através de intensos programas de desenvolvimento rural — a ficarem no campo, ou que os empregassem em amplas instalações de infra-estrutura nas cidades. Se se optar por esta última medida, tampouco está claro se seria mais conveniente promover a ampliação das já existentes ou proceder à criação de outras novas.

Ainda são elementares nossos conhecimentos sobre a forma mais acertada de abordar o problema da urbanização em todos os seus aspectos. Porém existe um ponto com relação ao qual não existe dúvida alguma: é preciso atacá-lo sobre uma base ampla e em escala nacional. É indispensável adotar uma estratégia de desenvolvimento urba-

no-rural para todo um país, que permita focalizar de forma integral o planejamento demográfico, a especialização regional e o crescimento industrial, e que dê maior ênfase a políticas econômicas no sentido de alcançar a máxima renda *per capita* possível e sua distribuição mais equitativa.

lp

DE "O GLOBO"

A VIDA DEPOIS DOS 40

PLANEJE SUA APOSENTADORIA

Dr. MÁRIO FILIZZOLA

A idade da aposentadoria é o momento para sabermos, com exatidão, o que pretendemos fazer de nossa vida futura, desses 20 ou 30 anos de vida, saudável e vigorosa, que terão de ser vividos, proveitosamente, ou sacrificados, inútilmente, à inatividade. Chegado o dia da aposentadoria, sonhado e esperado, ao contrário de nos sentirmos alegres e felizes, passamos a nos sentir tristes e deprimidos. Apanhados na armadilha, tudo fazemos para esconder os sentimentos depressivos e a enorme saudade que nos invade a alma. Mas, no silêncio da noite, hastreamos a bandeira de nossa derrota por havermos abandonado o trabalho que durante 35 anos nos empolgara a vida. E as trevas da noite nos falam a verdade e nos dizem o que somos: peça desligada da máquina e atirada à sucata, ao ferro velho. E, então, todos aqueles projetos de vida sossegada, pachorrenta, des preocupada e contemplativa esfumam-se no ar. A realidade se mostra muito diferente para nós: descobrimos, tardiamente, que nossa vida de adulto se compõe de duas metades. A primeira é

ajudada e projetada por nossos pais que nos encaminham na vida e nos ajudam a iniciar nossa carreira profissional. A segunda é a fase que iniciamos, depois de nossa aposentadoria, época em que não mais podemos contar com a providencial ajuda e os conselhos de nossos pais. Mas, para compensar essa carência de assessoramento paterno ao planejamento da vida, o Governo dos Estados Unidos está financiando Centros de Planejamento de Aposentadoria. Não são repartições do Governo norte-americano, onde funcionários públicos exercem atividade como poderíamos pensar. Os mais conhecidos Centros de Planejamento de Aposentadoria funcionam, nos Estados Unidos, na Drake University, de Iowa; no Institute for Retired Professionals, de New York City; e na American Association of Retired Persons, de Long Beach, Califórnia. Os Departamentos de Saúde e de Trabalho dos Estados Unidos, sem assumir, diretamente a incumbência desses serviços, entregues, racionalmente, à iniciativa privada, apenas contribuem com o numerário suficiente para o funcionamento

dêsses institutos de profilaxia da infelicidade depois da aposentadoria. O Pre-Retirement Planning Center, de Iowa, realiza o seu programa de atividades em sete sessões de exposição de debate em grupos de 30 pessoas, com a participação de juristas, economistas e conselheiros de saúde, bem-estar, emprego, recreação, educação e psicologia da aposentadoria. Os inscritos nesses cursos de Planejamento da Aposentadoria eram pessoas de 45 a 72 anos e que aguardavam suas aposentadorias de cinco a oito anos depois. E, assim, o grande povo norte-americano vem procurando resolver, racionalmente, suas dificuldades com os **old Citizens** de seu país. Mas, enquanto os norte-americanos desenvolvem programas nos próprios locais de trabalho para ensinar os idosos a planejar as suas aposentadorias, contando, inclusive, com o apoio dos próprios empregadores, em nosso país verificamos justamente o contrário. O Departamento Nacional de Mão-de-Obra, órgão do Ministério do Trabalho, nem ao menos faz a ficha do candidato a emprego com idade superior a 35 anos. Els, então, a prova de que no Brasil a perda do direito de ganhar a vida, pelo preconceito de idade, começa aos 35 anos. E tudo isso acontece ao mesmo tempo que o Sr. Arnold Weber, Secretário de Trabalho Adjunto

dos Estados Unidos, declarou que "os programas de mão-de-obra do país necessitam de trabalhadores mais velhos, por sua experiência, disciplina e autoridade", e, quando o Sr. William Usery, Secretário de Trabalho Adjunto, agradeceu ao movimento trabalhista norte-americano "em apoio da nova lei proibindo a discriminação contra qualquer trabalhador, sob a alegação de idade avançada". Mas a Alemanha, na Cidade de Nuremberg, resolveu o problema, ensinando, em cursos rápidos e práticos, cerca de 22 profissões ou atividades a pessoas em idades gerontológicas, consideradas, antes, incapacitadas para ganhar a vida. E então a Alemanha, através de sua Psychologie und Soziologie in der Gerontologie, conseguiu ultrapassar a época da improvisação, ingressando na era do planejamento, inclusive para a própria vida humana. Milhares de pessoas, civis e militares, se aposentam e se reformam em nosso país sem terem passado por leve curso de Planejamento da Aposentadoria ou da Reforma, ficando, dessa data em diante, desprotegidos contra a tristeza e a depressão, que os abatem e os aniquilam em pouco tempo. Mas, para você, um conselho, enquanto é tempo de refletir e planejar: Não espere por ninguém! Planeje sua aposentadoria e evite os desajustamentos futuros!

O HOMEM — AS VIAGENS À LUA

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

O homem, bicho da Terra tão pequeno
chateia-se na Terra
lugar de muita miséria e pouca diversão.
Faz um foguete, uma cápsula, um módulo
toca para a Lua
desce cauteloso na Lua
experimenta a Lua
civiliza a Lua
coloniza a Lua
humaniza a Lua.

Lua humanizada: tão igual à Terra.
O homem chateia-se na Lua.
Vamos para Marte — ordena a suas máquinas.
Elas obedecem, o homem desce em Marte
pisa em Marte
experimenta
coloniza
civiliza
humaniza Marte com engenho e arte.
Marte humanizada, que lugar quadrado.
Vamos a outra parte?
Claro — diz o engenho
sofisticado e dócil.
Vamos a Vênus.
O homem põe o pé em Vênus
vê o visto — é isto?
idem.
idem.
idem.

O homem funde a cuca se não fôr a Júpiter
proclamar justiça junto com injustiça
repetir a fossa
repetir o inquieto
repetitório.

Outros planêtas restam para outras colônias.
O espaço todo vira Terra-a-Terra.
O homem chega ao Sol ou dá uma volta
só para te ver?
Não vê que êle inventa
roupa insiderável de viver no Sol.
Põe o pé e:
mas que chato é o Sol, falso touro
espanhol domado.

Restam outros sistemas fora
do solar a colonizar.
Ao acabarem todos
só resta ao homem
(estará equipado?)
a difícilima dangerousíssima viagem
de si a si mesmo:
pôr o pé no chão
do seu coração
experimentar
colonizar
civilizar
humanizar
o homem
descobrimdo em suas próprias inexploradas entranhas
a perene, insuspeitada alegria
de conviver.

RELAÇÃO DOS ASSINANTES QUE PAGARAM 1970

Cel Democrito Corrêa Cunha
Ten Cel Alcyr Lintz Geraldo
Ten Cel Euromy da Paixão Dias
Telles Pires

Cel Ivan Laurido de Santana
Maj Silvio Guimarães Valle
Maj Evandro Carvalho dos
Santos

Cap José Olinto Soares
Cap João Gualberto Pinheiro dos
Santos

Sgt Locatelli de Barros
Cel Cezar Rômulo Silveira Neto
Ten Cel Bento Guilherme de
Oliveira

Maj Carlos Augusto de Marques
Maj Athos Marques de Amorim
Cap Luiz Carlos Fialho
Sr. Roberto Navarro Fagundes
Sr. Weyner José Monteiro
Maj Sylvio Almeida
Cap Leonar Jorais Lopes
Cel João Pontoja Pires Coelho
Cel João Severiano da Fonseca
Hermes

Ten Cel Adel Alves Cardoso
Cap Toni Fernando Vargas Herzer
Sgt José Prado

Sgt Florival Santana
Sgt Alcides Ledesma dos Santos
Sgt Manuel Cremonini
Sgt Djalma Francisco Cavalcante
Antonio Carlos Blasi
Sgt Ronaldo Santos Silva
Ten Cel José Raimundo Nunes
Sobrinho

Sgt Otavio da Rosa Hertz
Ten Cel Carlos Alberto B. Santos
de Oliveira

Ten Cel Daniel Venturine

Ten Cel João Baptista Baeré de
Araujo

Maj Athos Marque de Amorim
Maj Carlos Augusto de M.
Marques

Cel Cesar Rômulo Silveira de
Oliveira

Ten Cel Bento Guimarães de
Oliveira

Gen Div Alvaro Meneses Paes

*8º Grupo de Canhões 75 Auto
Reboca:*

1º Btl de Fronteira
Cap Alcir Fleith
Sgt Odilio Ferreira da Costa
Sgt João Batista Ramos Reinaldo
Cb Francisco Amaury G. Feitosa
Cel Danton Pescadinha

*Serviço de Identificação
do Exército:*

Cb José Carlos Vargas
Ten Cel Alvaro Alfredo de Alva-
renga Ely

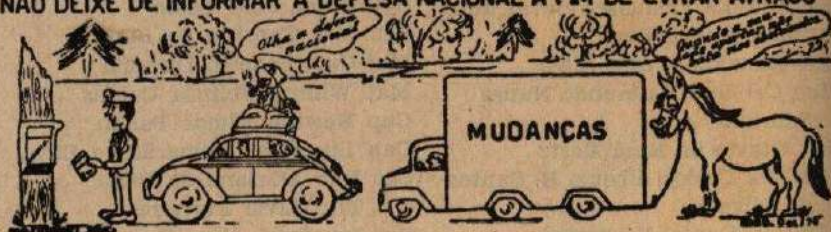
Ten Cel Aurélio Gonçalves
Ten Almerindo dos Santos
Sgt Irineu José Costa
Sgt José Tarcísio de Lima
Maj Curt Ernesto Dietzold
Maj Wilmar Feitosa Caldas
Cap Newton Elmor Padão
Cap Lucrécio Guimarães e Silva
Sgt Nilo Mariano da Silva
Dr. Tito Livio Ferreira
Sgt Iguatemi Alves Paz

5ª Cia Leve de Manutenção:

Maj José Herminio de Souza
 Cap Hosrt Bocker
 Ten Victoriano Menezes
 Ten Waldomiro Xavier Bilhar
 Ten Aluizio de Sousa Portela
 Ten Daniel Pires Estrazulas
 Sub Ten Orlando Cunha
 Sgt Ary Pedrosa Leal
 Sgt Flori Cardoso Moreira
 Sgt Juvenil José Magrin
 Sgt Nestor Kuser
 Sgt Ricardo Aloysio Garcia da Rocha
 Sgt Sadi de Aguiar Vieira
 Sgt Ambrosio Propodoski
 Sgt Gilberto da Silva Carinho
 Sgt Inipomuceno Bernardino Guimarães
 Sgt João Maria Gomes de Oliveira
 Sgt Joe Luiz Medeiros Ferreira
 Sgt José Luiz Macedo Pinto
 Sgt Renato Ferreira dos Reis
 Cel Waldo Chagas Nogueira
 Ten Cel Luiz Macksen Castro Rodrigues
 Cap Ramiro da Cunha Mello Filho
 Sgt Aloisio Puchalski
 Cap Luiz Carlos da Silva
 Gen Div José Campos de Aragão

Cel Jayme da Paiva Bello
 Ten Cel Delson Lanter Peret Antunes
 Ten Cel Rutilo Pulido
 Maj Ermar Rocha de Cunto
 Maj Arthur Holsback Netto
 Cap Edgard Luiz da Cunha França
 Ten Cel Walter Duarte Rossler
 Cmt Ferdinan Verardy Miranda Filho
 Cb Hilton Fonseca Batista
 Gen Ex Arthur Duarte Candal da Fonseca
 Gen Bda Amadeu Martire
 Cel Rubens Pereira de Araujo
 Cel Moacyr Teixeira Coimbra
 Ten Cel Luiz Henrique de O. Domingues
 Maj Francisco Rabelo Leite Neto
 Maj Adalberto Guimarães Menezes
 Maj Norma Stolet da Silva
 Cap Cicero de Assunção Cardoso
 Ten Manuel Alves Barbosa
 Cel Laury Capistrano da Silva
 Gen Div José Horácio da Cunha Garcia
 Ten Luiz Prado de Araujo
 Maj Djalma Barros Parsos
 Cap Altair Pires de Moraes
 Cap Gustavo Adolfo Castro Dutra de Menezes

FOI TRANSFERIDO ?
 NÃO DEIXE DE INFORMAR A DEFESA NACIONAL A FIM DE EVITAR ATRASO



"A DEFESA NACIONAL"

O Sr. Ministro do Exército, em Aviso n.º 373-D/6-GB, de 25 de novembro de 1968, resolveu reiterar o Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL, e cujo teor é o seguinte:

"1. Reiterando, vinte e um anos depois, os conceitos e as recomendações do Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, do então Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL para a cultura profissional e geral dos militares do Exército, cumpro o dever de congratular-me com a sua atual Diretoria pelos beneméritos esforços que está empreendendo para a consolidação do prestígio crescente dessa mais antiga e mais conceituada Revista brasileira de assuntos militares e gerais.

2. Ela continua a merecer não apenas o apoio da Alta Direção do Exército, como, particularmente, o interesse e a contribuição de todos os oficiais, subtenentes e sargentos, como fator preponderante da atualização dos conhecimentos e dos estudos imprescindíveis ao preparo próprio, o que constitui não apenas amor à profissão, como virtude militar, em todos os Exércitos.

3. Os que são assinantes, leitores e colaboradores de A DEFESA NACIONAL recomendam-se, por isso mesmo, como militares preocupados com o seu próprio preparo profissional e com o prestígio da cultura do Exército.

4. Esta recomendação deve ser transcrita, obrigatoriamente, nos boletins internos de todos os escalões de comando e da administração do Exército."

(Av. n.º 373-D/6-GB, de 25 Nov 68, do Ministro do Exército.)